

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO (FAU)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (PPGAU)
DOUTORADO EM CIDADES

PETERSON BARBOSA DE MELO

**Dimensões ideológicas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): uma
avaliação a partir de Amartya Sen em Desenvolvimento como Liberdade**

MACEIÓ – ALAGOAS

2021

PETERSON BARBOSA DE MELO

Dimensões ideológicas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): uma avaliação a partir de Amartya Sen em Desenvolvimento como Liberdade

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para o título de doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Aragão de Albuquerque

MACEIÓ – ALAGOAS

2021

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

M528d Melo, Peterson Barbosa de.

Dimensões ideológicas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) : uma avaliação a partir de Amartya Sen em Desenvolvimento como Liberdade / Peterson Barbosa de Melo. – 2021.

215 f. : il. color.

Orientador: Augusto Aragão de Albuquerque.

Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió.

Bibliografia: f. 184-191.

Apêndices: f. 193-215.

1. Ideologia. 2. Índice de Desenvolvimento Humano. I. Título.

CDU: 72:330.34

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO (FAU)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (PPGAU)
DOUTORADO EM CIDADES

Peterson Barbosa de Melo

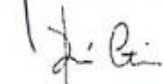
Dimensões ideológicas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): uma avaliação a partir de Amartya Sen em Desenvolvimento como Liberdade.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

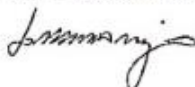
Tese aprovada em: 30 de setembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

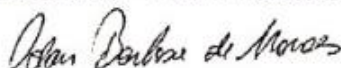
Prof. Dr. Augusto Aragão de Albuquerque
(PPGAU/UFAL - Orientador)



Profª. Dra. Débora de Barros Cavalcanti Fonseca
(PPGAU/UFAL - Examinadora interna)



Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araújo
(PPGAU/UFAL - Examinador interno)



Prof. Dr. Odair Barbosa de Moraes
(UFAL / Campus Sertão) - Examinador externo)



Prof. Dr. Fábio Francisco de Almeida Castilho
(ProfEPT / IFAL) - Examinador externo)

DEDICATÓRIA

À minha esposa Sandra, pelo amor e cuidado incondicional. E aos meus filhos, meu príncipe Pedro e minha princesa Clara.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses pouco mais de 4 anos, um turbilhão de situações ocorreu e tenho muito a agradecer por estar findando mais essa etapa em minha vida.

Agradeço a Deus, por me iluminar nos momentos mais difíceis, por manter minha sanidade e clareza de ideias, quando em muitos momentos pensei que não terminaria esta empreitada.

Agradeço em especial, ao meu orientador, o professor Augusto Aragão, que de pronto aceitou o desafio de dar continuidade a este trabalho e que sem dúvidas, eu não teria concluído esta tese sem seus ensinamentos, observações, conversas e feedbacks. Com sua humildade, paciência e perspicácia, me encorajou e, mais que isso, sempre confiou que eu conseguiria concluir essa empreitada.

Agradeço aos meus pais, Maria José e Ediberto e aos meus irmãos, Pollyanna e Elder, e aos demais familiares, que souberam entender e me apoiar nos momentos de distância e de falta de atenção de minha parte.

Agradeço imensamente aos professores os quais pude cumprir disciplinas, que com seus conhecimentos contribuíram para a construção dessa pesquisa. Aos amigos que fiz no doutorado, em especial, Sofia e Luciana.

Agradeço aos membros da banca examinadora, os professores Odair Moraes, com quem tive a honra de trabalhar no mestrado e ter iniciado esse doutorado. À professora Débora Cavalcante que com suas observações contribuíram bastante para o êxito desta tese. Agradeço também ao professor Lindemberg Medeiros que contribuiu de forma significativa para que eu pudesse estar chegando até aqui. Agradeço também ao Professor Márcio Valença que contribuiu na minha qualificação e ao professor Fábio Castilho que gentilmente aceitou participar da minha defesa, tendo contribuído de forma bastante significativa.

Por fim, e não menos importante, agradeço ao IFAL, minha instituição de trabalho, que por 3 anos e meio pude estar afastado das minhas atividades laborativas. Sem esse afastamento, dificilmente eu teria conseguido lograr êxito.

EPÍGRAFE

“O homem separado de seu produto produz, cada vez mais e com mais força, todos os detalhes de seu mundo. Assim, vê-se cada vez mais separado de seu mundo. Quanto mais sua vida se torna seu produto, tanto mais ele se separa da vida”.

(Guy Debord)

RESUMO

A presente tese trata das dimensões ideológicas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): uma avaliação a partir de Desenvolvimento como Liberdade. Tendo como objetivo geral avaliar o posicionamento ideológico embutido no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tendo como recorte empírico o livro Desenvolvimento como Liberdade, de Amartya Sen (1999). Partimos da premissa de que há posicionamento ideológico no pensamento que norteia a construção do IDH. E, sendo esse Índice, o mais utilizado no mundo na construção de políticas públicas, com grande peso em relação ao Planejamento Urbano e Regional. Constatamos que a grande inspiração da Organização das Nações Unidas (ONU) para a sua criação foi a teoria do indiano Amartya Sen sobre desenvolvimento. Sabemos que Sen não está só nessa posição. Outros teóricos fizeram parte da construção e do embasamento teórico na criação desse Índice. Contudo, há um consenso de que Sen foi o principal nome associado a esse fundamento e, dentro da vasta obra de Sen, a que melhor articula esses fundamentos é o livro Desenvolvimento como Liberdade. Diante dessa perspectiva, estabelecer uma avaliação, sob o aspecto ideológico que norteou a construção do Índice de Desenvolvimento Humano, a partir da obra Desenvolvimento como Liberdade, se tornou plausível, factível e de grande importância, visto que o pensamento do autor é referência marcante na produção científica e na formulação de políticas públicas há mais de 30 anos. Nesse contexto, construímos, a partir das contribuições do referencial teórico sobre ideologia, eixos dialéticos de posicionamento ideológico com vistas a avaliar o posicionamento ideológico na obra utilizada como recorte empírico, o livro de Amartya Sen. A partir dessa perspectiva, chegamos a três eixos de posicionamento ideológico: (alienação-emancipação), (consenso-conflito) e (particular-universal), no qual cada eixo pressupõe posicionar fundamentos selecionados aos três eixos. Após todas as análises acerca da aplicação do método proposto nesta tese, os eixos de posicionamento ideológico se mostraram eficientes, sobretudo com o subsídio das técnicas de análise temática (análise de conteúdo), conseguindo identificar diversos posicionamentos ideológicos por parte do autor ao longo da obra, com destaque para o eixo (alienação-emancipação) que domina os posicionamentos sob o lado da alienação. O método mostrou-se passível de ter seus eixos divididos em gradações, em níveis de posicionamento ideológicos, além da possibilidade de se abordar outros eixos, aumentando assim a quantidade de eixos. Ainda se observou a possibilidade de se criar indicadores ideológicos, afim de se marcar estatisticamente esses posicionamentos, podendo, desse modo, culminar em um tipo de índice de posicionamento ideológico.

Palavras-chave: ideologia; desenvolvimento; IDH.

ABSTRACT

This thesis deals with the ideological dimensions of the Human Development Index (HDI): an assessment based on Development as Freedom. Its general objective is to evaluate the ideological position embedded in the Human Development Index (HDI), having as an empirical approach the book *Development as Freedom*, by Amartya Sen (1999). We start from the premise that there is an ideological position in the thinking that guides the construction of the HDI. And, as this Index is the most used in the world in the construction of public policies, with great weight in relation to Urban and Regional Planning. We found that the great inspiration of the United Nations (UN) for its creation was the theory of Indian Amartya Sen on development. We know that Sen is not alone in this position. Other theorists were part of the construction and theoretical foundation in the creation of this Index. However, there is a consensus that Sen was the main name associated with this foundation and, within Sen's vast work, the one that best articulates these foundations is the book *Development as Freedom*. Given this perspective, establishing an evaluation, under the ideological aspect that guided the construction of the Human Development Index, from the work *Development as Freedom*, became plausible, feasible and of great importance, since the author's thought is a striking reference in scientific production and in the formulation of public policies for over 30 years. In this context, we built, from the contributions of the theoretical framework on ideology, dialectical axes of ideological positioning in order to assess the ideological positioning in the work used as an empirical cutout, Amartya Sen's book. From this perspective, we reach three axes of ideological positioning: (alienation-emanicipation), (consensus-conflict) and (private-universal), in which each axis presupposes positioning selected foundations on the three axes. After all the analyzes about the application of the method proposed in this thesis, the axes of ideological positioning proved to be efficient, especially with the subsidy of thematic analysis techniques (content analysis), managing to identify various ideological positions by the author throughout the work, with emphasis on the axis (alienation-emanicipation) that dominates the positions on the alienation side. The method proved to be able to have its axes divided into gradations, in ideological positioning levels, in addition to the possibility of approaching other axes, thus increasing the number of axes. The possibility of creating ideological indicators was also observed, in order to statistically mark these positions, which could, therefore, culminate in a type of index of ideological positioning.

Keywords: ideology; development; IDH.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Infográfico ideologia em Marx	27
Figura 2: Ordem Bipolar	58
Figura 3: classificação temática dos indicadores sociais.....	76
Figura 4: Eixos de análise	105
Figura 5: A dialética hipóteses / indicadores (inferência)	108
Figura 6: Desenvolvimento de uma análise.....	109
Figura 7: Decréscimo populacional - Países	158
Figura 8: Taxa de fecundidade - Brasil - 2000-2015.....	160

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Características dos indicadores - Jannuzzi	77
Quadro 2: características dos indicadores - Trzesniak.....	78
Tabela 1: Indicadores sociais das mulheres - 2019.....	154

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	A PERSPECTIVA DA IDEOLOGIA	19
2.1.	Ideologia: construção de conceitos	21
2.2.	Ideologia: construção de pensamentos.....	25
2.2.1.	Karl Marx	25
2.2.2.	Georg Lukács	30
2.2.3.	Karl Mannheim.....	32
2.2.4.	Max Horkheimer e Theodor Adorno.....	35
2.2.5.	Herbert Marcuse	38
2.2.6.	Antonio Gramsci	41
2.2.7.	Louis Althusser	44
2.2.8.	Jürgen Habermas	47
3.	A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	52
3.1.	Contexto etimológico e histórico	53
3.2.	Desenvolvimento: perspectivas de integração	60
3.3.	Indicadores de Desenvolvimento	70
3.3.1.	Indicadores: aspectos gerais	71
3.3.2.	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	79
3.3.3.	Contribuições ao IDH.....	81
3.3.3.1	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).....	81
3.3.3.2	Índice de Vulnerabilidade Social (IVS).....	83
3.3.3.3	Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH).....	88
3.3.3.4	Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)	90
4.	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	93
4.1.	Eixos Temáticos.....	93

4.1.1.	Eixo 1.....	93
4.1.2.	Eixo 2.....	97
4.1.3.	Eixo 3.....	101
4.2.	Análise de conteúdo.....	106
5.	APLICAÇÃO DO MÉTODO.....	114
5.1.	Cap. 1: A perspectiva da liberdade	117
5.2.	Cap. 2: Os fins e os meios do desenvolvimento	124
5.3.	Cap. 3: Liberdade e os fundamentos da justiça	128
5.4.	Cap. 4: Pobreza como privação de capacidades	135
5.5.	Cap. 5: Mercados, Estado e oportunidade social	139
5.6.	Cap. 6: A importância da democracia	142
5.7.	Cap. 7: Fomes coletivas e outras crises.....	148
5.8.	Cap. 8: A condição de agente das mulheres e a mudança social	152
5.9.	Cap. 9: População, alimento e liberdade.....	157
5.10.	Cap. 10: Cultura e direitos humanos	161
5.11.	Cap. 11: Escolha social e comportamento individual	166
5.12.	Cap. 12: Liberdade individual como um comprometimento social	171
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
	REFERÊNCIAS	184
	ANEXOS.....	192
	ANEXO A.....	193
	ANEXO B.....	201
	ANEXO C.....	204
	ANEXO D.....	209

1. INTRODUÇÃO

A presente tese trata das dimensões ideológicas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): uma avaliação a partir do livro *Desenvolvimento como Liberdade* do economista Amartya Sen, Nobel de economia em 1998. Este trabalho se situa na linha de pesquisa de *Temporalidades e Intervenções*, na área de concentração *Cidades*, do Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas.

Na ocasião do mestrado, no mesmo Programa, aprofundamos aspectos dos indicadores de sustentabilidade socioambiental. Iniciamos este trabalho ainda no âmbito dos indicadores. Agora, partimos da premissa de que há posicionamentos ideológicos na teoria que sustenta a construção do IDH. Sendo o IDH, o principal índice de desenvolvimento utilizado no mundo, esse possui grande peso em relação ao planejamento urbano e regional e na formulação de políticas públicas nos diversos países, incluindo o Brasil.

Não se trata de realizar mais uma crítica como tantas que já existem. Também não se trata de aprimorá-lo ou propor outro índice, mais específico, que porventura capture algo que o IDH não revela. Pensamos que, ao invés de se focar na ponta, ou seja, no resultado, no que o índice trás de informação, optamos em se realizar o inverso, isto é, analisar o princípio, o que subjaz à teoria que suporta esse índice.

Fazer planejamento, seja ele urbano e regional ou em qualquer nível de políticas públicas, necessita que se pense além do dado, no significado do indicador em si. O espaço habitado, cada vez mais, torna-se um ambiente no qual a importância da base utilizada no campo das ideias para a formulação dessas políticas públicas pode implicar em desdobramentos expressivos para a sociedade. Ao trabalhar em ações, projetos ou programas de políticas públicas, o foco na política, em si, não abre espaço para que se pense questões como a ideologia das ferramentas. Essa tarefa acaba sendo de quem pensa as ferramentas. Embora quem as utilize, deva dedicar tempo e atenção a isso, o foco nas políticas não permite um aprofundamento na crítica às ferramentas, ficando esse papel da pesquisa para a academia.

No tocante ao IDH, constatamos que a grande inspiração da Organização das Nações Unidas (ONU) para a sua criação foi a teoria do indiano Amartya Sen sobre desenvolvimento. Sabemos que Sen não está só nessa posição, outros teóricos

fizeram parte da construção e do embasamento teórico na criação desse Índice. Contudo, há um consenso de que Sen foi o principal nome associado a esse fundamento. Dentro da vasta obra de Sen, a que melhor articula esses fundamentos é o livro *Desenvolvimento como Liberdade*.

Essa perspectiva é fundamentada em diversos conceitos utilizados pela ONU no Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado anualmente. Conceitos esses, advindos da obra de Amartya Sen, sendo o principal deles, o entendimento adotado pela ONU, associado ao termo desenvolvimento humano. De acordo com aquela instituição “o desenvolvimento humano significa a expansão das liberdades substantivas que permitem às pessoas fazerem aquilo a que dão valor e que têm motivos para valorizar” (PNUD-ONU, 2019, p. 30). Ou seja, o conceito de desenvolvimento humano que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da Organização das Nações Unidas (ONU) é o mesmo de Amartya Sen em *Desenvolvimento como Liberdade*, no qual o autor aborda o “desenvolvimento visto como um processo de expansão das liberdades substantivas das pessoas” (SEN, 2010, p. 356).

O verniz social evidenciado na sociedade do final do século XX pela vertente do liberalismo social, a partir do reforço estabelecido pelo “consenso” da obra de Sen e sua contribuição ao IDH, denotava, muitas vezes, que havia sido superada a máxima de se pensar o desenvolvimento apenas como crescimento econômico e que havia de fato uma preocupação em se resolver o problema da desigualdade no mundo.

Conforme Mendonça (2012), o argumento de que as políticas sociais focalizadas, conforme desenvolvidas pelos organismos internacionais, em especial o Banco Mundial no final do século 20 e início do 21, e amplamente aplicadas nos países periféricos, não chegam a constituir uma alternativa real ao enfrentamento da pobreza e da miséria que assolam esses países. O desemprego, a pobreza e a exclusão social continuam sem solução concreta e duradoura, apesar da proliferação e multiplicação dos programas implantados. Isso porque os princípios que consubstanciam tais políticas não chegam a enfrentar, por vezes sequer consideram, a verdadeira explicação das causas dos problemas sociais acarretados pelo processo de produção capitalista.

Para Mendonça (2012), a despeito dos efeitos aparentemente benéficos, tais políticas comprometem o desenvolvimento da sociedade num horizonte mais

amplo. A aparente “nova ordem” equivale apenas a uma naturalização da pobreza, que reforça a supremacia política do “mercado capitalista” como se fosse inevitável para o conjunto da sociedade e os aspectos como o desemprego, a fome e até a falta de qualificação profissional, são colocados como problemas sociais externos à lógica econômica da acumulação capitalista, quando na verdade são resultados do próprio mercado.

O que torna um fato ideológico positivo ou negativo, não é, necessariamente, a “cor da bandeira”, mas o fato de ser uma forma de dominação por meio de persuasão e captura a um sistema que oblitera a realidade, que faz com que as pessoas pensem que o mundo se divide entre prós e contras. Coincidência ou não, há forte relação do uso da ideologia, sob seu sentido mais negativo, à políticos de direita/extrema direita. Os casos mais conhecidos, o da eleição do presidente norte-americano Donald Trump em 2016, Mauricio Macri na Argentina, também em 2016, além de Marine Le Pen, na França, que apesar de não ter sido eleita, tem voz ativa na extrema direita francesa. Jair Bolsonaro insere o Brasil nesse cenário nebuloso desde 2018.

Outro exemplo do uso da ideologia com vistas a distorcer a realidade e exercer o domínio sobre segmentos sociais é a condução da pandemia do covid-19 em muitos países. No momento em que estamos finalizando esta tese, meados de 2021, o mundo se aproxima 4,5 milhões de mortes e o Brasil de 575 mil mortes¹ por covid-19, e que com certeza a estratégia ideológica de lidar com a doença em muitos países, com destaque para o Brasil, vem interferindo de forma significativa na potencialização desses números e, conseqüentemente, nas perspectivas de desenvolvimento desses países. Contudo, a informação que se dissemina, sobretudo por parte desses governantes, é que as mortes são naturais e inevitáveis.

Diante dessa problemática, estabelecer uma análise, sob o aspecto ideológico que norteou a construção do Índice de Desenvolvimento Humano, a partir da obra Desenvolvimento como Liberdade, se torna plausível, factível e de grande importância, visto que o pensamento do autor é referência marcante na produção científica e na formulação de políticas públicas há mais de 30 anos.

A presente pesquisa tem por objetivo geral avaliar o posicionamento ideológico embutido no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tendo como recorte

¹ Dados da Johns Hopkins University. Disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>>. Acesso em: 23 de agosto de 2021.

empírico o livro *Desenvolvimento como Liberdade*. E, para que esse objetivo central fosse atingido, buscou-se construir argumentos acerca das temáticas de ideologia, desenvolvimento e indicadores de desenvolvimento, com vistas a construção das estratégias metodológicas, mas também como um processo de conceituação dos fundamentos do trabalho que levaram aos eixos de posicionamento ideológico e para a análise e aplicação no recorte empírico proposto.

Em relação à estrutura, esta tese está disposta em duas seções e quatro capítulos: sendo a primeira seção esta introdução e a última as considerações finais, esta última, assim como os capítulos serão elencados a seguir.

O segundo capítulo trata da delimitação do conceito de ideologia, conceito este central para o trabalho, buscando-se inicialmente trazer uma abordagem etimológica do termo, suas principais vertentes de pensamentos e estruturas conceituais. Além disso, faz-se uma síntese cronológica a partir dos principais autores que contribuíram para a temática, sobretudo nos séculos 19 e 20, quando surge a perspectiva conceitual marxiana da ideologia. Ao final, faz-se uma abordagem sintética, evidenciando as principais características e marcações, visando subsidiar a construção do método da pesquisa, além do entendimento do autor acerca da ideologia que será empregado na análise do objeto empírico.

O terceiro capítulo, trata da noção de desenvolvimento, estabelecendo uma abordagem dos conceitos de desenvolvimento, desde o contexto etimológico, perpassando pelo contexto histórico dos usos do termo, além de sua abordagem multidimensional. Ainda, trata dos indicadores de desenvolvimento, estabelecendo um referencial sobre o contexto geral dos indicadores, abordando aspectos conceituais, diferenças entre indicadores e índices, além das características e classificação dos indicadores. Aborda ainda, o IDH propriamente dito, e finaliza com algumas críticas relevantes sobre o indicador.

O quarto capítulo contempla as estratégias metodológicas desta pesquisa e está dividido em duas partes. A primeira, trata da construção dos eixos de análise de posicionamento ideológico. Os eixos foram concebidos a partir da delimitação do conceito de ideologia e das principais marcações ideológicas encontradas nas contribuições dos teóricos utilizados nesta pesquisa. A partir daí, buscou-se definir eixos dialéticos que ao mesmo tempo marcasse o posicionamento da ideologia e que conversasse com a temática de desenvolvimento do objeto empírico. Definiu-se nessa perspectiva, a utilização de três eixos ideológicos. A segunda parte, trata da utilização

da técnica de análise de conteúdo, de Larence Bardin, como ferramenta para auxiliar a aplicação dos eixos ao recorte empírico. Com base no tipo de análise que foi feito, definiu-se o uso da análise temática, como recurso da análise de conteúdo, considerando trechos do livro que foram separados para posterior análise e aplicação aos respectivos eixos ideológicos.

O quinto capítulo, trata da aplicação do método proposto nesta tese. Para isso, será utilizado o livro Desenvolvimento como Liberdade do economista indiano Amartya Sen como recorte empírico, a partir dos eixos de posicionamento ideológico e das técnicas de análise de conteúdo, também já apresentados.

Ao final, foram contempladas as considerações finais, nas quais se apontou as principais contribuições reveladas ao longo desta pesquisa, além de subsidiar propostas para novos desdobramentos em pesquisas futuras.

2. A PERSPECTIVA DA IDEOLOGIA

A ideologia permeia aspectos gerais na vida das pessoas. Com maior ou menor ênfase no processo histórico de construção da sociedade, desde que foi utilizado pela primeira vez, o termo ideologia adquiriu por diversas abordagens, adaptadas a momentos históricos específicos e foi ganhando importância, sobretudo por ser um poderoso instrumento de persuasão e dominação.

Pensar em planejamento urbano e regional e em políticas públicas em qualquer nível, sobretudo quando essas ocorrem a partir da análise de dados estatísticos (indicadores), necessita que se pense além do dado do indicador em si. O espaço habitado cada vez mais conectado – em termos tecnológicos, econômicos e porque não dizer, ideológicos – torna-se um ambiente no qual a importância da base utilizada no campo das ideias para a formulação dessas políticas públicas pode implicar em desdobramentos expressivos para a sociedade. Torna-se cada vez mais urgente pensar o que subjaz a base de pensamento por trás da construção desses indicadores, com vistas ao entendimento mais profundo acerca das tomadas de decisão em decorrência deles.

Para Lacerda (2013) a ação planejadora do espaço urbano e regional, exige leituras que desvendem os confrontos entre os ideários da democracia e da cidadania, contribuindo, para mudanças em leis e normas e para o redesenho de alianças entre agentes econômicos, atores sociais e políticos, que levem em conta a totalidade social e a base técnica da vida coletiva, além de impulsionem práticas que favoreçam o real compromisso com o enfrentamento da questão social.

Visando tratar a noção de ideologia, esse capítulo, parte de uma visão geral para outra mais específica, buscando-se inicialmente trazer uma abordagem etimológica do termo, suas principais vertentes de pensamentos e estruturas conceituais. Além disso, faz-se uma síntese cronológica a partir dos principais autores que contribuíram para a temática, sobretudo nos séculos 19 e 20, quando surge a perspectiva conceitual marxiana da ideologia. Pretende-se, ao final do capítulo, ter uma visão mais ampla sobre a ideologia, suas principais características e marcações, visando subsidiar a construção do método da pesquisa.

Ressalta-se ainda, que a abordagem da ideologia nesta tese se dá com essa sendo um instrumento para a construção do método, no caso os eixos de posicionamento ideológico, além de subsidiar a própria análise que se seguirá

posteriormente. Ou seja, não é um estudo da ideologia pela ideologia, mas sim a ideologia como uma ponte que ligará o recorte teórico ao método, que por sua vez ligará à análise do recorte empírico.

O termo ideologia foi utilizado de forma sistemática pela primeira vez por Destutt de Tracy em seu livro *Elementos de ideologia* de 1801, ainda durante o processo revolucionário na França. O pensamento era de tentar constituir uma disciplina capaz de servir de fundamento ao conjunto de todas as ciências, por meio da edificação de uma “ciência das ideias”. A disciplina procurava estudar e conhecer tanto a origem das ideias, como as leis a partir das quais elas se formavam, a fim de que o pensamento pudesse abstrair daquelas que tivessem um caráter de falsidade e obscurantismo. A partir disso, o resultado seria a garantia do progresso científico, pois a objetividade da investigação passaria necessariamente pela anulação das ideias falsas (DESTUTT DE TRACY, 1970).

Conforme Medeiros (2011), a partir de uma declaração de Napoleão, num discurso ao conselho de Estado em 1812, o termo ideologia passa a ter sentido pejorativo, ao denominar de “ideólogos” seus inimigos e ter declarado que todas as desgraças que afligiam a França deveriam ser atribuídas à “ideologia”.

Para Ranieri (2003), muitas perguntas e questionamentos devem ser colocados para um entendimento inicial sobre ideologia.

Ideologia é algo que tem conteúdo próprio e, portanto, passível de ser estudado objetivamente, através de um procedimento sistemático e lógico, ou trata-se de uma palavra cuja flexibilidade de sentido é tanta que cada conteúdo de suas supostas definições dependerá daquele sujeito que a está usando? Essas são questões difíceis de responder, uma vez que a ação ideológica parece existir em quase todas as esferas da nossa vida, e mesmo nos momentos em que usamos o termo de forma “descompromissada” (inclusive nas reflexões acadêmicas, no interior da universidade), como é possível garantir que, por trás da designação “ideológico”, não esteja sendo feita, na verdade, uma petição de princípio maior do que aquilo que, de imediato, atribuímos, enquanto valor, à palavra ideologia? (RANIERI, 2003, p. 07).

Percebe-se, de forma inicial, que o termo ideologia tem grande amplitude de significados, isso se dá em virtude da palavra estar presente em atos de fala nem sempre comprometidos com uma construção racional ou mesmo através de posicionamentos exacerbados de cunho particular.

Nesta tese, a questão da ideologia é central, sendo abordada com o intuito de subsidiar a compreensão do posicionamento utilizado na construção das teorias que serviram de base para os indicadores de desenvolvimento. Portanto, entender as

diversas facetas do termo servirá de diretriz para a análise do posicionamento predominante no recorte empírico desta pesquisa.

2.1. Ideologia: construção de conceitos

O termo ideologia, como já citado, possui sentido amplo e, esta seção, evidencia uma abordagem mais conceitual, com fins a subsidiar o fortalecimento de uma base de entendimento do discurso ideológico.

A noção de ideologia pode assumir formas variadas, seja como um sistema de crenças políticas ou visão de mundo de um determinado grupo social, seja como as ideias de uma classe que propaga falseamento da realidade ou até mesmo um conjunto sistemático de ideias políticas que lida com teorias que assumem a forma de envolvimento e comprometimento político. Pode ainda estar associada a ações políticas, econômicas e sociais e é comumente tomada por sentido de mascaramento da realidade social (MEDEIROS, 2011).

Para Sell (2006), o termo ideologia tem o significado relativo, podendo variar de acordo com a aceção de cada autor, sendo o seu conceito comumente utilizado nas ciências sociais e necessitando envolver um diálogo com as mais diversas correntes para um estudo aprofundado.

Seguindo o viés relativista, Zizek (1996) afirma que Ideologia pode designar qualquer coisa: uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social; um conjunto de crenças voltado para a ação; o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; e as ideias falsas que legitimam um poder político dominante.

Essa relativização do termo ideologia, dificulta qualquer linha de raciocínio, pois um conceito que possa ter tantas variações de significado ou que possa designar qualquer coisa, deixa de ser conceito ou noção para ser palavra banalizada pelo senso comum. Vale ressaltar que não se está aqui negando o contexto polissêmico do termo, porém esses significados, devem seguir uma linha minimamente coerente para não se tornar demasiado frágil.

Para Medeiros (2011) o termo ideologia tem em seu bojo diferentes interpretações de pensadores que a concebem mediante a realidade em que se inserem e, em muitos dos seus sentidos, se percebe a definição associada ao despojamento de crenças. Reforçando esse pensamento, Eagleton (1997) afirma ser oportuno verificar a importância de associar o que do dia-a-dia é retido na mente das

peças para se transformar, mais adiante, em meios de ação norteadores de suas vidas, algo como um processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social.

Observa-se que muitas das perspectivas ligadas à ideologia, estão relacionadas às questões das crenças e dos valores, pois esses dois aspectos são importantes “portas” de entrada da ideologia.

Sobre crença, Abbagnano (2007) entende, de forma geral, ser a atitude de quem reconhece como verdadeira uma proposição, ou seja, quem adere à validade de uma noção qualquer. Ainda, segundo o autor, podem ser chamadas de crenças as convicções científicas tanto quanto as confissões religiosas, o reconhecimento de um princípio evidente ou de uma demonstração, bem como a aceitação de um preconceito ou de uma superstição. Mas, alerta o autor, não se pode chamar de crença a dúvida, que suspende a adesão à validade de uma noção, nem a opinião, no caso de excluir as condições necessárias para uma adesão desse gênero.

A noção de crença de Abbagnano, apesar de ser geral, estabelece importante relação com a ideologia, visto que crença pode ser a adesão à validade de uma noção qualquer, ou seja, abre-se margem para se “crer” em praticamente qualquer coisa. Contudo, a imposição de uma opinião como sendo uma crença fortalece a ideologia, visto que tenta colocar o senso comum em pé de igualdade com o científico, por exemplo. O autor ressalta que crença pode corresponder às convicções científicas, isso ocorre geralmente quando se coloca uma determinada convicção científica como sendo única.

Já sobre valores, Abbagnano (2007), entende que a melhor definição é a que considera o termo como *possibilidade de escolha*, isto é, como uma disciplina inteligente das escolhas, que pode conduzir a eliminar algumas delas ou a declará-las irracionais ou nocivas, e pode conduzir a privilegiar outras, ditando a sua repetição sempre que determinadas condições se verificarem. Em outros termos, continua o autor, os valores tendem a determinar as autênticas possibilidades de escolha, ou seja, as escolhas que, podendo aparecer como possíveis sempre nas mesmas circunstâncias, constituem pretensão dos valores à universalidade e à permanência.

Quando Abbagnano associa valores à possibilidade de escolhas, não parece estar pensando como sinônimo de princípio. Na verdade, remete a ideia de mérito, e quando associa com autênticas possibilidades é, talvez, quando mais se

assemelha à ideologia, visto que a ideia de “autêntico” é colocada, muitas vezes, como verdade absoluta, ou seja, quando a verdade particular tenta se tornar universal.

Outra perspectiva em relação à noção de ideologia é, segundo Souza Filho (2011), o entendimento de importantes autores que descartaram inteiramente o conceito do termo por acreditar que, diante da referência à ideologia como existindo, haveria uma análise da vida social que transformaria os indivíduos em meros “fantoques”, “alienados” ou que a análise em termos de ideologia reduziria todos os fenômenos a supostos “interesses de classe”.

Essa ideia de ideologia como alienação, é um conceito de Karl Marx e será detalhado no próximo subcapítulo. Contudo, vale destacar que na questão colocada por Souza Filho, fica excluído um aspecto importante: a possibilidade de os indivíduos serem agentes da ideologia, ou seja, fazerem o “jogo” ideológico de forma consciente.

Para Jaeggi (2008) a ideologia está associada a uma carga falsa ou equivocada, necessitando constantemente de uma crítica. Para o autor Ideologias são sistemas de convencimento que possuem consequências práticas. E por terem efeito prático são, por sua vez, efeitos de uma determinada *práxis* social. Por isso, segundo o autor, ideologias não se subjazem unicamente em sistemas de ideias, mas também em práticas e em formas de hábitos.

Ainda, segundo Jaeggi (2008), de forma semelhante à colocada por Souza Filho, as ideologias parecem possuir um status peculiar: quando se afirma que algo é “ideológico”, então não se diz apenas que seja falso ou equivocado, mas o caráter de equívoco faz sim parte da ideologia. Quem está sob a influência de uma ideologia não está apenas à mercê de uma circunstância falsa, mas também “nas garras” de uma falsa interpretação dessa circunstância. Ou seja, ideologias constituem nossa referência de mundo e com isso o horizonte de interpretação dentro do qual compreendemos a nós mesmos e à realidade social, e o modo e a forma como existimos e somos dentro da ideologia.

É possível observar que, tanto Souza Filho quanto Jaeggi não compreendem a perspectiva de ação deliberada por quem carrega a ideologia, ou seja, os autores creem que as pessoas que comungam com determinado pensamento ideológico por corroborarem com ele, independente de equívocos, acabam sendo intrinsecamente falsificados pela ideologia.

Bobbio (1998), entende a ideologia como um sistema de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função

orientar os comportamentos políticos coletivos. Para o autor, em cada cultura, e em cada sociedade “complexa” ou menos “complexa” há a presença da ideologia em suas bases. Ela possui um papel fundamental: o de nortear, orientar as tomadas de decisões sociais, econômicas, culturais.

O noção de ideologia para Bobbio, talvez nem seja ideologia, iniciando pela sua visão de complexidade, associando ao objeto e não ao olhar sobre esse objeto. No conceito do autor, praticamente tudo é ideologia, e dessa maneira, podemos questionar o que de fato não é ideologia. Quando um conceito passa a ser “tudo” ao mesmo tempo, acaba perdendo seu sentido e foco, e na verdade, passa ser a “nada”.

Para Medeiros (2011), o termo ideologia também permite adquirir o sentido de visão de mundo. Nesse caso, de acordo com o autor, a ideologia desempenha um papel de sustentação da estrutura de poder dominante retratando-a como justa, correta e natural ou desafiar estas mesmas estruturas, destacar suas injustiças e apontar para a necessidade de mudanças das estruturas de poder.

As ideologias como visão de mundo, ao fornecerem “um conjunto de suposições e pressupostos sobre como a sociedade funciona e deveria funcionar, acabam estruturando nosso pensamento e o modo como agimos” (HEYWOOD, 2010, p. 28). Nesse caso, de acordo com o autor, pode haver tantas ideologias quantos forem os princípios necessários para organizar a ordem social e política de uma sociedade. Portanto, nessa perspectiva de visão de mundo, a ideologia adquire feição de padronização do pensamento, como se estabelece um “manual”, os princípios a serem seguidos.

Souza Filho (2011) aponta que não se trata mais de pensar a ideologia como um sistema filosófico ou sistema de ideias políticas sobre como o mundo deveria ser organizado ou, ainda, como constituindo a produção arbitrária de ideias por uma “classe dominante”, visando perpetuar sua dominação. Esses entendimentos são ainda muito comuns, seja no senso comum social, seja em outro, de cunho científico. De alguma maneira, até atrapalham compreender o que seja, de fato, o fenômeno do discurso ideológico ou, numa palavra, a ideologia.

Observou-se nessa seção, que a noção de ideologia é abrangente e polissêmica: surge como conjunto de ideias, perpassa por um sistema de crenças e valores, adquire status de visão de mundo, funciona como instrumento de dominação, dentre outros. Ou seja, dada a complexidade de sentidos, torna-se grande desafio compreender de forma aprofundada as facetas do termo. Desta feita, a próxima seção

continua a abordagem acerca da ideologia, aprofundando o tema a partir dos principais pensadores que construíram teorias inerentes ao tema, com vistas a fortalecer a análise a ser realizada sobre o recorte empírico.

2.2. Ideologia: construção de pensamentos

Conforme observado na seção anterior, estabelecer uma definição do que venha a ser ideologia não é tarefa fácil. Na verdade, talvez nem seja possível, visto que o termo tem por característica definição ampla, e pode ser melhor entendido a partir de um constructo. Contudo, visando nortear o leitor acerca do entendimento da ideologia utilizado nesta tese, ao final deste capítulo, será estabelecido um marco conceitual incorporando o sentido proposto.

Esta seção visa estabelecer a noção da ideologia a partir de importantes pensadores dos séculos 19 e 20. Esse recorte temporal se dá, sobretudo a partir dos estudos de Karl Marx, no qual o autor se apropria do termo ideologia para contrapor o pensamento da época e com isso traz, de forma inédita, uma perspectiva diferente para o termo empregada até então.

Dessa maneira, optou-se por fazer essa abordagem a partir dos clássicos que nortearam o pensamento sobre a temática da ideologia e, o fato de terem Marx como referência, acrescentam importância à representatividade desse autor em relação a outros que dele divergiram. Aqui, não se trata de dizer quem está certo, ou errado, nem dizer em que uns e outros divergem. A estratégia é utilizar a noção mais consensual. Discutir as divergências relativas ao termo poderá ser tema de trabalhos futuros.

2.2.1. Karl Marx

Karl Marx (1818 – 1883), foi um filósofo, sociólogo, historiador, economista, jornalista e revolucionário socialista. Nascido na Prússia, mais tarde se tornou apátrida e passou grande parte de sua vida em Londres, no Reino Unido. A obra de Marx em economia estabeleceu a base para muito do entendimento atual sobre o trabalho e sua relação com o capital. Possui vasta obra publicada, destaque para os três livros de *O Capital* (1867-1894). Outra obra de destaque foi *A Ideologia Alemã*, escrito em conjunto com Friedrich Engels mas só publicado em 1932.

Marx tem sido descrito como um dos pensadores mais influentes na história. Muitos intelectuais em nível mundial foram influenciados por suas ideias,

sendo sua obra citada como uma das principais nas ciências sociais. Junto com seu amigo Engels, elaborou diversas teorias que são estudadas e seguidas até os dias atuais. Dentre as contribuições do autor, são destacados nesta tese, os estudos sobre a temática que envolve a ideologia, através de conceitos como alienação/estranhamento, fetichismo da mercadoria, e reificação.

De acordo com Konder (2002), a reflexão de Marx sobre a ideologia passou a se desenvolver a partir do seu “ajuste de contas com Hegel”, no livro *Crítica do Direito Público Hegeliano*, escrito em 1843. No livro, Marx se colocou contra o modo de Hegel interpretar a relação do Estado com a sociedade civil.

Conforme Grespan (2021) para Marx o aspecto ilusório da concepção hegeliana da sociedade civil reside não no fato de ela afirmar a existência de uma igualdade jurídica entre vendedores e compradores da força de trabalho, e sim no de afirmar que essa igualdade jurídica implica igualdade social.

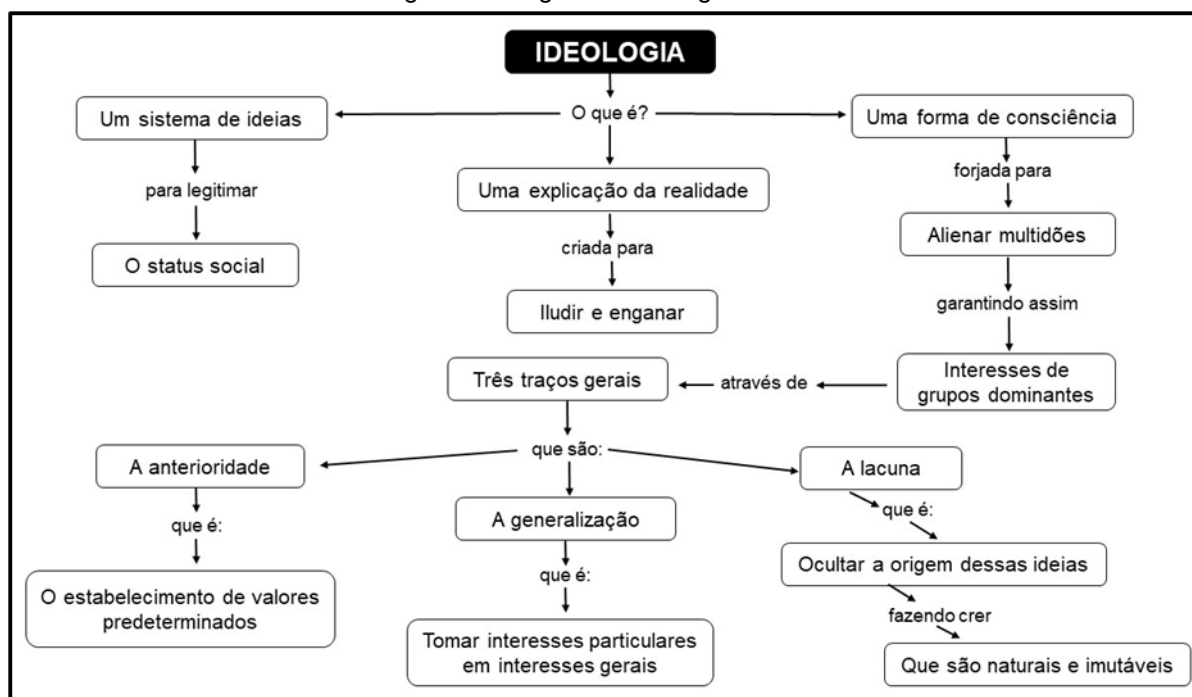
Para Marx (2007), a situação em que os indivíduos criaram e continuam criando seus Estados, torna o equívoco hegeliano compreensível, porque os próprios criadores tropeçam em mil dificuldades e não se reconhecem, efetivamente, no que criaram. Ainda para o autor, a existência do Estado que submete a sociedade ao seu controle, impondo a sua ordem, é um sintoma de alienação resultante dos movimentos históricos nos quais as pessoas por atuarem de maneira desunida, perdem a capacidade de se realizarem no mundo. Isto é, o Estado é uma criação de cidadãos divididos, confusos, alienados. Estado, continua Max, é a democracia da não-liberdade, a consumação da alienação.

É possível revelar que a ideia de uma construção teórica distorcida, é no pensamento de Marx, desde o início da sua articulação, uma ideia que vincula a ideologia à alienação e que a construção (e manutenção) do Estado por uma sociedade desarticulada é ponto fundamental da questão ideológica. Para Marx, essa desarticulação fortaleceu a alienação ao longo da história.

Outra crítica importante de Marx em relação a Hegel é a maneira de conceber o Estado como lugar onde a razão prevalece, foi a partir dessa crítica que Marx entendeu que se tratava de uma construção ideológica. Para Marx, a existência de um Estado controlador é uma marcação alienante, isto é, ideológica.

A seguir, na Figura 1, Medeiros (2011), ilustra em formato de infográfico, a ideia de ideologia sob a ótica marxiana.

Figura 1: Infográfico ideologia em Marx



Fonte: Medeiros (2011, p. 05)

É possível observar no infográfico que a visão marxista é exposta indicando que a ideologia é utilizada para alienar as pessoas por interesses de grupos dominantes a partir de três perspectivas: i) sendo a ocultação da origem das ideias (lacuna), sob o pretexto de que as coisas ocorrem naturalmente; ii) usando de interesses particulares como se fossem gerais (generalização) fazendo com que se incorpore inevitavelmente os interesses dos grupos dominantes; iii) estabelecimento de valores predeterminados (anterioridade), onde se utiliza de uma carga de pensamentos previamente formados.

Marx entende, segundo Grespan (2021), que a alienação diz respeito à situação social do mundo capitalista, ela conserva a forma da autonomização e da inversão, pois ao ser privado da propriedade dos meios de produção, o indivíduo não se reconhece mais plenamente no produto de seu trabalho e tem acesso a ele apenas mais tarde, ao comprá-lo no mercado. Nessa perspectiva, a alienação consiste na ‘estranheza’ do mundo dominado por um poder social sobre o qual os indivíduos perderam qualquer controle, depois de o terem criado, em um evidente movimento de autonomização e inversão. Ou seja, para Grespan (2021), as condições de trabalho e de distribuição dos frutos do trabalho tornam-se independentes dos agentes econômicos e, em seguida, aparecem como “um poder que subjuga” seus criadores,

“em vez de ser dominado” por eles. Em uma inversão surpreendente, o produto aparece como o produtor e o produtor, como o produto.

É possível revelar a partir do parágrafo acima que, após a ruptura do indivíduo com o campo (propriedade), ele não tem alternativa a não ser vender seu único bem para sobreviver: sua força de trabalho. Desta feita, se confundem produtor e produto, adquirindo a força de trabalho status simples de mercadoria.

Sobre mercadoria, Marx a define como a “forma social específica de que se reveste o produto do trabalho, quando não serve ao consumo do próprio produtor ou a trocas apenas eventuais, e quando já é produzido para o mercado” (GRESPLAN, 2021, p. 27). Apesar de existir anteriormente ao sistema capitalista, a mercadoria somente se generaliza a partir da predominância do trabalho assalariado sobre outras maneiras de se produzir. Ou seja, mercadoria e força de trabalho passam a adquirir, pouco a pouco, simbologia de igualdade. É a partir dessa abordagem da mercadoria, que surge o conceito marxiano de “fetichismo da mercadoria”.

De acordo com Gresplan (2021) o ponto de partida para a análise do fetichismo assenta-se na mercadoria. Ao adquirir essa forma, o trabalho assume sua dimensão abstrata de modo objetivo, isto é, pela reiteração do processo social de troca que, aos poucos, fixa as proporções pelas quais as mercadorias são trocadas, permitindo o cálculo de seu valor. Nessa perspectiva, ainda segundo Gresplan (2021), as relações sociais não se apresentam como vínculo entre pessoas, e sim como vínculo entre coisas, assumindo as qualidades objetivas das coisas, especialmente sua aparência de força externa ao mundo humano, de realidade natural e eterna.

A perspectiva do “fetichismo” de Marx, vem de “feitiço”, como sendo algo inanimado, como se estivesse vivo, se atribuindo um poder misterioso. Contudo, não quer dizer que as mercadorias criam vida exatamente, essa analogia se dá pela importância que as mercadorias adquirem dentro do sistema, não sendo mais a sociabilidade do trabalho que é priorizada e sim a mercadoria. Ou seja, enquanto as relações de troca se “coisificam”, as relações entre coisas se tornam subjetivas.

O poder que realiza a ilusão fetichista é, conforme Gresplan (2021), ainda mais forte quando entra em cena não apenas como mercadoria em geral, e sim como a mercadoria equivalente geral, isto é, o dinheiro [papel-moeda]. Como o dinheiro é o mediador universal das trocas, nele sintetiza-se toda a circulação de mercadorias, toda a ligação social entre os vários trabalhos privados. Depois do papel-moeda, completa Gresplan (2021), o dinheiro ainda pôde evoluir para a forma de cartões

magnéticos de débito e crédito, e outras mais, livrando-se do lastro em metais preciosos (ouro principalmente) e adquirindo, com isso, até mais poder social do que antes, em razão da universalização de seu caráter de equivalente.

É possível revelar que, atualmente, a relação entre dinheiro e capital se confundem e adquirem mais aspectos fetichistas, sobretudo quando se atribui cada vez mais valor e poder aos que detém esse capital, potencializando o fosso da desigualdade.

Arrematando a questão do fetichismo, Grespan argumenta:

[...] o fetichismo adota uma forma desenvolvida o bastante para explicitar não apenas a inversão entre pessoas e coisas, mas também o fundamento que a determina, a saber, a inversão entre sujeito e objeto executada pelo capital. O trabalho é o verdadeiro sujeito criador de valor, mas é dominado pelo capital e submetido à tirania dos meios de produção, que usurpam sua posição e se apresentam como o sujeito que organiza e comanda o processo. De sujeito, o trabalho passa a objeto, a instrumento vivo, enquanto o objeto passa a sujeito. Contudo, sobre esse novo sujeito pesa uma condenação: sua vida e sua atividade são roubadas do trabalho, mas ele vive só enquanto consegue sugar trabalho vivo. É tentando resolver essa contradição que o capital cria novas estruturas econômicas, novas formas sociais e políticas, novas representações ideais de seus processos efetivos. No entanto, a contradição permanece configurando a sociedade capitalista (GRESPLAN, 2021, p. 47).

Depreende-se do trecho acima, que é subvertendo a relação entre sujeito e objeto que o capitalismo se faz e se refaz a todo o tempo. Ao ocultar na sociedade, através das novas representações, a perspectiva fetichista, o capital vai “criando valor” a partir das mais variadas facetas.

Outra questão a ser evidenciada acerca da ideologia em Marx, é a relação do Estado com a propriedade privada. Para Marx (2007), o Estado enquanto instituição se considera universal, porém está envolvido e comprometido com a propriedade privada. O poder do Estado político sobre a propriedade privada é a própria propriedade privada. Para o autor, o que resta ao Estado político em oposição a essa essência é a ilusão de que é determinante, quando, na verdade, é determinado.

Ou seja, revela-se do pensamento de Marx que o Estado é determinado pela propriedade privada e, dessa maneira, age de acordo com os interesses dela. Esse processo se sustenta, devido a ilusão ideológica gerada pela profunda divisão das sociedades que confundem o universal e o particular.

Marx (2007) afirmava que a ideologia era a expressão da incapacidade de comparar as ideias com o uso histórico delas, com a sua inserção prática no

movimento da sociedade. Para o autor, essa incapacidade também precisava ser compreendida historicamente. Marx defendia ainda que apenas pensando historicamente, os indivíduos poderiam tentar compreender a ideologia e lidar com ela.

Ainda conforme Marx (2007), a distorção ideológica não se reduzia a uma racionalização grosseira dos interesses de uma determinada classe ou de um determinado grupo. Muitas vezes ela falseava as proporções na visão do conjunto ou deformava o sentido global do movimento de uma totalidade. Para o autor, quem executava a ideologia era um sujeito movido pela falsa consciência, porém não se podia deixar de levar em conta que o processo da ideologia era maior do que a falsa consciência, já que incorporava necessariamente em seu movimento conhecimentos verdadeiros. A ideologia, nessa perspectiva, também se tratava de atitude deliberada.

As contribuições de Marx e Engels para o entendimento da questão da ideologia podem ser consideradas como um divisor de águas. Ao revelar a ideologia como alienação, como falsa consciência, como instrumento de determinação do Estado, os autores estabeleceram um novo patamar nas reflexões sobre o tema, além de chamar a atenção dos seus contemporâneos – e das gerações que se seguiram – para uma questão de enorme importância e que talvez não comporte uma solução cabal e conclusiva.

2.2.2. Georg Lukács

Georg Lukács (1885-1971) foi um filósofo e historiador húngaro marxista. É amplamente descrito como o mais proeminente intelectual marxista da era stalinista², tendo sido um dos fundadores do marxismo ocidental, uma tradição interpretativa que se afastou do conservadorismo marxista ideológico da União Soviética. Também desenvolveu a teoria da reificação e contribuiu para a teoria marxista com o desenvolvimento da teoria da consciência de classe (IL, 2012).

De acordo com Konder (2002), Lukács teve sobre os intelectuais do início do século 20 a “vantagem” de ter tido um sólido conhecimento do idealismo clássico, especialmente as ideias de Kant e Hegel. Esse conhecimento, lhe permitiu perceber o que os outros não conseguiam em relação aos escritos de Marx.

² Josef Stalin, governou a União Soviética (URSS) de meados da década de 1920 até sua morte, servindo como Secretário Geral do Partido Comunista de 1922 a 1952, e como primeiro-ministro de seu país de 1941 a 1953.

Para Konder (2002), a experiência de um engajamento na luta política e no campo das ideias, ficaram expressas numa coletânea de ensaios intitulada *História e Consciência de Classe*, publicada em 1922 e considerada sua principal obra. Nessa coletânea, Lukács trouxe significativa contribuição para o aprofundamento da reflexão a respeito da questão da ideologia, sobretudo no ensaio sobre a *reificação* (coisificação). Conforme Crocco (2009), a reflexão de Lukács sobre a coisificação, teve seu início na alienação e na teoria do *fetichismo da mercadoria* de Marx no primeiro volume de *O Capital*. A coisificação como conceito é o desenvolvimento lógico e histórico desses termos (alienação e fetichismo).

De acordo com Lukács (2003), a sociedade capitalista girava em torno do mercado e se baseava na generalização da produção de mercadorias, o movimento dos objetos começava a invadir todas as esferas da vida humana e passava a camuflar todos os movimentos subjetivos, quando a própria força humana de trabalho era vendida em troca de um salário e se tornava uma mercadoria igual às outras.

É possível associar a questão da coisificação ao *taylorismo-fordismo* do final do século 19 e início do 20, no qual os burgueses nas suas fábricas criaram as linhas de montagem, produção em massa e em série, trabalho cronometrado e metas de produtividade. A perspectiva de exploração da mão-de-obra ganhava outra dimensão com a assunção desses métodos de trabalho. O filme *Tempos Modernos*, de Charlie Chaplin, retrata uma crítica ao sistema taylorista de produção, evidenciando o trabalho repetitivo onde o trabalhador não se sente parte do processo, tampouco se reconhece no produto final.

Konder (2002), afirma que a dinâmica do sistema criado pelo capitalismo tende a destruir todos os valores intrinsecamente qualitativos, o fundamento das convicções das pessoas. Para o autor, os sujeitos individuais da época eram induzidos a aceitar serem colocados num plano no qual as máquinas poderiam substituí-los e superá-los.

Em contraponto a questão ideológica, Lukács (2003) levanta que a práxis, a ação histórica exigia uma consciência adequada ao que se estava fazendo. Os seres humanos precisavam constantemente aprender e reaprender a pensar historicamente. E para isso deveriam reconhecer a formação ininterrupta do qualitativamente novo. Esse reconhecimento, contudo, ia se tornando cada vez mais impossível, sob a ótica da burguesia. Dessa forma, Lukács associava a possibilidade do pensamento dialético, crítico, desmistificador, a uma superação das distorções

ideológicas que dependia do proletariado. Revela-se, a partir do argumento de Lukács que somente através da classe proletária era possível a superação da questão ideológica imposta pela classe burguesa dominante. E o proletariado somente conseguiria realizar essas mudanças, assim como Marx defendia, a partir de um pensar histórico.

Consoante com Lukács (2003), a percepção empírica que os trabalhadores tinham da sociedade burguesa em que viviam e trabalhavam era fonte de distorção ideológica. Para o autor, essa distorção somente poderia ser superada por uma *consciência acrescentada* (possível), que seria aquela que poderia proporcionar à classe operária o processo de totalização que lhe permitiria a apreensão da História como processo unitário. Isto é, para Lukács (2003), só com o aparecimento do proletariado é que se completaria o conhecimento da realidade social. E ele se completaria quando, com a posição de classe do proletariado, encontrasse um ponto do qual se pudesse enxergar o todo da sociedade.

Com sua obra, sobretudo o livro *História e Consciência de classe*, Lukács contribuiu para um melhor entendimento da teoria marxista e, conseqüentemente, aos estudos sobre a questão da ideologia. Conceitos como o da *coisificação* e o de *consciência possível* foram importantes na busca por um maior entendimento sobre a ideologia além de terem sido base para diversos autores do século 20 que viriam.

2.2.3. Karl Mannheim

Karl Mannheim (1893-1947) foi um sociólogo judeu nascido na Hungria. Iniciou seus estudos de filosofia e sociologia em Budapeste participando de um grupo de estudos coordenado por Lukács. O marxismo exerceu inicialmente uma forte influência sobre o pensamento de Mannheim, mas acabou abandonando-o, em parte por não acreditar que fossem necessários meios revolucionários para atingir uma sociedade melhor. Karl Marx e Max Weber são os principais sociólogos com quem Mannheim dialoga para a construção da sua teoria sociológica principalmente através do livro *Ideologia e Utopia* de 1929 (PORTO, 2020).

A partir das questões apontadas por Lukács, Mannheim (1952) se dispôs a refletir sobre o tipo de objetividade que poderia ser alcançado pelas ciências sociais. O autor estava convencido de que o rigor científico era possível no trabalho dos cientistas sociais, porém as peculiaridades da investigação exigiam que, em seu campo de atuação, os cientistas se empenhassem na busca de um novo tipo de

objetividade que não seria por meio da exclusão de valorações, e sim através da percepção e do controle crítico dessas.

Conforme Mannheim (1952), o reconhecimento da situação objetiva era imprescindível ao esforço de autodomínio por parte das pessoas. O autor acreditava que apenas quando nos tornássemos senhores de nós mesmos, quando as motivações inconscientes, de que anteriormente não percebíamos adentrassem nosso campo de visão, essas se tornariam acessíveis ao controle consciente.

Mannheim acreditava que o autoconhecimento e a perspectiva de amplitude do pensar – conhecimento teórico e empírico, além das relações que se construía a todo momento – deveriam ser levadas em consideração para um alcance mais abrangente da realidade.

Em *Ideologia e Utopia*, sua principal obra, Mannheim afirmava, segundo Oliveira e Almeida (2017), que todo ato de conhecimento não resultava apenas da consciência puramente teórica, mas também de inúmeros elementos de natureza não teórica, provenientes da vida social e das influências e vontades a que o indivíduo está sujeito.

Conforme Mannheim (1952), as ideologias são sempre conservadoras. Elas expressam o interesse vital das classes dominantes numa estabilização da ordem: está implícita na palavra ideologia a noção de que, em certas situações, o inconsciente coletivo de certos grupos obscurece a condição real da sociedade, tanto para si como para os demais, estabilizando-a.

Ainda conforme Mannheim (1952), a ideologia contrapunha-se a *utopia*, que o sociólogo via como expressão da percepção que tinham da realidade de certos grupos oprimidos, que, empenhados na transformação da sociedade, somente veem na situação os elementos que tendem a negá-la. A *utopia*, então, seria a forma assumida por uma espécie de ideologia progressista: ao se contrapor à ideologia, intrinsecamente conservadora, a utopia incidia numa unilateralidade estruturalmente análoga à da expressão do conservadorismo.

Konder (2002), afirma que em um primeiro momento, a ideologia foi reconhecida com um fenômeno atribuído somente aos que “se equivocaram”. Era, na designação de Mannheim, uma concepção parcial de ideologia. Depois, veio o reconhecimento de que as distorções ideológicas derivavam das condições sociais e em princípio atingiam todas as pessoas que viviam em sociedade. O autor chamou essa perspectiva de concepção total de ideologia.

Consoante com Mannheim (1952), o marxismo estava errado ao vincular a possível objetividade do conhecimento a uma determinada classe social, o proletariado. De acordo com o autor, o conceito de ideologia, tal como Marx o formulou no século 19, estava demasiadamente integrado a uma teoria que também refletia as condições da época. No século XX, abriam-se novas possibilidades que permitiam aos cientistas sociais transformá-lo num método de pesquisa da história intelectual e social em geral.

Lukács também teria cometido o erro, segundo Mannheim (1952), em depositar uma esperança desmesurada no papel da classe operária, atribuindo-lhe o poder de, ao mesmo tempo, possuir uma perspectiva particular de classe, e desenvolver a capacidade de abarcar a totalidade do movimento social, elevando-se a um ponto de vista universal. Mannheim acreditava que a classe operária não tinha capacidade de assumir o “comando” do movimento social em busca de uma universalidade que se distanciasse da ideologia e da utopia. Isto é, como a classe operária poderia, ao mesmo tempo, defender sua classe e propor uma universalidade?

Mannheim (1952), propunha outro caminho: reconhecendo a necessidade de se empenhar constantemente na superação dos particularismos e dos pontos de vista adotados por indivíduos, grupos ou classes, o autor procurou substituir o sujeito particular que, afinal, poderia se mover na direção da possível universalidade. Ou seja, procurou o sujeito que poderia, de algum modo, substituir o proletariado de Marx e Lukács.

Mannheim (1952), entendia que o caminho seria um pequeno grupo do qual ele mesmo fazia parte: um estrato relativamente sem classe, cuja situação na ordem social não fosse demasiado firme. Esse estrato estaria aberto ao ingresso constante de indivíduos das mais diversas classes e grupos sociais, com todos os pontos de vista possíveis. Dessa forma, para o autor, seus integrantes poderiam desenvolver uma compreensão ampla das exigências tanto das diversas classes como do conjunto da sociedade. Esse grupo, ainda segundo o autor, promoveria a extensão historicamente possível do conhecimento, a ampliação viável dos horizontes da sociedade, contribuindo, cientificamente, para uma visão total que implicaria tanto a assimilação quanto a transcendência das limitações dos pontos de vista particulares.

Para Konder (2002), Mannheim acreditava que o pequeno grupo de intelectuais constituiria um outro tipo de base social: não seria nem a ideologia nem a

utopia, mas as ideias propriamente científicas, que poderiam aspirar, legitimamente, a uma validade universal. No entanto, vale salientar que esse pensamento se torna impraticável em sociedades capitalistas.

Mannheim foi importante pensador do início do século 20, em sua obra *Ideologia e Utopia*, trouxe diversas contribuições sobre a perspectiva da ideologia. Criticou Marx e Lukács, por depositarem no proletariado a solução contra o pensamento particular (ideológico) e revelou – como alternativa ao que o marxismo que tinha proposto até então – a possibilidade de uma sociedade universalizada através da “liderança” por um grupo de intelectuais, do qual ele faria parte.

Mannheim atribuía uma visão particular como ideológica. Dessa maneira fica a reflexão: como um pequeno grupo – mesmo que com pensamentos construídos em classes diversas (teórica e empiricamente) – poderia ser a solução para uma sociedade mais universalizada?

É possível revelar que o pensamento de Mannheim recaia no mesmo erro que ele próprio tinha encontrado em pensamentos anteriores aos seus: o olhar particular sobre o universal. Mesmo diante de um grupo supostamente “aberto” a diversas perspectivas, dificilmente esse grupo estaria blindado das contaminações ideológicas. Depreende-se ainda das ideias de Mannheim uma posição idealista no sentido de que ignora os conflitos e interesses de classe nas sociedades capitalistas.

2.2.4. Max Horkheimer e Theodor Adorno

Dentre os diversos nomes importantes da chamada *Escola de Frankfurt*, os de Max Horkheimer (1895-1973) e de Theodor Adorno (1903-1969) se destacaram, tendo produzido diversas obras em conjunto.

A *Escola de Frankfurt* é uma escola (ou vertente) de teoria social e filosofia, particularmente associada ao Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, na Alemanha. A escola inicialmente consistia em cientistas sociais marxistas dissidentes que acreditavam que alguns dos seguidores de Karl Marx tinham se tornado apenas replicadores de uma limitada seleção das ideias dele, geralmente em defesa dos partidos comunistas ortodoxos. Entretanto, muitos desses teóricos admitiam que a teoria marxista tradicional não poderia explicar adequadamente o turbulento e inesperado desenvolvimento de sociedades capitalistas no século 20. Críticos tanto do capitalismo quanto do socialismo da União

Soviética, os seus escritos apontaram para a possibilidade de um caminho alternativo para o desenvolvimento social (MEDEIROS, 2014).

Conforme Konder (2002), Horkheimer evidenciava a importância do aprofundamento da reflexão sobre o conceito de ideologia e deixava claro que a seu ver esse aprofundamento não se daria pelo caminho proposto por Mannheim e pelos intelectuais de espírito acadêmico.

Segundo Nobre (2004), Horkheimer sustentava, criticando Hegel e, implicitamente Lukács, que numa sociedade capitalista na qual a quase totalidade social era desprovida de racionalidade, os sujeitos, qualquer que fosse a posição de classe deles, não poderiam se apoiar numa razão que, por seu conceito, fosse transparente a si mesma. Ainda, de acordo com Nobre (2004), para Horkheimer, não existia mais uma classe social em cuja compreensão fosse possível se basear. Pois, na conjuntura da época, qualquer camada da sociedade poderia apresentar uma consciência ideologicamente distorcida e corrompida, por mais que sua posição pudesse lhe conferir uma vocação para a verdade.

Horkheimer defendia que Marx não tinha tratado o conceito de ideologia com profundidade. Visto que para Horkheimer, a ideologia estaria no cerne da exploração do sistema capitalista.

Juntos, Horkheimer e Adorno produziram um livro que veio a ter no pós segunda guerra mundial grande repercussão: *Dialética do Esclarecimento*. O ponto de partida da obra é uma reflexão crítica sobre o iluminismo (movimento de ascensão da burguesia no século 18). No livro, Horkheimer e Adorno (1985), se dispõem a analisar todos os sinais de contradições que estejam sendo camuflados pela chamada *ilusão de harmonia*³ que caracteriza a forma dominante da ideologia na vida cultural contemporânea. Ou seja, naquele momento do século 20, a ideologia dominante e a sua capacidade de submeter às pessoas uma *ilusão de harmonia* adquiriram um poder muito superior àquele que Marx poderia ter imaginado no século 19, graças à criação da *indústria cultural*.

No conceito de *indústria cultural*, Horkheimer e Adorno (1985) denunciam, de forma pioneira, o funcionamento dos meios de comunicação de massa e a indústria do entretenimento como um sistema que não só assegurou a sobrevivência do capitalismo como continua exercendo função essencial em sua preservação,

³ Os escritores clássicos da burguesia são luminosos (iluministas), dessa maneira, apresentam as coisas sob uma luz que as ordena e lhe confere a aparência de uma harmonia.

reprodução e renovação. Para os autores, para que pudesse se viabilizar, a indústria cultural precisava de certa padronização (limitação), imposta à diversificação das expressões culturais. Dessa maneira, investiu-se também na formação de um vasto público consumidor de comportamento passivo e desprovido de criticidade.

É possível apontar que com o avanço da indústria cultural (do entretenimento), Adorno e Horkheimer alertavam sobre a potencialização das ações ideológicas na sociedade. Essa indústria impulsionava a manutenção da classe dominante no poder (interesses particulares como universais), direcionando ações e comportamentos que as pessoas deveriam seguir, além de camuflar as relações de desigualdade que existiam, através da alienação.

Conforme Horkheimer e Adorno (1985), produtos eram desenvolvidos visando cultivar o comodismo nos consumidores, desencorajando-os a qualquer questionamento mais crítico. Isto é, evitava-se ao máximo, estimular a reflexão dos seus destinatários, atrofiando-lhes a imaginação. Para os autores, diante desse contexto, a ideologia denota ser reduzida a um discurso vago e descompromissado, ainda assim não transparente e, tampouco, mais fraca. Para os autores, justamente a vagueza, a aversão a fixar-se em qualquer coisa que permita verificação, funciona como instrumento de dominação.

A ideia de ideologia como discurso vago foi exatamente o que Horkheimer e Adorno alertavam sobre a maneira como a classe dominante tentava impor na sociedade. A partir do momento em que a ideologia perdesse a importância (o perigo) ela já estaria adquirindo formas de realidade.

Em livro publicado em 1966, denominado *Dialética Negativa*, Adorno estabelece outra perspectiva em relação a questão da ideologia. Para o autor, todas as expressões humanas eram ideológicas, ou seja, eram desqualificadas como formas de uma falsa consciência. No livro, Adorno (2009) questiona quais formas de consciência então não seriam ideológicas. Para ele, seria pela negação que o pensamento poderia pretender (sem garantias) escapar à ideologia. A ideologia dominante é obrigada a insistir na positividade exatamente porque está empenhada em evitar que, pela negação, as pessoas tomem consciência de quanto o quadro da realidade constituída é negativo. Para o autor, a esperança está numa negação que preserve o poder questionador da vida espiritual e que impeça a consciência de se satisfazer, ingenuamente, consigo mesma.

Ao defender a ideia de negação como alternativa à ideologia, Adorno visa incitar um maior poder questionador, crítico na sociedade. Quando a ideologia dominante insiste na positividade, na verdade ela insiste no consenso, na permanência das relações. Adorno, através da negação, apoia o rompimento dessas relações.

Horkheimer e Adorno deram importantes contribuições acerca dos estudos da ideologia. Questionando o marxismo, sobretudo o de Mannheim, os autores revelaram uma tendência importante que surgira na cena da época: a questão da indústria cultural. Ao construírem esse conceito, Horkheimer e Adorno revelavam que a ideologia potencializava o seu poder de alienação.

Diferentemente do que pensavam Marx e Lukács, Horkheimer e Adorno, acreditavam que nenhuma classe social estava ileso da ação da ideologia, visto que ela, a ideologia, a cada dia se tornava mais semelhante ao que se tinha como realidade. Ambos os autores acreditavam que somente a partir da criticidade dos pensamentos e ações, a sociedade poderia lutar contra a ideologia.

2.2.5. Herbert Marcuse

Herbert Marcuse (1898-1979) foi um sociólogo e filósofo alemão naturalizado norte-americano, também pertencente à Escola de Frankfurt. Em suas obras, principalmente no livro *A Ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional*, ele criticou o capitalismo, a tecnologia moderna, o materialismo histórico e a cultura do entretenimento, argumentando que representavam novas formas de controle social (LOUREIRO, 2005).

Conforme Konder (2002), embora concordasse com a maioria das posições assumidas por Adorno no plano teórico, Marcuse tinha uma forte disposição para intervir nas ações práticas, nos movimentos políticos. A própria análise que Adorno fazia da gravíssima situação em que se encontrava a sociedade, nas condições do capitalismo tardio, era encarada por Marcuse como razão para engajar-se, com urgência, nos combates possíveis, nas lutas que estavam sendo travadas sem esperar o aparecimento de um movimento que correspondesse plenamente às exigências filosóficas do pensador.

Por ter se exilado nos EUA, após a perseguição nazista que sofreu na Alemanha na década de 1930, Marcuse foi grande estudioso do capitalismo que se constituía nas terras norte-americanas.

De acordo com Peixoto (2011), Marcuse caracteriza o capitalismo norte-americano – tomado como modelo do capitalismo tardio – como o caminho para o que denomina de *sociedade unidimensional*: uma sociedade que controla e integra todas as dimensões da existência privada e pública, que assimila forças e interesses antes opostos, que administra metodicamente os instintos humanos; uma sociedade na qual toda força de negação está reprimida e se converte, por sua vez, em fator de coesão e afirmação. Este processo de integração, tão característico desta sociedade, se desenvolve, além disso, sem um terror aberto: a democracia consolida a dominação mais firmemente do que o absolutismo. A liberdade administrada e a repressão dos instintos se transformam em instrumentos fundamentais para o aumento incessante da produtividade.

Contudo, afirma Peixoto (2011), esta produtividade econômica e tecnológica se transforma em destruição: não apenas nas guerras, mas destruição das pessoas e da natureza; exaustão de matérias primas, de forças de trabalho, poluição do ar, da água e violência generalizada. Para o autor, a sociedade de consumo, se caracteriza, ao mesmo tempo, pela produção e destruição em grande escala. Graças ao progresso tecnológico e à racionalização do trabalho e das empresas, a produção não deixa de aumentar. As necessidades políticas da sociedade se transformam em interesses e necessidades dos indivíduos a tal ponto que o sistema como um todo se apresenta como a própria personificação da razão.

Na perspectiva do homem unidimensional, Marcuse revela um processo de “homogeneização” de classes, sobretudo com o avanço capitalista nos Estados Unidos. Na visão do autor, a relação de conflito cede em grande medida, pois as classes se tornam mais “integradas”, sob o pretexto de uma busca por maior produtividade na indústria da época.

Para Marcuse (1973), Marx sempre considerou o proletariado como a classe revolucionária por excelência, sendo a principal vítima da exploração capitalista, e sem perspectivas de emancipação no quadro do mundo burguês, ela seria o sujeito da transformação social. No entanto, segundo Marcuse, nas sociedades industriais avançadas já não ocorre o mesmo: na *sociedade afluyente* a classe operária está ligada ao sistema das necessidades, mas não a sua negação. Para Marcuse, o desenvolvimento do mundo capitalista alterou a estrutura e a função das classes sociais – burguesia e proletariado – até o ponto de falsificá-las de seu papel histórico de agentes da transformação social. Para o autor, cada vez mais, um interesse

predominante na preservação e no melhoramento do *status quo* institucional une os antigos antagonistas nos setores mais avançados da sociedade contemporânea.

Ou seja, depreende-se do argumento de Marcuse, que a classe proletária já não experimenta a necessidade de transformar a sociedade capitalista, uma vez que estaria integrada ao sistema. Nessa perspectiva, algumas das limitações impostas pela ideologia burguesa dominante do século 19 tornavam-se desnecessárias. Essa nova ideologia dominante, que assegurava a lucratividade do sistema para a burguesia no século 20, nem sempre recorria à retórica do desenvolvimento espiritual, nem sempre coibia os prazeres em seu discurso. Preferia liberá-los na prática regida pelas leis do mercado, porém os submetia a um processo de degradação, que muitas vezes acabava por falsificá-los.

Conforme Marcuse (1973), uma ideologia individualista, nessa sociedade afluyente, ao mesmo tempo afagava e enfraquecia o eu, exaltando-lhe o poder e, simultaneamente, tornando-o cada vez mais disponível para aceitar um comando externo. Embora fossem manipuladas por colossais investimentos feitos na propaganda, as pessoas tinham a impressão de que eram livres porque nos supermercados e lojas podiam escolher entre muitas mercadorias e numerosos serviços. Por isso tendiam a se adaptar “voluntariamente” aos padrões daquilo que Marcuse caracterizou como conduta e pensamento unidimensional.

Revela-se do pensamento de Marcuse que, nessa sociedade afluyente por ele exposta, já não havia a dualidade entre burguesia e proletariado, pois ambas as classes se beneficiavam do sistema, sobretudo pela via do consumo.

De acordo Marcuse (1973), há nos consumidores uma expectativa de “felicidade”. Com essa expectativa, eles se dirigem ao mercado, que os induz a uma escalada no consumo, sugerindo que para ser felizes precisarão comprar cada vez mais mercadorias cada vez mais caras e assim condenando-os a uma frustração crescente. O aumento no número dos frustrados e na intensidade da frustração torna imprescindível o crescimento de uma rede discreta, mas implacável de meios repressivos, para o controle da população.

Essa perspectiva de consumo revelada por Marcuse remete ao que viria a ser chamado de “corrida dos ratos”, conceito criado pelo escritor Robert Kiyosaki, que estabelece analogia entre ratos de laboratório correndo em uma roda e o indivíduo da sociedade de consumo que vive preso ao ciclo de trabalhar, consumir, pagar

despesas, trabalhar mais, consumir mais, pagar mais despesas, chegando a exaustão física, mental e econômica em virtude de estar preso nesse ciclo.

O avanço da indústria cultural, com cada vez mais produtos disponíveis, gerava no século XX, assim como hoje, uma sensação de “merecimento”, onde os indivíduos buscam nos bens materiais, compensações que muitas vezes só podem ser satisfeitas pela via puramente emocional. Ou seja, a felicidade buscada em uma vitrine, quando ocorre é efêmera e possivelmente não será encontrada. Essa “sensação” pode ser entendida como o que Milton Santos definiria, posteriormente, em sua obra *Por uma outra globalização* como sendo a globalização como “fábula” que se trata da globalização como a que nos fazem crer.

A análise que Marcuse fazia do sistema e da sua ideologia não se desenvolvia, absolutamente, em oposição às análises que Adorno e Horkheimer haviam dedicado à indústria cultural. Havia, entretanto, uma divergência importante: Adorno e Horkheimer focavam na perspectiva da negação por parte do proletariado como alternativa à ideologia da classe burguesa dominante. Já Marcuse concentrava sua atenção em aspectos da sociedade afluyente que em princípio poderiam ser alvo de uma ofensiva por parte de forças políticas existentes.

2.2.6. Antonio Gramsci

Antonio Francesco Gramsci (1891-1937) foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário, linguista, historiador e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia, história e linguística. Foi membro-fundador do Partido Comunista da Itália, tendo sido eleito deputado. Foi preso pelo regime fascista de Benito Mussolini, o qual só saiu para morrer em uma clínica em 1937. Gramsci é reconhecido, principalmente, pela sua teoria da *hegemonia cultural* que descreve como o Estado usa, nas sociedades ocidentais, as instituições culturais para conservar o poder (COUTINHO, 1999).

Conforme Konder (2002), Gramsci entendia o termo ideologia, em sua origem, compactuava, com uma valorização exagerada da força da percepção sensorial. O autor se referiu ao fato de que o primeiro conceito de ideologia ter sido elaborado por filósofos franceses que pretendiam decompor as ideias até chegarem aos elementos “originais”, quer dizer, até chegarem às sensações, das quais, supostamente, as ideias derivavam. Para o autor, tratava-se, assim, de uma concepção fisiológica da ideologia.

Ainda de acordo com Konder (2002) Gramsci acreditava que Marx e Engels entendiam que a ideologia fazia parte da supra estrutura, e como tal, essas construções supra estruturais combinam elementos de conhecimento e expressões de pressões prejudiciais à universalidade do conhecimento, desta forma, deveriam ser criticamente analisadas. Para o autor, a ideologia, na forma em que Marx e Engels usavam a palavra, tornava-se uma supra estrutura, um fator de equívocos, um elemento errado. E o principal equívoco, aquele que costuma se verificar com maior frequência, é o que consiste numa visão ideológica da ideologia e que resulta numa desqualificação dos fenômenos ideológicos. Para o autor, essa desqualificação generalizada, impedia a perspectiva comprometida com a superação das distorções ideológicas (a perspectiva de Marx e Engels) de reconhecer concretamente as diferenças significativas que existem no interior do campo da ideologia.

Gramsci entendia a ideologia como sendo distinta da estrutura. Isto é, para o autor, não são as ideologias que mudam a estrutura, mas o contrário, é a estrutura que muda a ideologia. O autor estabelecia uma divisão da estrutura em infraestrutura e supra estrutura. A infraestrutura seria as forças produtivas e as relações sociais de produção, já a supra estrutura seria a ideologia constituída pelas instituições, sistema de ideias, doutrinas e crenças.

Gramsci (1978) propunha uma atenção especial para as diferenças internas da ideologia. Observava uma diferença que lhe parecia decisiva: a distinção entre ideologias *historicamente orgânicas*, que são necessárias a uma certa estrutura; e ideologias *arbitrárias*, que seriam racionalizadas, desejadas. Para o autor, as ideologias *arbitrárias* merecem ser submetidas a uma crítica que, de fato, as desqualifica. As ideologias *historicamente orgânicas*, porém, constituem o campo no qual se realizam os avanços da ciência, as conquistas da objetividade, quer dizer, as vitórias da representação daquela realidade que é reconhecida por todos os indivíduos, que é independente de qualquer ponto de vista meramente particular ou de grupo.

Nos dois tipos de ideologia colocados por Gramsci, as arbitrárias são as que devem ser combatidas, por estarem associadas à manutenção da classe burguesa dominante no poder, já as historicamente orgânicas seriam “aceitas” por essas supostamente passarem tanto por um “crivo” da ciência quanto pela aceitação da sociedade civil organizada. Ou seja, as historicamente orgânicas se modelariam às diversas classes sociais e pontos de vista, sendo ratificadas.

Esse alerta sobre as diferenças internas da ideologia proposto por Gramsci, de certa forma, pode ser comparado a ideia de ideologia (parcial) e utopia (total) de Mannheim. A diferença é que no caso de Mannheim a ideologia parcial se dava pelos que tinham se equivocado, já no caso de Gramsci, a ideologia arbitrária seria deliberada. No caso da utopia de Mannheim e a ideologia historicamente orgânica de Gramsci os sentidos são parecidos, visto que, apesar de serem ambas ideologias, seriam derivadas a partir das condições sociais (historicamente) construídas.

Gramsci (1978) alertava que o próprio marxismo não poderia se pretender imune às variações da ideologia. Na medida em que está comprometido com um projeto e uma ação de crescente mobilização das classes populares – cuja consciência se move no plano do senso comum – compreende-se que o marxismo tenha acabado por se mostrar um tanto impregnado pelos critérios (frequentemente preconceituosos ou supersticiosos) determinados pela percepção das massas. Para Gramsci, o marxismo tinha se tornado, nessa perspectiva, preconceito e superstição.

Para Konder (2002), Gramsci entendia que, por ter um caráter de filosofia de massa, o marxismo só pode se desenvolver de modo polêmico, em confronto com os nostálgicos do passado ou com os aproveitadores da situação presente. Para o autor, é no conflito que o marxismo se liberta, ou tenta se libertar, de todo elemento ideológico unilateral e fanático. Gramsci acredita que o que vai caracterizar um pensamento ideológico não é se esse é ligado à ciência simplesmente, mas se esse pensamento está em constante aperfeiçoamento crítico. Gramsci defende que qualquer pensamento ou conjunto de ideias que fique preso a uma doutrina sem questionamento se torna ideológico. Dessa maneira, caberia aos revolucionários agir e atuar na prática, contudo, para uma atuação eficaz, eles precisariam superar as ideologias parciais, através de um processo no qual deveriam se apoiar nas ciências e na filosofia. Para o autor, as representações, as ideias, as formas da sensibilidade, os preconceitos, as superstições, e os sistemas filosóficos e as teorias científicas precisavam sempre ser pensados historicamente. Ainda segundo o autor, os indivíduos existem intervindo no mundo, sendo constituído pelo movimento da história e, simultaneamente, constituindo esse movimento.

É possível revelar que para Gramsci apenas através de um pensamento crítico e uma atuação prática (intervenções no mundo) era que os indivíduos conseguiriam superar a ideologia. Esse pensamento crítico, na visão do autor, só seria construído se fosse historicamente.

Gramsci (1978) alertava ainda que mesmo quando amplos setores da população de um país ficam reduzidos a uma situação de miséria material e espiritual, mergulhados nas formas mais empobrecidas e limitadas do senso comum, não se deve perder de vista o fato de que eles continuam a ser integrados por sujeitos humanos. Para o autor, deveria haver contribuições em prol da criação de organizações capazes de atuar num sentido político-pedagógico, capazes de ajudar a população a se tornarem mais críticas. Deveria ainda, segundo o autor, haver mobilizações do maior número possível de pessoas para a realização de um programa que resultasse em aumento de liberdade e em diminuição da coerção da sociedade.

Gramsci executou grandes contribuições à teoria marxista, sobretudo no tocante à questão da ideologia. O conceito de hegemonia cultural estabeleceu um olhar mais amplo sobre a perspectiva de supra estruturas colocadas por Marx, evidenciando a ação das instituições, com suas doutrinas e crenças, tendo papel importante na ação ideológica. Revelou que somente um pensamento crítico construído historicamente e ações práticas poderiam superar a ideologia.

2.2.7. Louis Althusser

Louis Althusser (1918-1990) foi um filósofo marxista de origem francesa nascido na Argélia. Em 1948 filiou-se ao Partido Comunista Francês e, no mesmo ano, tornou-se professor da prestigiada *École Normale Supérieure* (ENS). Althusser é amplamente conhecido como um teórico das ideologias, e seu ensaio mais conhecido *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, estabelece seu conceito de ideologia, relacionando o marxismo com a psicanálise (FOFANO e RECH, 2021).

Conforme Konder (2002), Althusser tomou como ponto de partida de sua reflexão sobre a questão da ideologia o próprio princípio do materialismo histórico: toda sociedade só existe porque consome, e só há consumo onde há produção. Toda sociedade, portanto, se organiza em função de um determinado modo de produzir os bens materiais de que necessita e em função da necessidade de reproduzir seus modos de produção e as condições materiais da produção em geral. E, continua o autor, entre as condições materiais da produção que precisam ser reproduzidas se acha a força de trabalho e, para que a força de trabalho se reproduza, ela precisa receber meios materiais (o salário) e formação de competência (educação). Nas sociedades capitalistas, essa formação não se dá mais no local de trabalho e sim,

cada vez mais, fora da produção, através do sistema escolar e, subsidiariamente, através das igrejas, das forças armadas e de outras instituições.

Althusser acreditava que era na formação da força de trabalho que se misturariam conhecimentos técnicos, informações científicas, saberes práticos e normas adequadas a promover uma adaptação à ordem vigente. Ou seja, era na formação da força de trabalho que a ideologia dominante se apresentava e era imposta.

Segundo Althusser (1970), as necessidades práticas da reprodução, nas condições das sociedades classistas, exigem que existam dois aparelhos: um aparelho (repressivo) do Estado – compreendendo o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc.; e uma pluralidade de aparelhos ideológicos de Estado (AIE); igrejas, escolas, partidos, empresas, famílias, jornais etc. Para o autor, enquanto na ação do aparelho (repressivo) do Estado predomina a repressão, na ação dos AIE a repressão é secundária e o que prevalece é a ideologia.

De acordo com Fofano e Rech (2021), a ideologia não se apresenta na realidade de modo teórico, mas em sua materialidade, sua existência é concreta e se manifesta através de um aparelho. Ela afeta os indivíduos, sujeitos que vivem em uma ideologia, isto é, que têm uma representação do mundo, seja ela religiosa, moral, jurídica etc. É nesse sentido que a deformação imaginária depende da relação imaginária com as condições materiais de sua existência.

É possível revelar que a relação imaginária do indivíduo com sua condição de classe é, em si, calcada em uma existência material. Além disso, retira a ideologia do plano das ideias e lhe impõe uma materialidade, remontando noções significativas para a compreensão dialética entre ideologia no plano teórico e seu aspecto na realidade material.

Ao propor a sua teoria da ideologia em geral, Althusser (1970) insistiu no fato de que o que os indivíduos representam para si mesmos na ideologia nunca é o mundo tal como ele efetivamente existe, e sim a marca nele da intervenção humana. Isto é, para o autor, a representação ideológica da relação das pessoas com a realidade sofre distorções que derivam de uma compreensão deficiente por parte dos indivíduos da materialidade da relação deles com o real.

Althusser (1970) defendeu a tese de que as ideologias deveriam ser sempre pensadas a partir dos aparelhos que a viabilizam e a partir das práticas que

as concretizam. Para o autor, uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas.

É possível relacionar a ideia dos AIE de Althusser, com a hegemonia cultural de Gramsci, pois a lógica da hegemonia em Gramsci não se dá pela dominação ligada à força, mas pela imposição dos interesses de uma determinada classe como sendo o interesse de todas as classes, através do consenso disseminado nas instituições. Essas instituições, são exatamente o que Althusser denomina de AIE, que por sua vez, são, em sua maioria comandados pela classe dominante (burguesa).

Althusser denominava as pessoas submetidas a ideologia como *sujeitos* e os que “resistiam” a essa interferência como *indivíduos concretos*. Para Althusser (1970), a própria condição de sujeito, resulta de um processo ideológico que dificulta aos indivíduos concretos reconhecer plenamente a força da materialidade da relação deles com o real. O sujeito se sente capaz de, como sujeito, representar fielmente a realidade e a representa, de fato, ideologicamente; e é a ideologia que constitui o sujeito. Isto é, toda ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos.

De acordo com Althusser, caberia à ciência superar o efeito da ideologia: “todo discurso científico é, por definição, um discurso sem sujeito, não existe ‘sujeito da ciência’” (ALTHUSSER, 1970, p. 95).

Revela-se do pensamento de Althusser que o objetivo do discurso ideológico consiste em transformar *indivíduos concretos* em *sujeitos* e, nessa função, os AIE têm papel determinante. Para o autor, os AIE constituem a base material essencial da ideologia e desempenham uma função decisiva no processo de reprodução das condições de produção. Conforme o autor, essa reprodução resulta dos esforços e iniciativas da classe dominante, empenhada em preservar seus privilégios, em manter seu poder e em continuar explorando o trabalho da classe dominada.

Os AIE, conclui Althusser, representam a forma como a ideologia da classe dominante deve necessariamente se realizar. Contudo, advertia o autor, “as ideologias não nascem nos AIE, mas das classes sociais envolvidas na luta de classes: das suas condições de existência, das suas práticas, das suas experiências de luta etc.” (ALTHUSSER, 1970, p. 119-120).

É possível depreender, a partir da teoria de Althusser, que os AIE são importantes instrumentos disseminadores da ideologia. Contudo, são os sujeitos que

compõem os AIE, dessa maneira, a transformação dos sujeitos em indivíduos concretos – através da ciência e da criticidade – poderia ser um caminho para a superação da ideologia.

2.2.8. Jürgen Habermas

Jürgen Habermas, nascido em 1929, é um filósofo e sociólogo alemão. Associado à Escola de Frankfurt, foi assistente de Theodor Adorno, tendo cooperado com este na crítica ao positivismo lógico, especialmente à influência deste na sociologia. Desenvolve sua teoria dos interesses cognitivos, em sintonia com o pensamento de Herbert Marcuse, especialmente em relação ao interesse emancipatório. Desde o início, sua obra transita ao redor da categoria da interação. Em seu livro *Técnica e Ciência como Ideologia*, escrito em 1968, o autor estabelece um debate com a principal tese de Marcuse, *Ideologia da Sociedade Industrial*, de que ciência e tecnologia nas sociedades de capitalismo tardio passavam a cumprir um papel ideológico na sociedade mascarando um processo real de dominação de classe (SIEBENEICHLER, 2018).

Conforme Konder (2002), desde os anos 1960, Habermas passou a desenvolver uma reflexão original sobre a dicotomia trabalho e interação, com significativas consequências em sua abordagem da questão da ideologia. Ao longo das décadas de 1970 a 1990, Habermas aprofundou sua concepção dessa relação dicotômica entre trabalho e interação, insistindo na importância da *razão comunicativa*, ligada à linguagem e ao fato de que os sujeitos falantes têm um interesse essencial coincidente: uns querem entender os outros e querem ser entendidos pelos outros. A “razão comunicativa” se distingue, assim, da “razão instrumental”, ligada ao trabalho.

Ainda, de acordo com Konder (2002) apoiada na importância prática da *razão instrumental*, segundo Habermas, a burguesia, como classe dominante, criou condições que dispensavam na prática os velhos procedimentos de legitimação do poder estatal, abandonando antigos padrões religiosos, culturais e recorrendo a razões pragmáticas e científicas, para justificar um sistema que aparentemente se justificava por si mesmo, nas condições liberais da centralidade do mercado e do recuo do Estado.

Habermas acredita que a burguesia não precisaria mais utilizar procedimentos obsoletos de legitimação, com a repressão pela força, por exemplo,

para impor suas ideias. Isso seria feito pela justificativa “científica” apoiada pela técnica.

De acordo com Habermas (1968), novas formas de intervenção do Estado vieram a se tornar necessárias para assegurar o equilíbrio econômico numa situação na qual a ciência e a técnica passaram a ser a principal força produtiva. Para o autor, a pesquisa passou a depender do Estado e das grandes corporações e, com a institucionalização do progresso técnico e científico, apaga-se da consciência dos indivíduos o dualismo do trabalho e da interação.

Segundo Habermas (1968), a intervenção do Estado se apresenta como resultante de uma demanda da sociedade e o discurso tecnocrático se apresenta como constatação óbvia de uma lógica evidente. A ideologia não precisa se impor de cima para baixo, pois funciona como se estivesse implícita na consciência da população despolitizada. Nessas condições, segundo Habermas, não é mais possível aplicar diretamente duas categorias fundamentais da teoria marxista: o conceito de luta de classes e o conceito de ideologia.

Habermas acredita que essas categorias fundamentais “desaparecem” pois, apesar dos antagonismos de classes não terem sido suprimidos, ainda assim eles permanecem “sob controle”, em virtude de uma neutralização gerada pelo sistema capitalista, a partir de compensações (gratificações diversas).

Conforme Habermas (1968), cria-se uma forma de legitimação que dispensa o recurso à ilusão de proporcionar a todos uma sensação romântica de satisfação de seus desejos e interesses. Para o autor, a função da ideologia continua sendo a de impedir que sejam efetivamente questionados os fundamentos da sociedade. No entanto, reforça o autor, os meios de que se serve são outros: com um discurso franco e sóbrio, a ideologia mobiliza a técnica e a ciência para atender às necessidades dos seres humanos como indivíduos privados, de comportamento adaptativo, sendo “cúmplices” por omissão, em torno da direção política e econômica que está sendo adotada. Esse comportamento, denominado por Habermas (1968) como *consciência tecnocrática*, estabelece uma forma de legitimação que vai mais longe do que as ideologias do tipo antigo.

Habermas (1968) afirma que o núcleo dessa *consciência tecnocrática* se tornou hegemônico, visto que consiste em eliminar a diferença entre a prática e a técnica: todas as formas de prática, inclusive as ações morais e as que se realizam na esfera da ação comunicativa, tendem a ser reduzidas a técnicas. Para o autor, a

ciência deixa de ter virtudes éticas e educativas e se transforma em técnica, passando a ser uma ciência que não se dispõe mais a refletir criticamente sobre si mesma.

Habermas entende a consciência tecnocrática como responsável por despolitizar as massas, esvaziando as atividades práticas em todas as instâncias da sociedade. Ou seja, a consciência tecnocrática (ideologia tecnocrática) nega a estrutura da ação comunicativa, subjugando-a à ação instrumental.

Visando trazer uma contribuição mais efetiva ao fortalecimento da razão comunicativa, ao passo que tentaria impor limites à expansão da razão instrumental, Habermas (1968) desenvolveu, dentre outros conceitos, o de *mundo da vida*.

Para Habermas (1968), os seres humanos, no decorrer da sua história, têm precisado organizar as atividades produtivas que lhes asseguram a sobrevivência, como também, organizar a sociedade, as instituições e os conhecimentos. Essa organização, segundo o autor, constitui o *sistema*.

O *mundo da vida*, de acordo com Habermas (1968), é a realidade inesgotável das vivências humanas, uma realidade que não cabe no sistema. Para o autor, a razão instrumental se desenvolve em função das necessidades do sistema, porém somente a razão comunicativa pode se abrir para a inesgotabilidade do mundo da vida.

Ou seja, Habermas entende que os indivíduos, enquanto constroem o *sistema*, sofrem diversas influências e (geralmente) são submetidos ao discurso ideológico (razão instrumental). No entanto, acredita o autor, somente a *razão comunicativa* conseguiria transpor o *sistema* e se abriria ao *mundo da vida*, visto que este, não caberia no *sistema*.

Para Habermas (1968), a perspectiva de emancipação somente pode resultar do paradigma do agir orientado no sentido do entendimento mútuo, isto é, pelo paradigma da compreensão mútua entre sujeitos capazes de falar e agir (razão comunicativa).

Habermas (1968) sustenta a ideia de que o pensamento crítico precisa se ligar ao inconformismo, orientando-o no sentido da busca de uma situação de comunicação (intersubjetividade) “isenta de dominação”, como seria a “situação ideal de fala” na qual os falantes, sem se cercearem uns aos outros, poderiam assegurar condições livres de expressão para todos, porque cada um teria interesse em ser mais bem compreendido e em compreender melhor os demais.

Habermas foi mais um importante pensador com contribuições importantes para a questão da ideologia, principalmente com seus estudos sobre a perspectiva da razão comunicativa em detrimento da razão instrumental. Contudo, fica o questionamento: como, em uma sociedade extremamente desigual, é possível conceber que indivíduos com as mais diferentes formações (culturais, intelectuais, históricas) conseguiriam argumentar em igualdade de condições?

Observou-se em todo esse subcapítulo, a riqueza e complexidade do termo ideologia. As diversas contribuições dos autores citados e analisados, a partir do pensamento marxiano e de outras referências e vivências de cada autor em sua época, estabelecem importante colaboração para o argumento em construção nesta tese.

A partir do entendimento do que foi exposto pelos autores, algumas conclusões surgem com base em questões que ficaram evidenciadas:

- a) A ideologia é alienação: oculta as verdadeiras relações impedindo que sejam percebidas;
- b) A ideologia inverte: a sociedade alienada expressa uma visão invertida dela mesma (ao invés de pensar que é a sociedade que forma o Estado, ela pensa que é o Estado que forma a sociedade);
- c) A ideologia é consenso: impõe a permanência das relações sob os interesses da classe dominante suprimindo possibilidades do contraditório;
- d) A ideologia é hegemônica: As ideias dominantes em cada época são as ideias da classe dominante, que por sua vez visam expressar o sentido do ideal.
- e) A ideologia naturaliza: tudo é apresentado como se fosse inevitável (é assim, pois assim que deve ser), excluindo todo o contexto histórico de construção e modificação a partir da sociedade.
- f) A ideologia particulariza: representa interesse particular, mas se coloca como universal (apresenta o interesse da classe dominante como se fosse o interesse de toda a sociedade).

Diante dos conceitos abordados, dos pensamentos construídos através dos diversos autores estudados, além das características evidenciadas sobre a temática de ideologia traçados neste capítulo, faz-se oportuno apresentar um direcionamento mais claro, com vistas a nortear os leitores desta tese, acerca do entendimento do seu autor no tocante à ideologia.

Nesta tese, entendemos que a ideia de ideologia pressupõe dominação. Partindo do princípio de que a ideologia tem por finalidade estabelecer a hegemonia de determinado grupo no poder – político, econômico, militar, cultural etc. – a partir de mecanismos como a alienação, o mascaramento, o ocultamento e que não aceitam contrariedade, não há como deixar de associá-la aos aspectos que necessitam, mesmo sem garantia, serem combatidos e superados.

Por outro lado, entende-se que existem ideologias de cunho progressista, como as que Gramsci denominou de “ideologias historicamente orgânicas”, sendo as que constituem o campo no qual se realizam os avanços da ciência, as conquistas da objetividade, as vitórias da representação daquela realidade que é reconhecida por todos os indivíduos, que é independente de qualquer ponto de vista meramente particular ou de grupo. Nessa perspectiva, essas ideologias seriam aceitas por estarem constantemente sendo submetidas às críticas, tendendo a serem ratificadas pelas diversas classes sociais.

De qualquer forma, cabe explicitar que ao se tratar sobre a temática de ideologia é preciso reconhecer que o trabalho também é ideologizado. Em todas as ciências, sobretudo nas ciências humanas e sociais, há uma carga ideológica que permeia o pensamento de cada autor. Não seria diferente neste trabalho. Contudo, cabe destacar que por seguir parâmetros construídos e delimitados por método que segue princípio científico e por estar sujeito as críticas acadêmicas, o fato de a pesquisa poder ser ideologizada, não invalida, de forma alguma, o método e a análise aqui conduzidos.

Portanto, é importante pensarmos a ideologia como uma relação fundamentalmente dialética, tendo uma estrutura permeada pela dominação, contudo com diferenças internas. Torna-se urgente o pensamento crítico, a valorização da ciência em constante movimento, a busca pelo entendimento dos indivíduos acerca das relações dialéticas que permeiam a ideologia e a necessidade da construção de uma emancipação do ser em sociedade.

3. A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento está no centro das discussões das demandas mais prementes da humanidade. Quando se pensa em planejamento urbano e regional e políticas públicas, está se pensando como o desenvolvimento pode incidir sobre a melhoria das condições de vida da população. Além disso, como pontua Lacerda (2013), as estruturas de tratamento de temas inerentes ao planejamento urbano e regional – gestão, governança, transporte, uso e ocupação do solo, qualidade de vida etc. – obrigam a uma interação das disciplinas, para que ações no território sejam bem-sucedidas.

Além disso, em virtude do recorte empírico desta tese se tratar de uma obra com foco em uma teoria do desenvolvimento, torna-se imprescindível que o tema seja abordado de forma mais detalhada, com vistas a um melhor embasamento por parte do leitor acerca da análise a ser realizada.

Este capítulo trata da noção de desenvolvimento. Para tanto, faz-se uma abordagem dos conceitos de desenvolvimento, desde o contexto etimológico, perpassando pelo contexto histórico dos usos do termo, além de sua abordagem multidimensional.

Para Monte-Mór (2013), a importância da temática de desenvolvimento tem marcado os discursos políticos, técnicos, acadêmico e também como exercício de teorização uma vez que fornecem elementos para formulação de políticas públicas de desenvolvimento em suas manifestações nas cidades e, cada vez mais intensamente, no espaço regional e rural como um todo.

De acordo com Oliveira (2002), poucos são os conceitos, nas Ciências Sociais, que tem apresentado tanto debate. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam uma compreensão específica de fenômenos. Confundem-se com diagnósticos. Em muitos casos, o que deveria ser um conceito, finda por assumir uma postura preditiva para alcançar o desenvolvimento.

De fato, o sentido polissêmico do termo desenvolvimento muitas vezes torna-se empecilho para um melhor entendimento. Para minimizar essa questão, recomenda-se a verificação do contexto com vistas a se identificar o real sentido que está sendo pensado sobre o termo.

Ainda sobre a abordagem polissêmica, Theis (2008), entende que os mais diferentes significados atribuídos a desenvolvimento constituem uma inesgotável fonte de discussão e que muitas das controvérsias presentes nesse debate repousam numa limitada compreensão do conceito. O autor explica ainda que essa limitada compreensão decorre do fato de que o termo se indica tanto processo como objetivo. Como processo, o termo desenvolvimento é usado, quase sempre, para definir possibilidades de mudanças sociais. O termo assume papel de objetivo quando é usado para designar projeções de alternativas para a consecução das referidas mudanças sociais.

É interessante pensar em desenvolvimento como processo – no sentido de andamento, de mudança – pois adquire status de continuidade, de não ter um término. Como objetivo, quando usado no sentido de busca por patamares desejáveis, também se torna positivo. Contudo, vale salientar, que essa visão “limitada” colocada pelo autor não seja apenas limitação, pode ser em virtude dos valores, visões de mundo e ideologias de quem discute o tema interfiram no debate.

Há ainda, segundo Theis (2008), situações nas quais desenvolvimento não é confundido nem com objetivos nem com alternativas desejáveis. Nesse caso, ele não se reveste de sua natureza normativa, mas de um caráter descritivo. Desenvolvimento enquanto categoria descritiva remete a fatos e fenômenos do passado e do presente, tratados cientificamente.

Essa noção de desenvolvimento como categoria descritiva, funciona, basicamente, com fins de verificação, estabelecendo comparação de momentos históricos ou ainda análise quantitativa entre países e regiões.

Como visto, não é fácil lidar com um termo de sentido tão amplo. Visando continuar com a construção da noção do termo, a próxima seção busca evidenciar sua abordagem histórica e etimológica.

3.1. Contexto etimológico e histórico

Uma das vertentes para explicar a origem da aplicação do termo nas Ciências Sociais é sua proveniência da Biologia, empregado no contexto de adaptação dos seres vivos às mudanças ambientais. Com a disseminação das teorias de Darwin-Wallace, o “desenvolvimento” passou a ter uma concepção de transformação – vista como um movimento na direção da forma mais apropriada, ou seja, um organismo se desenvolve se aperfeiçoando para melhor adaptação ao

ecossistema em que vive. A transferência da biologia para a vida em sociedade ocorreu nas últimas décadas do século XVII e se torna mais presente com o darwinismo social (SANTOS, BRAGA, *et al.*, 2012).

Conforme Bolsanello (1996), o darwinismo social pode ser definido como a aplicação das leis da teoria da seleção natural de Darwin na vida e na sociedade humanas. Segundo a autora, o darwinismo social considera que os seres humanos, são por natureza desiguais, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores outras inferiores.

Segundo Santos *et al.* (2012), com o darwinismo social, a palavra desenvolvimento adquiria o significado de autoconhecimento com o fim de implantar ações, nas quais pressupunha-se a existência da motivação dos participantes, com a finalidade de pôr em movimento um processo de mudança que gerasse mais ganhos. Entretanto, é preciso considerar que as palavras são social, cultural e politicamente construídas, e, muitas vezes, as forças dominantes valorizam ou desprezam palavras e significados em prol de uma racionalidade utilitária.

A perspectiva biológica do conceito, evidenciando a questão da evolução, com base no darwinismo, denota forte sentido individualista, de sobrevivência, pelo qual os cidadãos em geral teriam que buscar esse desenvolvimento, sob pena de ficarem a margem dessa evolução e conseqüentemente estagnados. Esse sentido é bastante utilizado pelo sistema capitalista para aguçar a competitividade e até mesmo a “meritocracia”. No entanto, chega a ser contraditório relacionar o capitalismo com a meritocracia, visto que, como os indivíduos partem de pontos diferentes para uma mesma corrida, não é possível associar com a questão do mérito. Ou seja, a ideia de meritocracia no sistema capitalista faz parte de uma imposição ideológica com fins a transmitir a mensagem de que todos podem atingir seus objetivos.

Desta feita, é possível revelar forte cunho ideológico no darwinismo social, a medida que estabelece a questão natural como justificativa para a aptidão social.

Ainda sob o aspecto etimológico, Abbagnano (2007) afirma que desenvolvimento é movimento em direção ao melhor, remontando essa noção a partir do conceito de Aristóteles de movimento, seu significado otimista é peculiar à filosofia do séc. XIX e está estreitamente ligado ao conceito de progresso.

Sob o aspecto histórico, Abbagnano (2007, p. 242) traz a aplicação do termo por Hegel. Desse modo, o desenvolvimento "é, o fim para o qual se move e o princípio ou a causa de si mesmo". Sendo assim, tudo se dirige para esse fim. Tudo

está em desenvolvimento. Essa abordagem hegeliana é de natureza idealista e ideológica, a medida em que nega forças mais amplas, tais como as sociais, econômicas e políticas, que atuam sobre o desenvolvimento.

A terceira perspectiva trazida por Abbagnano (2007) é estritamente ligada ao campo da Filosofia, se tratando da transição entre potência e ato.

O conceito aristotélico de desenvolvimento (sob a perspectiva de Abbagnano), como sinônimo de melhoria e progresso, possui sentido genérico, sobretudo quando se pensa no que viria a ser progredir e melhorar. Provavelmente perpassa em grande medida pela questão econômica, contudo em sociedades cada vez mais heterogêneas, a ideia de progresso e melhoria, deve adquirir sentido de obtenção de mais direitos, liberdade de expressão, reconhecimento.

O ponto de vista hegeliano (sob a perspectiva de Abbagnano), evidenciando que o desenvolvimento é o fim e o início em si mesmo, traz um sentido de desenvolvimento como um “dever ser” que, como mencionado acima, negligencia aspectos externos que incidem sobre o desenvolvimento.

A partir da apresentação etimológica, histórica e filosófica do termo, evidencia o contexto histórico, sob o ponto de vista da economia. Visto que, conforme Santos *et al.* (2012) de modo geral, a preocupação com o desenvolvimento tem suas raízes na ciência econômica. Contribuições de pensadores do século 18 e 19 como Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo e Karl Marx apresentam o desenvolvimento associado à consolidação do sistema capitalista.

Em *A riqueza das nações* (publicado em 1776), Smith defendia que o desenvolvimento de um determinado país só seria possível quando os agentes econômicos fossem capazes de satisfazer seus interesses individuais de forma espontânea. Smith partia do princípio de que todo homem vive para a troca, ou se torna, em algum momento, um mercador e a sociedade se transforma no que é, ou seja, uma sociedade mercantil. Para ele, o homem movido pelo desejo do lucro passaria a produzir mais e o excedente da reprodução passaria a ser um benefício para toda sociedade (SMITH, 1996; SANTOS, BRAGA, *et al.*, 2012).

No entanto, conforme Furtado (2008), a perspectiva de Smith se tratava de um “mito”, visto que a revolução burguesa não era outra coisa senão a ascensão de forças sociais que tinham na acumulação a fonte do próprio prestígio, e a acumulação nos meios de produção conduzia à diversificação do consumo (mediante intercâmbio externo ou outra invenção interna), as mudanças daí decorriam nos padrões culturais

– a concepção de modernidade – passaram a ser consideradas como um indicador de ascensão social, de melhora, de progresso. Tudo o que conduzia ao progresso, à “riqueza das nações”, fazendo analogia à obra de Smith, ganhava legitimidade.

Sob o olhar de Smith, os interesses individuais geralmente se sobrepõem aos interesses coletivos. Mesmo com o foco mercantil de sua época, a perspectiva de desenvolvimento fica restrita a oferta e demanda, onde as duas forças se equilibrariam. Difícil pensar que o detentor de meios de produção e o detentor de força de trabalho teriam poder de negociação equiparados. Sobre isso, Furtado (2008) afirma que em uma sociedade em que grupos e classes sociais, com interesses antagônicos, adquirem progressivamente uma percepção das posições respectivas e uma visão do todo social – processo inevitável em uma sociedade secularizada – as estruturas de privilégios passam a ser transparentes e, por conseguinte, permanentemente ameaçadas.

Olhando para os dias atuais, é possível comprovar que, de fato, não há equiparação, como exemplos podemos citar a formação de trustes (quando empresas de um mesmo setor se fundem visando monopolizar o mercado de determinado setor); políticas de terceirização de mão-de-obra; além de mais recentemente a chamada uberização do trabalho, reduzindo dramaticamente os direitos trabalhistas e expandindo a precarização das relações de trabalho.

Em sua obra *Ensaio sobre o princípio da população* de 1798, Thomas Robert Malthus aponta o crescimento populacional como fator importante para o desenvolvimento. Malthus entendia que a população estava crescendo em progressão geométrica e que, se nada fosse feito, dobraria de tamanho a cada 25 anos. Já a produção de alimentos, segundo Malthus, crescia em progressão aritmética. Nessa perspectiva, segundo o pensador, chegaria um momento em que não seria possível alimentar todas as pessoas. A “solução” para Malthus estaria no que ele denominou de “sujeição moral⁴” (MALTHUS, 1999).

Malthus relaciona o desenvolvimento com o controle populacional. Na verdade, esse controle viria apenas para a população proletária não detentora de terras. Obviamente, Malthus não teria como imaginar a modernização nos meios de produção e técnicas agrícolas que iriam aumentar substancialmente a produtividade

⁴ A própria população deveria, voluntariamente, privar-se de relações sexuais com o intuito de reduzir as taxas de natalidade e equilibrar a relação entre crescimento populacional e produção de alimentos.

no campo. Podemos concluir, portanto, que a visão de pessimismo seletivo de Malthus, além de colocar o mundo inteiro na mesma dinâmica populacional e econômica, encontrava solução para o problema da falta de perspectiva de desenvolvimento no controle de natalidade da população pobre.

David Ricardo em *Princípios de economia política e tributação* (publicado em 1817), se propõe a analisar o fenômeno da distribuição da riqueza entre as classes sociais. Para o autor, a distribuição da riqueza se daria entre salários, lucros e renda fundiária. Entretanto, defende a tese de que a riqueza de uma nação depende dos lucros e da renda fundiária, visto que os salários seriam despesas. Diante disso, conforme o autor, justificaria a tese de que uma parcela maior da riqueza gerada deveria estar em posse dos detentores das terras. Nesse sentido, a perspectiva de desenvolvimento sob a ótica ricardiana decorre do montante de investimento na unidade produtiva (capital). Daí o conflito entre taxa de lucro e taxa de salário (RICARDO, 1996; SANTOS, BRAGA, *et al.*, 2012).

Podemos concluir, na perspectiva de Ricardo, que sempre haveria distanciamento entre as classes sociais e que esse “fosso” só tenderia a crescer. Partindo do pressuposto (já é bastante desigual a relação entre detentores dos meios de produção e força de trabalho) que as taxas de lucro sempre estariam a crescer em relação as taxas de salário, o desenvolvimento particular continuaria a prevalecer em detrimento ao universal. Ou seja, na perspectiva de Ricardo, a ideia de desenvolvimento está associada à de enriquecimento de uma determinada classe, no caso, a dos detentores dos meios de produção.

Karl Marx, na obra *O capital* (publicado entre 1867 e 1905), marca uma ruptura da ideia de desenvolvimento, sobretudo com o conceito de “mais-valia”. Para o autor, a acumulação de capital só se dá por intermédio da apropriação da “mais-valia”. Esta emerge das relações sociais de produção estabelecidas entre o capital e o trabalho. Para Marx, o surgimento de uma economia moderna ou industrial é precedido de um período denominado de “acumulação primitiva de capital⁵”, que possibilita a algumas nações acumular certo volume de capital e, conseqüentemente,

⁵Período histórico no qual se origina o capitalismo, também denominado de acumulação original. Esse processo retira do trabalhador a terra e os instrumentos de trabalho, enfim, suas condições de trabalho e a possibilidade de prover seus meios de subsistência. Ainda significou a constituição da propriedade privada capitalista, à medida que esvaia a propriedade e o mundo feudal (LENCIONI, 2012).

financiar os investimentos necessários para o desenvolvimento econômico (MARX, 1996; SANTOS, BRAGA, *et al.*, 2012).

De modo geral, para Marx, a mais-valia é o grande pilar de sustentação do sistema capitalista, privilegiando a hegemonia dos detentores dos meios de produção e consolidando a manutenção do crescimento econômico e desenvolvimento de uma minoria.

É importante destacar, a partir da visão desses autores, que a ideia de desenvolvimento está associada ao sucesso econômico de nações ou países. Certamente, essa ênfase é decorrente do problema de garantir a cidadania em uma sociedade que vivia nas favelas da Europa, no século 19. Esse eurocentrismo fica claro com a ideia de acumulação primitiva.

Notadamente, na visão prevalecente no século 18, o termo desenvolvimento é muito associado à acumulação de riqueza. Supostamente, seria após essa acumulação, que iria haver maior distribuição da riqueza. Contudo, observando as fases do desenvolvimento capitalista (comercial, industrial e financeiro-informacional), isso não se concretizou. Em todas as fases, com exceção de algumas nações, houve aumento na distância entre ricos e pobres e poucos ganhos sociais.

É a partir do século 20, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, que o debate sobre desenvolvimento se acirra e se polariza, como se pode observar na Figura 2. Com o Plano Marshall e com a Doutrina Truman⁶, o cenário é já o de uma Guerra Fria a emergir, em que os EUA e a URSS procuram, cada um à sua maneira, impor uma agenda de transformação – capitalista e socialista, respectivamente - ao restante dos países (FERREIRA e RAPOSO, 2017).

Figura 2: Ordem Bipolar

Ordem Bipolar	
EUA	URSS
Capitalismo	Socialismo
Plano Marshall e Plano Colombo	Comecon ⁷
OTAN	Pacto de Varsóvia
CIA	KGB

Fonte: elaborado pelo autor

⁶ A Doutrina Truman, criada no governo do então presidente estadunidense, Harry Truman, em 1947, designa um conjunto de práticas do governo americano em escala mundial, à época da chamada Guerra Fria, que buscava conter o avanço do comunismo no mundo.

⁷ Conselho para Assistência Econômica Mútua.

A polarização com o início da Guerra Fria nasce com o fim da Segunda Guerra Mundial. EUA e URSS, vencedores da guerra, iniciam “duelo” para angariar adeptos de seus comércios de mercadorias e ideias. Como a Europa e parte da Ásia estavam arrasadas pelo conflito, os EUA desenvolveram planos econômicos visando a reestruturação dos seus aliados, surgindo assim os planos Marshall e Colombo. Do lado socialista, a URSS, cria o Comecon, visando auxiliar economicamente os países do bloco socialista.

Ao contextualizarmos o período da Guerra Fria, é possível destacar que o poderio militar era de suma importância para fortalecer os países que se envolvessem em conflitos, dessa maneira foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), para assegurar os interesses capitalistas, e, do outro lado, o Pacto de Varsóvia, visando assegurar os interesses socialistas. Apesar de, entre as duas superpotências não ter ocorrido conflito armado, diversas guerras ocorreram sob pretexto de dominação capitalista e socialista. Como exemplo, podemos citar a Guerra das Coreias, Guerra do Vietnã, Crise dos Mísseis em Cuba, dentre outros.

Além do contexto militar, a espionagem também foi bastante utilizada. É nessa perspectiva que surgem a CIA e a KGB, com a finalidade de atuar nos países rivais, buscando informações de inteligência. É possível citar ainda, a corrida armamentista, no qual seria a maior potência mundial quem obtivesse maior arsenal bélico, além da corrida espacial, que tinha como pano de fundo a disputa pelo desenvolvimento tecnológico e a “conquista” do espaço.

É possível perceber que, durante o período da Guerra Fria, a ideia de desenvolvimento adquire uma tônica concorrencial marcada pela bipolaridade na geopolítica internacional. Essa disputa transcendia o aspecto puramente econômico, indo também com muita força para o viés militar e político.

Finda a ordem bipolar, surge a nova ordem mundial (ordem multipolar), com a redefinição dos mercados a partir dos blocos econômicos (União Europeia, Nafta, Mercosul, Apec, Brics). Na ordem multipolar, o foco do desenvolvimento deixa de ser, preponderantemente, mas ainda com muita ênfase, a disputa militar e passa a ser a econômica. Nessa perspectiva, a disputa passa a ser pelos mercados, a partir da formação e fortalecimento dos blocos econômicos, além do comércio multilateral encabeçado pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

A queda do Muro de Berlim, em 1989 e a dissolução da URSS em 1991, marca a queda do bloco socialista e a “derrota das bandeiras socialistas”. Essa queda

abriu espaço para a revisão das teorias liberais assumindo o nome de neoliberal (embora o termo já tivesse sido usado desde a recuperação da quebra de 1929).

Com a reformulação da teoria neoliberal, consistindo, entre outros aspectos, no chamado “Estado mínimo”, isto é, na diminuição da participação do Estado na economia, através de políticas como de privatizações de empresas, abertura dos mercados consumidores e terceirização de mão-de-obra, destaca-se ainda, a queda do *Welfare State* e do sistema fordista.

Fica evidente, sobretudo ao longo do século XX, que a discussão em torno da noção de desenvolvimento ficou muito atrelado ao sentido de expansão, de crescimento, de disputa e de hegemonia. Porém além dessa perspectiva, o século passado, também marcou o surgimento do viés polissêmico do termo. Pensar o desenvolvimento para além da questão econômica, tornava-se fundamental para se entender com mais amplitude o termo.

A perspectiva de desenvolvimento no século 20, com o fortalecimento dos blocos transnacionais e a disputa com o multilateralismo, com o sistema toyotista (produção flexível), com as conferências internacionais, marca uma mudança de postura, sobretudo quando se incluem preocupações mais claras com as mudanças climáticas e questões ambientais em geral impondo restrições comerciais, além da questão do trabalho infantil e escravo.

3.2. Desenvolvimento: perspectivas de integração

Continuando com a construção da noção de desenvolvimento, nesse subcapítulo propomos uma leitura do termo, perpassando pela dimensão econômica, ambiental, político-social e urbana, além de uma perspectiva de integração, visto que, cada vez mais, o termo não deve ser visto de forma fragmentada, haja vista que todas as dimensões estão presentes e se relacionam.

Sobre a abordagem econômica, Oliveira (2002) afirma que muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos.

Para Vasconcelos e Garcia (2014), o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os

indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Em linha com Vasconcelos e Garcia, Sandroni (1994), considera desenvolvimento econômico como crescimento econômico – incrementos positivos no PIB – acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Para ele, o desenvolvimento depende das características de cada país ou região, isto é, depende da sua história, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem.

Milone (2003), entende que para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos diversos indicadores de renda (renda per capita, PIB e PIB per capita).

Para Veiga (2005) quando o IDH começou a se afirmar mundialmente como um indicador mais razoável de desenvolvimento no final do século 20, ocorreram algumas reações, tais como: simplesmente banir o termo desenvolvimento dos glossários específicos, atitude essa simultânea a uma ofensiva acadêmica com o objetivo de desqualificar todas as disciplinas da chamada economia do desenvolvimento; outra reação foi usar a ideia de desenvolvimento econômico como uma espécie de apêndice.

Conforme Furtado (2004) o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Para o autor, essa metamorfose não se dá espontaneamente, ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política. As estruturas dos países que lideram o processo de desenvolvimento econômico e social não resultaram de uma evolução automática, inercial, mas de opção política orientada para formar uma sociedade apta a assumir um papel dinâmico nesse processo.

É possível destacar, acerca da dimensão econômica, que o debate perpassa, entre os diversos autores citados, quanto à associação entre

desenvolvimento e crescimento econômico. Contudo, salienta-se que o incremento nos diversos indicadores econômicos, não deve ser meramente estatístico, deve vir com melhoria efetiva para toda a sociedade nas suas mais variadas necessidades. O desenvolvimento, seja econômico ou geral, deve ser visto de forma integrada a todos os outros aspectos da vida das pessoas (cultural, justiça social, reconhecimento).

Sobre a perspectiva ambiental do desenvolvimento, Oliveira (2002) coloca que a preocupação em conservar o meio ambiente foi gerada sob pretexto de oferecer à população futura as mesmas condições e recursos naturais de que dispomos.

Ainda segundo Oliveira (2002), essa problemática, foi abordada inicialmente na teoria econômica de Malthus, de 1798, (detalhado anteriormente na página 53) e retomada com maior força na segunda metade do século XX pelo chamado Clube de Roma, que elaborou e publicou um relatório intitulado *The Limits to Growth*⁸, em 1972. No relatório, foi retomado o postulado de Malthus acrescentando novos elementos à discussão.

O Clube de Roma foi fundado em 1968 pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King. Criado com o intuito de enfrentar as múltiplas crises que a humanidade e o planeta enfrentam, com base no *know-how* coletivo dos seus 100 membros (cientistas, economistas, líderes empresariais e políticos), busca definir soluções abrangentes para os desafios complexos e interconectados do mundo (CR, 2020).

Vale salientar, que toda essa problemática se dava em um momento histórico de forte crescimento populacional dos chamados países subdesenvolvidos que estavam se industrializando, como o Brasil, A China, A Índia, a Argentina, dentre outros.

A posição assumida pelo Clube de Roma, representava o pensamento dos países desenvolvidos de “barrar” a ascensão econômica dos referidos países subdesenvolvidos, sob pretexto inicial de não gerar aumento de poluição e degradação dos recursos naturais. Na verdade, a retórica dos países ricos se dava pela permanência dos países subdesenvolvidos apenas como exportadores de matérias-primas e produtos de baixo valor agregado.

⁸ No relatório o Clube de Roma alertou o mundo para as consequências das interações entre os sistemas humanos e a saúde de nosso planeta. Embora, o relatório abordasse muitas mensagens, fundamentalmente confrontou o paradigma incontestado de crescimento material contínuo e a busca de expansão econômica sem fim (CR, 2020).

É a partir da Conferência de Estocolmo⁹, que surge o conceito de desenvolvimento sustentável: sendo definido como aquele que visa garantir o desenvolvimento das gerações atuais sem comprometer a possibilidade de desenvolvimento das gerações futuras (UN, 1987).

Conforme Sachs (2009), a conferência de Estocolmo colocou a dimensão do meio ambiente na agenda internacional. Ela foi precedida pelo encontro Founex, de 1971, implementado pelos organizadores da conferência de Estocolmo para discutir, pela primeira vez, as dependências entre o desenvolvimento e o meio ambiente, e foi seguida de uma série de encontros e relatórios internacionais que culminaram, vinte anos depois, com a conferência do Rio de Janeiro.

Jacobs (2001), acrescenta que a emergência da questão ambiental, e assim, do sentido da sustentabilidade socioambiental no cerne da temática do desenvolvimento econômico, como também a emergência de múltiplas identidades e de várias alternativas populares e projetos concorrentes de emancipação, nos levam a questionar a própria natureza do desenvolvimento.

A partir da ideia de desenvolvimento sustentável, começa a se pensar, de forma mais ampla, qual o tipo de desenvolvimento que queremos. Emergem tanto questões intrínsecas ao ser como: identidade, pertencimento, emancipação etc., além de outras mais gerais, como: soluções para melhorias estruturais nas periferias urbanas, com equipamentos de lazer, descentralização do comércio e dos serviços, dentre outras.

De acordo com Sachs (2002), no início dos anos de 1970, a partir da direção dada na Conferência de Estocolmo, consolida-se uma emergente vertente de pensamento que se dedica a promover o “Ecodesenvolvimento”. Uma abordagem, na qual as estratégias pensadas teriam suas bases fundadas no atendimento às necessidades fundamentais (habitação, alimentação, meios energéticos de preparação de alimentos, água, condições sanitárias, saúde e decisões nas participações) do terceiro mundo, prioritariamente nos países em desenvolvimento, na adaptação das tecnologias e dos modos de vida às potencialidades e dificuldades

⁹ Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, também conhecida como Conferência de Estocolmo, foi a primeira grande reunião de chefes de estado organizada pelas Nações Unidas para tratar das questões relacionadas à degradação do meio ambiente. Realizada em 1972, essa Conferência ficou reconhecida como um marco nas tentativas de melhorar as relações do homem com o meio ambiente, e por ter inaugurado, dentre diversas outras questões, a busca por equilíbrio entre desenvolvimento econômico e redução da degradação ambiental.

específicas de cada *ecozona* (zona ecológica), na valorização dos resíduos e na organização da exploração dos recursos renováveis e pela concepção de sistemas cíclicos de produção.

Ainda segundo Sachs (2002), o conceito de desenvolvimento sustentável é um enfoque de desenvolvimento socioeconômico orientado para a satisfação de necessidades básicas; o reconhecimento do papel fundamental que a autonomia cultural desempenha nesse processo de mudança; oferecer um conjunto de critérios para se avaliar a pertinência de ações mais específicas.

Apesar de parecer uma perspectiva interessante e ampliada de se pensar o desenvolvimento, a visão de Ignacy Sachs, com o ecodesenvolvimento, acaba sendo a junção de crescimento econômico com ganho social, somado a uma maior conscientização no uso dos recursos naturais. O que se observa na atualidade – sobretudo nos países subdesenvolvidos, tanto nos industrializados, quanto nos que possuem sua economia baseada no setor primário – é que a população mais pobre continua a margem do “desenvolvimento” e com ínfimos ganhos sociais.

De qualquer forma, como observa Oliveira (2002), desde o início do século XXI, o apelo em torno do desenvolvimento sustentável tem se tornado mais frequente. Centenas de organizações não governamentais (ONGs) e a maioria dos países e órgãos oficiais do mundo, lutam por um maior controle da poluição e pela preservação dos recursos naturais como forma de garantir a qualidade de vida no nosso planeta.

Com efeito, se observa atualmente diversos movimentos de organizações ambientalistas, governos e partidos políticos ligados à questão ambiental e parte da sociedade civil organizada, trabalharem em prol de uma “agenda mais verde”. Contudo, há também movimentos negacionistas do aquecimento global, a favor do desmatamento sob pretexto de ampliação de áreas agrícolas e de mineração que visam inviabilizar uma agenda mais progressista.

Sobre a abordagem político-social do desenvolvimento, Santos *et al.* (2012), entendem que os esforços para explicar o subdesenvolvimento e consequentemente a pobreza, deram origem ao conceito de desenvolvimento relacionado com o grau em que são satisfeitas as necessidades humanas, ampliando a discussão com outros campos de conhecimento como a Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia.

Outro debate que contribuiu para a discussão da temática social do desenvolvimento, foi a perspectiva do *Estado de Bem-estar Social*. Conforme, Santos

et al. (2012) a abordagem sobre o Estado de Bem-estar Social em pleno período histórico da Guerra Fria, contribuiu para introduzir no conceito de desenvolvimento a dimensão social. Sob esse ponto de vista, era preciso intensificar as ações de valorização dos seres humanos através de um sistema de proteção ao cidadão. O Estado de Bem-estar Social, a partir da expressiva intervenção estatal, assume a responsabilidade mediante a expansão na oferta de serviços essenciais (alimentação, habitação, educação, saúde e previdência) em prol do desenvolvimento da sociedade.

Interessante pensar que com a perspectiva liberal do capitalismo – entre o século XIX até o primeiro terço do século XX, especialmente até a crise de 1929 – pouco se falava em bem-estar da sociedade. A busca desenfreada pela acumulação de riquezas, culminando na crise de superprodução, fez com que a intervenção estatal contribuísse fortemente na reestruturação das economias mundiais. O *New Deal*¹⁰, nos Estados Unidos, foi um exemplo disso.

Ainda hoje se observa que os estados nacionais são os principais vetores na implementação de estratégias para o Estado de Bem-estar Social. Por não haver o foco no lucro e sim na melhoria das condições de vida da sociedade – os investimentos estatais, mesmo com o declínio percentual das verbas destinadas a esse fim em muitos países, como no Brasil – dão fôlego e sustentação principalmente às camadas mais pobres da população.

Seguindo pensamento semelhante ao de Santos *et al.* (2012), Oliveira (2002) entende que pensar em desenvolvimento, não apenas o social, mas todo o contexto de desenvolvimento de uma sociedade é, antes de qualquer coisa, pensar em direitos e deveres que podem afetar a qualidade de vida dessa.

Há muitas décadas, sabe-se que crescimento econômico já não é suficiente. Pensa-se hoje, cada vez mais, como as pessoas são afetadas pelo processo de crescimento, ou seja, se os incrementos positivos no produto e na renda total estão sendo utilizados ou direcionados para promover o desenvolvimento social. Cada vez mais, é preciso pensar em como o crescimento econômico pode afetar positivamente a qualidade de vida de toda a população.

¹⁰ O *New Deal* (novo acordo em português) foi uma série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana, além de auxiliar os prejudicados pela Grande Depressão.

Abordando agora a dimensão urbana do desenvolvimento, Monte-Mór (2013) afirma que essa perspectiva surgiu com a crise do capitalismo nos anos 1930, e se fortaleceu no pós-guerra com os planos regionais e urbanos. No caso das cidades, os antigos planos urbanísticos voltados para as condições de reprodução coletiva da população, deu lugar a planos para promover o desenvolvimento econômico local, como também regional e nacional. Sua efetividade é questionável, mas a ideia de desenvolvimento urbano se impôs.

Ressalta-se que, de forma mais efetiva, a expansão das cidades se dá na segunda metade do século XX, a partir do processo de industrialização dos países subdesenvolvidos. Sobre essa visão nos chamados países do Sul¹¹, Rochefort (2008), comparou o crescimento urbano com o desenvolvimento e observou que o crescimento demográfico acelerado das cidades desses países foi um fenômeno bastante geral para introduzir um primeiro desafio urbano na escala de todos esses países.

Ainda, de acordo com Rochefort (2008), à medida em que o crescimento acelerado das populações das cidades correspondia àquele da sua industrialização, tornava-se necessário buscar desde logo as diferentes facetas dessa aparente correlação. Para o autor, todos os países que eram qualificados na metade do século XX como subdesenvolvidos, caracterizavam-se por uma subindustrialização. No entanto, países como o Brasil, a Argentina e a Índia, por exemplo, possuíam numerosas indústrias de transformação resultantes de investimentos nacionais e de capitais estrangeiros. Porém, é depois da Segunda Guerra Mundial que se generaliza e se acelera o grande movimento de industrialização que incitará a substituição da expressão subdesenvolvido por aquela de país em via de desenvolvimento¹².

Embora a associação entre urbanização, industrialização e desenvolvimento tenha sido frequente, sobretudo após 1945, o modelo adotado pelos países pobres gerou nas cidades um processo de urbanização acelerada: onde o crescimento populacional gerou sub habitações em áreas de risco; anômala: onde essa ocupação ocorreu de forma concentrada próximos aos centros e polos

¹¹ Nomenclatura dada aos países subdesenvolvidos. Essa regionalização, utiliza a linha do equador como referência, onde a maior parte dos países subdesenvolvidos estão situados no hemisfério sul, enquanto a maior parte dos países desenvolvidos situam-se no hemisfério norte.

¹² denominação utilizada por alguns autores para se referir aos países subdesenvolvidos industrializados, como o Brasil, o México, A Índia, a África do Sul e a Rússia. Utiliza-se também, como sinônimo para referenciar esse grupo de países, o termo “em desenvolvimento”, além de “emergentes”.

industriais; e desigual: onde os menos favorecidos ocuparam as periferias sem infraestrutura básica.

Enquanto Moraes (2008) observava, no início do século XXI, o surgimento de assentamentos urbanos deteriorados e degradados, figurando como um dos maiores desafios a serem enfrentados para a promoção do desenvolvimento e de uma melhor qualidade de vida nas cidades. Percebe-se que ainda hoje esses problemas persistem, não apenas nos grandes centros, mas também nas cidades de porte menor, em países tidos como emergentes.

É preciso evidenciar que em alguns países, como no Brasil, houve investimentos, principalmente na primeira década no atual século. Programas governamentais, como o *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC) e o *Minha Casa, Minha Vida*, reduziu de forma importante o déficit habitacional, bem como houve ganho em infraestrutura nas cidades.

Para Monte-Mór (2013), as cidades e suas regiões complementares são os espaços onde é mais necessário repensar a natureza do desenvolvimento – a partir de um eventual projeto de emancipação social – desejável em um horizonte de curto, médio e longo prazo. Para o autor, as cidades, as regiões metropolitanas, bem como as regiões extensivamente urbanizadas vem se tornando cada vez mais o foco das preocupações humanas, e assim, do próprio desenvolvimento.

De fato, o mundo é urbano. De acordo com dados das Nações Unidas, 55% da população mundial vive em áreas urbanas e a expectativa é de que sejam 70% até 2050. Com o crescimento das cidades e do dinamismo que as envolve – processo de conurbação¹³, formação de megalópoles¹⁴ etc. – torna-se fundamental repensar a natureza do desenvolvimento, como abordou acima Monte-Mór. Respostas para perguntas como “que cidades queremos?” devem ser pensadas por todos os atores (governos, iniciativa privada, sociedade civil organizada) que compõem o ambiente urbano.

Souza (1998), alerta ser comum as alusões ao "desenvolvimento urbano" a propósito do crescimento de uma cidade ou da modernização do espaço urbano. Fenômenos como verticalização, expansão horizontal do tecido urbano, realização de

¹³ Processo de fusão física entre cidades, quando suas fronteiras se juntam ao ponto de não se saber onde começa uma e termina a outra.

¹⁴ Quando há a junção de duas ou mais metrópoles. São consideradas metrópoles, as cidades que possuem mais de 1 milhão de habitantes.

obras viárias etc. são, muito frequentemente, tomados como sintomas de "desenvolvimento urbano". Contudo, de acordo com o autor, avolumam-se as queixas e cresce a consciência de que muitos desses fenômenos, não raro, associam-se a coisas indesejáveis como grandes impactos sobre o meio ambiente, destruição do patrimônio histórico-arquitetônico e perda de qualidade de vida para alguns ou mesmo muitos, com os benefícios diluindo-se excessivamente ou mesmo inexistindo para uma parte da população urbana, embora uma outra parcela, amiúde francamente minoritária, possa beneficiar-se diretamente.

O alerta de Souza, ocorre atualmente em muitas cidades brasileiras e de outros países no mundo. Contudo, vale frisar, que grande parte da população das grandes e médias cidades que vivem nas periferias dos países subdesenvolvidos, acreditam, por exemplo, que a construção de uma linha férrea que ligue um bairro distante ou uma cidade satélite a um centro urbano ou algo mais simples, como a colocação de asfalto em uma rua não pavimentada seja considerado desenvolvimento. Para essas pessoas, principalmente pelos que vivenciam na prática diária, qualquer melhoria, muitas vezes, passa a ser desenvolvimento. De fato, uma visão ampliada de desenvolvimento transcende essas questões mais simples, mas não há como deixar de associar algo que minimamente induz a uma melhora na qualidade das pessoas seja considerado parte do desenvolvimento.

Além do mais, o que se observa muitas vezes, é que a "minorias" citada por Souza, é quem, na maioria das vezes, se beneficia dos impactos que são gerados nos centros urbanos. Para essa minoria, o discurso da "modernização" e expansão do tecido urbano, deve se sobrepôr aos impactos que podem ser gerados.

No Brasil, atualmente, apesar de parecer um anacronismo, essa visão de "crescimento a qualquer custo", parece estar mais viva do que nunca. Vide as medidas tomadas pelo atual governo, como nas pastas do meio ambiente e da economia, por exemplo.

Veiga (2005), contribui com esse debate, refletindo que no Brasil, o processo de urbanização das grandes cidades está mais relacionado ao crescimento urbano que ao próprio desenvolvimento. Para o autor, enquanto interessa ao crescimento as questões relacionadas à quantidade, ao desenvolvimento interessa as questões de qualidade. Assim, finaliza, colocando que no Brasil há em maior intensidade um crescimento urbano que um desenvolvimento urbano.

Sobre a perspectiva qualitativa abordada por Veiga, Souza (1998), coloca que há uma esquizofrenia que conduz a ideia de "desenvolvimento urbano" na prática e de modo irrefletido, pelo menos parcialmente vinculada a fenômenos que não se traduzem em maior justiça social e qualidade de vida para o maior número possível de pessoas no longo prazo. Logo, tendo pouco e as vezes nada a ver com um desenvolvimento "autêntico".

Percebe-se no pensamento de Souza, ser fundamental a relação entre desenvolvimento urbano e justiça social. De fato, pensar em condições de vida mais igualitárias para o máximo de pessoas, é um caminho na busca pelo desenvolvimento. Por outro lado, para outros, esse posicionamento é meramente retórico e que não é vislumbrado pela população menos esclarecida, preocupada muitas vezes, em qual refeição terá no dia seguinte.

Ainda acerca do desenvolvimento urbano, o órgão governamental SEDUMA¹⁵ (2019), entende o termo, numa visão mais técnica, sendo o processo de transformação mediante a consolidação de um ordenamento territorial adequado em seus aspectos físicos, econômicos e sociais, além de uma mudança estrutural nos assentamentos humanos, visando a promoção de serviços nas cidades a contento para a melhoria da qualidade de vida da população.

Esse conceito estatal, que se assemelha aos muitos discursos de desenvolvimento de outros governos, inclusive no Brasil, entende o termo de forma "fria", evidenciando que com a melhoria geral na estrutura dos assentamentos urbanos, o desenvolvimento ocorreria conjuntamente. Entendemos que a melhoria estrutural nas cidades contribui para o desenvolvimento, porém essa não deve ser tratada como o fim, mas sim, o elo entre a cidade e a população, sobretudo aos que mais necessitam dessa estrutura, esses devem ser sempre vistos como o fim.

Para Theis e Albuquerque (2003), o desenvolvimento urbano é o processo de acumulação que tem lugar no espaço de uma cidade, ou seja, é o processo localizado de mudança social que tem como propósito último o progresso permanente de uma comunidade e seus respectivos membros que vivem num determinado espaço urbano. Estranho pensar em acumulação e progresso como sinônimos. A partir desse pensamento, depreende-se uma visão retrógrada muito utilizada no século XX, atrelada a questão puramente capitalista, que dificilmente traria ganhos substanciais

¹⁵ Sigla da Secretaria de Meio Ambiente, do estado de Yucatán, no México.

no sentido de mudança social, como citam os autores. Nessa visão, para a maior parte da sociedade, a desigualdade tende a ser perpetuada e acentuada.

Já para Souza (1998), o conceito fundamental e parâmetro central de avaliação do desenvolvimento – não somente urbano, mas em geral – é a autonomia individual e coletiva. Considerando o plano individual, a autonomia é entendida, para o autor, por três questões: o *grau de compreensão* que uma pessoa tem de si mesma, de sua cultura e do que se espera dela como indivíduo; da *capacidade psicológica* que possui para formular opções para si mesma; e das *oportunidades objetivas* que lhe permitam atuar em consequência.

Souza (1998) enfatiza que retirada a dimensão de autonomia, o desenvolvimento, só seria, na melhor das hipóteses, uma espécie de modernização com redução da pobreza e de danos e riscos ambientais sob a tutela de elites dirigentes mais esclarecidas. Pode-se cogitar, segundo o autor, em um tal âmbito, de mais prudência ecológica, e até mesmo de uma atenuação da segregação residencial, mas certamente não é o caso de esperar-se mais liberdade. Com efeito, a autonomia, no sentido amplo da palavra, deve ser perseguida. Não há como pensar em desenvolvimento, sem pensar em emancipação, legitimidade, justiça social, reconhecimento, dentre outras questões que se somem em prol de uma liberdade coletiva.

A reflexão sobre o desenvolvimento na atualidade deve vir cada vez mais no sentido contrário ao que estamos acostumados a ver: ao invés de pensar sempre no crescimento anterior e sobrepondo-se ao desenvolvimento, por que não, inverter-se a lógica? Proporcionar reconhecimento de minorias, redução de desigualdades, tratamento desigual aos desiguais, equilíbrio do social ao econômico, busca por tecnologias adaptadas aos contextos locais, dentre tantas outras ações que venham a fortalecer os pilares para a construção do desenvolvimento.

3.3. Indicadores de Desenvolvimento

O debate contemporâneo em torno do desenvolvimento caminhou, progressivamente, em direção à consideração de estratégias compatíveis com o objetivo da conservação ambiental e redução das assimetrias em termos sociais e econômicos. As discussões a esse respeito passaram a ocupar um lugar mais central na agenda multilateral do pós-Guerra Fria. Contudo, ainda que o empenho da comunidade científica internacional em reforçar a premência de um esforço conjunto

de readequação das estratégias de desenvolvimento tenha contribuído para que essa questão ganhasse em representatividade, as respostas oferecidas pelas lideranças, nacionais e internacionais, não têm se mostrado coesas ou constantes o suficiente para que se possa delinear um esforço contundente em prol do desenvolvimento. Aí reside uma das motivações para que se busque uma compreensão mais clara acerca do projeto de desenvolvimento construído ao longo dos anos encabeçado pelo sistema ONU (JÚNIOR e NEVES, 2019).

Nessa perspectiva, há dificuldades, de modo geral, em se mensurar esse desenvolvimento. Até mesmo para se falar superficialmente sobre o tema, o uso de indicadores como estratégia de aferição parece indispensável. Além disso, os indicadores são relevantes na medida em que servem como instrumentos analíticos, sendo utilizados para comparações entre países, regiões, cidades e espaços intraurbanos. E, ao se pensar em planejamento urbano e regional e políticas públicas, torna-se fundamental o uso de indicadores como instrumento de análise, monitoramento e tomadas de decisão.

Como esta tese busca avaliar as dimensões ideológicas no IDH, torna-se inevitável um embasamento acerca dos indicadores de desenvolvimento. Para tanto, esse capítulo estabelece referencial sobre o contexto geral dos indicadores, abordando aspectos conceituais, diferenças entre indicadores e índices, além das características e classificação dos indicadores. Ainda, aborda o IDH propriamente dito, e finaliza com algumas críticas relevantes sobre esse importante indicador.

3.3.1. Indicadores: aspectos gerais

Atualmente, com a existência de diversas fontes de informação há mais possibilidades de compreensão com as informações circulando de maneira cada vez mais veloz, através de fontes diversificadas e com muitas possibilidades de entendimento, torna-se importante o conhecimento acerca dos indicadores.

Demarco (2007), entende que na administração pública a adoção de indicadores se justifica, entre outros motivos, por aumentarem a transparência da gestão e facilitarem o diálogo entre o poder público e os mais diferentes grupos sociais organizados. Ainda conforme o autor, se por um lado, os indicadores são importantes ferramentas gerenciais de gestão para a administração pública, por outro, é instrumento fundamental para a fiscalização, controle e acompanhamento dessa gestão pública por parte das forças e organizações da sociedade. Portanto, os

indicadores são ferramentas importantes tanto para a burocracia estatal quanto para a sociedade civil.

Sobre o contexto conceitual, vários são os autores e instituições que estabelecem uma definição de indicador.

Partindo de um conceito estatal, o MPOG¹⁶ (2007) define indicadores como instrumento capaz de medir o desempenho de um programa, devendo ser passível de aferição e coerente com o objetivo estabelecido, ser sensível à contribuição das principais ações e apurável em tempo oportuno. O indicador permite, conforme o caso, mensurar a eficácia ou efetividade alcançada com a execução do programa.

Já a OCDE¹⁷ (1993), define o termo indicador como um parâmetro ou valor derivado de parâmetros que aponta, fornece informações ou descreve o estado de um fenômeno, ambiente ou área, cujo significado excede aquele diretamente associado ao valor do parâmetro.

Por sua vez, Besen (2011) define que o indicador tem a função de síntese e são desenvolvidos para propostas específicas. Especialistas acreditam que para sua efetividade os indicadores devem ser simples, alimentados com dados disponíveis e que permitam uma rápida avaliação.

Já para Costa (2008), os indicadores são instrumentos que reduzem grande quantidade de informação a um número apropriado de parâmetros para análise e tomada de decisão, traduzindo conceitos abstratos e difíceis de serem mensurados em entidades operacionais e mensuráveis, fornecendo uma informação sintética sobre determinado fenômeno. Seu uso possibilita revelar condições e ao mesmo tempo tendências, apontando aspectos deficientes ou aqueles que necessitam de intervenção.

Observa-se que, grosso modo, indicador tem função de síntese. E essa, a capacidade de resumir muitos dados e transformá-los em informação, talvez seja sua principal característica, e que provavelmente faz com que tantas instituições, sejam elas públicas ou privadas, busquem essa estratégia para compor suas análises. Por outro lado, devido a sua função de síntese, há muitas críticas que envolve seu uso. A

¹⁶ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do governo federal.

¹⁷ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. É um fórum de países que se descrevem comprometidos com a democracia e a economia de mercado, oferecendo uma plataforma para comparar experiências políticas, buscar respostas para problemas comuns, identificar boas práticas e coordenar as políticas domésticas e internacionais de seus membros.

mais comum trata da “camuflagem” das informações, onde muitos dados passam despercebidos ou ainda são suprimidos quando os indicadores são utilizados. Já Theis (2008) alerta que os indicadores não podem ser “culpados” pelo fato de os países apresentarem diferentes graus de desenvolvimento e competirem entre si. Convém que se capturem tanto características quantitativas quanto qualitativas, empregando-se os indicadores mais adequados.

No início, segundo Silva e Perna (1999), os indicadores eram utilizados com propósitos muito específicos: a aferição econômica. Assim, de acordo com os autores, se justifica que o primeiro grupo de indicadores a ser definido fosse o de indicadores econômicos, pretendendo-se com estes medir o estado de desenvolvimento dos países em termos da sua performance econômica. Ainda segundo Silva e Perna (1999), estes indicadores eram relativamente simples, pois derivavam de dados baseados em um limitado conhecimento científico e a sua relevância, acerca do fornecimento de informação do estado de determinado sistema, não era enfatizada porque se assumia que os indicadores eram implícitos ou intuitivos.

Para Partidário (2000), quando a estatística passou a ser vista como uma ciência, os indicadores ganharam importância. De acordo com o autor, quanto mais dados fossem obtidos e disponibilizados, mais clara seria a necessidade de indicadores para o melhor entendimento e monitorização de sistemas complexos, já que os indicadores representam um compromisso entre a exatidão científica (formulação matemática) e a necessidade de informação concisa (simplificação e síntese). Ainda, de acordo com a autora, com o evoluir do conhecimento científico, bem como com a necessidade de mais e melhor contextualidade do sistema onde se vão utilizar os indicadores, estes passam a ser divididos em grupos, adquirindo perspectiva temática, passando a integrar diversos outros domínios.

Cadete (2011), evidencia a necessidade de se ter uma noção global do sistema, ponderando as diversas dimensões que nele interagem de forma a se obter indicadores consistentes. Ainda para o autor, o âmbito territorial ao qual se aplicam os indicadores também evolui, passando a dar-se mais ênfase à criação de indicadores cuja aplicação possa ser possível nas escalas regional e local e não apenas na global.

Ainda para Cadete (2011), as necessidades de informação devem ser identificadas de acordo com as preocupações dos envolvidos, servindo de base na tomada de decisão de cada grupo. Essa abordagem tem particular importância nesta tese, visto que sempre haverá na formulação de indicadores tanto a preocupação

quanto o interesse de determinado grupo. É preciso pensar sobre o que subjaz o interesse em determinada informação ou política pública.

Nota-se que no processo de evolução dos indicadores – semelhante ao que ocorreu com a temática de desenvolvimento – o foco se iniciou no aspecto econômico e depois passou para outras dimensões. Observa-se ainda, que foi a necessidade de informações mais concisas que despertou o interesse das instituições em criar e utilizar os indicadores.

Para Rodrigues (2010), a construção de indicadores e índices deve ser entendida em função de sua contextualização socioespacial e temporal, pois eles são instrumentos para medir e operacionalizar os avanços ou retrocessos de conceitos abstratos – como a riqueza, a pobreza, as doenças, a exclusão social, entre outros – e transformar em dados numéricos informativos, sempre com a intenção de descrever a realidade, subsidiado por um modelo matemático de redução de escala com medidas em comum.

Já Barcellos (2008), entende que a importância dos indicadores e índices está no seu uso para avaliar e monitorar as condições de vida e identificar as prioridades. Para o autor, a relevância dos indicadores está no uso que se faz deles para identificar e informar sobre as desigualdades e iniquidades.

Existe certa confusão sobre o significado de índice e indicador, nos quais muitas vezes são erroneamente utilizados como sinônimos. De fato, em uma análise superficial e de senso comum, índice e indicador podem possuir o mesmo significado. Contudo, esclarece Khanna (2000), para fins de pesquisa científica, a diferença está em que um índice é o valor agregado final de todo um procedimento de cálculo onde se utilizam, inclusive, indicadores como variáveis que o compõem. Pode-se dizer também que um índice é simplesmente um indicador de alta categoria.

Segundo Mitchell (1996) indicador é uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade. Enquanto para Mueller *et al.* (1997), um indicador pode ser um dado individual ou um agregado de informações.

De acordo com Prabhu (1999), um índice revela o estado de um sistema ou fenômeno, além de poder ser construído para analisar dados através da junção de um jogo de elementos com relacionamentos estabelecidos. Enquanto para Siche *et al.* (2007) o termo índice é um valor numérico que representa a correta interpretação da realidade de um sistema simples ou complexo, utilizando, em seu cálculo, bases científicas e métodos adequados.

Jannuzzi (2009) salienta que indicadores e índices são construídos a partir de estatísticas levantadas em censos demográficos, pesquisas amostrais e, quase que na totalidade, a partir de dados dispostos em registros administrativos públicos. Em menor número, aparecem as estatísticas de entes públicos-privados e privados.

Rodrigues (2010) destaca ainda que tanto indicadores como índices possuem um papel informativo importante: evocar diferentes aspectos da sociedade, independente da metodologia utilizada na sua construção ou sobre a que tipologia estejam atrelados. De acordo com a autora, a função de ambos deve ser ajudar no conhecimento da realidade que cerca as sociedades e contribuir para o debate político que vise à melhoria das condições de vida.

Mais do que diferenciar os aspectos técnicos entre indicador e índice, deve-se compreender que a função desses mecanismos é produzir informações para tomada de decisão, viabilizando as políticas públicas. Além dessa função, em uma perspectiva acadêmica, indicadores e índices são importantes para a análise, conhecimento e crítica do estado da realidade - social, econômica, ambiental etc. - que está sendo investigada.

Sobre o aspecto de classificação, há na literatura várias formas fazê-lo. conforme Jannuzzi (2009), a classificação mais comum é a divisão dos indicadores segundo a área temática da realidade social a que se referem (fFigura 3): indicadores de saúde, educacionais, de mercado de trabalho, demográficos, habitacionais, de segurança pública e justiça, de infraestrutura urbana, de renda e desigualdade, dentre outros. Existem ainda classificações temáticas mais agregadas, como os indicadores socioeconômicos, os de condições de vida, de qualidade de vida, de desenvolvimento humano e os indicadores ambientais

Ainda conforme Jannuzzi (2009), outra classificação dos indicadores corresponde à divisão entre objetivos e subjetivos, também denominados quantitativos e qualitativos, respectivamente. Os indicadores objetivos se referem a ocorrências concretas da realidade social, construídos a partir das estatísticas públicas disponíveis, por exemplo a taxa de desemprego ou taxa de evasão escolar. Os indicadores subjetivos, correspondem a medidas construídas a partir da avaliação dos indivíduos ou especialistas com relação a diferentes aspectos da realidade, levantadas em pesquisas de opinião pública ou grupos de discussão, como exemplo desse tipo de indicador é possível citar índice de confiança nas instituições e notas avaliativas sobre a performance dos governantes.

Figura 3: classificação temática dos indicadores sociais

Classificação temática dos Indicadores Sociais	
Demografia	Habituação
Educação	Infraestrutura urbana
Saúde	Segurança e justiça
Mercado de trabalho	Renda e pobreza
Qualidade de vida	Meio ambiente

Fonte: JANNUZZI, 2009, p. 20

A partir de uma classificação, torna-se também importante definir as características principais tidas como desejáveis para um indicador. Jannuzzi (2009) acredita que um indicador deve ter relevância social, validade e confiabilidade, ter um grau de cobertura adequado aos propósitos que se presta, deve ser sensível, específico, reproduzível, comunicável, atualizável periodicamente, possuir custos factíveis, ser amplamente desagregável em termos geográficos e ter certa historicidade, como pode ser melhor explicado adiante (qQuadro 1):

Quadro 1: Características dos indicadores - Jannuzzi

Propriedade dos indicadores Jannuzzi (2009)	
Características	Significado
Relevância social	Pertinência da sua produção e uso.
Validade	Grau de proximidade entre o conceito e a medida, ou seja, capacidade de reflexão.
Confiabilidade	É a qualidade do levantamento dos dados usados no seu cômputo.
Cobertura	Ter um grau de cobertura adequado aos propósitos que se presta.
Sensibilidade	Capacidade em refletir mudanças significativas se as condições que afetam a dimensão referida se alteram.
Especificidade	Refletir alterações estritamente ligas às mudanças relacionadas à dimensão de interesse.
Reprodutibilidade	Transparência na metodologia de construção do indicador.
Comunicabilidade	Facilmente compreensível aos demais.
Atualizável	Periodicidade que o indicador possa ser atualizado.
Custos factíveis	Obtenção a custos baixos.
Desagregação geográfica	Deve ser possível construir indicadores referidos a espaços geográficos reduzidos.
Historicidade	Dispor-se em séries históricas extensas e comparáveis.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir das informações de Jannuzzi (2009).

Já Trzesniak (1998) evidencia cinco características *a priori* como propriedades indispensáveis, que qualquer indicador deve necessariamente exibir (Quadro 2): relevância, gradação de intensidade, univocidade, padronização e rastreabilidade.

Quadro 2: características dos indicadores - Trzesniak

Propriedades <i>a priori</i>, Trzesniak (1998)	
Características	Significado
Relevância	O indicador deve retratar um aspecto importante, essencial, crítico do processo/sistema.
Gradação de intensidade	O indicador deve variar suficientemente no espaço dos processos/sistema de interesse.
Univocidade	O indicador deve retratar com total clareza um aspecto único e bem definido do processo/sistema.
Padronização	A geração do indicador deve basear-se em uma norma, um procedimento único, bem definido e estável no tempo.
Rastreabilidade	Os dados em que a obtenção do indicador é baseada, os cálculos efetuados e os nomes dos responsáveis pela apuração devem ser registrados e preservados.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir das informações de Trzesniak (1998).

A OCDE (1993), coloca que em uma abordagem específica, torna-se necessário definir o conjunto mais apropriado de critérios que sejam adequados ao tema em estudo, à escala de análise e às necessidades do público-alvo. Dessa forma, para cada caso específico, determinados critérios devem ser selecionados e utilizados para a análise.

É possível verificar semelhanças nas propriedades de Jannuzzi e Trzesniak, sendo as de Jannuzzi mais abrangentes e a de Trzesniak um pouco mais reduzidas. Contudo, é preciso entender que as características citadas acima são consideradas como desejáveis, ou seja, dificilmente se conseguirá reunir todas as características em um conjunto de indicadores.

Alerta-se ainda, que as características dos indicadores, apresentadas anteriormente, estabelecem uma perspectiva ideal e que nem sempre se realizarão na prática, em virtude da complexidade envolvida em cada situação. Wong (2006) acredita, que não existe uma metodologia única, universal e eficaz para o desenvolvimento e aplicação de todo e qualquer indicador. Para o autor, deve-se dar mais valor ao processo de elaboração de cada indicador individualmente, para cada contexto, visando muitas vezes objetivos diferentes.

Segundo Wong (2006), é ilusório pensar que se possa chegar a uma abordagem definitiva, sendo mais importante a busca pelo desenvolvimento e

exploração de ferramentas que possam dar uma resposta mais ampla aos planejadores e tomadores de decisão.

Com efeito, os indicadores são ferramentas que se mostram importantes, sobretudo no tocante ao planejamento. O desafio atual é conseguir unir dados fidedignos e abrangentes, indicadores que norteiem decisões e sociedade civil organizada que cobre efetivamente tanto a transparência na divulgação das informações, quanto efetividade nas ações com vistas a melhoria nas condições sociais humanas.

3.3.2. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH proporcionou uma quebra de paradigma em relação a perspectiva de desenvolvimento e é, em nível mundial o principal índice que faz alusão ao desenvolvimento, portanto, apesar de ser uma medida sintética, o IDH é importante referência no tocante, principalmente, as políticas públicas de renda, educação e saúde, além de ser utilizado como parâmetro de comparação em os países do globo.

O conceito de desenvolvimento humano, bem como sua medida, o IDH, foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e com a colaboração e inspiração no pensamento e obra do economista Amartya Sen (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

De acordo com o PNUD *et al.* (2013), a popularização da abordagem de desenvolvimento humano se deu com a criação e adoção do IDH como medida do grau de desenvolvimento humano de um país, em alternativa ao Produto Interno Bruto, hegemônico à época como medida de desenvolvimento. O indicador reúne três dos requisitos considerados mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde –, ter acesso ao conhecimento – educação – e poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda. Esse índice obteve grande repercussão mundial devido principalmente à sua simplicidade, facilidade de compreensão e relativa abrangência na mensuração do desenvolvimento. Ao transformar em um único número a complexidade de três importantes dimensões, o IDH tornou-se uma alternativa de compreensão e fomento a partir de discussões e reflexões acerca do significado de desenvolvimento humano para a sociedade.

Na sua formulação clássica – apresentada no parágrafo anterior – o IDH é composto por três indicadores, por meio das duas primeiras dimensões, pretende-se avaliar a realização do bem-estar mediante a adoção de um estilo de vida resultante de escolhas livres e informadas, a partir das habilidades e conhecimentos acumulados. Já o comando sobre recursos indica se esse processo se deu livre de privações das necessidades básicas, como as de água, alimento e moradia (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

Resumidamente, a escolha pelas dimensões do IDH, de acordo com o PNUD *et al.* (2013), se deu pelo seguinte:

Saúde (Longevidade): ter uma vida longa e saudável é fundamental para a vida plena. A promoção do desenvolvimento humano requer que sejam ampliadas as oportunidades que as pessoas têm de evitar a morte prematura, e de garantir a elas um ambiente saudável, com acesso à saúde de qualidade, para que possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental.

Educação (conhecimento): acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, para a autonomia e a autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. A educação constrói confiança, confere dignidade e amplia os horizontes e as perspectivas de vida.

Renda: a renda é essencial para se ter acesso as necessidades básicas como água, comida e abrigo, mas também para que se possa transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas e exercício de liberdades. A renda é um meio para uma série de fins, possibilitando opções por alternativas disponíveis e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida.

Vale salientar que mesmo o IDH pretendendo ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano, o objetivo de criação desse índice foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Contudo, salienta o PNUD (2019), apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH.

Quando da formulação do IDH, as conversas entre Mahbub ul Haq idealizador do índice e Amartya Sen, que teve sua obra como inspiração, já eram em tom de preocupação, sobretudo de Sen, no tocante à dificuldade em capturar as complexidades do desenvolvimento em um único índice. Contudo, Sen concordou em ajudá-lo nesse desafio, juntamente com outros economistas.

É inegável a contribuição do IDH para a ciência, sobretudo em chamar a atenção para aspectos que não fossem estritamente econômicos.

Por outro lado, independentemente das preocupações de Sen, ao aceitar o desafio e criar um índice internacional – chancelado pela ONU em seu relatório de desenvolvimento humano – seria muito difícil não o atrelar ao desenvolvimento de fato, sobretudo para a imprensa internacional, governos e cidadãos dos países globais. Esse ponto é crucial para tentar explicar a grande quantidade de críticas e contribuições que o IDH que se somaram desde a sua criação. Na seção a seguir, serão evidenciadas algumas dessas críticas e contribuições, em nível de Brasil.

3.3.3. Contribuições ao IDH

Após a apresentação do IDH no relatório de desenvolvimento humano do PNUD em 1990, como alternativa à perspectiva de desenvolvimento econômico ora consolidada, muitos pesquisadores e estudiosos do tema, além da própria ONU, perceberam que o IDH não era a “solução definitiva” para se medir o desenvolvimento. Desta feita, vários foram os estudos que vieram para contribuir e complementar o IDH.

3.3.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

No ano de 1998, o Brasil foi um dos primeiros países a adaptar e calcular um IDH subnacional para todos os municípios brasileiros, com dados do Censo Demográfico, criando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em 2003, uma nova edição trouxe a série histórica de 1991 e 2000 para todo o país, sendo hoje o índice uma referência nacional para a sociedade e um dos casos de sucesso mundial na aplicação e disseminação do IDH no nível subnacional (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

Em 2013, o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010. Também se recalculou o IDHM, a partir da metodologia adotada, para os anos

de 1991 e 2000, por meio de uma minuciosa compatibilização das áreas municipais entre 1991, 2000 e 2010 para levar em conta as divisões administrativas ocorridas no período e permitir a comparabilidade temporal e espacial entre os municípios. O desafio já havia sido enfrentado nas edições do Atlas de 1998 e 2003 (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH global – saúde, educação e renda, indo além no tocante à metodologia, visto que adequa a abordagem global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Ainda que meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM se mostram mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros, uma vez que é acompanhado por mais de 200 indicadores socioeconômicos que dão suporte à sua análise e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

No que se refere ao cálculo, o IDHM apresentado no Atlas 2013 possui uma nova metodologia¹⁸, fazendo com que as versões anteriores – Atlas 1998 e Atlas 2003 – mesmo já apresentando dados para os anos de 1991 e 2000, fosse totalmente recalculada para esses anos, em razão da adaptação metodológica. Por esse motivo, toda comparação entre anos, indicadores e municípios deve ser realizada dentro da plataforma do Atlas Brasil 2013 (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

A construção da metodologia de cálculo do IDHM teve dois objetivos principais visando adequar a metodologia do IDH global, sendo eles: a) ajustar a metodologia ao contexto brasileiro, buscando indicadores mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores – os municípios; e b) adaptar a metodologia do IDH global aos indicadores disponíveis nos Censos Demográficos brasileiros, de forma a garantir mesma fonte de dados e comparabilidade entre todos os municípios brasileiros (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

O IDHM foi uma contribuição importante no sentido em que traz aos municípios brasileiros a possibilidade de se monitorar indicadores que compõem o IDH global em nível local. Contudo, como visto, não é possível estabelecer comparação entre o global e o local, ou seja, entre o IDH brasileiro e o IDHM dos municípios brasileiros, por exemplo.

¹⁸ Mais detalhes acerca dos cálculos e procedimentos metodológicos do IDHM é detalhado no anexo “A” desta pesquisa.

Por outro lado, só o fato de se ter disponível informações de municípios que muitas vezes são invisíveis para o poder público, em virtude do seu tamanho e dificuldade de obtenção de dados, já é uma grande contribuição. Além disso, o fato de poder ser feita comparação entre os municípios brasileiros torna-se ferramenta interessante na formulação de políticas públicas.

Outro fator importante, foi a adaptação metodológica dos anos de 1991 e 2000, gerando assim possibilidade de se estabelecer uma série histórica mais longa.

3.3.3.2 Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e, a partir dele, o Atlas da Vulnerabilidade Social (AVS) é um trabalho desenvolvido pelo IPEA em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP) e possibilita a consulta, em diversos formatos de dados sobre a temática da vulnerabilidade social, estimulando e facilitando a produção de análises e informações (IPEA, 2019).

Ainda, oferece um panorama da vulnerabilidade e da exclusão social dos municípios, estados e regiões metropolitanas. O IVS tem por objetivo oferecer instrumentos de análise e compreensão das desigualdades socioespaciais, visando a democratização de informações no âmbito municipal e metropolitano, contribuindo para o fortalecimento das capacidades locais, o aprimoramento da gestão pública e o empoderamento dos cidadãos brasileiros por meio da ampliação do conhecimento sobre a sua realidade (IPEA, 2019).

Assim como as noções de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano”, exclusão e vulnerabilidade social são noções antes de tudo políticas (ainda que nem sempre sejam percebidas como tal), que introduzem novos recursos interpretativos sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária (IPEA, 2019).

O IVS apresentado pelo IPEA tem a pretensão de sinalizar o acesso, a ausência ou a insuficiência de alguns “ativos” em áreas do território brasileiro, os quais deveriam, a princípio, estar à disposição de todo cidadão, por força da ação do Estado (IPEA, 2019).

Os três subíndices que o compõem: i) Infraestrutura Urbana; ii) Capital Humano; e iii) Renda e Trabalho representam três grandes conjuntos de ativos, cuja posse ou privação determina as condições de bem-estar das populações nas sociedades contemporâneas (IPEA, 2019).

A fim de definir a vulnerabilidade social tal como é apresentada, o IVS baseou-se, sobretudo, no conceito com ênfase em dois usos bastante difundidos, mas distintos, da categoria “vulnerabilidade social”, a saber: o conceito de *vulnerabilidade à desfiliação*, do sociólogo francês Robert Castel (1998); e ii) a ideia de *vulnerabilidade de ativos*, consagrado por Caroline Moser (1998), em trabalho para o Banco Mundial (IPEA, 2019).

De acordo com o seu modelo teórico, Castel (1998) entende que a inscrição dos indivíduos na estrutura social se faz por meio de sua inserção em dois campos, simultaneamente: o mundo do trabalho, com seus riscos e proteções; e o das relações de proximidade, representadas pelas relações familiares, de vizinhança, e demais relações sociais e comunitárias, que proporcionariam, ao indivíduo, proteção e segurança.

Para Castel (1998), unindo os dois campos – o do mundo do trabalho e o das relações de proximidade – com suas respectivas variações, é possível tipificar três zonas sociais de inserção: a *zona de integração*, que combina as inserções em trabalho estável com relações de proximidade fortes; a *zona de desfiliação*, situada no polo oposto e marcada pelo não trabalho e pelo isolamento relacional (caso dos indivíduos levados à mendicância, dos sem teto, entre outros); e, entre os dois polos, a *zona de vulnerabilidade*, delimitada pela inserção precária no trabalho e pela fragilidade das relações de proximidade.

Portanto, para Castel (1998), a expressão “vulnerabilidade social” é utilizada para descrever a condição social daqueles indivíduos situados entre a integração e a desfiliação social. No entanto, o autor adverte que este modelo deve ser interpretado de forma dinâmica, já que, na prática, os indivíduos podem transitar entre estas zonas, ao longo da vida.

Castel (1998) chama atenção ainda, para o “lugar estratégico” da zona de vulnerabilidade, isto é, um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária em sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional.

Ainda, de acordo com Castel (1998), a zona de vulnerabilidade teria sofrido grande ampliação desde as reformas neoliberais do final do século XX, que deslançaram processos de flexibilização e precarização do trabalho, reduzindo fortemente os direitos e proteções garantidos, desde o início da industrialização, pelo seguro social. Neste sentido, para o autor, a redução das coberturas pelo seguro

social seria, em grande medida, responsável pela incidência de situação de vulnerabilidade em amplos contingentes que, por dependerem de um salário para garantir sua sobrevivência e a de suas famílias, permanecem sempre suscetíveis aos riscos sociais (doenças, desemprego, invalidez, dentre outros).

Inevitável pensar, a partir do conceito de vulnerabilidade social de Castel, no Brasil atualmente com a pandemia de Covid-19. Em virtude da pandemia, muitas pessoas perderam seus empregos ou tiveram suas receitas fortemente impactadas.

Dessa maneira, é possível imaginar que muitas dessas pessoas entraram na chamada zona de vulnerabilidade descrita por Castel. Inicialmente, pelas frágeis relações de trabalho a estrutura social é abalada, com a perda do emprego ou redução das receitas, as pessoas também têm um abalo nas relações de proximidade, aumentando bastante as chances de entrarem na zona de vulnerabilidade.

Contudo, é preciso citar, que o auxílio emergencial do governo federal contribuiu para a possível redução da entrada de pessoas na zona de vulnerabilidade, isso só poderá ser comprovado após dados de pesquisas sobre esse momento que estamos vivendo e que por serem muito dinâmicos e recentes, ainda é de difícil monitoramento e compreensão.

A outra base teórica principal utilizada pelo IPEA para construir o IVS é a “vulnerabilidade de ativos”, que se encontra nos textos produzidos no âmbito do Banco Mundial, a partir do final dos anos 1990. Um dos trabalhos que se tornou referência para o posterior desenvolvimento do conceito, pelos pesquisadores ligados ao Banco, foi o de Caroline Moser em 1998, que buscou compreender as dinâmicas da pobreza em sociedades periféricas (IPEA, 2019).

Com base nos resultados de sua pesquisa, Moser (1998) sugere que as situações de mal-estar social, de indivíduos e famílias, derivam seja de sua privação de “ativos” materiais e simbólicos (emprego, moradia, capital humano, capital social, entre outros), seja de sua incapacidade para manejar adequadamente os ativos que possuem, diante de situações de risco.

A partir dessa classificação dos riscos, Moser (1998) propõe o modelo da Vulnerabilidade de Ativos (*Asset-Vulnerability Framework*), segundo o qual a vulnerabilidade dos indivíduos, famílias e comunidades derivaria de: i) falta ou escassez de ativos; e ii) manejo inadequado, por parte indivíduos, famílias e comunidades, daqueles ativos de que dispõem. Neste sentido, para a autora, as intervenções destinadas a combatê-la devem se dar no sentido de fornecer ativos às

populações e/ou de apoiá-las para que usem mais produtivamente aqueles ativos de que dispõem.

Com base na formulação de Moser, o Banco Mundial tem publicado, desde os anos 2000, uma série de documentos que colocam a vulnerabilidade de ativos no centro das análises, bem como das políticas de proteção social.

A perspectiva de vulnerabilidade por Moser, está associada a capacidade das pessoas de terem e ampliarem seus ativos, que grosso modo, está relacionado ao ativo financeiro. Associando ao contexto atual, com a pandemia, é possível relacionar que houve forte redução nos ativos de percentual significativo da população, não só brasileira, mas de muitos países do mundo, inclusive dos ditos desenvolvidos.

É preciso fortalecer os ativos existentes e proporcionar mais ativos à população, sobretudo ativos inerentes à educação, viabilizando melhores perspectivas na sociedade.

Para o Ipea (2019), dentre as muitas diferenças entre a interpretação de Moser e de Castel apresentadas como contribuições para a construção do IVS, destacam-se, sobretudo, a origem das vulnerabilidades e a natureza dos riscos a elas associados. Para o instituto, Castel entende a vulnerabilidade social como produto da precária inserção dos indivíduos na sociedade salarial, a qual engendra riscos sociais específicos. Já no caso de Moser, o Ipea entende tal condição como um déficit dos indivíduos ou das famílias, que aparentemente não tem relação com a organização da sociedade capitalista, de mercado e salarial, e cuja superação depende, ou da obtenção de ativos ou da melhor utilização dos ativos disponíveis.

Para o Ipea (2019), a perspectiva adotada na formulação do IVS parte, além das contribuições de Castel e Moser, do reconhecimento de que as vulnerabilidades sociais decorrem de processos sociais mais amplos, contra os quais o indivíduo, por si só, não tem meios para agir; e cujos rumos, só o Estado, através de políticas públicas, tem condições de alterar.

Desta feita, segundo o Ipea (2019), a definição de vulnerabilidade social em que o IVS se ancora diz respeito à ausência ou insuficiência de ativos que podem em grande medida ser providos pelo Estado, em seus três níveis administrativos (União, estados e municípios), constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional.

Ainda, para o Ipea (2019), o IVS foi pensado para dialogar com o desenho da política social brasileira, uma vez que atesta a ausência ou insuficiência de *ativos* que, pela própria Constituição Federal de 1988, deveriam ser providos aos cidadãos pelo Estado, nas suas diversas instâncias administrativas.

No tocante ao método de obtenção, o IVS é o resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho¹⁹, cada um deles entra no cálculo do IVS final com o mesmo peso (IPEA, 2019).

Para o cálculo dos subíndices, foram utilizados dezesseis indicadores calculados a partir das variáveis dos censos demográficos do IBGE, para os anos de 2000 e 2010 – tabulados para o Atlas de Desenvolvimento Humano²⁰ (ADH) no Brasil com seus respectivos pesos (IPEA, 2019).

Já para a construção de cada dimensão do IVS, utilizou-se os pesos equivalentes para cada indicador, sendo necessário utilizar parâmetros máximos e mínimos, em cada indicador, para transformá-lo, também, num indicador padronizado, com valores variando de 0,000 a 1,000 (IPEA, 2019).

Cada indicador teve seu valor normalizado numa escala que varia entre 0 e 1, em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação. A condição de absoluta ausência de vulnerabilidade equivale a 0% de casos indesejados (ou, por exemplo, zero mortos por mil nascidos vivos, no caso da variável taxa de mortalidade de crianças de até 1 ano de idade). Já o valor máximo de cada indicador – ou seja, a situação de máxima vulnerabilidade – foi estabelecido a partir da média encontrada para os dados municipais de cada um deles, considerando, para efeitos de cálculo, os valores relativos aos anos de 2000 e 2010, acrescido de dois desvios-padrão, limitado em 1, mesmo para os municípios que extrapolaram este valor (IPEA, 2019).

Assim, foi considerada como situação ideal (ausência de vulnerabilidade social) a não ocorrência de casos em cada uma das dimensões (por exemplo, mortalidade infantil igual a zero) e o valor máximo correspondeu, sempre, à pior situação encontrada a partir da padronização referida. Todos os indicadores listados apresentam relação direta com situações de vulnerabilidade social: quanto maior o indicador, maior a vulnerabilidade social. Feita a normalização dos dados para os

¹⁹ O detalhamento das dimensões do IVS consta no anexo B dessa pesquisa.

²⁰ Os indicadores do Atlas de Desenvolvimento Humano estão no anexo C dessa pesquisa.

indicadores que compõem o subíndice, foram aplicados os pesos relativos a cada um dos indicadores (IPEA, 2019).

Combater os aspectos que levam ao estado de vulnerabilidade deve ser a meta dos governos, das instituições privadas e da sociedade civil organizada dos países. O constante monitoramento e ações efetivas devem ser tomados como *modus operandi* visando contribuir com a população que mais necessita e que está mais suscetível à vulnerabilidade.

3.3.3.3 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH)

A construção das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), foi um estudo realizado no ano 2013, numa parceria entre o PNUD, o IPEA e a FJP; além do apoio do governo federal (ATLAS, 2013).

As UDHs são recortes territoriais localizados dentro das áreas metropolitanas que podem ser uma parte de um bairro, um bairro completo ou, em alguns casos, até um município pequeno. A definição dos limites das UDHs é entendida a partir da homogeneidade socioeconômica delas, formadas com base nos setores censitários do IBGE (ATLAS, 2013).

Para se compreender como foi possível estabelecer o recorte proposto para a construção das UDHs, é preciso entender que os Censos Demográficos, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são liberados apenas de forma agregada, para evitar a exposição de informações personalizadas (ATLAS, 2013).

O censo demográfico é composto por dois questionários: a) o questionário básico, onde há os dados do universo e disponibilizado por setor censitário; b) o questionário amostral é mais completo contendo nele os microdados, e, por isso, sendo disponibilizado apenas por agregação de setores censitários, chamadas de áreas de ponderação. Nesse sentido, para se obter o acesso aos dados do questionário da amostra para recortes espaciais diferentes daqueles correspondentes às áreas de ponderação, é necessário submeter um projeto com a proposta da nova agregação para avaliação do IBGE, observando as exigências de confiabilidade estatística e obedecendo a critérios que serão rigorosamente avaliados por um comitê técnico do instituto. Vale ressaltar que essa nova agregação não pode ter menos de 400 domicílios particulares permanentes amostrados que é a quantidade mínima para se estabelecer um setor censitário (ATLAS, 2013).

Enquanto a lógica das áreas de ponderação do IBGE atende a quesitos técnicos relacionados ao processo de coleta e amostragem, as UDHS estão voltadas para a análise espacial das Regiões Metropolitanas (RM) por meio de recortes espaciais de maior homogeneidade socioeconômica, com o objetivo de retratar as desigualdades intrametropolitanas de forma mais contundente (ATLAS, 2013).

No que se refere à validação local foi necessário contar com o conhecimento e a colaboração técnica de instituições e pesquisadores de todas as RMs abrangidas pelo Atlas, para que eles pudessem, a partir de uma base de informações socioeconômicas em nível de setores censitários, propor a configuração de recortes espaciais intrametropolitanos mais homogêneos que atendessem às exigências técnicas do IBGE (ATLAS, 2013).

Além disso, essas novas unidades espaciais deveriam ser reconhecidas, inclusive, por denominações já utilizadas pela população. Na medida do possível, tais unidades se constituiriam em agregações de setores censitários que apresentariam áreas contíguas, visando facilitar sua nomenclatura e reconhecimento (ATLAS, 2013).

No que tange às limitações do método, observou-se desde a construção das UDHS, que em diversos casos, tornava-se difícil atender ao critério de um mínimo de 400 domicílios particulares permanentes amostrados e, simultaneamente, observar o critério da homogeneidade socioeconômica. Considerando esse problema, procedeu-se a uma agregação de áreas descontínuas que guardassem semelhanças entre si, segundo os aspectos descritos inicialmente e que também pudessem ser reconhecidas, independentemente do tamanho (ATLAS, 2013).

Este processo de agregação era implementado até atingir o tamanho mínimo dos 400 domicílios particulares permanentes amostrados. Tal procedimento se justifica, por exemplo, quando se registram pequenas vilas/favelas incrustadas em bairros de alta renda ou inversamente, quando existem condomínios de luxo incrustados em bairros de população de baixa renda ou de características domiciliares muito distintas. Ao final, é como se fossem geradas novas áreas de ponderação com maior homogeneidade socioeconômica, mas sem contiguidade espacial (ATLAS, 2013).

As UDHS também são importante contribuição ao IDH, essas buscam “enxergar” o que o IDH e o IDHM não veem. Ao aproximar a escala e visualizar o intraurbano, o bairro ou até mesmo a fração de um bairro, as UDHS tentam mostrar as relações de desigualdade que ocorrem em uma mesma cidade e até mesmo em

localidades muito próximas que aparentemente tinham condições de vida semelhantes.

Contudo, como a base das UDH's são os censos demográficos, a informação fica restrita a universos temporais de dez anos o que dificulta a tomada de decisão mais imediata dentro dos municípios.

Seria interessante a ideia das UDH's sob uma base de dados da PNAD contínua, por exemplo. Dessa forma, uniria o universo do intraurbano a uma base trimestral, podendo assim potencializar a relação do tempo nas tomadas de decisão em prol de políticas públicas.

3.3.3.4 Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)

O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) é um indicador sintético que agrega diversas dimensões para formar um único número. Como qualquer outro índice dessa natureza, reúne um conjunto de indicadores e atribui pesos às dimensões (BARROS, CARVALHO e FRANCO, 2003).

A definição de quais devem ser esses indicadores e pesos não obedece a uma solução matemática relacionada ao cálculo do indicador, mas devem provir do debate da sociedade. No caso específico do IDF cada uma das dimensões acabou recebendo o mesmo peso. Além da possibilidade de ser calculado no nível de cada família, o índice possui características que permitem que ele seja fácil e aditivamente agregável, de forma a se obter o grau de desenvolvimento de qualquer grupo demográfico (BARROS, CARVALHO e FRANCO, 2003).

A construção do IDF se deu a partir das informações disponíveis do questionário básico da PNAD, sendo composto, ao todo, por 6 dimensões, 26 componentes e 48 indicadores. Basicamente, o índice é produzido como se um questionário com 48 perguntas fosse realizado com as famílias, as quais devem responder “sim” ou “não”. Cada “sim” é computado como algo positivo e aumenta a pontuação da família na direção de um maior índice de desenvolvimento, e o “não” o contrário, tendo o índice uma variação entre 0 (para aquelas famílias na pior situação possível) e 1 (para as famílias na melhor situação possível). Foram consideradas as dimensões mais básicas das condições de vida²¹, avaliadas a partir das informações reunidas na PNAD e sintetizadas no IDF, sendo elas: a) ausência de vulnerabilidade;

²¹ O detalhamento das dimensões do IDF é feito no anexo “D”.

b) acesso ao conhecimento; c) acesso ao trabalho; d) disponibilidade de recursos; e) desenvolvimento infantil; e f) condições habitacionais. Nesse estudo, não foram incluídas questões ligadas diretamente as condições de saúde (BARROS, CARVALHO e FRANCO, 2003).

Da mesma forma que o IDH, o IDF se baseia numa ponderação balanceada de um conjunto de indicadores sociais comumente utilizados. No entanto, o IDH é comumente criticado pelo tratamento bastante simplificado que dá ao desenvolvimento humano, ao incluir apenas três dimensões e quatro indicadores. O IDF, expande consideravelmente o escopo do IDH ao dobrar o número de dimensões consideradas e aumentar de 4 para 48 o número de indicadores (BARROS, CARVALHO e FRANCO, 2003).

Vale ressaltar que a metodologia desenvolvida para o cálculo do IDF pode ser igualmente aplicada quaisquer que sejam os indicadores e pesos selecionados, desde que as regras básicas de construção sejam mantidas. Assim, é perfeitamente possível construir um IDF com indicadores e pesos selecionados pela sociedade, desde que esses indicadores e pesos sejam conhecidos (BARROS, CARVALHO e FRANCO, 2003).

No tocante à desagregabilidade – que se refere à unidade mínima de análise para a qual se pode obter o indicador sintético – o IDF agrega, em primeiro lugar, as informações temáticas sobre as famílias e gerando um índice de desenvolvimento sintético para cada família. Somente depois vem a agregação espacial (BARROS, CARVALHO e FRANCO, 2003).

Dessa forma, o IDF permite que se tenha a família como unidade de análise e, portanto, a segunda etapa pode envolver agregações não só de natureza espacial, mas também se pode dar em termos de grupos sociais e demográficos. O custo dessa maior desagregabilidade está na necessidade de que todas as informações necessárias devam provir de uma única fonte de informação, impedindo que diversas fontes possam ser combinadas (BARROS, CARVALHO e FRANCO, 2003).

Já em relação à agregabilidade – como o IDF utiliza todas as famílias para a população de referência – o cálculo de todos os indicadores é sempre o mesmo, fazendo com que todos os indicadores sejam aditivamente agregáveis (BARROS, CARVALHO e FRANCO, 2003).

O IDF é uma contribuição interessante ao IDH, ao passo que coloca a família como centro na análise e não exatamente a escala geográfica (mundo, país, cidade e bairro).

O IDF visa estabelecer uma perspectiva de “desenvolvimento” diferente do IDH, podendo dessa forma avaliar o bairro em que aquela família vive ou mesmo a cidade ou o país em que aquela família vive ao invés de avaliar genericamente a localidade ou região e por ter sido construído na base da PNAD, reduz a escala temporal das análises, fortalecendo as políticas públicas mais urgentes.

Como visto nessa seção, muitas são as contribuições que foram dadas ao IDH. Essas são apenas algumas, visto que não seria possível tratar de todas as contribuições nessa pesquisa. Buscou-se aqui, trazer algumas das mais relevantes, tanto no tocante à utilização por órgãos de planejamento, quanto em relação a serem índices reconhecidos pela população e por terem sido construídos por instituições de envergadura e confiabilidade.

Portanto, é possível revelar que as críticas em torno do IDH, giram em torno de se buscar preencher as lacunas que o índice não contempla. Isso, obviamente é importante, pois quanto mais indicadores e índices possam contribuir se somando ou mesmo contrapondo-se as perspectivas do IDH, será válido e fundamental para o planejamento urbano e regional e para formulação de políticas públicas. Contudo, esse olhar a partir de indicadores e índices, já vêm sendo conduzido por instituições de respaldo como as supracitadas. Cabe aqui – como tem sido defendido nesta tese – evidenciar os aspectos que ficam subjacentes à construção desses indicadores e índices.

O capítulo a seguir, trata das estratégias metodológicas que serão utilizadas nesta tese. Para tanto, inicialmente se proporá construir os eixos de posicionamento ideológicos, somado ao uso da ferramenta de análise de conteúdo como instrumento de avaliação dos eixos.

4. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Visando avaliar, o posicionamento ideológico na construção do IDH. Esse capítulo se propõe à construção da estrutura metodológica desta tese, a partir duas estratégias: a construção dos eixos de análise de posicionamento ideológico e a análise de conteúdo (AC) como ferramenta para auxiliar a aplicação dos eixos ao recorte empírico.

A primeira estratégia, consiste na construção dos eixos de análise dialéticos que designam uma dimensão do que os autores estudados definiram como componente do conceito de Ideologia e que serão base para a aplicação no objeto de análise, nesse caso uma teoria de desenvolvimento. Esses eixos antagônicos multidimensionais serão construídos a partir de uma perspectiva aberta à incorporação de outras dimensões.

A segunda estratégia será a utilização da AC para aplicar à teoria que será estudada para avaliar seu posicionamento em relação aos eixos temáticos. A AC será aplicada a uma obra textual específica que tem grande representação no corpo teórico em questão.

4.1. Eixos Temáticos

O objetivo deste subcapítulo é a construção dos eixos temáticos que comporão o instrumento de posicionamento da teoria em uma perspectiva multidimensional. Para tanto, retomaremos os conceitos e análises realizadas no capítulo 2, acerca do referencial teórico sobre ideologia.

4.1.1. Eixo 1

Começamos essa construção com o resgate da afirmação de Konder (2002), a partir da crítica que Marx faz a Hegel, no qual entende que “o Estado é uma criação de cidadãos divididos, confusos, alienados” (KONDER, 2002, p. 31). E foi isso que Marx observou quando escreveu: “o ser humano é o verdadeiro princípio do Estado, mas é o ser humano não livre. O estado, então, é a democracia da não-liberdade, a consumação da alienação (MEW, I, p.233 *apud* (KONDER, 2002, p. 31)).

Konder (2002) entende que, desde o início da construção do seu pensamento sobre ideologia, Marx vinculava a ideia de ideologia como alienação. O

autor entendia que quem agia de acordo com a ideologia era um sujeito movido pela falsa consciência.

O conceito de reificação (página 30) de Lukács (2003), quando estabelece a transformação de conceitos abstratos em objetos ou mesmo a transformação de indivíduos em objetos, reafirma a ideia de alienação.

Visando ampliar a compreensão do significado de alienação, Bobbio *et al.* (1998), em seu Dicionário de Política, dividem sua conceituação em três abordagens: possui verbete específico sobre a palavra, o autor divide sua conceituação em três abordagens: a definição genérica; o conceito de Rousseau a Marx; o conceito filosófico-político contemporâneo. Para o autor, de forma genérica, alienação significa:

[...] O uso corrente do termo designa, frequentemente em forma genérica, uma situação psicossociológica de perda da própria identidade individual ou coletiva, relacionada com uma situação negativa de dependência e de falta de autonomia. A Alienação, portanto, faz referência a uma dimensão subjetiva e juntamente a uma dimensão objetiva histórico-social. Neste sentido se fala: de Alienação mental como estado psicológico conexo com a doença mental; de Alienação dos colonizados enquanto sofrem e interiorizam a cultura e os valores dos colonizadores; de Alienação dos trabalhadores enquanto são integrados, através de tarefas puramente executivas e despersonalizadas, na estrutura técnico-hierárquica da empresa individual, sem ter nenhum poder nas decisões fundamentais; de Alienação das massas enquanto objeto de heterodireção e de manipulação através do uso dos *mass media*, da publicidade, da organização mercificada do tempo livre; de Alienação da técnica como instrumentação dos aparelhos para que funcionem segundo uma lógica de eficácia e de produtividade independente do problema dos fins e do significado humano de seu uso. A definição do termo em relação aos diferentes estados de despersonalização e de perda de autonomia por parte dos sujeitos envolvidos nos processos em questão corresponde a uma banalização do conceito, mas também à complexidade de semântica que ele tem na cultura filosófico-política moderna dentro da qual ele foi elaborado (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 20).

No sentido geral do termo – sem levar em consideração a questão estritamente patológica, que não interessa ao contexto desta pesquisa – Bobbio *et al.* (1998) entendem que alienação é dependência, manipulação e falta de autonomia. O autor também se refere à alienação dos colonizados, podendo ser feita analogia, por exemplo, com a forte influência eurocentrista na cultura brasileira, muitas das vezes, de maneira impositiva.

Sobre a segunda vertente de conceituação, também faremos um hiato, pois a perspectiva de Rousseau, circunscrevendo o conceito de alienação ao campo do Direito, com a Teoria do Contrato Social, instituindo a alienação como “ato de cessão positiva que institui a vontade geral” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 21), ou seja, o que é posto, estabelecido ou reconhecido como fato. Essa abordagem,

não está relacionada ao contexto aqui proposto. Parte-se, então, para a conceituação ligada ao viés filosófico-político contemporâneo. Nessa perspectiva, Bobbio *et al.* (1998) discorrem:

[...] A retomada da problemática conceitual referente ao nexos entre Alienação-fetichismo reificação acontece especialmente à margem das correntes principais da tradição marxista, frequentemente por obra dos críticos desta tradição. [...] A difusão da problemática da Alienação se situa entre os anos de 1950-60 quando foram descobertos os primeiros escritos de [...] Lukács (*História e consciência de classe*, 1923) vê o fenômeno da Alienação-reificação se estender da fábrica taylorista a todos os setores da sociedade – ao direito, à administração, à indústria cultural etc. – constituindo setores autônomos, fragmentários, dirigidos pela racionalização baseada no cálculo e por uma eficiência que tinha a si mesma como fim. A Alienação, agora, não diz respeito somente ao trabalho nas condições capitalistas, mas também ao mundo da ciência e da técnica formado no interior das relações burguesas de produção. Encontramos em Marcuse análoga extensão do conceito de Alienação para o mundo do trabalho e, especialmente para a civilização como um todo enquanto produto do princípio de prestação e da racionalidade instrumental. Para esse autor, "racionalmente o sistema de trabalho deveria ser organizado mais com o objetivo de economizar tempo e espaço para o desenvolvimento individual *além* do mundo do trabalho, inevitavelmente repressivo" (*Eros e civilização*, 1955, IX). O conceito de Alienação desempenha também uma função essencial no existencialismo marxista de Sartre (*Crítica da razão dialética*, 1960) que insiste na necessária recaída – no quadro da penúria – da praxe individual e de grupo no mundo dos anônimos aparelhos reificados, o mundo da *serialidade* e do prático-inerte, no qual os fins se mudam necessariamente em anônima contrafinalidade e os homens se tornam objeto de processos que não controlam. Foi frisado (G. Bedeschi) o fato de que estes autores privilegiam a conexão entre Hegel e Marx acabam por confundir Alienação e objetivação, recaindo naquela posição idealista que o jovem Marx critica em Hegel. É oportuno, porém, ter em consideração o âmbito referencial específico, a respeito do qual eles usam os conceitos de Alienação e de reificação: a problematizadora das condições de emergência da consciência revolucionária no capitalismo desenvolvido (Lukács); o capitalismo maduro como "sistema" que tudo compreende e administra (Marcuse); a gênese, dentro do próprio processo revolucionário, de aparelhos burocráticos e repressivos (Sartre). Mais do que em Hegel, ficaria, desse modo, distinta a estrutura lógico-ontológica do conceito de Alienação e o seu uso parcialmente heurístico na revelação de aspectos histórico-sociais que constituem um problema para a filosofia política de origem mais ou menos marxista (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 22).

A conceituação proposta por Bobbio *et al.* (1998) no trecho acima, está em consonância com que o foi exposto no item 2.2 desta tese, em que foram abordadas os principais construções a partir dos autores clássicos dos séculos 19 e 20. O trecho acima, corrobora a construção do argumento do autor desta tese.

Sendo alienação, portanto, importante marcação do discurso ideológico, o que seria então, polo contrário a essa visão? É possível observar, sobretudo nas perspectivas de Marx (fetichismo da mercadoria) e Lukács (reificação), que somente quando a classe trabalhadora (proletária) conseguisse enxergar que a força de

trabalho não poderia ser pensada como simples mercadoria, visto que a relação da força de trabalho deveria ser pensada como relação social (entre indivíduos) e não uma relação entre coisas (objetos). Ou seja, quando a classe trabalhadora entendesse o valor real da sua relação dentro do sistema capitalista de produção, essa se rebelaria e buscaria o caminho da libertação (emancipação).

No dicionário de Bobbio *et al.* (1998) não há verbete específico sobre emancipação. Contudo, vários trechos dão diretrizes de significados que podem ser utilizados, visando seu entendimento. Em um trecho o autor discorre:

[...] O ter definido a paz como a condição essencial da emancipação humana, o ter reconhecido o fundamento da paz no direito e o ter atribuído ao direito, na sua forma perfeitamente justa, a tarefa de instituir um regime republicano, isto é, capaz de garantir a liberdade e a igualdade política, não é suficiente para esgotar o complexo dos fatores que tornam possível a libertação do homem do domínio e da opressão. [...] Segue-se daí que, por um lado, existe uma ulterior condição, posta em claro por Marx e Proudhon, sem a qual a paz não pode ter um fundamento estável: a superação da exploração de classe. Portanto, a realização da liberdade e da igualdade no plano político é uma premissa necessária, mas não suficiente, da emancipação humana, porque esses valores, para serem realizados plenamente, exigem um fundamento econômico-social, que somente a justiça social, através do controle democrático da produção, pode garantir (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 480).

Bobbio *et al.* (1998) associa a paz, a liberdade e a igualdade política o direito (direitos e deveres) na sua forma perfeitamente justa como formas de se obter a emancipação humana. Contudo o autor deixa claro que isso ainda não é o suficiente, e coloca a própria perspectiva marxiana como complemento: a superação da exploração de classe. Ou seja, Bobbio coloca que a emancipação humana seria o resultado da soma da liberdade, igualdade política e justiça social com controle democrático da produção.

Em outro trecho, Bobbio *et al.* (1998) discorrem:

[...] E na medida em que foram sendo removidos os obstáculos mais graves que se opunham à emancipação do proletariado como classe (direito de voto, de associação, de greve, de salários superiores ao nível de subsistência, redução do horário do trabalho, controle parcial da programação, etc), embora a exploração não tenha sido eliminada, a história põe na pauta do dia a luta pela libertação do indivíduo através da criação de relações sociais comunitárias, impossível enquanto a sociedade inteira continuar dividida pelo ódio de classe (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 485).

No trecho acima, Bobbio *et al.* (1998) associam emancipação à conquista de direitos (como classe e como cidadão) e a criação de relações sociais comunitárias. Ou seja, na perspectiva dos autores, a emancipação seria conquista de direitos fundamentais e estreitamento de relações sociais comunitárias.

Em outro trecho, Bobbio *et al.* (1998) associam emancipação a questão de gênero:

[...] O termo libertação é entendido como contraposto ao conceito de emancipação dos movimentos do século XIX, de que o Feminismo contemporâneo constitui a fase extrema e, ao mesmo tempo, a superação. A luta pela emancipação consistia na exigência da igualdade (jurídica, política e econômica) com o homem, mas mantinha-se na esfera dos valores masculinos, implicitamente reconhecidos e aceitos. Com o conceito de libertação, prescinde-se da "igualdade" para afirmar a "diferença" da mulher, entendida não como desigualdade ou complementaridade, mas como assunção histórica da própria alteridade e busca de valores novos para uma completa transformação da sociedade (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 486).

No trecho acima, Bobbio afirma que a emancipação deve prescindir ampla igualdade de gênero, respeitando as diferenças entre homens e mulheres e galgando transformações na sociedade para que isso ocorra.

Diante do exposto, os termos alienação e emancipação podem ser utilizados em um mesmo eixo dialético de análise. Portanto, o **eixo 1** fica definido como **alienação – emancipação**.

4.1.2. Eixo 2

Visando a construção do eixo 2, é resgatado um argumento exposto anteriormente, no qual Marcuse caracteriza o capitalismo norte-americano como o caminho para o que denominava de *sociedade unidimensional*: uma sociedade que controla e integra todas as dimensões da existência privada e pública, que assimila forças e interesses antes opostos, que administra metodicamente os instintos humanos; uma sociedade na qual toda força de negação está reprimida e se converte, por sua vez, em fator de coesão e afirmação (PEIXOTO, 2011). Seria aplicado também ao Brasil atual, no qual o acirramento da luta de classes e a imensa parcela da sociedade está à margem do trabalho e do consumo.

Ainda conforme Peixoto (2011), esse processo de integração, tão característico desta sociedade (unidimensional), se desenvolve, além disso, sem um terror aberto: a democracia consolida a dominação mais firmemente do que o absolutismo. A liberdade administrada e a repressão dos instintos se transformam em instrumentos fundamentais para o aumento incessante da produtividade.

Marcuse revela, no contexto do homem unidimensional, um processo de “homogeneização” de classes, sobretudo com o avanço capitalista nos Estados Unidos. Na visão do autor, a relação de conflito cede em grande medida, pois as

classes se tornam mais “integradas”, sob o pretexto de uma busca por maior produtividade na indústria da época. Ou seja, a homogeneização das classes, estabelece o consenso das relações, o pensamento único.

Em outro argumento, Marcuse (1973), afirma que Marx sempre considerou o proletariado como a classe revolucionária por excelência, sendo a principal vítima da exploração capitalista, e sem perspectivas de emancipação no quadro do mundo burguês, ela seria o sujeito da transformação social.

Contudo, discorria Marcuse (1973), nas sociedades industriais avançadas (sociedade afluyente) já não ocorre o mesmo: a classe operária está ligada ao sistema das necessidades, mas não a sua negação. Para o autor, essa classe já não experimenta a necessidade de transformar a sociedade capitalista, uma vez que está integrada ao sistema. Ou seja, cada vez mais, o interesse predominante na preservação e no melhoramento do *status quo* institucional une os antigos antagonistas nos setores mais avançados da sociedade contemporânea.

Isto é, na *sociedade afluyente* exposta por Marcuse, já não havia a dualidade entre burguesia e proletariado, pois ambas as classes se beneficiavam do sistema – sobretudo pela via do consumo – estabelecendo um consenso.

Conforme Marcuse (1973), esse consenso ocorria, em grande medida, pela manipulação gerada por colossais investimentos feitos na propaganda e pela sensação que as pessoas tinham de que eram livres porque nos supermercados e lojas podiam escolher entre muitas mercadorias e numerosos serviços. Por isso tendiam a se adaptar “voluntariamente” aos padrões daquilo que Marcuse caracterizou como conduta e pensamento unidimensional.

Ou seja, o consenso ocorria de duas maneiras: pela via do acordo deliberado e pela via da manipulação.

Visando um melhor entendimento sobre *consenso*, recorreremos ao dicionário de Bobbio *et al.* (1998):

O termo Consenso denota a existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade social em relação a princípios, valores, normas, bem como quanto aos objetivos almejados pela comunidade e aos meios para os alcançar. O Consenso se expressa, portanto, na existência de crenças que são mais ou menos partilhadas pelos membros de uma sociedade (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 240).

No trecho acima, os autores definem consenso de forma genérica, sendo acordo firmado entre partes ou mesmo por uma maioria.

Em outro trecho, Bobbio *et al.* (1998) alertam:

[...] Do ponto de vista da formação e manutenção do Consenso, a socialização política, é bom lembrar, é uma espada de dois gumes: transmite a bagagem cultural das gerações precedentes; porém, se o grau de Consenso for baixo e a cultura política fragmentária, transmitir-se-ão e perpetuar-se-ão, também, e principalmente, elementos de discrepância: Outro fator negativo é a existência de ideologias rigorosamente contrapostas umas às outras e de visões sistemáticas e exclusivistas do mundo, que não toleram – ou toleram só de forma contingente, principalmente por razões táticas – coabitar com outros esquemas muitas vezes também exclusivistas e intolerantes. Flexibilidade e pragmatismo são, do ponto de vista de tais posições, fraqueza; quando essas ideologias se tornam dominantes, as forças delas derivadas tentam forjar o Consenso sobre as regras do jogo, mais com a imposição e doutrinação que com o acordo (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 241).

Nesse outro trecho, os autores definem consenso de forma negativa, sendo utilizado com fins ideológicos por razões táticas, exclusivistas e intolerantes. Essa perspectiva do consenso, visa forjar as regras do jogo (por imposição ou doutrinação) beneficiando a classe dominante.

Sendo o consenso uma marcação do pensamento ideológico, o que seria então, seu eixo antagônico?

É possível partir de Marcuse – com o conceito que ficou denominado de *a grande recusa* – para tentar responder a esse questionamento.

Marcuse (1973) não aceitava que a sociedade de consumo fosse um fim em si mesmo, que não haveria no horizonte outra forma de transformação. Contudo, o autor abandonou o dogma marxista, de que o agente revolucionário era a classe operária. Nos Estados Unidos, por exemplo, Marcuse (1973) havia constatado que o proletariado era quem menos desejava destruir o capitalismo. Menos ainda a classe média que tinha acesso a praticamente a todas as “boas coisas da vida”.

Nesse contexto, Marcuse (1973) procurou encontrar outros agentes da transformação social que não fossem as massas revolucionárias. Isso fez com que ele se voltasse para os estudantes radicais e uma gama de marginalizados: os *hippies*, os negros do *Black Power*, os estudantes sem perspectiva de emprego satisfatório, os povos dos países subdesenvolvidos. Isto é, os que rejeitavam os apelos de consumo e integração da sociedade capitalista da época (grande recusa). Para o autor, esses seriam os únicos capazes de tirar os afluentes da acomodação, de provocar uma mudança, uma ruptura, o conflito.

Sobre o conceito de conflito, Bobbio *et al.* (1998) estabelecem:

[...] o Conflito é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos. [...] Prevalentemente estes recursos são identificados no poder, na riqueza e no prestígio. É claro que, de acordo com os tipos e os

âmbitos do Conflito, poderão ser identificados outros recursos novos ou mais específicos. Por exemplo, nos casos de Conflitos internacionais, um importante recurso será o território; nos casos de Conflitos políticos, o recurso mais ambicionado será o controle dos cargos em competição; no caso de Conflitos industriais, como salienta Dah-rendorf, objeto do Conflito e, portanto, recurso em jogo serão as relações de autoridade e de comando. A estas anotações se acresce que, enquanto alguns recursos podem ser procurados como fins em si mesmos, outros recursos podem servir para melhorar as posições em vista de novos prováveis Conflitos (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 225).

Na definição acima, os autores colocam o conflito como sinônimo de confronto, sobretudo relacionado a disputa de poder.

Em outro trecho, Bobbio *et al.* (1998) distinguem os conflitos com relação às características:

[...] Os vários tipos de Conflitos podem ser distintos entre eles com base em algumas características objetivas: dimensões, intensidade, objetivos. Quanto à *dimensão*, o indicador utilizado será constituído pelo número dos participantes, quer absoluto, quer relativo à representação dos participantes potenciais (por exemplo, uma greve na qual participam todos os trabalhadores das empresas envolvidas). A *intensidade* poderá ser avaliada com base no grau de envolvimento dos participantes, na sua disponibilidade a resistir até o fim (perseguindo os chamados fins não negociáveis) ou a entrar em tratativas apenas negociáveis. [...] Distinguir os Conflitos com base nos *objetivos* não é fácil, se não se faz referência a uma verdadeira teoria que atualmente não existe. É possível compreender e analisar os objetivos dos Conflitos somente na base de um conhecimento mais profundo da sociedade concreta em que os vários Conflitos emergem e se manifestam. Portanto, a distinção habitual entre Conflitos que têm objetivos de mudanças *no* sistema e os que se propõem mudanças *do* sistema é substancialmente insuficiente. Nada impede, de fato, que uma série de mudanças no sistema provoque uma transformação do sistema; nem que tentativas de mudanças do sistema acabem por cooperar para reforçar e melhorar o sistema que se visava destruir, derrubar ou transformar estruturalmente (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 226).

Destaca-se, na citação acima, dentre as possíveis características do conflito, a que tem o *objetivo* como principal. Esses objetivos, de acordo com o autor, podem emergir por mudanças *no* sistema ou *do* sistema. Essas características (os objetivos) são as que mais respondem ao eixo aqui em construção.

Em outro trecho, Bobbio discorre sobre conflito e mudança:

Num sentido bem definido, portanto, não existem causas específicas do Conflito, nem do Conflito de classes. De fato, todo Conflito é ínsito na mesma configuração da sociedade, do sistema político, das relações internacionais. Ele resulta em elemento ineliminável que conduz à mudança social, política, internacional. Ineliminável a longo prazo, porque a curto e a médio prazo, o Conflito pode ser sufocado ou desviado. É nesta fase que intervêm os instrumentos políticos através dos quais os sistemas contemporâneos procuram abrandar o impacto dos Conflitos sobre suas estruturas. [...] A ligação entre Conflitos e mudanças, quer na esfera social quer na esfera política e internacional, é clara e indiscutível. Naturalmente, daí não se segue absolutamente que todas as mudanças decorrentes dos Conflitos tenham sinal positivo, indiquem melhoramentos e produzam maior adesão aos

valores da liberdade, da justiça e da igualdade. Todavia, onde os Conflitos são suprimidos ou desviados ou não chegam a se realizar, a sociedade estagna e enfraquece e sua decadência se torna inevitável. Sem precisar concordar plenamente com a conclusão de Dahrendorf, baseada no iluminismo, segundo a qual "no Conflito se esconde o germe criativo de toda a sociedade e a possibilidade da liberdade, mas ao mesmo tempo a exigência de um domínio e controle racional das coisas humanas" (1971: 280), fica claro que as sociedades conflituais sabem acionar mecanismos de adaptação, da autorregulagem e de mudança de que as sociedades consideradas consensuais (com consenso conformista ou coacto) são carentes, carência que é gravemente prejudicial para elas (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 228-229).

Como evidenciado acima, conflito prescinde mudança, ruptura. Não necessariamente essas mudanças sejam positivas, mas o mais importante é que elas sejam sempre possibilidades de opções. Na citação acima, inclusive, Bobbio coloca conflito como termo antagônico a consenso. Nesta tese, o entendimento é o mesmo.

Salienta-se, por outro lado, que os termos consenso e conflito como são utilizados nesta pesquisa, seguem rigorosamente os sentidos aqui dispostos, não cabendo interpretações do uso cotidiano das palavras. Isso se dá, em virtude da palavra consenso, em seu uso cotidiano, pressupor sentido amplo, já que se traduz, por exemplo, em questões ligadas ao acordo de pessoas ou grupos em uma sociedade, após uma "disputa" de ideias. O consenso implica em concordância. Em muitos casos, essa concordância significa o pensamento único e não a concertação na diversidade. Por sua vez, a palavra conflito, também possui sentido amplo. Pode pressupor, por exemplo, sentido de tumulto, revolta, desordem etc. Por outro lado, pode implicar em riqueza de opiniões e a necessidade de negociação. É insustentável pensar, por um lado, que uma sociedade possa viver em constante conflito, sem haver consenso sobre determinada decisão ou interesse comum. Por outro, porém, o consenso pode encobrir o conflito que, para muitos é mais saudável porque revela as diferenças de perspectivas dos vários agentes sociais.

Esclarecidas essas questões, os termos consenso e conflito, nesta tese, podem ser utilizados em um mesmo eixo antagônico de análise. Portanto, o **eixo 2** fica definido como **consenso – conflito**.

4.1.3. Eixo 3

Para a construção do eixo 3, cabe recuperar uma contribuição de Marx (2007), afirmando que o Estado (instituição) se considera universal, porém quem o comanda, está envolvido, comprometido com a propriedade privada. O poder do Estado político sobre a propriedade privada é a própria propriedade privada, sua

essência trazida à sua existência. Para o autor, o que resta ao Estado político em oposição a essa essência é a ilusão de que é determinante, quando, na verdade, é determinado.

Para Marx o Estado é determinado pela propriedade privada e, dessa maneira, age de acordo com seus interesses. Esse processo se sustenta, devido a ilusão ideológica gerada pela profunda divisão das sociedades que confundem o universal e o particular. Ou seja, Marx revela que a classe dominante utiliza o Estado, ideologicamente comandado) para defender os seus interesses particulares como se fossem universais.

Marx entendia que a alienação era o meio com o qual a classe dominante (burguesa) conseguia impor para toda a sociedade que os seus interesses particulares (finalidade) eram os interesses de todos (universais).

A partir de outra perspectiva, mas com o mesmo intuito de Marx, Mannheim (1952), propunha outro caminho: reconhecendo a necessidade de se empenhar constantemente na superação dos particularismos e dos pontos de vista adotados por indivíduos, grupos ou classes, o autor procurou substituir o sujeito particular que, afinal, poderia se mover na direção da possível universalidade. Ou seja, procurou o sujeito que poderia, de algum modo, substituir o proletariado de Marx e Lukács.

Mannheim (1952), entendia que o caminho seria um pequeno grupo do qual ele mesmo fazia parte: um estrato relativamente sem classe, cuja situação na ordem social não fosse demasiado firme. Esse estrato estaria aberto ao ingresso constante de indivíduos das mais diversas classes e grupos sociais, com todos os pontos de vista possíveis. Dessa forma, para o autor, seus integrantes poderiam desenvolver uma compreensão ampla das exigências tanto das diversas classes como do conjunto da sociedade. Esse grupo, ainda segundo o autor, promoveria a extensão historicamente possível do conhecimento, a ampliação viável dos horizontes da sociedade, contribuindo, cientificamente, para uma visão total que implicaria tanto a assimilação quanto a transcendência das limitações dos pontos de vista particulares.

Na visão de Mannheim, esse pequeno grupo direcionaria, a partir do conhecimento científico historicamente construído, a sociedade para o caminho da universalidade, visto que esse grupo não estaria preso a nenhuma “amarra” de classe.

No conceito de *indústria cultural*, construído no livro *Dialética do Esclarecimento*, Horkheimer e Adorno (1985) denunciam, de forma pioneira, o funcionamento dos meios de comunicação de massa e a indústria do entretenimento

como um sistema que não só assegurou a sobrevivência do capitalismo como continua exercendo função essencial em sua preservação, reprodução e renovação. Para os autores, para que pudesse se viabilizar, a *indústria cultural* precisava de certa padronização (limitação), imposta à diversificação das expressões culturais. Dessa maneira, investiu-se também na formação de um vasto público consumidor de comportamento passivo e desprovido de criticidade.

É possível depreender de Adorno e Horkheimer, que a *indústria cultural* foi importante pilar de manutenção dos interesses particulares da classe burguesa dominante, camuflados de interesses universais.

Outro conceito importante na construção da ideia dos interesses particulares como universais, é o de aparelhos ideológicos de Estado, de Louis Althusser. Fazendo o resgate do conceito, é possível perceber, conforme Konder (2002), que Althusser tomou como ponto de partida de sua reflexão sobre a questão da ideologia a questão do consumo: toda sociedade só existe porque consome, e só há consumo onde há produção. Toda sociedade, portanto, se organiza em função de um determinado modo de produzir os bens materiais de que necessita e em função da necessidade de reproduzir seus modos de produção e as condições materiais da produção em geral.

Ainda, de acordo com Konder (2002), para Althusser, entre as condições materiais da produção que precisam ser reproduzidas se acha a força de trabalho e, para que a força de trabalho se reproduza, ela precisa receber meios materiais (o salário) e formação de competência (educação). Nas sociedades capitalistas, essa formação não se dá mais no local de trabalho e sim, cada vez mais, fora da produção, através do sistema escolar e, subsidiariamente, através das igrejas, das forças armadas e de outras instituições (KONDER, 2002).

Destaca-se, da perspectiva de Althusser, que era na formação da força de trabalho que se misturariam conhecimentos técnicos, informações científicas, saberes práticos e normas adequadas a promover uma adaptação à ordem vigente. Ou seja, seria imposta a aceitação da ideologia dominante.

Althusser (1970) defendeu a tese de que as ideologias deveriam ser sempre pensadas a partir dos aparelhos que a viabilizam e a partir das práticas que as concretizam. Ou seja, uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Para o autor, os AIE constituem a base material essencial da ideologia e desempenham uma função decisiva no processo de reprodução das

condições de produção. Conforme o autor, essa reprodução resulta dos esforços e iniciativas da classe dominante, empenhada em preservar seus privilégios, em manter seu poder e em continuar explorando o trabalho da classe dominada.

Althusser revela que os AIE são as ferramentas (os meios de alienação) para que a classe dominante mantenha seus privilégios (interesses particulares) legitimados (como se fossem universais).

É possível depreender, a partir da construção do eixo 3 que a ideia de particular como universal é uma importante característica do posicionamento ideológico. Contudo, não há definição técnica sobre o termo *particular*. Abbagnano, resumidamente define:

Que é uma parte ou pertence a uma parte. A proposição particular foi definida por Aristóteles da maneira seguinte: "Chamo de particular a proposição que expressa a inerência a alguma coisa ou a não inerência a cada coisa". O contrário da proposição particular é a universal (ABBAGNANO, 2007, p. 745).

Apesar de curta definição, Abbagnano deixa clara importante constatação: que o contrário de particular é universal. Dessa forma, buscando entender o significado de universal, recorreremos ao mesmo autor:

Esse termo teve dois significados principais: significado *objetivo*, em virtude do qual indica uma determinação qualquer, que pode pertencer ou ser atribuída a várias coisas; significado *subjetivo*, em virtude do qual indica a possibilidade de um juízo (que diga respeito ao verdadeiro e ao falso, ao belo e ao feio, ao bem e ao mal, etc.) ser válido para todos os seres racionais (ABBAGNANO, 2007, p. 982).

Acima, temos uma definição mais genérica do termo, adquirindo significado objetivo e subjetivo. Nos interessa nessa tese, a perspectiva subjetiva do termo, visto que o viés objetivo está mais ligado à semântica da linguagem. Sobre a perspectiva subjetiva, Abbagnano discorre:

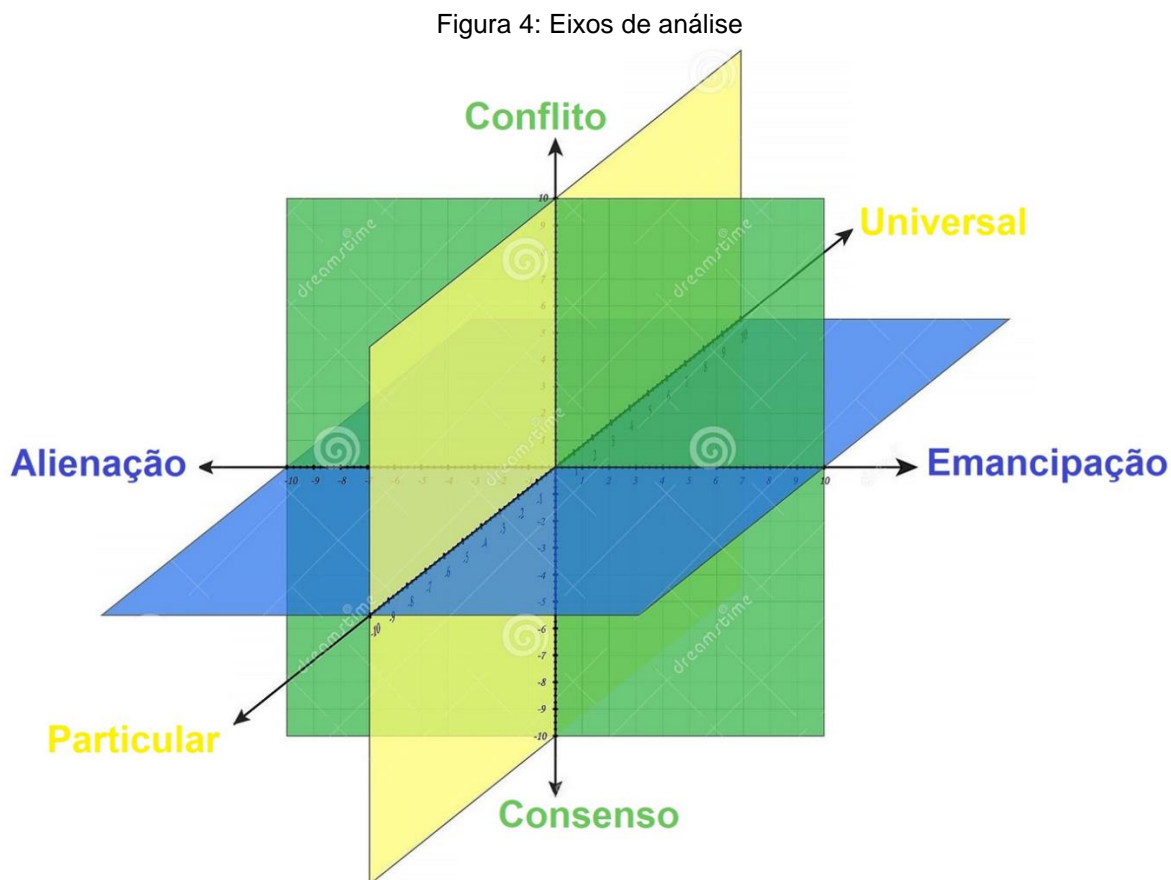
[...] universal é o que é ou deve ser válido para todos. O conceito de universal nesse sentido nasceu no domínio da análise dos sentimentos, especialmente dos sentimentos estéticos. Já Hume se propunha procurar uma regra do gosto, "por meio da qual possam ser harmonizados os vários sentimentos dos homens", mas foi Kant que, além de usar esse tipo de universalidade no domínio da estética, estendeu-o para o domínio moral e elucidou suas características específicas, definindo-o como *validade comum ou universalidade subjetiva*. No que diz respeito à esfera estética, Kant via no juízo de gosto simplesmente "a necessidade objetiva de concordância do sentimento de cada um com o nosso próprio sentimento", e nesse sentido definia o belo como "um prazer necessário", no sentido de ser um prazer que todos devem sentir do mesmo modo. No domínio da ética, Kant afirmava que uma lei só é prática se for "válida para a vontade de todos os seres racionais", e considerava a universalidade subjetiva (possibilidade de uma máxima valer como lei para todos os seres racionais) o critério para julgar se uma máxima é ou não uma lei moral. Mas ele também evidenciava a diferença entre essa universalidade subjetiva e a universalidade objetiva. Dizia: "Cada juízo

objetivamente universal é sempre subjetivo; isso significa que, quando o juízo é válido para tudo que está compreendido em dado conceito, também é válido para qualquer um que represente um objeto segundo esse conceito". Todavia, o inverso nem sempre é verdadeiro, isto é, nem todo juízo que tem universalidade subjetiva ou validade comum também é objetivamente universal; esse é o caso da universalidade estética, que possui universalidade subjetiva, mas não objetiva. A partir de Kant, a universalidade subjetiva tornou-se lugar comum em filosofia, tanto quanto a noção de *validade* (ABBAGNANO, 2007, p. 983-984).

Na perspectiva subjetiva do termo universal, fica clara a ideia de que “seria para todos”, que “todos devem ser alcançados”, que é “válido para todos”. Ou seja, a ideia é pensar o universal como finalidade, mesmo que na prática não ocorra exatamente como foi pensado na teoria, mas que esse (universal) seja sempre o objetivo a ser buscado.

A partir do exposto, é possível utilizar os termos particular e universal em um mesmo eixo antagônico de análise. Portanto, o **eixo 3** fica definido como **particular – universal**.

A seguir a fFigura 4 evidencia, em formato de imagem, a ideia dos eixos de análise a partir da perspectiva multidimensional.



Fonte: adaptado de Stringfixer. Disponível em: <https://stringfixer.com/pt/Space>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

A construção de eixos multidimensionais de análise de posicionamento ideológico é uma das propostas desta tese. Ressalta-se que os eixos poderiam ser outros e em maior quantidade. Como também poderia haver o aprofundamento de apenas um eixo ou mesmo realizar a análise em mais de um objeto empírico. O método de análise aqui proposto, pressupõe um domínio mais ampliado, contudo foi necessário estabelecer um corte para viabilizar a análise.

Salienta-se ainda, que as palavras utilizadas na formação dos eixos, devem ser vistas, essencialmente em relação ao sentido proposto na construção dessas, evitando desvios de entendimento na análise do recorte empírico.

4.2. Análise de conteúdo

Complementando o método de pesquisa, utilizaremos a análise de conteúdo como ferramenta metodológica para aplicação dos eixos de análise ao objeto de análise.

Vale ressaltar, que a análise de conteúdo propõe diversas estratégias como possibilidade de se analisar um texto. Contudo, não será feito aqui minucioso detalhamento de todas as possibilidades de análise que podem ser realizadas a partir da análise de conteúdo. A ideia é mostrar, dentre as ferramentas disponíveis, a que melhor se enquadra e justificá-la.

Sob uma perspectiva histórica, Bardin (1977) entende que descrever a história da análise de conteúdo, é essencialmente referenciar as diligências que nos Estados Unidos marcaram o desenvolvimento de um instrumento de análise das comunicações; é seguir passo a passo, o crescimento quantitativo e a diversificação qualitativa dos estudos empíricos apoiados na utilização de uma das técnicas classificadas sob a designação genérica de análise de conteúdo; é observar *a posteriori* os aperfeiçoamentos materiais e as aplicações abusivas de uma prática que funciona há mais de meio século. Mas também é pôr em questão as suas condições de aparecimento e de extensão em diversos setores das ciências humanas, e tentar clarificar as relações que a análise de conteúdo mantém ou não com disciplinas vizinhas pelo seu objeto ou pelos seus métodos.

A escolha pelo molde construído por Laurence Bardin, se dá primeiramente por ser já bastante consolidado no meio acadêmico. Além disso, por ainda hoje ser bastante atual e largamente utilizado entre pesquisadores que optam por esse procedimento.

Bardin (1977) configura a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Contudo, afirma a autora, este conceito não é suficiente para definir a especificidade da técnica. Torna-se necessário, acrescentar-se a intenção e a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente de recepção), inferência esta que ocorre a indicadores quantitativos ou não.

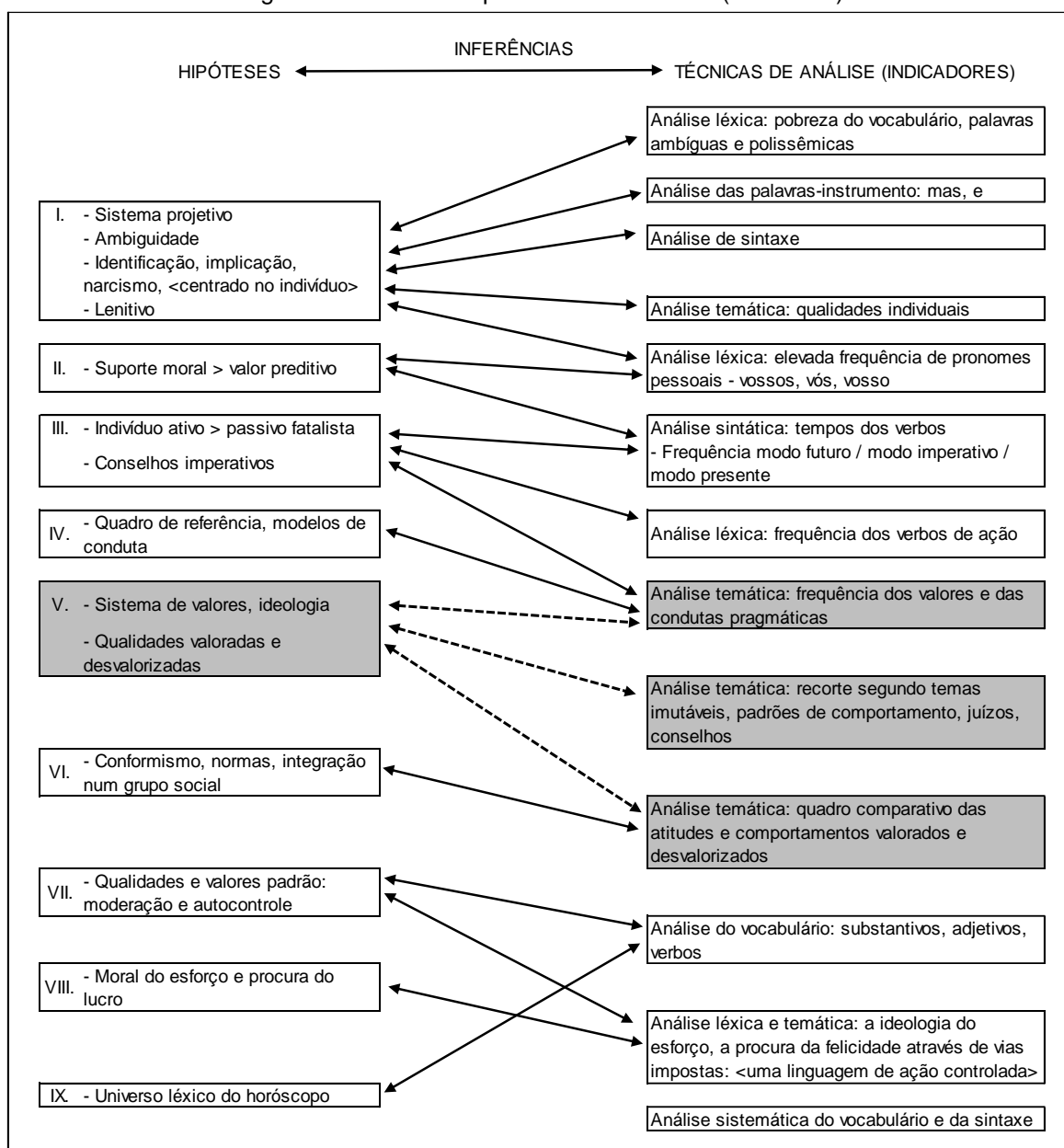
De acordo com Carlomagno e Rocha (2016) a metodologia de análise de conteúdo se destina a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos.

Dentro das várias possibilidades de se “tratar” um conteúdo, ou seja, codificá-lo, de acordo com Bardin (1977), optou-se pela análise temática. E, dentre as três possibilidades de análise de conteúdo temática (Figura 5), foram escolhidas duas: a que trata do recorte segundo temas imutáveis, padrões de comportamento, juízos e conselhos; e a que trata da possibilidade de se construir um quadro comparativo de atitudes e comportamentos valorados e desvalorizados.

A escolha pelas duas elencadas no parágrafo anterior se dá por serem, inicialmente as que possui caráter mais qualitativo. Além disso, pela maneira como essa tese está estruturada – visando a análise de trechos da obra-objeto e pela análise dos indicadores do IDH – a escolha mais coerente se dá pelos dois modelos supracitados.

Ainda, dentro da análise temática, poderia se utilizar a que verifica a frequência dos valores e das condutas pragmáticas. Nesse caso, poderia se ver quantas vezes a palavra “liberdade” e “capacidades” se repetem no livro e construir-se uma tabela para posterior análise, por exemplo. No entanto, essa possibilidade acabou sendo descartada em virtude de se estabelecer uma perspectiva com viés mais quantitativo.

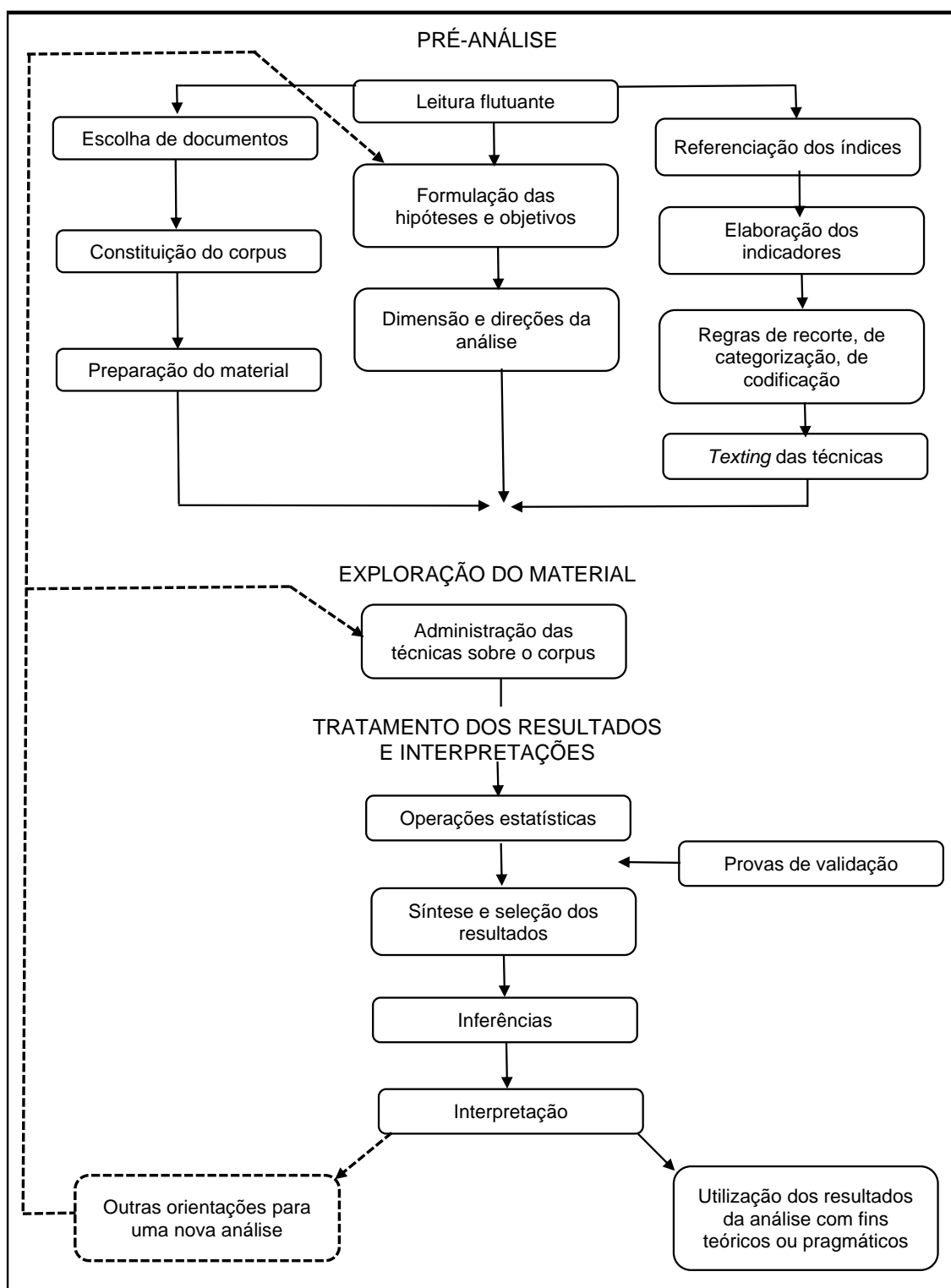
Figura 5: A dialética hipóteses / indicadores (inferência)



Fonte: Bardin (1977, p. 90), adaptado.

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo, tal como investigação sociológica ou experimento, se organiza (Figura 6) em torno de três polos cronológicos: a) pré-análise b) exploração do material e c) tratamento das informações.

Figura 6: Desenvolvimento de uma análise



Fonte: Bardin (1977, p. 102)

A pré-análise, de acordo com Bardin (1977), corresponde a um período de intuições, mas, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações

sucessivas, num plano de análise. Para a autora, esse esquema pode ser flexível, quer dizer, que permita a introdução de novos procedimentos no decurso da análise.

Segundo Bardin (1977), essa primeira fase possui, geralmente, três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

No caso específico desta pesquisa, a premissa é de que há posicionamento ideológico na obra que reúne as evidências do IDH. Já o objetivo, seria o de avaliar esse posicionamento a partir de ferramenta multidimensional que identifique essas marcações. Desta feita, foi escolhido como material a ser analisado (que Bardin denomina de *corpus*) o livro *Desenvolvimento como Liberdade* do renomado e premiado economista Amartya Sen. A análise ocorrerá na estrutura e capítulos do livro, em virtude de ser lá que se reúne grande parte do pensamento do autor sobre desenvolvimento. O pensamento de Amartya Sen sobre desenvolvimento foi base para a ONU criar o índice.

Com a definição do material a ser analisado, será feita, ainda na fase de pré-análise, uma leitura flutuante: consiste, conforme Bardin (1977), em estabelecer contato com os documentos a analisar, deixando-se invadir por impressões e orientações. Esta fase é denominada flutuante, para a autora, por analogia com a atitude do psicanalista. Pouco a pouco a leitura vai se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos.

A partir da leitura flutuante, será verificado, ainda superficialmente, se o material contempla os aspectos levantados (eixos de análise); se fica claro nas ideias do autor as características essenciais do universo pretendido (marcações de posicionamento ideológico); se o autor fala de forma homogênea de todos os temas (que podem ser encaixados aos eixos) ou privilegia uns em detrimento de outros.

Conforme Bardin (1977), se as diferentes operações da pré-análise foram convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efetuadas pelo ordenador, o decorrer do programa completa-se mecanicamente. Para a autora, essa fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.

Acerca da codificação, Bardin (1977) entende que consiste em tratar o material. Para a autora, torna-se necessário saber a razão *por que é que* se analisa, e explicitá-lo de modo a que se possa saber como analisar. Daqui a necessidade de se precisarem hipóteses e de se enquadrar a técnica dentro de um quadro teórico ou que se façam *fishing expeditions* (análises exploratórias “para ver o que há”). Neste caso, continua a autora, é o como (a técnica), que poderá precisar o porquê (a teoria). Em ambos os casos, contudo, existe um elo entre os dados do “texto” e a teoria do analista.

A codificação, continua Bardin (1977), corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices, por exemplo.

A codificação, nessa tese, corresponde a fase de separação dos trechos da obra, e colocá-los “reservados” para posterior inclusão nas categorias. Essa área de reserva é denominada por Bardin de unidades de registro.

Quais os elementos do texto a ter em conta? Como recortar o texto em elementos completos? A escolha das unidades de registro, de acordo com Bardin (1977), deve responder de maneira pertinente em relação às características do material e face aos objetivos da análise. A unidade de registro, conforme Bardin (1977), é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e podendo ser de natureza e de dimensões muito variáveis.

No caso específico dessa pesquisa, optou-se por executar os recortes em nível temático. Para a autora, o tema é “uma afirmação acerca de um assunto. Quer dizer, uma frase ou uma frase composta, habitualmente um resumo ou uma frase condensada, por influência da qual pode ser afetado um vasto conjunto de formulações singulares” (BARDIN, 1977, p. 105). Ainda, conforme Bardin (1977), fazer uma análise temática, “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objeto analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p. 105). O tema, enquanto unidade de registro, corresponde, segundo Bardin (1977), a uma regra de recorte (do sentido) que não é fornecida, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais reguladas. O tema é geralmente utilizado como unidade de

registo para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc.

Ou seja, trazendo para o contexto específico desta tese, os temas enquanto unidades de registro, são os trechos de cada capítulo do livro *Desenvolvimento como Liberdade* que serão codificados.

No tocante à categorização, Bardin (1977), coloca como sendo uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. No caso específico desta pesquisa, o critério de categorização utilizado foi o semântico, evidenciando o aspecto temático.

Para Bardin (1977), a partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve ser produzido um sistema de categorias. A categorização tem como primeiro objetivo fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. Ainda segundo a autora, a análise de conteúdo assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos. No decorrer do processo de codificação, podem surgir novas categorias ou subcategorias que o analista deverá verificar se são passíveis de abordagem ou não.

A partir dessa separação, será feito o tratamento das informações: uma análise qualitativa, com viés crítico, dialético e construtivo, levando em consideração todo o arcabouço teórico que foi lido para a pesquisa. No caso desta tese, são as obras que deram sustentação ao capítulo de ideologia e criação dos eixos de posicionamento ideológico.

Como a ideia inicial foi de criar eixos multidimensionais, esse tratamento de informações apesar de ser feito de forma objetiva, como implica a análise de conteúdo, possui perspectiva aberta, isto é, sempre com possibilidade de criação de novas categorias e subcategorias, isto é, novos eixos e sub-eixos, como visto na codificação.

A fase do tratamento de informações funciona basicamente, de acordo com Bardin (1977), como um diálogo entre o analista (pesquisador), o autor da obra

analisada e a teoria que o analista está assentado. Ou seja, nessa fase será confrontado de forma crítica, os trechos selecionados da obra, podendo ser utilizados novos referenciais teóricos se forem necessários, visando responder as novas perspectivas que porventura venham a surgir na obra analisada.

Nas considerações finais da análise de conteúdo temática, serão revisitadas as hipóteses e objetivos da pesquisa, procurando evidenciar se eles foram respondidos e confirmados. Desta feita, a análise de conteúdo temática tem passos e procedimentos densos que, se bem utilizados, podem proporcionar uma discussão com o mundo real e teórico bastante interessante e pertinente.

5. APLICAÇÃO DO MÉTODO

Esse capítulo trata da aplicação do método proposto nesta tese. Para isso, será utilizado, como já citado no capítulo 4, o livro *Desenvolvimento como Liberdade* do economista indiano Amartya Sen como recorte empírico, com base nos eixos de posicionamento ideológico, a partir das técnicas de análise de conteúdo, também já apresentadas.

Cabe, no entanto, explicar a escolha da referida obra como recorte empírico de análise desta tese. A ideia parte, inicialmente, em virtude de se ter a intenção de se estabelecer uma crítica ao IDH. Essa crítica, partia do pressuposto que o índice – apesar de ter sido uma evolução em relação a perspectiva de análise do PIB per capita como o olhar padrão sobre desenvolvimento – acabava ocultando ainda muitos detalhes internos dos países.

A ideia de se realizar uma crítica através de um novo indicador mais específico, apesar de importante, foi se mostrando pouco factível, visto que, já há instituições com estrutura e *know-how* realizando essa tarefa, como por exemplo o IPEA e grupos de pesquisa de diversas universidades com mais pessoal disponível. Junta-se a isso o fato de o projeto desse novo indicador, além de demonstrar ser uma tarefa hercúlia em virtude do tempo disponível para execução, provavelmente seria “mais um indicador”.

Diante dessa conjuntura, pensou-se que, ao invés de se focar na ponta, ou seja, no resultado, no que o indicador trás de informação, optou-se em se realizar o inverso, isto é, analisar início, o que subjaz o pensamento na construção desse indicador. Com isso, observou-se que a grande inspiração da ONU para a criação do IDH foi o pensamento de Amartya Sen sobre desenvolvimento. Obviamente, não foi apenas o pensamento de Sen, outros teóricos fizeram parte do embasamento teórico na criação do índice, contudo, Sen foi o principal. Por conta disso, é fácil se encontrar em uma busca rápida na internet, a expressão de que Amartya Sen é o “pai do IDH”. E, dentro da vasta obra de Sen, a que melhor compila seu pensamento sobre desenvolvimento é o livro *Desenvolvimento como Liberdade*.

Além da relação com o IDH, cabe destacar a importância de Sen como um dos grandes pensadores do século 20 no tocante aos estudos sobre desenvolvimento e desigualdade.

Amartya Kumar Sen nasceu na Índia, em 1933. O autor é uma referência em teoria da escolha social e em economia do bem-estar, tendo demonstrado ao longo da sua vasta obra uma profunda preocupação com a pobreza, a fome, a justiça, a desigualdade social, a ética e o desenvolvimento, o que lhe valeu a atribuição do Prêmio Nobel de Economia em 1998. A originalidade do seu pensamento traduz-se na tentativa de enfatizar todos os componentes sociais e políticos do desenvolvimento, sem negar a importância do mercado na criação de riqueza, propondo uma análise integrada das esferas econômica, social e política, o que permite uma abordagem mais ampla do que a centrada no mero crescimento do produto e do rendimento. Outro elemento central do pensamento de Sen é o valor absoluto da democracia, incorporado na sua definição de desenvolvimento, entendido como um processo de expansão das liberdades substantivas das pessoas. (ABREU, 2012).

Essa perspectiva é fundamentada em diversos conceitos utilizados pela ONU no relatório de desenvolvimento humano. Em um trecho do relatório, acerca da temática de desigualdade, se evidencia:

Ao perguntar com que forma de desigualdade nos deveríamos preocupar, em última instância (“Igualdade de quê?”), Amartya Sen argumentou que as capacidades das pessoas — a liberdade de fazer escolhas quanto à sua vida — são cruciais. As capacidades estão no âmago do desenvolvimento humano. O Relatório vai nesse sentido e explora as desigualdades ao nível das capacidades (PNUD-ONU, 2019, p. 06).

O conceito de capacidades foi formulado por Amartya Sen na obra *Commodities and Capabilities*, publicada em 1985. No livro desenvolvimento como liberdade, esse conceito [capacidades] norteia todo o enredo da obra. A capacidade de uma pessoa para Sen, consiste “nas combinações alternativas de funcionamento, cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos” (SEN, 2010, p. 94). Já os funcionamentos para Sen “refletem as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter” (SEN, 2010, p. 94). Ou seja, os funcionamentos são as coisas que as pessoas consideram valiosos. O conjunto desses funcionamentos são as capacidades. Já as capacidades são as liberdades substantivas e, as liberdades substantivas é considerado o desenvolvimento para Sen.

E o que é desenvolvimento humano para a ONU? O conceito de desenvolvimento humano utilizado pela ONU – desde o primeiro relatório, em 1990

até o atual – continua o mesmo: “o desenvolvimento humano significa a expansão das liberdades substantivas que permitem às pessoas fazerem aquilo a que dão valor e que têm motivos para valorizar” (PNUD-ONU, 2019, p. 30). Isto é, as ideias de desenvolvimento de Amartya Sen, são as ideias de desenvolvimento utilizadas nos relatórios de desenvolvimento humano da ONU e, conseqüentemente, na síntese do seu índice de desenvolvimento humano. Para se ter uma ideia, no livro *Desenvolvimento como Liberdade*, a palavra “capacidades” se repete 218 vezes e a expressão exata “liberdades substantivas” se repete 50 vezes. Desta feita, estabelecer uma análise, sob o aspecto ideológico que norteou a construção do índice de desenvolvimento humano, a partir da obra *Desenvolvimento como Liberdade*, se torna bastante plausível e factível.

No tocante a análise em si, definiu-se realizá-la por capítulo do livro, visando se evidenciar de forma mais minuciosa e específica, os trechos que configurem as relações com a ideologia proposta pelos eixos de análise. Ao término, nas considerações finais, será realizada uma abordagem consolidada, compilando os principais aspectos encontrados e estabelecendo uma análise geral.

Apesar de já detalhado no item 4.2 desta tese, torna-se oportuno – visando facilitar o entendimento por parte dos leitores acerca de como se dará a aplicação do método, especificamente em relação à análise de conteúdo – realizar uma breve síntese antes de iniciarmos a análise propriamente dita do livro de Sen.

A análise do livro partirá da preparação para a codificação. A codificação, corresponde a transformação dos dados brutos do texto em uma representação do conteúdo. Neste caso, corresponde a fase de separação dos trechos do livro para posterior análise.

Em seguida, os trechos são incluídos nos espaços reservados (unidades de registro). A unidade de registro é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e podendo ser de natureza e de dimensões muito variáveis. Neste caso, corresponde a análise temática, de ordem semântica, no caso os eixos de posicionamento ideológico.

Os eixos temáticos serão categorizados, distribuídos em três categorias. Neste caso, são os três eixos de posicionamento ideológico: eixo 1 (alienação-emancipação), eixo 2 (consenso-conflito) e eixo 3 (particular-universal) que foram construídos no item 4.1 desta tese.

A fase do tratamento de informações funciona basicamente, de acordo com Bardin (1977), como um diálogo entre o analista (pesquisador), o autor da obra analisada e a teoria que o analista está assentado. Neste caso, o tratamento das informações se dará entre o autor da tese (pesquisador), a obra de Amartya Sen (obra analisada), subsidiado pela teoria de ideologia (teoria que o pesquisador está assentado).

Diante da explicação acerca da pertinência do estudo da obra de Amartya Sen para a construção do IDH, como também da síntese supra realizada, rememorando os principais aspectos da análise de conteúdo, na seção a seguir será realizada a aplicação do método propriamente dito, visando se estabelecer o posicionamento do autor com base nos eixos de posicionamento ideológico.

5.1. Cap. 1: A perspectiva da liberdade

Neste capítulo, Amartya Sen apresenta os argumentos na fundamentação de sua ideia de desenvolvimento como liberdade. No primeiro trecho que destacamos, Sen afirma:

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2010, p. 23).

No trecho acima, o autor discorre sobre tema caro para as pessoas: a melhoria da vida. Para isso, estabelece relação entre vida e liberdade, a partir de uma visão idealizada de vida, sob o contexto das “liberdades que temos razão para valorizar”. O que torna o pensamento idealizado é o argumento de que todos tem liberdade, sendo a liberdade uma contingência de quem está vivo. Certamente, a salvaguarda da vida se sobrepõe à salvaguarda da liberdade. Por outro lado, o exercício da liberdade, também está relacionado à consciência de dignidade, do direito de ter direitos, do direito de ter liberdade e que uma vida sem liberdade não é uma vida em plenitude.

Mas a liberdade não é um dado tão binário como é a vida. Quanto à vida, ou se está vivo ou se está morto. As limitações de saúde são riscos à vida, mas não são um impedimento à definição de vivo. Com a liberdade, a avaliação é muito mais complexa. Mesmo quem tem acesso a abundantes recursos pode não ser livre ou não efetivar sua liberdade por uma distorção de sua visão de mundo. Essa simplificação

diminui as variáveis a serem consideradas no enfrentamento da realidade. A isso podemos chamar de obliteração da realidade como forma de alienação. Associar a liberdade à vida, é uma tentativa de homogeneizar, de igualar todos pela dimensão biológica desconsiderando variáveis sociais e culturais.

A partir dessa perspectiva, é possível enquadrar o trecho no eixo 1 (alienação-emancipação) visto que a perspectiva ilusória é uma visão alienante visto que as pessoas, de modo geral, não conseguiriam atingir o desenvolvimento proposto pelo autor. Ainda, é possível enquadrar no eixo 3 (particular-universal), ao tratar a ideia de melhoria das condições de vida, como se essas englobassem grande parte da população, quando ao contrário, atinge pequenos grupos de indivíduos. Essa ideia de pensamento particular como se fosse universal, a partir da ideia de que todas as pessoas (ou a maioria delas) pudessem ter esse desenvolvimento de forma plena é ideológico.

O autor conclui o trecho afirmando que a “liberdade permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo”. Para que haja condições dos indivíduos terem vontades e possam interagir e influenciar o mundo é imprescindível que se tenha autonomia. Em uma sociedade desigual como a que se vive na maioria dos países a partir de um sistema capitalista predatório, a noção de autonomia deve ser relativizada. Estabelecendo uma analogia com ideia de ideologia do progresso de Furtado (2008), no qual o autor afirma que em sociedades estruturalmente instáveis, com contradições internas, a ideia de progresso constitui a célula mãe de um tecido ideológico que serviria de ligadura entre grupos sociais antagônicos. Ou seja, ao estabelecer a relação entre a liberdade e a autonomia de interagir e influenciar o mundo, Sen perpassa o sentimento de que todos podem e devem ter autonomia a partir da ligação entre grupos antagônicos (classes sociais diferentes), com isso transmite a ideia de que todos poderiam conseguir realizar esse feito, o que na prática revela postura manipuladora, enquadrando o trecho no eixo 1 (alienação-emancipação).

No segundo trecho escolhido do capítulo 1, o autor aborda a questão da fome coletiva no mundo como impedimento básico ao desenvolvimento, comparando nações com sistemas políticos autoritários e outras com democracias efetivas.

Não surpreende que nenhuma fome coletiva jamais tenha ocorrido, em toda a história do mundo, em uma democracia efetiva — seja ela economicamente

rica (como a Europa ocidental contemporânea ou a América do Norte), seja relativamente pobre (como a Índia pós-independência, Botsuana ou Zimbábue). A tendência tem sido as fomes coletivas ocorrerem em territórios coloniais governados por dirigentes de fora (como a Índia britânica ou a Irlanda administrada por governantes ingleses desinteressados), em Estados unipartidaristas (como a Ucrânia na década de 1930 ou a China no período 1958-1961, ou ainda o Camboja na década de 1970), ou em ditaduras militares (como a Etiópia, a Somália ou alguns países subsaarianos no passado recente). No momento em que os originais deste livro estão indo para o prelo, os dois países que parecem liderar a “liga da fome” no mundo são a Coreia do Norte e o Sudão — ambos exemplos notórios de governo ditatorial (SEN, 2010, p. 24-25).

O autor não deixa claro o seu conceito para fome coletiva, contudo ao situar seu debate sobre a comparação entre regimes autoritários e democracias efetivas, parece uma simplificação ou mesmo um ocultamento. Primeiramente, pela maneira como utiliza termos como “Índia britânica” ao invés de imperialismo inglês ou mesmo o fato de não mencionar em seus exemplos, a questão da democracia dependente: países que vivem em regimes “democráticos”, mas que são altamente endividados e vivem sob a égide de bancos de fomento, como o FMI e o BIRD, que para pagarem os empréstimos e juros das suas dívidas, são submetidos a fortes políticas de austeridade, que sucumbem ainda mais a população mais pobre e necessitada, através dos “ajustes das contas públicas”, com ênfase em cortes na área social (saúde, educação, segurança). Vale ressaltar que essas políticas de austeridade eram fortes no contexto histórico de quando o livro foi redigido, o que causa estranheza não ser mencionada pelo autor. Como exemplos dessas políticas de austeridade, temos o próprio Brasil e a vizinha Argentina, no final do século 20. Isso para não citar, muitos países da África subsaariana, como a África do Sul que, apesar de viverem em “regimes democráticos”, também sofrem com forte interferência de organismos financeiros internacionais e empresas transnacionais que comandam financeiramente esses países e os mantêm como se estivessem vivendo o período colonial.

Essa inclinação do autor em citar apenas casos envolvendo países com regimes autoritários, mostra um mascaramento, também associando o trecho ao eixo 1 (alienação-emancipação).

No terceiro trecho selecionado, Sen aborda a importância da liberdade individual no conceito de desenvolvimento – complementando o pensamento do primeiro trecho selecionado – a partir das razões da avaliação e da eficácia.

Existem duas razões distintas para a importância crucial da liberdade individual no conceito de desenvolvimento, relacionadas respectivamente a avaliação e eficácia. Primeiro, na abordagem normativa usada neste livro, as liberdades individuais substantivas são consideradas essenciais. O êxito de

uma sociedade deve ser avaliada, nesta visão, primordialmente segundo as liberdades substantivas que os membros dessa sociedade desfrutam. [...] Ter mais liberdade para fazer as coisas que são justamente valorizadas é (1) importante por si mesmo para a liberdade global da pessoa e (2) importante porque favorece a oportunidade de a pessoa ter resultados valiosos. [...] A segunda razão para considerar tão crucial a liberdade substantiva é que a liberdade é não apenas a base da avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento (condição de agente do indivíduo). [...] Estou usando o termo agente sob a perspectiva de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo. (SEN, 2010, p. 27-28).

É importante notar que no livro o autor considera como sinônimos os termos “liberdades reais”, “liberdades que as pessoas têm razão para valorizar” e “liberdades substantivas”. Dito isso, no trecho acima, Sen argumenta sobre a importância das liberdades individuais substantivas no conceito de desenvolvimento, evidenciando que as mesmas devem ser avaliadas de acordo com “as liberdades reais que as pessoas desfrutam” e ter “liberdade para fazer as coisas que são justamente valorizadas”. Essa abordagem de Sen reforça o argumento utilizado na análise do primeiro trecho selecionado de “liberdade idealizada”, “da liberdade que todos podem atingir” sem levar em consideração as complexas relações internas da sociedade. Revela ainda, a ideia de meritocracia, bastante usada como argumento pelos capitalistas para separar os que “tiveram sucesso” dos que “não tiveram”.

Essa ideia meritocrática ganha força à medida que o autor associa o contexto de se valorizar as liberdades substantivas, através do que denomina de “condição de agente do indivíduo”. O autor utiliza o termo condição de agente “sob a perspectiva de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos”, ou seja, o agente de Sen é praticamente um “super-humano”, alguém que só faz o bem, que não possui frustrações, nem ansiedades e que vive isolado em um mundo particular.

O momento que Sen escreveu o livro *Desenvolvimento como Liberdade*, em 1999, vivíamos as expectativas da transição de milênio, com o acelerado processo tecnológico, a partir da revolução técnico-científica, mas ainda com baixa disseminação da internet. Hoje em dia, quando falamos em condição de agente – sob à perspectiva que Sen aborda – essa é permeada por influências da internet, sobretudo das redes sociais, e conseqüentemente muito influenciada pela questão da ideologia. O conceito de indústria cultural de Horkheimer e Adorno, já alertava sobre

a influência dos veículos de mídia sobre a manipulação do pensamento crítico dos indivíduos, ao pensarmos atualmente, com a expansão das redes sociais, há uma infinita gama de influenciadores e influenciados, há uma potencialização as possibilidades de entendimento (ou falta de entendimento) do sentido dessa condição de agente.

De acordo com os argumentos expostos no terceiro trecho selecionado, é possível enquadrá-lo no eixo 1 (alienação-emancipação) sob a perspectiva alienante de idealização da liberdade, como também de manipulação em relação ao sentido de autonomia. Além do eixo 3 (particular-universal) a partir do pensamento meritocrático particular como se fosse universalizado.

Em um quarto trecho selecionado, Sen argumenta acerca do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, como sendo mecanismo importante para o desenvolvimento, citando como exemplo o caso dos EUA. Sen argumenta:

Uma das maiores mudanças no processo de desenvolvimento de muitas economias envolve a substituição do trabalho adscritício e do trabalho forçado, que caracterizam partes de muitas agriculturas tradicionais, por um sistema de contratação de mão de obra livre e movimentação física irrestrita dos trabalhadores. [...] O estudo clássico sobre esse tema, empreendido por Robert Fogel e Stanley Engerman (*Time on the cross: the economics of American Negro slavery*), inclui uma notável descoberta sobre as “rendas pecuniárias” relativamente elevadas dos escravos. [...] As cestas de mercadorias consumidas pelos escravos eram comparativamente superiores — e não inferiores, com toda certeza — às rendas de trabalhadores agrícolas livres. E a expectativa de vida dos escravos, relativamente falando, em verdade não era baixa — “quase idêntica à expectativa de vida em países tão avançados quanto França e Holanda”, e “muito maior [do que] as expectativas de vida [dos] trabalhadores industriais urbanos livres dos Estados Unidos e Europa”. Ainda assim, escravos fugiam, e havia excelentes razões para presumir-se que o interesse dos escravos não era bem atendido no sistema escravista. Na verdade, até mesmo as tentativas, após a abolição da escravidão, de trazer os escravos de volta, de fazê-los trabalhar como no tempo em que haviam sido escravos, mas por salários mais altos, não tiveram êxito. Depois da libertação dos escravos, muitos donos de plantations tentaram reconstituir suas turmas de trabalhadores com base no pagamento de salários. Mas essas tentativas em geral fracassaram, apesar de os salários oferecidos aos libertos excederem as rendas que eles recebiam como escravos em mais de cem por cento. Mesmo com esse pagamento mais alto, os fazendeiros descobriram ser impossível manter o sistema de turmas uma vez que haviam sido privados do direito de usar a força (SEN, 2010, p. 39-40). [...] A liberdade dos trabalhadores para trocar de empregador torna-os livres sob um aspecto não encontrado em modos de produção anteriores. O estudo do desenvolvimento do trabalho assalariado na agricultura é importante também de outra perspectiva. O aumento da liberdade dos trabalhadores em uma sociedade para vender sua força de trabalho é um aumento de sua liberdade positiva, a qual, por sua vez, é uma importante medida do quanto essa sociedade está tendo êxito (SEN, 2010, p. 40).

Dividirei os argumentos desse quarto trecho em duas partes: a) abordagem do autor acerca do trabalho escravo nos EUA e; b) abordagem do autor sobre o trabalho enquanto indivíduo livre.

No primeiro argumento, ao comparar o trabalhador escravizado com o trabalhador livre, o autor cita uma obra que defende que os escravos tinham “remuneração”, muitas vezes, equivalente à dos trabalhadores livres, transmitindo a ideia de que ser escravo nos EUA era praticamente o mesmo que ser trabalhador livre na Europa, ou seja, denota que quando da condição de trabalhador escravo a situação não era tão danosa quanto evidenciado nos relatos históricos mais conhecidos. Sendo a vida de escravo “satisfatória” como relata o trecho acima, por que havia tantas tentativas de fugas como o próprio autor reconhece? Outra questão levantada pelo autor, é sobre a expectativa de vida dos escravos americanos que, segundo a obra citada, era igual a dos cidadãos franceses e holandeses e maior que a dos trabalhadores industriais livres dos EUA. É possível que o leitor mais “desavisado” acredite, de acordo com esse trecho do livro, que a vida de escravo nos EUA era tão satisfatória, quiçá melhor do que a do trabalhador livre, que ser escravo naquela condição, de acordo com o pensamento do autor era como se fosse viver em igualdade de condições aos trabalhadores livres, sob o aspecto econômico.

O exposto pelo autor denota características marcantes da ideologia: a inversão e o mascaramento, que é enquadrado nesta pesquisa no eixo 1 (alienação-emancipação). A partir do momento que Sen, apesar de manifestar a importância da abolição, cita trecho de obra que denota uma visão positiva da escravidão e coloca ex-escravos como vilões na relação de trabalho pós escravidão, por não quererem trabalhar (mesmo com “maiores salários”) para as pessoas que outrora lhes submetiam a condições degradantes como indivíduos, é no mínimo considerado tentativa de manipulação junto ao interlocutor.

Contudo, no final do trecho (segunda parte da nossa análise), o autor argumenta acerca da liberdade dos trabalhadores para venderem sua força de trabalho como “positiva” e sendo uma “importante medida do quanto essa sociedade está tendo êxito”. É importante entender que essa visão do autor deve ser relativizada, sobretudo em relação à igualdade de condições entre trabalhadores e empregadores. O grande problema é que sabemos que essa condição não existe e tampouco existiu em sua plenitude. Principalmente quando se avalia uma conjuntura de final de século 19, com classes de trabalhadores recém libertas do trabalho servil e que não tinham

a mínima condição de escolha real tanto em relação a remuneração quanto aos locais de trabalho, e não poderia ser utilizada como parâmetro de avaliação para o êxito da sociedade.

Mesmo se trouxermos o diálogo para os dias atuais, observa-se que, sobretudo em atividades de baixa qualificação, a barganha por condições de trabalho (remuneração, jornada, benefícios) é imposta pelo empregador. Essa situação melhora ou piora dependendo da conjuntura socioeconômica de cada país ou região ou mesmo pela situação mundial do momento. É sempre válido enfatizar que estamos vivendo nesse momento uma pandemia de covid-19 e que o Brasil passa por uma das suas maiores crises sociais e econômicas de todos os tempos, com elevado desemprego formal, muita informalidade e sem um horizonte de melhora no curto prazo. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) O Brasil tem em 2021, 14,4 milhões de desempregados, o que corresponde a 14% da população ativa. Em relação à população ocupada, 39,6% estão na informalidade, totalizando 34 milhões de trabalhadores.

O argumento aqui proposto, não retira a importância fundamental do trabalhador ser livre, pelo contrário, essa condição deve estar implícita em qualquer relação de trabalho. O que fica claro na abordagem de Sen é que a maneira como é colocada neste capítulo, com perspectiva romantizada, ocultando grande parte da história de sofrimento e aberrações sofridas pela população escravizada. Enquanto o autor enfatiza o fato do trabalhador ser “livre para vender sua força de trabalho”, ele omite o fato de que, na verdade, o trabalhador continua sem opções, visto que não teria outra opção a não ser aceitar o que lhe é oferecido. Diante do exposto, é possível enquadrar o trecho no eixo 1 (alienação-emancipação) sob o aspecto do ocultamento ligado à questão das relações escravistas de trabalho e no eixo 2 (consenso-conflito), ao se colocar uma relação como consensual, mas sendo na verdade impositiva.

Ao levantar os primeiros aspectos da visão de desenvolvimento por parte de Sen é possível revelar posicionamentos ligados ao eixo 1 (alienação-emancipação) principalmente com foco em ocultamento de argumentos fundamentais e com a idealização da liberdade, ao eixo 2 (consenso-conflito) pela ideia de consenso impositivo, além do eixo 3 (particular-universal) sob a perspectiva de associar questões particulares como a ideia de meritocracia como se fossem universais. Desta

feita, depreende-se que os trechos selecionados no capítulo se enquadram nos três eixos de posicionamento ideológico propostos nesta tese.

5.2. Cap. 2: Os fins e os meios do desenvolvimento

Neste segundo capítulo, Sen trata a ideia de desenvolvimento como sendo o fim e o meio de si mesmo. Para isso, lança a ideia de liberdade a partir de duas abordagens: a primeira sendo o papel constitutivo e a segunda o papel instrumental. Isto é, o papel instrumental seria o “meio” que proporcionaria a liberdade e o papel constitutivo seria o “fim”. Apesar de lançar a ideia de liberdade como fim, Sen não aborda essa perspectiva nesse capítulo, detêm-se apenas ao papel instrumental (os meios da liberdade).

O autor subdivide a liberdade instrumental em cinco tipos (liberdades políticas; facilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência; e segurança protetora) e constrói seu argumento a partir de comparações entre países, como a China e a Índia, além de citar exemplos da Coreia do Sul, de Taiwan, do Brasil e da Grã-Bretanha. Sen finaliza o argumento do capítulo tentando evidenciar que o conjunto de liberdades instrumentais e suas inter-relações são fundamentais para a expansão das liberdades humanas.

Ao lançar os dois papéis da liberdade (constitutivo e instrumental), Sen aborda a dualidade entre o modelo de desenvolvimento imposto, a partir de mecanismos de austeridade, que negligenciam aspectos sociais e, outro modelo, considerado alternativo, que coloca o desenvolvimento como processo que deve ocorrer de maneira amigável, com trocas mutuamente benéficas e com desenvolvimento local. Apesar de se colocar mais tendencioso à segunda vertente, quando diz que “a abordagem deste livro é muito mais compatível com a segunda dessas perspectivas do que com a primeira” (SEN, 2010, p. 47), o autor não exclui a primeira vertente, deixando subjacente que quando for conveniente poderia ser a favor de tais mecanismos. Ressalta-se que só o fato de o autor deixar a vertente da imposição como opção, já remete a ideia de possibilidade de “domínio impositivo”, ou seja, fazendo uma analogia com uma frase da então secretária de Estado norte-americano no governo George W. Bush, entre 2005 e 2009, Condoleezza Rice, acerca da manutenção da hegemonia americana. Na ocasião ela mencionou que “os Estados Unidos defendem seus interesses em qualquer lugar: primeiro, enviamos nossos

diplomatas, se não funcionar, enviamos os F-15". É o que podemos denominar de "consenso por imposição".

Acerca da liberdade instrumental, o autor define como: 1- Liberdades políticas (possibilidade de votar e ser votado; fiscalizar e criticar autoridades; liberdade de expressão etc.); 2- Facilidades econômicas (recursos econômicos com função de consumo, produção ou trocas comerciais; dinâmica de preços e funcionando do mercado; além de disponibilidade de créditos e financiamentos; dentre outros); 3- Oportunidades sociais (educação básica e saúde principalmente); 4- Garantias de transparência (ampla divulgação das informações); e 5- Segurança protetora (medidas de redução de vulnerabilidade; medidas contínuas e medidas localizadas).

Sobre a explicação de cada uma das liberdades instrumentais, Sen usa a comparação entre países. Ao comparar China e Índia, o autor valoriza o lastro social chinês em educação e saúde como fundamental para o sucesso econômico, porém critica a falta de liberdade política. Elogia o desenvolvimento econômico japonês no pós segunda guerra, também pautado pelos investimentos sociais, principalmente em educação. Valoriza o aumento da expectativa de vida em Taiwan e na Coreia do Sul pautados pelo crescimento econômico e critica o Brasil que mesmo possuindo alto crescimento percentual econômico ao longo do chamado milagre econômico não conseguiu reduzir as desigualdades sociais. O autor também cita a diminuição da mortalidade na Grã-Bretanha ao longo do século 20 a partir da provisão de gastos públicos com saúde e nutrição.

O que os exemplos acima têm em comum? Que os investimentos sociais são fundamentais para o desenvolvimento de um país. Talvez esse pudesse ser o entendimento mais direto, contudo, ao observar melhor os exemplos citados pelo autor, fica claro que sua perspectiva é tentar mostrar que os investimentos públicos devem ocorrer para fomentar questões sociais e proporcionar garantias ao mercado capitalista, que por sua vez devem lidar com a economia mais diretamente. Nos seus exemplos, Sen critica a falta de liberdade política na China, contudo não faz a mesma crítica ao Brasil (que vivia uma ditadura militar). Também não critica, em momento algum, o imperialismo inglês sobre a Índia, tampouco o imperialismo japonês da Era Meiji. Ou seja, é possível revelar que as críticas de Sen em relação aos exemplos por ele citados são seletivas e evitam temas que possam sugerir que o problema não esteja necessariamente nos países em si, mas no sistema macro (capitalista) que os mesmos estão inseridos. Isto é, as liberdades instrumentais elencadas por Sen como

meios de proporcionar o desenvolvimento são, na verdade, formas de manter o mecanismo de mercado comandando o todo da sociedade.

Então, nessa perspectiva, por que o mercado não arca com o todo que cabe a reprodução da mão de obra? Com salários dignos para que as pessoas possam garantir a saúde, a educação, a moradia, o transporte etc. Essa melhoria, levaria à diminuição das responsabilidades do Estado e conseqüentemente seu tamanho, reduzindo também a "liberdade" da competitividade e da meritocracia. Nos países emergentes de hoje, assim como na Europa do século 19, onde não há cidadania universalizada, o Estado se confunde com o capital porque ambas as dimensões são manipuladas pelas mesmas pessoas com os mesmos fins. Portanto, não se pode pensar em liberdade sem mudanças macroestruturais, mudanças essas que são contraditórias ao capitalismo e que sequer são mencionadas por Sen ao longo do capítulo.

Diante da abordagem de ocultamento e seletividade de informações importantes que não poderiam ter sido deixadas do contexto abordado por Sen, é possível enquadrar o trecho de explicação dos instrumentos de liberdade no eixo 1 (alienação-emancipação).

Ainda acerca do argumento acima, é possível verificar em um trecho na página 68, o posicionamento ideológico do autor:

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas — dada a oportunidade — na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção (SEN, 2010).

No trecho, Sen argumenta que na sua visão de desenvolvimento “as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas — dada a oportunidade — na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento”. É interessante ver o tipo de ser humano que o autor concebe em seu modelo. Lembra o modelo idealista da pessoa eticamente irrepreensível, naturalmente autônoma, com discernimento inabalável dos caminhos a serem trilhados. Ou seja, mais uma vez, assim como no capítulo 1 do livro, Sen coloca seu modelo de indivíduo como um super-humano, totalmente desconexo da realidade vivida em qualquer situação. Nesse contexto, é

possível enquadrar o trecho no eixo 1 (alienação-emancipação) ao tentar manipular um modelo de indivíduo ideal.

Na parte final do trecho, Sen argumenta sobre os “papéis do Estado e da sociedade em relação ao fortalecimento e a proteção das capacidades humanas afirmando que são papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda”. Ao mencionar “Estado” e “sociedade” a quem Sen se refere à “sociedade”? Considerarei que o autor esteja se referindo a todo o restante das classes que compõem a sociedade (empresários, burgueses, trabalhadores formais e informais, “empreendedores”, desempregados etc.) e, nesse caso, é possível revelar, mais uma vez, que o autor fundamenta sua tese de “liberdade” na perspectiva meritocrática como modelo de sociedade, na qual as pessoas devem obter seu sustento “com suor e esforço próprios”. E quando isso não acontecer? E quando, mesmo com a melhoria nas condições gerais da sociedade, não for possível se alcançar os melhores resultados? Irá significar que as pessoas são parasitas que vivem às custas de outrem ou do Estado? Acredito que a principal crítica ao argumento do autor seja a desconsideração da dialética, dos processos contraditórios e dinâmicos da sociedade.

Ainda é possível revelar uma contradição na abordagem do autor em relação ao instrumento de *segurança protetora*. No referido instrumento de liberdade, o autor trata da proteção da parte da sociedade em condições de vulnerabilidade. Segundo o autor “a segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte (SEN, 2010, p. 51). Sen ainda acrescenta que “a esfera da segurança protetora inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes, bem como medidas *ad hoc* (SEN, 2010, p. 51).

A utilização de termos como “beneficiários passivos” ou mesmo “entrega”, a partir do contexto como é empregado pelo autor, deixa subjacente o seu conservadorismo, a partir da tentativa de segregar a parte da sociedade que não se enquadre no modelo de “autonomia” idealizado pelo autor. Além disso, cabe a reflexão: o personagem que ocupa a posição de sujeito no modelo de Sen, seria livre para que? Ou de que? A partir do que foi argumentado nesse trecho é possível enquadrá-lo no eixo 1 (alienação-emancipação) sob o aspecto de autonomia idealizada.

Ao longo do capítulo foi possível revelar diversos posicionamentos ideológicos por parte do autor, principalmente ligados ao eixo 1 (alienação-emancipação) com abordagens de ocultamento (ao não evidenciar as deficiências do sistema capitalista) e manipulação (ao conceber um modelo de indivíduo ideal).

5.3. Cap. 3: Liberdade e os fundamentos da justiça

Amartya Sen, no capítulo 3 do seu livro, aborda a ideia de liberdade e justiça, a partir, principalmente, da teoria Utilitarista, da teoria Libertarista (também chamado Libertarianismo) e da teoria da Justiça de John Rawls, bem como o uso das suas respectivas bases informacionais. Ao criticar essas teorias, o autor defende que a melhor maneira de se obter e avaliar a liberdade dos indivíduos seria através de um conjunto de capacidades que proporcionariam as liberdades substantivas. Ao final, Sen tenta unir aspectos das ideias utilitarista, libertária e rawlsiana às suas perspectivas de liberdade, evidenciando que o foco nas capacidades levaria a uma maior amplitude no tocante obtenção e avaliação das liberdades que as pessoas valorizam.

Antes de abordar o conceito de capacidades proposto pelo autor, faz-se necessário explicitar, de forma resumida, as teorias que embasam Sen na construção do seu argumento neste capítulo.

Conforme Siqueira e Victor (2020), o utilitarismo foi a teoria moral dominante desde o século XVIII até meados do século XX. Difundido na Inglaterra, pelas penas de Jeremy Bentham e Stuart Mill, sua proposta consistia originalmente em determinar quais modos de conduta seriam corretos ou errados baseado num cálculo que levasse em conta a quantidade de prazer e de dor trazida por cada uma das alternativas de ação. Para analisar o valor moral de uma medida, deverá ser somado o prazer a ser obtido por todos os indivíduos envolvidos e subtrair toda a dor a ser por eles sofrida, chegando-se ao valor utilitário dessa proposta. Essa metodologia moral se aplicaria tanto às considerações morais dos indivíduos sobre como devem reger suas vidas, quanto ao funcionamento das instituições políticas das sociedades. Ainda de acordo com os autores, quando um indivíduo se encontra diante de um dilema moral, sobre, por exemplo, se deve cumprir uma promessa ou não, deverá comparar as alternativas de ação conforme o cálculo utilitarista. Assim, terá que optar pela alternativa que traga uma soma maior de prazer, levando em consideração todos os indivíduos envolvidos e subtraindo toda a dor causada. Nesse

contexto, uma política pública de ações afirmativas deve ter sua viabilidade ética aferida a partir desse mesmo raciocínio quantitativo, ou seja, qualquer aspecto da vida humana, seja do ponto de vista individual ou coletivo, deve ser regido por esse princípio, denominado de princípio da máxima felicidade.

Por sua vez o Libertarismo de Nozick, segundo Brito Filho e Brito (2020), se caracteriza por ser uma teoria histórica, não contratualista, que defende o livre mercado e o Estado mínimo, sendo contrária a esquemas de tributação redistributiva, pois seriam violações inaceitáveis à liberdade individual, equiparáveis ao trabalho forçado, entendendo ainda que desigualdades que tenham decorrido de trocas livres são justas. Para os autores, Nozick defende que a justiça na distribuição das posses é formada por três tópicos principais: a aquisição originária de bens, a transferência de bens e, por fim, uma retificação de injustiças nessas aquisições e transferências. A aquisição tem relação com a forma pela qual coisas não possuídas podem vir a sê-lo. A transferência se relaciona com a forma utilizada para trocar coisas já adquiridas de forma justa. Já a retificação visa corrigir eventuais injustiças que tenham ocorrido na aquisição de bens e nas suas transferências. Ainda conforme os autores, por consequência, a única função do Estado é garantir ambiente propício ao desenvolvimento das aquisições e trocas, bem como garantir que ninguém tenha acesso a um determinado bem que não seja por aquisição ou troca, além de garantir que as posses sejam justas. Para a teoria, a justiça na transferência é mais simples de ser identificada, pelo menos quando analisada isoladamente, visto que, sendo realizada mediante fraude ou coação, por exemplo, a troca é injusta e deve ser retificada.

Já em relação à teoria da justiça de Rawls, Neves e Serenato (2018), afirmam que seu pensamento é derivado fundamentalmente de um modelo renovado de Estado do século XX, com a propositura de um acordo baseado em princípios de justiça. Rawls acredita que em uma situação inicial (contrato social) os indivíduos não optariam pelo utilitarismo, afinal de contas seria possível que estas mesmas pessoas fizessem parte de uma minoria oprimida, caso esta circunstância estivesse de acordo com a maioria. Para os autores, Rawls parte da ideia de liberdades básicas inerentes aos indivíduos, pressupondo que cidadãos sejam livres. Segundo essa concepção de justiça, há de se garantir a plena liberdade de cada indivíduo, de forma igualitária, para poder escolher e buscar uma vida adequada, tendo por limite o respeito aos demais indivíduos.

Neves e Serenato (2018) prosseguem afirmando que o objetivo de Rawls é demonstrar como a justiça é realizada nas estruturas das bases da sociedade e, para validar sua teoria, o autor vai sugerir o retorno da análise do Pacto Original, ou seja, em uma situação hipotética de igualdade entre todos os indivíduos. Neste primeiro momento, todos os indivíduos estariam nivelados em termos de conhecimento, direitos, obrigações, para somente depois encontrar uma situação justa e conveniente de convivência social entre as pessoas (igualdade social). Seria o que o autor denomina de “véu de ignorância”, no qual temporariamente os indivíduos se esqueceriam de quem realmente são. Não teriam consciência de raça, crença, classe social, gênero, sorte, inteligência, força, raça, dentre outras características. Também não conhecem concepções de bem e psicológicas, de modo que ficaria excluído o conhecimento destas contingências que criam disparidades entre os homens e permitem que eles se orientem pelos seus preconceitos.

É nessa perspectiva, conforme Neves e Serenato (2018), que surge a ideia de equidade de Rawls para fundamentar os princípios da justiça. Isto é, se os indivíduos desconhecem todos estes fatores, seria possível fazer uma escolha a partir de uma posição original de equidade, visto que não existiria nenhuma posição superior entre os indivíduos e os princípios identificados para este acordo inicial (contrato social) seriam considerados justos, já que os indivíduos não defenderiam interesses próprios. Os princípios de justiça como equidade de Rawls seriam eleitos por pessoas livres, racionais e interessadas em si mesmas (não invejosas), e colocadas em condição de igualdade. Rawls imagina uma situação em que a discussão ocorra por indivíduos com essas características, que se propõem a eleger, por unanimidade, e depois deliberar entre eles, os princípios sociais que irão organizar a sociedade.

Ao associar o entendimento básico dessas teorias com o pensamento de Sen, é possível traçar algumas características na construção do pensamento do autor, visto que, ambas as teorias, em maior ou menor grau, são teorias que visam a gradativa diminuição do Estado (em estrutura e importância), além da ideia de liberdade centrada no indivíduo, atrelada às conquistas materiais e na ampliação das relações de consumo.

Teoricamente, quando se pensa em bem-estar, felicidade, satisfação dos desejos e liberdade é comum se associar à melhoria da qualidade de vida das pessoas e, conseqüentemente, pensadores que priorizem essas ideias deveriam ser elogiados por esse esforço. Contudo, é preciso entender que essas ideias – disseminadas

principalmente na segunda metade do século 20 e potencializadas pela expansão das mídias e propagandas – tinham a função de “premiar” o sistema capitalista, dando-lhe todos os méritos por essa “vida melhor”. Mesmo a teoria de Rawls que prega a “equidade”, tem suas bases – essa é uma crítica recorrente à teoria – no campo da abstração, visto que parte da ideia de indivíduos “puros” sem memórias sociais ou de qualquer tipo.

Diante dessa perspectiva, é possível estabelecer a relação mencionada acima com o conceito de indústria cultural de Adorno e Horkheimer (detalhado no item 2.2.4 desta tese) no qual o funcionamento dos meios de comunicação de massa e a indústria do entretenimento como um sistema, não só assegurou a sobrevivência do capitalismo como continua exercendo função essencial em sua preservação, reprodução e renovação.

Ou seja, a ideia de liberdade estava atrelada a ideia do desenvolvimento do sistema capitalista, que seria “o único a possibilitar a satisfação dos desejos” e, dessa forma, à medida que a classe dominante comandava a indústria do entretenimento, as pessoas eram manipuladas a achar que aquele era o único caminho e que aqueles interesses eram seus interesses, quando na verdade eram os interesses da classe dominante burguesa.

Esse debate é cada vez mais atual – sobretudo, quando pensamos hoje em dia, com a dinâmica das propagandas e mídias em geral e da disseminação das redes sociais – onde a liberdade muitas vezes é associada à ostentação de objetos e a uma “vida perfeita” (viagens, equipamentos eletrônicos de última geração, carros etc.).

O fato de Sen lastrear parte do seu pensamento nessas teorias, conduz ao entendimento de situá-lo no eixo 3 de posicionamento ideológico (particular-universal), à medida que os interesses particulares de um pequeno grupo são colocados como se fossem de toda a população.

Dando continuidade à abordagem proposta no capítulo, em um primeiro trecho selecionado, Sen lança o conceito de capacidades, evidenciando a importância deste para o alcance das liberdades substantivas. Para o autor:

A “capacidade” [capability] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos). O enfoque avaliatório dessa “abordagem da capacidade” pode ser sobre os funcionamentos

realizados (o que uma pessoa realmente faz) ou sobre o conjunto capacitário de alternativas que ela tem (suas oportunidades reais). (SEN, 2010, p. 94).

Para o autor a capacidade consiste nas combinações alternativas de funcionamentos. E o que o autor considera por funcionamentos? Para Sen, “o conceito de funcionamentos [...] reflete as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter” (SEN, 2010, p. 94). Ou seja, as capacidades são o conjunto de funcionamentos, são as liberdades substantivas. Contudo, surgem alguns questionamentos: quem define o que uma pessoa considera valioso fazer ou ter? Como saber se o que uma pessoa definiu ser valioso, foi realmente definido por ela? O que é valioso em uma sociedade capitalista voltada para o consumismo?

Sobre consumismo, Bauman (2008) entende ser um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e neutros quanto ao regime, transformando-se na principal força propulsora e operativa da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de autoidentificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais. O consumismo, chega quando o consumo assume o papel-chave que na sociedade de produtores era exercido pelo trabalho.

De maneira distinta do consumo, continua Bauman (2008), que é basicamente uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, o consumismo é um atributo da sociedade. Para que uma sociedade adquira esse atributo, a capacidade profundamente individual de querer, desejar, almejar deve ser, tal como a capacidade de trabalho na sociedade de produtores, destacada (alienada) dos indivíduos e reciclada/reificada numa força externa que coloca a sociedade de consumidores em movimento e a mantém em curso como uma forma específica de convívio humano, enquanto ao mesmo tempo estabelece parâmetros específicos para as estratégias individuais de vida que são eficazes e manipula as probabilidades de escolha e conduta individuais.

A partir do entendimento de Bauman sobre o consumo e consumismo, é possível relacionar com o fetichismo da mercadoria de Marx, assim como a reificação de Lukács, sob o aspecto da transformação das pessoas em mercadoria. Quando Sen lança a ideia de “capacidade para realizar o que é valioso”, dentro de uma visão de mercado, certamente há uma indução para que os indivíduos entendam que o que é

“valioso” perpassa pela incessante aquisição de bens materiais e pela lógica de uma sociedade individualista coisificada, sobretudo com o aperfeiçoamento das propagandas voltadas a “escolherem nossas vontades”.

Diante do exposto no trecho e no argumento, é possível enquadrar o argumento do autor no eixo 1 (alienação-emancipação) a partir da ótica manipuladora relacionada ao que deve ser valioso para as pessoas.

A seguir, em um segundo trecho selecionado, Sen argumenta acerca da importância de se distinguir a renda como instrumento de medição da desigualdade e como veículo de redução desta. Segundo o autor:

[...] é importante distinguir renda como uma unidade na qual se *mede* a desigualdade e renda como o *veículo* de redução da desigualdade. Mesmo se a desigualdade de capacidades for bem medida no que diz respeito a rendas equivalentes, não decorre que transferir renda seria o melhor modo de combater a desigualdade observada. A questão das políticas de compensação ou reparação suscita outras questões (eficácia na alteração das disparidades de capacidades, a força de efeitos de incentivo etc.), e a “leitura” fácil de disparidades de renda não deve ser interpretada como uma sugestão de que correspondentes transferências de renda remediariam as disparidades com maior eficácia. Evidentemente, não é necessário incorrer nessa leitura errônea das rendas equivalentes, mas a clareza e o caráter imediato do espaço da renda podem favorecer essa tentação, à qual se deve resistir (SEN, 2010, p. 105).

É possível revelar do argumento acima, que o autor não acredita que políticas de transferência de renda possam ser um meio (veículo) de redução de desigualdade (se contradizendo com já evidenciei ao analisar o capítulo anterior). Não se trata de banalizar transferências de renda, no entanto, torna-se cada vez mais urgente se pensar em políticas de renda básica permanente às populações desprovidas do mínimo considerado digno para se viver. Além do mais, políticas de transferência de renda possuem uma eficácia imediata no que se refere à vulnerabilidade, além de movimentarem o comércio local.

O argumento do autor revela um pensamento elitista que acaba favorecendo a disparidade entre ricos e pobres e a consequente manutenção de grupos dominantes no poder. Portanto, é possível enquadrar o trecho selecionado acima no eixo 2 (consenso-conflito), pela visão conservadora, com vistas à manutenção de grupos dominantes.

Em um terceiro e último trecho selecionado, Sen arremata o seu argumento, unindo sua ideia de liberdades substantivas (capacidades) com as teorias utilizadas como referência.

Em particular, a perspectiva baseada na liberdade pode levar em conta, o interesse do utilitarismo no bem-estar humano, o envolvimento do libertarismo com os processos de escolha e a liberdade de agir e o enfoque da teoria rawlsiana sobre a liberdade formal e sobre os recursos necessários para as liberdades substantivas. Nesse sentido, a abordagem da capacidade possui uma amplitude e sensibilidade que lhe conferem grande abrangência, permitindo atentar com finalidades avaliatórias para diversas considerações importantes, algumas das quais omitidas, de um modo ou de outro, nas abordagens alternativas. Essa grande abrangência é possível porque as liberdades das pessoas podem ser julgadas por meio da referência explícita a resultados e processos que elas com razão valorizam e buscam (SEN, 2010, p. 107).

Para Sen, as “capacidades” estabelecem um passo a frente em relação às teorias utilitarista, libertarista e da justiça de Rawls. Essa amplitude ocorreria em virtude de as “liberdades das pessoas poderem ser julgadas por meio da referência explícita a resultados e processos que elas com razão valorizam e buscam”. A questão que se coloca, advém, dentre outras questões, de acordo com Mastrodi (2011), da perspectiva idealista de Sen, na qual, a liberdade parte de uma compreensão individualista de mundo que permite entender que todos os membros da sociedade teriam direito às mesmas liberdades quando, na prática, na vida real, o fato de alguns já terem concretizado o objeto de suas “liberdades” antes dos demais causa a estes a impossibilidade de exercerem sua liberdade individual nos mesmos termos daqueles. Esse idealismo de Sen por um lado oculta a realidade da sociedade e por outro naturaliza determinadas situações de assimetria dentro dessa sociedade. Portanto, é possível enquadrar o trecho no eixo 1 (alienação-emancipação) sob esses aspectos de ocultamento e naturalização.

Ao longo deste capítulo 3, Sen abordou diversos argumentos, e a partir desses deles, foi possível identificar alguns posicionamentos ideológicos. O fato de Sen lastrear parte do seu pensamento nas teorias – utilitarista, libertarista e da justiça de Rawls – que possuem como características a gradativa diminuição do Estado (em estrutura e importância), a ideia de liberdade centrada no indivíduo e atrelada às conquistas materiais e ampliação das relações de consumo, situa seu pensamento ao eixo 3 (particular-universal), à medida que, inevitavelmente, os interesses individuais são colocados como prioritários. Enquadra também ao eixo 2 (consenso-conflito) com a perspectiva conservadora e elitista de contrariedade a programas de transferência de renda (quando estes não tiverem o fim de ampliar as capacidades), o que acaba por ampliar as disparidades sociais em muitos casos. Além do eixo 1 (alienação-emancipação) pela visão idealista de pensar que todos podem ter a mesma liberdade, ocultado por um lado a realidade e por outro naturalizando situações de desigualdade.

5.4. Cap. 4: Pobreza como privação de capacidades

Neste capítulo, o autor se debruça na construção da ideia da pobreza sendo uma privação de capacidades. Para tanto, lança o embate entre a pobreza de renda e a pobreza de capacidades, aborda a questão da desigualdade e chama o poder público a discutir a valoração das capacidades a partir da perspectiva de juízo de valor.

Em um primeiro trecho destacado, Sen tenta distinguir pobreza de renda e pobreza de capacidades, contudo vincula das duas questões. Para o autor:

Embora seja importante distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda, essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida tenderiam, em geral, a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, também esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduzisse a um maior poder de auferir renda, e não o inverso (SEN, 2010, p. 113-114).

Na tentativa de diferenciar pobreza de renda e pobreza de capacidades, o autor gera uma “confusão” entre meio e fim. Sen deixa claro que “a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades” e que “maiores capacidades tenderiam em geral a aumentar o potencial para ser mais produtivo e aumentar a renda”, além da relação “na qual um aumento de capacidade conduzisse a um maior poder de auferir renda, e não o inverso”. Fica claro que renda e capacidade estão vinculadas, o próprio autor menciona isso, e fica claro que ambos se retroalimentam: a renda pode aumentar a capacidade, assim como a capacidade pode aumentar a renda. A crítica aqui se dá em o autor não reconhecer essa retroalimentação: ao mencionar que “esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduzisse a um maior poder de auferir renda, e não o inverso” o autor tenta se afastar do argumento que vem tentando combater no livro: a ideia de desenvolvimento como crescimento econômico. Além disso, evidencia a dificuldade em diferenciar renda e capacidade, sobre esse aspecto específico. Ou seja, no trecho acima é possível revelar um ocultamento do autor em relação a importância da renda para a obtenção das capacidades, enquadrando o trecho ao eixo 1 (alienação-emancipação).

Em um segundo trecho selecionado, ainda sobre a perspectiva de pobreza de renda e de capacidade, o autor reforça a tênue diferença entre ambos os termos.

Embora valha a pena ressaltar essas relações entre pobreza de renda e pobreza de capacidades, também é importante não perder de vista o fato

fundamental de que a redução da pobreza de renda não pode, em si, ser a motivação suprema de políticas de combate à pobreza. É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde etc. com o argumento de que são bons meios para atingir o fim da redução da pobreza de renda. Isso seria confundir os fins com os meios. As questões básicas de fundamentação obrigam-nos, por razões já expostas, a entender a pobreza e a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se diretamente nessas considerações básicas. Acontece que o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda (SEN, 2010, p. 115-116).

No destaque acima, é possível revelar, mais uma vez, a tentativa de Sen de se desvincular da ideia de desenvolvimento como crescimento econômico. Apesar de englobar dentro do escopo das “capacidades” o investimento em educação e saúde, o autor se coloca contrário ao investimento nesses setores sociais, caso sejam com o intuito “apenas” de aumentar a renda. Na prática, Sen sabe que pouco importa se os investimentos em educação e saúde, serão realizados com a perspectiva de aumentar a renda ou a capacidade das pessoas, os investimentos sociais são fundamentais para o desenvolvimento das pessoas e, conseqüentemente, das nações, sobretudo quando são realizados como políticas de Estado e com perspectiva de mudança estrutural. Na realidade, o que o autor tenta colocar como algo alternativo ou inovador – às capacidades – vem se mostrando nessa análise, como crescimento econômico com algum ganho social. Ou seja, é possível posicionar o trecho ao eixo 1 (alienação-emancipação) sob a ótica da manipulação e ocultamento.

Dando continuidade à aplicação do método proposto nesta tese, Sen aborda, em um terceiro trecho destacado, a questão das desigualdades no tocante à privação de capacidades.

[...] A ideia de John Rawls sobre “justiça como equidade” em função do que se pode esperar que seja escolhido em uma hipotética “posição original” na qual as pessoas ainda não sabem quem serão permite uma rica compreensão das exigências de equidade e revelam os aspectos antidesigualdade que caracterizam os “princípios de justiça de Rawls. Desigualdades patentes nas disposições sociais também podem ser difíceis de justificar por meio da razoabilidade para os membros efetivos da sociedade. [...] Por certo as desigualdades graves não são socialmente atrativas, e as desigualdades importantes podem ser, diriam alguns, flagrantemente bárbaras. Ademais, o senso de desigualdade também pode minar a coesão social, e alguns tipos de desigualdade podem dificultar a obtenção de eficiência. Entretanto, tentativas de erradicar a desigualdade podem, em muitas circunstâncias, acarretar perda para a maioria — às vezes, até mesmo para todos. (SEN, 2010, p. 115-117).

No trecho acima, ao criticar a teoria da justiça de Rawls, Sen contextualiza seu argumento acerca das desigualdades, afirmando que acabar com a desigualdade

pode, em algumas situações, acarretar perda para todos. De fato, a teoria de Rawls prega uma abstração difícil de se pensar em uma realidade factível, contudo, independentemente do contexto, não acredito ser possível conceber “liberdade” ou mesmo “capacidade” – para utilizar os termos que são recorrentemente utilizados pelo autor neste livro – sem uma busca incessante pela eliminação das desigualdades (de qualquer tipo) entre as pessoas. O sistema capitalista é, por essência, um sistema assimétrico, não há como haver benefícios para todos ou para a maioria. Sobre essa questão, Stiglitz (2016), ressalta a contribuição do livro de Thomas Piketty, intitulado *O capital no século XXI*, publicado em 2013, refletindo a preocupação cada vez maior com a ascensão da desigualdade. O livro de Piketty reforça ainda mais o volume de evidências, que já era avassalador, sobre o grande aumento da fatia de riqueza e renda que fica com os ocupantes do topo da pirâmide. Ainda conforme Stiglitz (2016), Piketty critica as “reformas” vendidas por Ronald Reagan e Margaret Thatcher na década de 1980, como estimuladoras do crescimento que beneficiaram a todos, mas que na prática seguiu-se um crescimento mais lento e uma maior instabilidade global, além de ter beneficiado principalmente os ocupantes do topo da pirâmide.

É no mínimo estranho que Sen, em toda o seu livro, sequer cite a palavra “neoliberalismo” seja para criticá-la ou elogiá-la, também não se percebe críticas ao sistema capitalista, no máximo sugestões de ajustes. Sua referência em criticar a tentativa de se acabar com a desigualdade em algumas situações, alegando a possibilidade de que haja perda para todos, é um posicionamento que visa naturalizar a desigualdade. Talvez a ideia de “acabar” com a desigualdade pode soar ilusório, mas, com certeza, a busca por mecanismos que tenham esse objetivo, irá proporcionar a sua redução. O argumento do autor no trecho, revela uma postura conservadora, inerente a manutenção de hierarquias, de classes dominantes, para que haja sempre, mesmo que de forma velada, grupos defendendo seus interesses, como se esses fossem de todos.

O argumento do autor, destacado acima, se enquadra no eixo 1 (alienação-emancipação) a partir da ideia de naturalização da desigualdade, como também no eixo 2 (consenso-conflito) pela visão conservadora, de manutenção do status quo.

Em um quarto e último trecho destacado neste capítulo, Sen aborda a questão da valoração das capacidades como prioridades públicas a partir dos juízos de valor que devem ser explicitados.

[...] a necessidade de discutir a valoração de capacidades diversas no que concerne às prioridades públicas é, como tentamos demonstrar, uma vantagem, pois nos força a deixar claro quais são os juízos de valor em uma esfera na qual os juízos de valor não podem — e não devem — ser evitados. [...] Em questões de juízo público, não há como realmente escapar da necessidade avaliatória da discussão pública. O trabalho da valoração pública não pode ser substituído por alguma suposição engenhosamente brilhante. Algumas suposições que dão a impressão de funcionar perfeitamente e sem dificuldade operam ocultando a escolha de valores e pesos em uma opacidade cultivada (SEN, 2010, p. 137).

No trecho destacado acima, Sen afirma que o poder público deve se posicionar acerca da valoração das capacidades no que diz respeito às prioridades públicas. Não é claro o sentido que Sen dá ao termo “juízo de valor”, não creio que seja simplesmente “ponto de vista” ou “opinião”. É provável que se trate de uma “avaliação crítica” sobre um determinado tema, no caso específico, a valoração das capacidades.

Nesse sentido, Bobbio *et al.* (1998, p. 751) entendem por “asserção ideológica um juízo de valor transformado em ou confundido com uma asserção de fato. A proposição ideológica não é um juízo de fato, apesar de ter dele o status simbólico: é um juízo de valor”. Ou seja, para os autores, a proposição não representa a realidade e por consequência não é, deste ponto de vista, nem verdadeira nem falsa. Isto é, a “falsidade” é compreendida como uma falsa apresentação. Nesse sentido, Bobbio *et al.* complementam:

“A respeito da falsa apresentação, a “falsidade” como falsa motivação constitui, se olharmos o lado substancial, uma verdadeira reviravolta dos termos. No primeiro tipo de “falsidade”, um juízo de valor se disfarça de asserção de fato. No segundo tipo de “falsidade”, é mais um fato que se disfarça de valor. Por exemplo, aqueles interesses realmente particulares tornam-se o bem comum; ou aquela que é de fato a necessidade de dobrar-se a uma força superior torna-se o dever de obedecer a um princípio ético” Bobbio *et al.* (1998, p. 753).

O que os autores entendem é que o juízo de valor por ser uma avaliação pessoal, está mais suscetível as influências ideológicas. Quando Sen aborda “a necessidade de discutir a valoração de capacidades no que concerne às prioridades públicas, força a deixar claro quais são os juízos de valor”, surge a relação com a perspectiva ideológica, pois afloram os questionamentos tais como: quem define os juízos de valor? Quais são as influências que dominam essa decisão?

Partindo do pressuposto que juízos de valor são avaliações pessoais e críticas sobre algo ou alguém, é importante o posicionamento público em relação às políticas públicas em geral. Contudo, o que o autor afirma ser uma preocupação – a possibilidade de ocultamento no tocante aos valores reais – é exatamente o que

ocorre em diversos posicionamentos de Sen neste livro e revelados nesta análise. O terceiro trecho selecionado para análise deste capítulo é exemplo disso. Diante do exposto, é possível enquadrar o trecho no eixo 1 (alienação-emancipação) sob a perspectiva de ocultamento e manipulação de valores.

Diante do exposto no capítulo é possível apontar diversos posicionamentos ideológicos na abordagem do autor. No eixo 1 (alienação-emancipação) a partir do ocultamento em relação a real importância das rendas na obtenção das capacidades, suscitando um falso distanciamento em relação a perspectiva de desenvolvimento como crescimento econômico. Ainda no eixo 1, em relação à naturalização da desigualdade, como também, no que tange à manipulação em relação aos valores (juízos de valor). Já no eixo 2 (consenso-conflito) pela visão conservadora de manutenção do status quo no tocante à desigualdade.

5.5. Cap. 5: Mercados, Estado e oportunidade social

No quinto capítulo, o autor trata da dualidade entre os mercados e o Estado. Para tal, organiza seus argumentos em torno do que cada vertente pode proporcionar para garantir a liberdade dos indivíduos e como podem agir de forma conjunta.

Embora os méritos do mecanismo de mercado sejam hoje amplamente reconhecidos, as razões para desejar os mercados muitas vezes não são plenamente compreendidas. [...] Nas discussões recentes, ao se avaliar o mecanismo de mercado o enfoque tende a ser sobre os resultados que ele produz, como por exemplo as rendas ou as utilidades geradas pelos mercados. [...] Mas o argumento mais imediato em favor da liberdade de transações de mercado baseia-se na importância fundamental da própria liberdade. Temos boas razões para comprar e vender, para trocar e para buscar um tipo de vida que possa prosperar com base nas transações. Negar essa liberdade seria, em si, uma grande falha da sociedade (SEN, 2010, p. 140).

No trecho, Sen inicia afirmando que os “méritos do mecanismo de mercado são amplamente reconhecidos, mas não plenamente compreendidos”. Cabe lembrar que o contexto que o autor se refere como “hoje” é da década de 1990, com o pós queda do muro de Berlim e o fim do “duelo” capitalismo versus socialismo, além do surgimento e fortalecimento de blocos econômicos e da ordem multipolar. Acredito que esse “reconhecimento dos méritos do mecanismo de mercado” se deem, em grande medida, ao suposto pensamento de “escolha” por parte da sociedade mundial pelo capitalismo em virtude da queda do sistema socialista. O argumento inicial do autor subjaz um tom hegemônico. Ao afirmar que o mecanismo de mercado é amplamente reconhecido (aceito, aprovado), o autor remete a ideia de que isso

[mecanismo de mercado] é o que temos de melhor, porém ainda há pessoas que não compreenderam.

Ser livre para negociar dentro de regras estabelecidas, que possam ser benéficas para ambas as partes é algo inerente a sociedade. É prerrogativa da vida o ato de negociar (com fins de subsistência), portanto, chega a ser “sem lógica” o autor mencionar que seria uma falha da sociedade negar essa liberdade, pois sem essa liberdade [comprar e vender] não há sociedade.

Entretanto, o que o autor não menciona, em sua visão idealista de liberdade, é primeiramente, o fato simplesmente de uma pessoa ser livre (legalmente falando) não garante que fará parte desse mercado de forma plena. Outra questão são as assimetrias que ocorrem nas trocas comerciais reais (protecionismo, subsídios, exploração de força de trabalho, dentre outras questões). O autor romantiza um mecanismo de mercado justo, o que definitivamente não existe em um sistema capitalista.

Ou seja, é possível revelar a parcialidade do autor em sua abordagem, situando o trecho no eixo 1 (alienação-emancipação) sob esse aspecto do ocultamento em relação as desigualdades nas trocas comerciais.

Em um segundo trecho selecionado, o autor argumenta acerca da relação entre a ampliação do mercado e a redução da competição. Para Sen:

A ampliação do mercado pode com frequência ser suficientemente condizente com o interesse do público; mas a redução da competição há de ser sempre contrária a esse interesse, e somente pode servir para permitir aos negociantes, elevando seus lucros acima do que seria o natural, extorquir em benefício próprio um ônus absurdo do resto de seus concidadãos. A proposta para qualquer nova lei ou regulamentação de comércio proveniente dessa categoria deve sempre ser ouvida com grande cautela, e jamais se deve adotá-la antes de um longo e minucioso exame, com uma atenção não só extremamente escrupulosa, mas imensamente desconfiada (SEN, 2010, p. 153).

No trecho acima, Sen faz “ressalva” acerca da ampliação dos mercados sem a ampliação da competitividade. Contudo, o que o autor não menciona é que essa característica é inerente ao capitalismo. A existência de monopólios, trustes, oligopólios etc. são exemplos disso. O que o autor denomina por “lucro acima do natural” é o que Marx entende ser o que sustenta o capitalismo: a mais-valia. O capitalismo nunca teria se mantido por séculos sem a mais-valia, sendo possível afirmar que não há capitalismo sem mais-valia. Não estou afirmando que não exista negociações justas, elas até existem, mas o sistema capitalista em si, não é concebido para ser justo. O argumento do autor só serve, na prática, quando o “produto” a ser

negociado é a força de trabalho. Nesse caso, não há possibilidade de extorsão, pelo contrário, o dono do produto “força de trabalho” não tem poder de barganhar seu valor, visto que a lei da oferta e procura para o seu produto, quase sempre lhe é desfavorável. Diante do argumento, é possível evidenciar a parcialidade do autor, enquadrando o trecho no eixo 1 (alienação-emancipação) sob o aspecto do ocultamento pela parcialidade.

Em um terceiro e último trecho selecionado no capítulo, o autor enfatiza sua defesa ao mecanismo de mercado, de acordo com Sen:

O mecanismo de mercado, que desperta paixões favoráveis ou contrárias, é um sistema básico pelo qual as pessoas podem interagir e dedicar-se a atividades mutuamente vantajosas. Por essa perspectiva, é difícil pensar que um crítico razoável poderia ser contra o mecanismo de mercado em si. Os problemas que surgem se originam geralmente de outras fontes — não da existência dos mercados em si — e incluem considerações como o despreparo para usar as transações de mercado, o ocultamento não coibido de informações ou o uso não regulamentado de atividades que permitem aos poderosos tirar proveito de sua vantagem assimétrica. Deve-se lidar com esses problemas não suprimindo os mercados, mas permitindo-lhes funcionar melhor, com maior equidade e suplementação adequada. As realizações globais do mercado dependem intensamente das disposições políticas e sociais. O mecanismo de mercado obteve grande êxito em condições nas quais as oportunidades por ele oferecidas puderam ser razoavelmente compartilhadas. Para possibilitar isso, a provisão de educação básica, a presença de assistência médica elementar, a disponibilidade de recursos (como a terra) que podem ser cruciais para algumas atividades econômicas (como a agricultura) pedem políticas públicas apropriadas (envolvendo educação, serviços de saúde, reforma agrária etc.). Mesmo quando é suprema a necessidade de uma “reforma econômica” para dar mais espaço aos mercados, essas facilidades desvinculadas do mercado requerem uma ação pública cuidadosa e resoluta (SEN, 2010, p. 176).

Acerca da ideia de que “o mercado pode gerar trocas mutuamente vantajosas” e que “é difícil pensar que um crítico razoável poderia ser contra o mecanismo de mercado em si”, o autor coloca o capitalismo como opção absoluta e desqualifica tudo o que porventura for contrário a isso. É o que, utilizando a uma das abordagens de Guy Debord sobre espetáculo, o pensador afirma que “o espetáculo se apresenta como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível. [...] A atitude que por princípio ele exige é a da aceitação passiva que, de fato, ele já obteve por seu modo de aparecer sem réplica, por seu monopólio da aparência” (DEBORD, 2013, p. 16-17). A ideia de espetáculo nesse contexto se refere ao próprio capitalismo, ao se colocar como uno, em uma sociedade que já o aceitou por passividade, por um consenso alienado.

Ainda no trecho, o autor tenta justificar os “problemas” que existem nos mercados pelo suposto despreparo de quem o opera e não necessariamente pelas

deficiências do próprio sistema. É possível evidenciar duas características marcantes da ideologia: a inversão e o ocultamento. Ao afirmar que o mecanismo de mercado não tem problemas e quando esses ocorrem é por despreparo das pessoas – através das instituições e governos – o autor visa eximir o sistema capitalista, que por essência é desigual, assimétrico e que foi sendo construído e aperfeiçoado para produzir riqueza para os grupos de detém os meios de produção e o poder. É mais fácil justificar os problemas de algum mecanismo colocando a culpa em quem o opera, do que reconhecer que há falhas graves nesse mesmo mecanismo.

Em outra parte, o autor menciona que “o sistema obteve êxito onde as oportunidades por ele oferecidas puderam ser razoavelmente compartilhadas” e para que isso ocorra deve existir “educação básica, assistência médica elementar e disponibilidade de recursos (terras) através de políticas públicas. É possível revelar, a partir da afirmação de Sen que onde o Estado trabalhou para em prol do capitalismo, convergindo seus recursos para o mercado, ele prosperou. Ou seja, o mecanismo de mercado é totalmente incapaz de funcionar sem o lastro proporcionado pelo Estado. Contudo Sen não aborda dessa maneira, prefere inverter a lógica e afirmar o contrário.

Diante do que foi analisado em todo o capítulo é possível revelar forte posicionamento ideológico do autor. Junto ao eixo 1 (alienação-emancipação) pelas evidências de ocultamento em relação as desigualdades nas trocas comerciais. Também pelas evidências de inversão, primeiro ao eximir o mecanismo de mercado de qualquer crítica, e segundo pelas questões ligadas ao seu funcionamento lastreado pelo Estado. Também posicionado junto ao eixo 2 (consenso-conflito) ao estabelecer um consenso forjado de que não há como ser contrário ao mecanismo de mercado.

5.6. Cap. 6: A importância da democracia

Nesse capítulo o autor argumenta acerca da importância da democracia como um pilar das liberdades substantivas. Apesar de não trazer um conceito específico sobre democracia, Sen associa o termo à ideia de liberdades políticas e direitos civis. Argumenta ainda, que não deve haver dicotomia entre a necessidade econômica e a liberdade política e que ambas devem ter caráter prioritário. Por fim, aborda que a democracia, além de ser algo posto por leis, deve ser vivenciada na prática.

Em um primeiro trecho selecionado, o autor chama a atenção para o papel instrumental que a democracia pode conceder. Para Sen:

Os direitos políticos e civis dão às pessoas a oportunidade de chamar a atenção eficazmente para necessidades gerais e exigir a ação pública apropriada. A resposta do governo ao sofrimento intenso do povo frequentemente depende da pressão exercida sobre esse governo, e é nisso que o exercício dos direitos políticos (votar, criticar, protestar etc.) pode realmente fazer diferença. Essa é uma parte do papel “instrumental” da democracia e das liberdades políticas (SEN, 2010, p. 185).

A compreensão do autor atrelando democracia à participação política e social e a direitos civis, tem inspiração na concepção de Benjamim Constant (1767-1830) sobre a chamada liberdade dos modernos. De acordo com Bobbio *et al* (1998, p. 427) “Para Constant, a liberdade dos modernos, que deve ser promovida e desenvolvida, é a liberdade individual em sua relação com o Estado, aquela liberdade de que são manifestações concretas as liberdades civis e a liberdade política (ainda que não necessariamente estendida a todos os cidadãos)”.

Ter liberdade para expor pensamentos, ideias e críticas é fundamental em uma sociedade, contudo cabe destacar que as pessoas não pensam de forma isolada e dissociada do contexto em que vivem, tampouco formam seus pensamentos por si só sem influências de toda ordem. Além disso, em sistemas políticos democráticos representativos (como o Republicano), as liberdades políticas e civis são definidas, muitas vezes, a partir dos interesses dos que compõem o segmento político, que apesar de eleito pela população, fazem parte de um complexo emaranhado de interesses de uma grupo dominante que por sua vez, em virtude da influência que mantém sobre a estrutura política e econômica, querem ter seus interesses atendidos e que via de regra nunca são os interesses da maioria da sociedade.

Quando Sen afirma que “a resposta do governo ao sofrimento intenso do povo frequentemente depende da pressão exercida sobre esse governo, e é nisso que o exercício dos direitos políticos (votar, criticar, protestar etc.) pode realmente fazer diferença”, soa bem aos ouvidos, mas na prática as pressões aos governos só incomodam, se quem estiver tendo seus interesses prejudicados sejam os grupos dominantes ou se a situação do país estiver na iminência de uma convulsão social. Quando não, há a formação de um consenso manipulado, articulado para manter uma sensação de “coesão”, como bem explicou Marcuse em seu conceito de sociedade unidimensional. Conforme Peixoto (2011), a sociedade unidimensional de Marcuse é uma sociedade que controla e integra todas as dimensões da existência privada e pública, que assimila forças e interesses antes opostos, que administra metodicamente os instintos humanos; uma sociedade na qual toda força de negação

está reprimida e se converte, por sua vez, em fator de coesão e afirmação. Marcuse se referia ao contexto da sociedade industrial norte-americana do século 20, contudo é possível relacionar ao contexto da década de 1990 de Sen, como também ao contexto da sociedade atual, sobretudo nos países em desenvolvimento, que com suas democracias frágeis estão suscetíveis a esses consensos manipulados pela articulação entre governos, iniciativa privada e veículos da grande mídia, dentre outros.

Diante do exposto nesse primeiro trecho é possível situar o encadeamento de um triplo posicionamento ideológico: é o uso da manipulação (eixo 1 (alienação-emancipação)) como meio para compor consensos sobre liberdades políticas e direitos civis a todos (eixo 2 (consenso-conflito)), mas que visam na verdade atender aos interesses particulares de grupos dominantes (eixo 3 (particular-universal)).

Em um segundo trecho selecionado, o autor aborda a dinâmica das instituições democráticas e aponta a importância do contraditório em um sistema democrático. De acordo com Sen:

[...] embora devamos reconhecer a importância das instituições democráticas, elas não podem ser vistas como dispositivos mecânicos para o desenvolvimento. Seu uso é condicionado por nossos valores e prioridades e pelo uso que fazemos das oportunidades de articulação e participação disponíveis. O papel de grupos opositoristas organizados é particularmente importante nesse contexto. Discussões e debates públicos, permitidos pelas liberdades políticas e os direitos civis, também podem desempenhar um papel fundamental na formação de valores. Na verdade, até mesmo a identificação de necessidades é inescapavelmente influenciada pela natureza da participação e do diálogo públicos (SEN, 2010, p. 194).

No trecho, o autor argumenta que “o uso das instituições democráticas deve ser condicionados por nossos valores e prioridades e pelas oportunidades de articulação e participação disponíveis”. É possível apontar do texto do autor uma abordagem bastante conciliatória, como se os “lugares” nas instituições estivessem disponíveis para serem ocupados por qualquer um de qualquer grupo de forma automática. O processo democrático exige muita luta e muita militância por parte da sociedade. Ao compararmos, por exemplo, a defesa dos interesses de um determinado grupo de um setor do capital que muitas vezes com um telefonema consegue acessar as pessoas que ocupam os mais altos cargos de uma nação e assim articular a defesa de projetos de seu interesse; com outro grupo formado por categorias de trabalhadores que para reivindicar questões de interesse classista, necessitam realizar um trabalho de militância para tentar convencê-los a se mobilizarem em prol da categoria, podendo com isso sofrer retaliações, seja no

serviço público e principalmente quando essas instituições são privadas. Ou seja, o fato de Sen colocar as situações como se fossem estáveis, revela um ocultamento da realidade vivida nos diversos segmentos da sociedade.

Outro ponto importante sobre essa questão dos valores, se dá em relação à sua formação. Nessa perspectiva, cabe recorrermos a ideia de aparelhos ideológicos de Estado do filósofo Louis Althusser (detalhado no item 2.2.7), à medida que ele entendia que as pessoas (no caso específico da obra, a força de trabalho) era cada vez mais formada e influenciada, no tocante aos valores, por esses aparelhos (família, escola, igreja, mídia etc.). A força de trabalho de Althusser pode ser compreendida pelo indivíduo comum que Amartya Sen se refere em seu livro ou mesmo o indivíduo comum dos nossos dias. A analogia se refere ao contexto de influências que esses aparelhos proporcionam aos indivíduos, cada um em seu momento histórico. Nos dias atuais, esses aparelhos continuam com grande atuação, com destaque para as mídias digitais (principalmente as redes sociais) que cada vez mais exercem influência na formação dos valores das pessoas. Podemos afirmar que quem tem melhores condições de exercer controle sobre esses mecanismos (instituições, governos, igrejas e influenciadores em geral), acaba influenciando a formação dos valores de parte da sociedade. Um exemplo dessa questão na atualidade é o fenômeno de notícias falsas (*fake news*) que tem influenciado parte significativa da população e muitas vezes definido rumos, como nas eleições brasileiras de 2018, na qual o presidente Jair Bolsonaro foi eleito com uma pauta cercada por essas notícias falsas. Também teve influência nas eleições americanas de 2020, na qual o então presidente Donald Trump candidato a reeleição, colocou em xeque, por ter sido derrotado, a confiabilidade na apuração dos votos sem, contudo, apresentar provas. Essas ações reiteradas do então presidente americano, culminou na invasão do Capitólio (congresso americano), por alguns de seus seguidores mais fervorosos. Esse episódio acabou por ocasionar três mortes. Essa indústria de notícias falsas vem, muitas vezes de forma silenciosa, corroendo as democracias com essas manipulações. Vale ressaltar que esse tipo de situação não existia, ao menos da forma como é posta hoje, no momento histórico que Sen publicou seu livro, entretanto, o exemplo surge para mostrar que, diferentemente da maneira suave colocada por Sen, o processo democrático envolve variáveis que transcendem a perspectiva conciliatória.

Para finalizar a análise do trecho, destacamos a parte que o autor defende que “até mesmo a identificação de necessidades é inescapavelmente influenciada pela natureza da participação e do diálogo públicos”. Na visão do autor é como se houvesse um questionário que todos preenchem e que depois aquelas demandas são postas em prática. Essa disponibilização de mecanismos de “participação”, visam muitas vezes dar uma sensação de participação, sem, contudo, terem a finalidade que foi proposta. Essas informações são muitas vezes manipuladas e vistas como demandas de uma clientela e não necessariamente como direitos de cidadãos. Ao fazer essa abordagem conciliatória, como se houvesse uma fábrica de consensos pairando sobre as democracias, o autor oculta que a realidade é permeada por conflitos e por relações de força amplamente desiguais, desta forma, é possível enquadrar o trecho no eixo 2 (consenso-conflito).

Em um último trecho selecionado no capítulo, o autor reitera seu entendimento de democracia, evidenciando que o processo deve ocorrer na prática.

Assim como é importante salientar a necessidade da democracia, também é crucial salvaguardar as condições e circunstâncias que garantem a amplitude e o alcance do processo democrático. Por mais valiosa que a democracia seja como uma fonte fundamental de oportunidade social (reconhecimento que pode requerer uma defesa vigorosa), existe ainda a necessidade de examinar os caminhos e os meios para fazê-la funcionar bem, para realizar seus potenciais. A realização da justiça social depende não só de formas institucionais (incluindo regras e regulamentações democráticas), mas também da prática efetiva (SEN, 2010, p. 194-195).

Conforme Chauí (2017), fomos acostumados a aceitar a definição de democracia sob a ótica liberal sendo regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais. Visto que o pensamento e a prática liberais identificam a liberdade com a ausência de obstáculos à competição, essa definição da democracia significa, em primeiro lugar, que a liberdade se reduz à competição econômica da chamada “livre-iniciativa” e à competição política entre partidos que disputam eleições; em segundo, que há uma redução da lei à potência judiciária para limitar o poder político, defendendo a sociedade contra a tirania, pois a lei garante os governos escolhidos pela vontade da maioria; em terceiro, que há uma identificação entre a ordem e a potência dos poderes Executivo e Judiciário para conter os conflitos sociais, impedindo, em geral com o recurso à repressão, sua explicitação e seu desenvolvimento; e, em quarto lugar, que, embora a democracia apareça justificada como “valor” ou como “bem”, é encarada, de fato, pelo critério da eficácia, medida, no plano legislativo, pela ação dos representantes, entendidos como políticos

profissionais, e, no plano do poder Executivo, pela atividade de uma elite de técnicos competentes aos quais cabe a direção do Estado – como escreveu certa vez o liberal utilitarista Stuart Mill, a democracia é a administração de muitos por poucos.

A abordagem de Chauí diz muito sobre a perspectiva de Sen sobre democracia, ao defender uma “democracia” que garanta os direitos individuais e a oportunidade social em uma sociedade capitalista, Sen defende, implicitamente, a desigualdade, visto que em uma sociedade capitalista dividida em classes, em que o sistema só se sustenta dessa forma, a manutenção dos princípios de “liberdade” ocorre sob a sustentação da desigualdade real.

Sen aborda ainda a questão de que “mais valiosa do que a democracia em si, é examinar os caminhos e meios para que ela funcione bem e realize seus potenciais”. É preciso questionar para quem a democracia deve funcionar? Quais seriam os potenciais da democracia sob essa ótica? Para que a democracia ocorra na prática efetiva (como menciona o autor) é necessário que a população reconheça que está inserida em uma sociedade com divisão de classes e que isso implica em luta para quem haja mudança estrutural nessa situação. Qual é a democracia que ocorre em uma sociedade neoliberal (que reduz direitos, terceiriza e precariza mão-de-obra, flexibiliza leis trabalhistas e ambientais, dentre outros)? Vale sempre lembrar que as práticas neoliberais eram bem difundidas mundo afora no contexto histórico e econômico da década de 1990, quando Sen escreve este livro. A propósito, Sen não menciona essas questões em seu livro, sequer cita a palavra “neoliberalismo” nessa obra.

Para Chauí (2017), a democracia deve ocorrer como forma sociopolítica na qual o caráter popular do poder e das lutas tende a evidenciar-se nas sociedades de classes, na medida em que os direitos só ampliam seu alcance ou só surgem como novos pela ação das classes populares contra a cristalização jurídico-política que favorece a classe dominante. Ou seja, para a autora, a marca da democracia moderna, permitindo sua passagem da democracia liberal à democracia social, encontra-se no fato de que somente as classes populares e os excluídos (as minorias) reivindicam direitos existentes e criam novos direitos.

É possível revelar nesta análise, que a democracia pensada por Sen é a democracia do capital, é a democracia conciliatória dos grupos dominantes travestida de democracia social. Como disse Chauí (2017, p. 19), “a democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos”.

A partir da abordagem do trecho, é possível, enquadrá-lo ao eixo 2 (consenso-conflito), sob a ótica da conciliação que não considera os conflitos existentes no processo democrático.

Diante de tudo que foi exposto na análise deste capítulo, é possível apontar posicionamentos ideológicos do autor junto ao eixo 1 (alienação-emancipação) pelo uso da manipulação na composição dos consensos e do ocultamento em relação as forças desiguais dentro do processo democrático. Também junto ao eixo 2 (consenso-conflito) pela perspectiva conciliatória em si, típica dos consensos tendenciosos e, por fim, junto ao eixo 3 (particular-universal) no qual os consensos servem para a manutenção dos interesses da grupos dominantes.

5.7. Cap. 7: Fomes coletivas e outras crises

Nesse capítulo, o autor aborda a questão da fome coletiva como sendo uma barreira ao desenvolvimento. Argumenta que é necessário atuar nas causas da fome, a partir do que denomina por intitamentos. Aborda ainda, mecanismos para se evitar as fomes coletivas, além de trazer exemplos de situações que ocasionaram essas crises. Por fim, argumenta acerca dos instrumentos como a transparência e a democracia como fundamentais para se assegurar a questão alimentar e o consequente desenvolvimento.

Em um primeiro trecho selecionado, o autor apresenta o conceito de intitamento, que, segundo Sen, é o que se deve ser considerado para que uma pessoa possa sobreviver dignamente.

Para eliminar a fome no mundo moderno, é crucial entender a causação das fomes coletivas de um modo amplo, e não apenas em função de algum equilíbrio mecânico entre alimentos e população. [...] O enfoque tem de ser sobre o poder econômico e a liberdade substantiva dos indivíduos e famílias para comprar alimento suficiente, e não apenas sobre a quantidade de alimento disponível no país em questão. [...] O potencial para comprar alimentos tem de ser adquirido. É preciso que nos concentremos não na oferta total de alimentos na economia, mas no “intitamento” que cada pessoa desfruta: as mercadorias sobre as quais ela pode estabelecer sua posse e das quais ela pode dispor. As pessoas passam fome quando não conseguem estabelecer seu intitamento sobre uma quantidade adequada de alimentos. [...] O que determina o intitamento de uma família? Isso depende de várias influências distintas. A primeira é a dotação: a propriedade de recursos produtivos e de riqueza que têm um preço no mercado. Para boa parte da humanidade, a única dotação significativa é a força de trabalho. A maioria das pessoas do mundo possui poucos recursos além da força de trabalho, que pode apresentar um grau variado de qualificação e experiência. Porém, em geral, o trabalho, a terra e outros recursos compõem a cesta de ativos. (SEN, 2010, p. 197-198).

No trecho acima, o autor aborda que para se eliminar a fome no mundo é necessário a combinação entre poder econômico e liberdades substantivas, que por sua vez seriam adquiridas pelo que o autor denomina por intitamentos. Esses intitamentos seriam as condições que uma pessoa deveria possuir para se manter (cesta de ativos) e o principal intitamento para a maciça população mundial é a sua força de trabalho.

Sendo a força de trabalho o principal ativo dentro da “cesta de ativos” de Sen, esse deveria ser bem protegido das diversas situações que possam prejudicá-lo. Contudo, o que não é mencionado pelo autor é que o próprio sistema capitalista favorece a degradação desse ativo, ou seja, favorece a vulnerabilidade da força de trabalho, dentre outras questões, pelos constantes ataques às legislações trabalhistas ao redor do mundo, com flexibilização de mão-de-obra, perda de direitos, aumento no tempo de serviço, além da manutenção de larga mão-de-obra ociosa, em virtude do desemprego estrutural e questões conjunturais nos países, além de ser estratégia do próprio sistema capitalista. Essa mão-de-obra excedente é o que Marx denominou de exército industrial de reserva. Sobre essa questão, Marx afirma que:

[...] a população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece as suas necessidades variáveis de valorização, o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2011, p. 707).

A ideia de excedente da força de trabalho, segundo Marx, não é um “efeito colateral”, mas sim, parte do método do sistema capitalista, visando a manutenção da exploração da mão-de-obra e a consequente acumulação por parte do sistema.

O fato de Sen não criticar o sistema capitalista no tocante ao histórico de exploração da força de trabalho é um indício de ocultamento. China e Índia são dois exemplos importantes no tocante à exploração de mão-de-obra – para citar países em que Sen muito utiliza para diversos exemplos comparativos no livro Desenvolvimento como liberdade – e, por possuírem as duas maiores populações absolutas mundiais, recebem muitos investimentos de empresas estrangeiras que, dentre os diversos aspectos que as atraem a esses países, está a abundante força de trabalho sempre necessitada a trabalhar por baixas remunerações e condições de trabalho longe das

aceitáveis, com altas jornadas de trabalho e poucos direitos trabalhistas, muitas vezes sob olhos coniventes dos governantes.

A partir do argumento acima, é possível enquadrar o primeiro trecho no eixo 1 (alienação-emancipação) a partir do ocultamento no tocante à abordagem que o autor executa em relação à força de trabalho como intitramento, sem, no entanto, abordar o quanto esse ativo é degradado pelo sistema capitalista.

Em um segundo trecho selecionado, Sen aborda a relação entre crescimento econômico e redução da fome coletiva. Para tanto, cita como exemplo de insucesso, a África subsaariana.

Para evitar as fomes coletivas, é útil ter uma economia mais opulenta e crescente. A expansão econômica frequentemente reduz a necessidade de proteção de intitamentos, e além disso aumenta os recursos disponíveis para fornecer essa proteção. Essa é uma lição de óbvia importância para a África subsaariana, onde a ausência de um crescimento econômico global tem sido uma importante fonte básica de privação. A propensão às fomes coletivas é muito maior quando a população é generalizadamente pobre e quando é difícil obter fundos públicos (SEN, 2010, p. 214).

Páginas à frente, ainda tomando por base a África subsaariana, porém acrescentando a perspectiva da transparência, o autor acrescenta:

Outro conjunto de exemplos vem da África subsaariana, que tem sido assolada por persistentes fomes coletivas desde o início da década de 1970. Muitos fatores fundamentam a propensão dessa região à fome coletiva, de problemas ecológicos e deterioração climática – aumentando a incerteza para as culturas agrícolas – aos efeitos firmemente negativos de guerras e conflitos constantes. Mas o caráter muitas vezes autoritário de diversos regimes políticos da África subsaariana também contribuiu acentuadamente para causar as fomes coletivas frequentes (SEN, 2010, p. 222).

Nos dois trechos acima, Sen aborda a África subsaariana como exemplo de que a falta de crescimento econômico e de transparência contribuem, em grande medida, para as fomes coletivas na região. É conhecido que o continente africano, em especial a África subsaariana, sofre com diversos problemas econômicos, sociais e ambientais. No entanto, como causas ou explicações para esses problemas Sen cita genericamente guerras e conflitos constantes, além dos regimes políticos autoritários. O que não é citado pelo autor e que é fundamental para se explicar o atraso e a dificuldade que vive o continente é o processo neocolonial em que o continente africano foi submetido. Pilhagem de riquezas minerais, povos dizimados, etnias embaralhadas sem levar em consideração a cultura dos povos, regionalização de fronteiras sem critério étnico-cultural, dentre outras questões, são as principais causas do atraso no continente.

Isto é, a ganância imperialista do capital, no qual o lucro e o poder acima de tudo é a principal âncora da África subsaariana. O fato de Sen não citar nada desses aspectos, revela claro posicionamento ideológico de ocultamento, enquadrando o trecho no eixo 1 (alienação-emancipação) sob o aspecto do ocultamento, a partir de toda a destruição gerada pelo imperialismo, principalmente europeu na região e que não é mencionado pelo autor.

Em um último trecho selecionado no capítulo, Sen aborda a questão da transparência como sendo fator primordial para se evitar crises alimentares. Para tanto, cita a atuação do FMI na crise asiática do final do século XX.

A disciplina da reforma financeira que o Fundo Monetário Internacional tentou impor às economias inadimplentes relacionou-se, em grande medida, à falta de abertura e transparência e ao envolvimento de inescrupulosos encadeamentos econômicos que eram típicos em setores dessas economias. Essas características vinculam-se estreitamente a um sistema de procedimentos comerciais sem transparência. [...] Não estou comentando aqui se a administração das crises pelo FMI foi ou não exatamente correta ou se a insistência em reformas imediatas poderia ter sido sensatamente postergada até que a confiança financeira retornasse a essas economias. Porém, não importa o quanto esses ajustes poderiam ter sido feitos de um modo melhor, não se pode facilmente duvidar do papel da ausência de transparência na evolução das crises asiáticas (SEN, 2010, p. 225).

No trecho acima, Sen argumenta acerca das “reformas” que o FMI tentou impor nas economias asiáticas. O exemplo do autor poderia ser referente ao continente africano ou mesmo latino-americano, visto que todos eles estiveram sob a “égide” financeira da instituição, criada no acordo de Bretton Woods²². Apesar de citar o FMI como um mecanismo de apoio internacional para ajudar economias em crise, sobretudo para minimizar a possibilidade de fomes coletivas, o FMI, em geral, dentre as contrapartidas pelos empréstimos – o que não é citado pelo autor – utiliza o artifício das políticas de austeridade para o cumprimento do superávit primário²³, afetando em grande medida as questões sociais o que contribui não só para aumentar a possibilidade de vulnerabilidade das populações mais pobres e a desigualdade, como também mantém um alto nível de dependência dessas nações junto à instituição, dificultando o real processo de recuperação de desenvolvimento.

²² Conferência das Nações Unidas ocorrida em 1944 nos EUA, na qual foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), além de outros desdobramentos acerca da economia global.

²³ É o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros. O déficit primário ocorre quando esse resultado é negativo. Ambos constituem o resultado primário.

Transparência é fundamental para qualquer processo, sobretudo os que envolvem governos e ações coletivas em prol da população ou mesmo em instituições econômicas privadas. Contudo, quando o autor sobrepõe a questão da transparência ao modo como o FMI conduziu as reformas nos países asiáticos (no caso específico), fica evidente que a prioridade não é a liberdade das pessoas, mas sim o interesse de instituições que possuem como seus principais credores as potências econômicas mundiais, ou seja, a transparência serve primordialmente, para que as potências hegemônicas tenham ainda mais controle sobre os países periféricos.

A partir dos argumentos acima expostos, é possível enquadrar o último trecho selecionado no eixo 1 (alienação-emancipação) sob o aspecto do ocultamento, ao evidenciar o suposto lado positivo do FMI, mas não mencionar as suas políticas austeras, que de forma silenciosa prejudica ainda mais a conjuntura socioeconômica desses países dependentes.

Diante dos trechos selecionados no capítulo, é possível revelar o posicionamento ideológico do autor no que se refere ao eixo 1 (alienação-emancipação) sob o aspecto do ocultamento em diversos argumentos, tais como: na abordagem que o autor executa em relação à força de trabalho como intitramento, sem, no entanto, abordar o quanto esse “ativo” é degradado pelo sistema capitalista. Também o ocultamento no tocante à ganância imperialista do capital, no qual o lucro e o poder acima de tudo é a principal âncora da África subsaariana. Além do ocultamento, ao evidenciar o suposto lado positivo do FMI, mas não mencionar as suas políticas austeras, que de forma silenciosa prejudica ainda mais a conjuntura socioeconômica dos países dependentes.

5.8. Cap. 8: A condição de agente das mulheres e a mudança social

O presente capítulo aborda a questão da liberdade feminina, não somente sob o aspecto do bem-estar, mas também pela condição de agente da mulher na sociedade.

Quando Sen publicou *Desenvolvimento como Liberdade*, em 1999, o mundo vivia toda a conjuntura de mudança do milênio, com diversos desafios e perspectivas em todos os âmbitos. Também havia muitos movimentos no mundo todo acerca da reivindicação por mais direitos e protagonismo por parte das mulheres. O fato de abordar – destacando todo um capítulo do seu livro, à condição de agente da mulher – é algo a ser considerado.

Em um primeiro trecho selecionado, acerca do olhar sobre a importância da mulher como agente, Sen destaca:

Não muito tempo atrás, as tarefas em que esses movimentos [feministas] se empenhavam primordialmente envolviam o esforço para obter um tratamento melhor para as mulheres – um tratamento mais justo. A concentração era mais sobre o bem-estar da mulher – um corretivo muitíssimo necessário. Mas os objetivos, partindo desse enfoque “welfarista”, aos poucos evoluíram e se ampliaram para incorporar – e enfatizar – o papel ativo da condição de agente das mulheres. Já não mais receptoras passivas de auxílio para melhorar seu bem-estar, as mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens (SEN, 2010, p. 230)

No trecho acima, o autor aborda não só a questão do bem-estar feminino, mas principalmente, dá ênfase à condição de agente, promovendo transformações na sociedade e sendo protagonistas. Ao abordar a questão do papel ativo das mulheres, não sendo apenas receptoras passivas, o autor remete à questão da autonomia (emancipação), vinculando ao eixo 1 (alienação-emancipação). Ainda, quando o autor aborda a ideia de agentes de mudança e transformação social, remete à perspectiva de ruptura, enquadrando ao eixo 2 (consenso-conflito).

Em um segundo trecho, Sen aborda a ideia de oportunidades iguais para homens e mulheres, para o autor:

Há muitas provas de que, quando conseguem as oportunidades que em geral são reservadas aos homens, as mulheres saem-se tão bem quanto eles no aproveitamento desses recursos – que, ao longo dos séculos, os homens têm alegado serem só seus. Acontece que, em muitos países em desenvolvimento, as oportunidades nos níveis políticos mais elevados puseram-se ao alcance das mulheres apenas em circunstâncias muito especiais – com frequência relacionadas à morte de seus mais bem estabelecidos maridos ou pais –, mas essas chances invariavelmente foram aproveitadas com grande vigor (SEN, 2010, p. 242).

A citação acima contextualiza algo que ainda hoje, mais de 20 anos da publicação do livro de Sen, continua bastante desigual no mundo e no Brasil. De acordo com o IBGE (2019), a partir de dados consolidados dos indicadores sociais das mulheres, é possível observar que ainda há muito a ser feito quando se remete a igualdade de gênero. Na Tabela 1 a seguir, é possível verificar alguns desses indicadores.

Tabela 1: Indicadores sociais das mulheres - 2019

Indicador CGMI	O que foi calculado	Ano	Brasil	Homem	Mulher	Unidade	Fonte
Número médio de horas nos afazeres domésticos, por sexo, idade e localização (Nota: separar afazeres domésticos e cuidado infantil, se possível)	Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo, idade e localização	2019	16,8	11,0	21,4	horas semanais	PNAD Contínua, consolidado de quintas entrevistas
	Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo, idade e localização	2019	14,2	10,4	18,5	horas semanais	PNAD Contínua, consolidado de quintas entrevistas
Número médio de horas combinadas no trabalho remunerado e no trabalho doméstico não remunerado (carga total de trabalho), por sexo	Número médio de horas combinadas no trabalho remunerado e nos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (carga total de trabalho) das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo	2019	52,7	51,2	54,3	horas semanais	PNAD Contínua, consolidado de quintas entrevistas
Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 a 24 anos de idade e 15 anos ou mais de idade, por sexo	Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo	2019	63,6	73,7	54,5	%	PNAD Contínua, consolidado de primeiras entrevistas
	Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 a 24 anos de idade, na semana de referência, por sexo	2019	57,0	63,0	50,8	%	PNAD Contínua, consolidado de primeiras entrevistas
Participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo	Participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo	2020	-	-	8,7	%	Planalto. Presidência da República.
Proporção de cadeiras ocupadas pelas mulheres no parlamento nacional e nos legislativos locais	Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício na Câmara dos Deputados	2020	-	-	14,8	%	Congresso Nacional. Parlamentares em exercício.
Participação das mulheres nos cargos gerenciais	Participação das mulheres nos cargos gerenciais	2019	-	-	37,4	%	PNAD Contínua, consolidado de primeiras entrevistas

Fonte: (IBGE, 2019)

Apesar dos dados evidenciarem apenas o Brasil, as informações são um importante dado referencial. Das informações contidas na Tabela 1, destaco três

indicadores: primeiro o de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos, onde as mulheres despendem em média 21,4 horas enquanto os homens apenas 11 horas. Levando-se em consideração as 44 horas semanais de trabalho, as mulheres utilizam quase 50% das horas da semana em atividades domésticas, enquanto os homens apenas 25% das horas semanais, o que revela ainda forte concentração dessas atividades destinadas às mulheres, implicando em menos tempo livre para estudar, trabalhar etc. Outro destaque é o da participação feminina no parlamento (Câmara dos Deputados), onde apenas 14,8% das vagas são ocupadas por mulheres, ainda muito abaixo de uma distribuição mais igualitária. Por fim, destaca-se a ocupação de mulheres em cargos gerenciais, no qual as mulheres ocupam apenas 37,4% dos cargos, denotando que essas funções, são ainda hoje, dominadas pelos homens.

O fato de Sen abordar a ideia de oportunidades mais bem distribuídas entre homens e mulheres o enquadra numa perspectiva de universalização, dentro do eixo 3 (particular-universal), pois coloca homens e mulheres detentores das mesmas condições no contexto profissional e isso é uma luta que as mulheres têm travado ao longo dos anos.

Em um terceiro trecho selecionado nesse capítulo, Sen reitera sua perspectiva em relação à condição de agente das mulheres, segundo o autor:

A condição de agente das mulheres é um dos principais mediadores da mudança econômica e social, e sua determinação e suas consequências relacionam-se estreitamente a muitas das características centrais do processo de desenvolvimento. [...] O grande alcance da condição de agente das mulheres é uma das áreas mais negligenciadas nos estudos sobre o desenvolvimento e requer correção urgente. Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é, de fato, um aspecto crucial do “desenvolvimento como liberdade” (SEN, 2010, p. 245-246).

Quando Sen escreveu *Desenvolvimento como Liberdade*, não era costumeiro se falar em empoderamento feminino, apesar do termo já ser conhecido nesse contexto. Segundo Marinho (2016) *apud* (Stromquist 1997), o termo empoderamento, nesse campo de estudos, foi utilizado pela primeira vez na obra *Desarrollo, crisis y enfoques alternativos: Perspectivas de La mujer en El tercer mundo*, de 1988, que foi preparada por Gita Sen e Caren Grown para a Conferência de Nairóbi. Desde então, conforme Marinho (2016), o termo recebeu diversas influências e foi utilizado em vários âmbitos dentro dos estudos e pesquisas feministas.

Estabelecer um debate sobre as relações entre a ideia de “condição de agente das mulheres” proposta por Sen e “empoderamento feminino” proposto atualmente não é o foco dessa tese, contudo vale salientar que existem diversas relações entre os termos e que o entendimento deles não é algo fechado. O importante aqui é revelar a importância dada a temática do protagonismo feminino.

No terceiro trecho selecionado, a ênfase de Sen sobre a temática é importante, visto que a coloca [temática] em destaque, ao atrelar a visão de desenvolvimento do autor com a perspectiva da autonomia feminina em um momento histórico que o debate sobre a questão ainda era secundário. O fato de enfatizar que a “participação e a liderança política, econômica e social é aspecto crucial da sua visão de desenvolvimento, coloca o trecho com a perspectiva de autonomia, enquadrando-o no eixo 1 (alienação-empoderamento) a partir da abordagem emancipatória da mulher.

É preciso pensar que a luta das mulheres não deve ser somente delas, e sim, também dos homens, dentro de uma visão de sociedade integrada. Pensar em uma sociedade mais igualitária sobre todos os aspectos, e principalmente, sobre a questão do gênero, deve ser algo pensado e conduzido por todos.

O aspecto de alerta que se faz, diante da abordagem exposta no capítulo por Sen, é acerca da visão do capital em relação a essa autonomia feminina. Explicando melhor, ao analisarmos a visão da condição de agente sob os olhos do capitalismo, é possível depreender que a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, trouxe mais uma engrenagem importante para o mecanismo de mercado. Sob o olhar conservador das economias tradicionais, com as mulheres apenas como donas de casa e responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidado com os filhos, caberia ao homem o sustento financeiro desse lar. Ao se evidenciar a questão da autonomia feminina e sua maior participação no mercado de trabalho e conseqüentemente no mercado de consumo, a roda do capital passa a girar muito mais rápido e, a partir disso, com o surgimento de produtos e serviços específicos para as mulheres, dentre outras questões. Ou seja, para o capitalismo pouco importa se as mulheres estão adquirindo condição de agente, o fato de elas estarem participando de forma intensa no mercado de consumo é o que realmente importa. O capitalismo não distingue homem e mulher, ele entende um número e esse número tem crescido ano a ano, década a década. Entretanto, não é possível deduzir que essa seja a ideia principal de Sen, porém como economista que é, tendo representado

tantas instituições de peso ligadas ao capital, não podemos dizer que seja ingênuo. Acredito que o mais provável é que Sen acredite de fato na autonomia feminina e que essa maior participação no consumo por parte das mulheres seja uma consequência da sua “liberdade”. Nesse aspecto, penso que posições como essas de Sen são utilizadas como instrumento pelo capital para se ter tanto mais mercado consumidor quanto mais mão-de-obra disponível.

Diante do exposto no capítulo, é possível enquadrar o posicionamento do autor no eixo 1 (alienação-emancipação) ao abordar a questão do papel ativo das mulheres, não sendo apenas receptoras passivas, o autor remete à questão da autonomia (emancipação). Também junto ao eixo 2 (consenso-conflito) quando o autor aborda a ideia de agentes de mudança e transformação social, remetendo à perspectiva de ruptura (conflito). E, ainda, no eixo 3 (particular-universal) ao abordar a ideia de oportunidades mais bem distribuídas entre homens e mulheres (aspectos pessoais e profissionais), numa perspectiva de universalização (universal).

5.9. Cap. 9: População, alimento e liberdade

Neste capítulo, o autor executa uma continuação das ideias dos capítulos 7 e 8 do seu livro, abordando a relação entre o crescimento populacional e a oferta de alimentos, além do debate em relação a coerção como estratégia de redução da fecundidade em países em desenvolvimento. Vale salientar que no final da década de 1990 quando Sen publica Desenvolvimento como Liberdade, o mundo vivia ainda uma perspectiva de crescimento populacional mais acelerado, dessa forma, a abordagem realizada pelo autor é ainda sobre essa “preocupação”.

Atualmente, mais de 20 anos da sua publicação, o crescimento populacional vem desacelerando na maioria dos países, e já há preocupações no sentido contrário ao de Sen, ou seja, a preocupação agora é em buscar estratégias para proporcionar o aumento populacional. Na Figura 7, é possível verificar uma projeção para 2100 do decréscimo populacional em alguns países.

Figura 7: Decréscimo populacional - Países

Os 40 países com maior decréscimo populacional relativo entre 2020 e 2100 ordenados da menor queda para a maior

Ordem	Países	2020	2100	2100/2020	2100-2020
1	Alemanha	83.784	74.741	0,89	-9.043
2	Colômbia	50.883	45.221	0,89	-5.662
3	Coreia do Norte	25.779	22.793	0,88	-2.986
4	Rússia	145.934	126.143	0,86	-19.792
5	Brasil	212.559	180.683	0,85	-31.877
6	Líbano	6.825	5.707	0,84	-1.118
7	Nepal	29.137	23.708	0,81	-5.429
8	Eslovênia	2.079	1.676	0,81	-403
9	Bielo Rússia	9.449	7.430	0,79	-2.020
10	China	1.439.324	1.064.993	0,74	-374.330
11	El Salvador	6.486	4.766	0,73	-1.720
12	Sri Lanka	21.413	15.275	0,71	-6.138
13	Espanha	46.755	33.210	0,71	-13.545
14	Hungria	9.660	6.857	0,71	-2.803
15	Eslováquia	5.460	3.829	0,70	-1.630
16	Trinidad e Tobago	1.399	969	0,69	-431
17	Armênia	2.963	2.039	0,69	-925
18	Portugal	10.197	6.985	0,69	-3.212
19	Taiwan	23.817	16.259	0,68	-7.558
20	Itália	60.462	39.993	0,66	-20.469
21	Tailândia	69.800	46.016	0,66	-23.784
22	Grécia	10.423	6.583	0,63	-3.840
23	Geórgia	3.989	2.514	0,63	-1.475
24	Romênia	19.238	11.878	0,62	-7.360
25	Polônia	37.847	23.033	0,61	-14.814
26	Jamaica	2.961	1.793	0,61	-1.168
27	Macedônia do Norte	2.083	1.249	0,60	-834
28	Japão	126.476	74.959	0,59	-51.517
29	Letônia	1.886	1.114	0,59	-772
30	Cuba	11.327	6.671	0,59	-4.655
31	Coreia do Sul	51.269	29.542	0,58	-21.727
32	Lituânia	2.722	1.524	0,56	-1.198
33	Ucrânia	43.734	24.413	0,56	-19.320
34	Croácia	4.105	2.183	0,53	-1.922
35	Bulgária	6.948	3.588	0,52	-3.360
36	Bósnia e Herzegovina	3.281	1.641	0,50	-1.640
37	República da Moldova	4.034	2.012	0,50	-2.022
38	Sérvia	8.737	4.217	0,48	-4.520
39	Porto Rico	2.861	1.217	0,43	-1.644
40	Albânia	2.878	1.088	0,38	-1.789
-	Total dos 40 países	2.610.966	1.930.514	0,74	-680.452

UN/Pop Division: World Population Prospects 2019 <https://population.un.org/wpp2019/>

Nota: países acima de 1 milhão de habitantes

Fonte: World Population Prospects (WPP) 2019 – ONU. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/wp-content/uploads/2020/03/20200313-200313.png>>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

De acordo com a Figura 7, é possível verificar projeções de quedas acentuadas em alguns países, tais como: o Brasil, com perspectiva de perder mais de 15% da população até 2100, a Rússia 14%, a China 26% e o Japão 41% de projeção de queda. Observa-se também que alguns países do Leste Europeu estimam perder

metade de suas populações até 2100 e isso é fator de preocupação, principalmente entre governos.

Nessa perspectiva, torna-se sem efeito abordar as questões meramente quantitativas ligadas ao capítulo, devendo-se levar em consideração apenas os trechos de caráter qualitativo que embasem a análise a partir da perspectiva dos eixos de posicionamento ideológico.

Em um primeiro trecho selecionado, o autor menciona a ideia de coerção no tocante a fecundidade, ao tratar dos países pobres.

É comum o argumento de que, em um país pobre, seria um erro preocupar-se demasiadamente com a inaceitabilidade da coerção – um luxo que apenas os países ricos podem se dar – e que os pobres não se incomodam realmente com a coerção. Não está nem um pouco claro em que evidências esse argumento se baseia. As pessoas que mais sofrem com essas medidas coercivas – sendo brutalmente forçadas a fazerem o que não querem – com frequência estão entre as mais pobres e desfavorecidas da sociedade. (SEN, 2010, p. 270).

O argumento exposto acima por Sen ainda é relevante, sobretudo para alguns países africanos e do sudeste asiático por exemplo, onde esse tipo de prática ainda ocorre com relativa frequência. Contudo, no final do século XX essa prática ainda era evidente, inclusive no Brasil.

Esse tipo de justificativa à coerção era utilizada de forma “natural”, reiterando um pensamento Malthusiano²⁴, ressalta-se, porém, que de forma isolada, ainda ocorrem casos de esterilização forçada, principalmente em comunidades pobres nas periferias das grandes cidades como forma de reduzir o crescimento populacional. O fato de Sen rechaçar essas práticas, evidenciam uma perspectiva de ruptura (conflito), enquadrando o trecho no eixo 2 (consenso-conflito) a partir da ideia de não se acomodar às práticas que ocorriam, muitas vezes de forma velada.

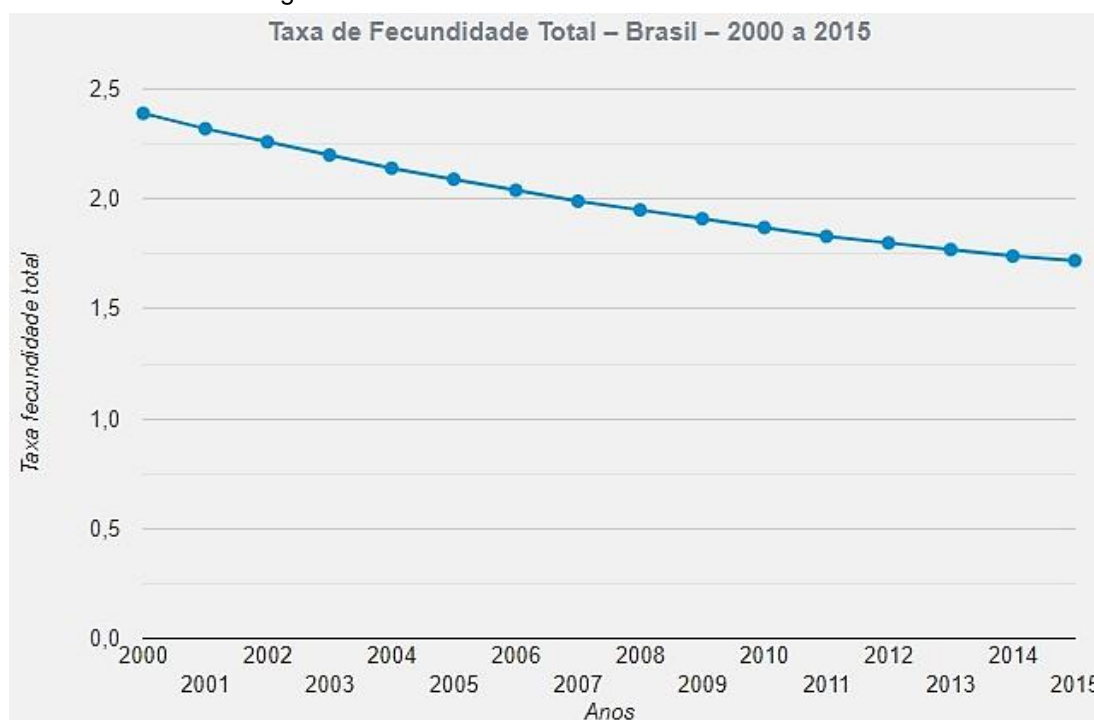
Em um segundo trecho selecionado, o autor aborda – continuando com a ideia do capítulo 8 do livro – algumas estratégias para a redução da fecundidade.

A abordagem que parece merecer mais atenção [no tocante à diminuição da fecundidade] envolve uma estreita relação entre políticas públicas que promovam a igualdade entre os sexos e a liberdade das mulheres (particularmente educação, serviços de saúde e oportunidades de emprego) e a responsabilidade individual da família (mediante o poder decisório dos pais em potencial, particularmente das mães). A eficácia desse caminho reside na estreita vinculação entre o bem-estar das mulheres jovens e sua condição de agente (SEN, 2010, p. 271).

²⁴ Malthus discorreu uma teoria bastante controversa acerca do crescimento populacional. Mencionei sobre ela no capítulo 2 (a partir da página 19).

No trecho acima, Sen aborda a importância de políticas públicas que reduzam a desigualdade entre os sexos, além da ideia da condição de agente da mulher como mecanismos para se reduzir a fecundidade. Hoje essa abordagem de Sen já é clássica, visto que houve bastante avanço nesses dois aspectos, sendo inclusive justificativas para projeções de redução populacional e quedas nas taxas de fecundidade em diversos países, como no Brasil, como pode ser verificado na Figura 8 adiante.

Figura 8: Taxa de fecundidade - Brasil - 2000-2015



Fonte: IBGE, projeção da população do Brasil, 2013. Acesso em: 19 de julho de 2021

A gradativa redução das taxas de fecundidade no Brasil ao longo dos 15 primeiros anos do século 21, com certeza tiveram, dentre outros fatores, o empoderamento feminino.

Ainda, de acordo com o trecho selecionado, Sen, aborda a questão da responsabilidade individual da família, enfatizando sobretudo, o poder decisório da mãe em relação à fecundidade. A abordagem do autor no que tange à fecundidade, principalmente sobre a importância da mulher nesse processo, enquadra o trecho no eixo 1 (alienação-emancipação) a partir da perspectiva emancipatória, com o foco na autonomia da mulher. Ainda, pode ser enquadrado no eixo 2 (consenso-conflito) a partir da ideia de quebra de paradigma (conflito) em relação ao papel das mulheres na sociedade, sobretudo quando se trata da fecundidade, visto que em muitos países

ainda, mesmo que de forma velada, são bastante retrógrados em relação aos costumes, não levando em consideração a autonomia feminina.

Diante do exposto nesse capítulo, é possível posicionar os argumentos do autor junto ao eixo 1 (alienação-emancipação) a partir da abordagem emancipatória no tocante à fecundidade, principalmente sobre a importância da mulher nesse processo, com o foco na autonomia da mulher. Também junto ao eixo 2 (consenso-conflito) sob o aspecto da ruptura, da quebra de paradigma (conflito), por rechaçar mecanismos de esterilização feminina, não se acomodando às práticas que ocorriam de forma velada em muitos países, mas também de forma legal em outros.

5.10. Cap. 10: Cultura e direitos humanos

Neste capítulo, Amartya Sen aborda a questão da cultura e dos direitos humanos. Na verdade, o foco é na questão cultural, sobretudo as que se referem ao embate entre a interação de culturas diferentes, a partir da globalização e, por outro lado, a valorização de culturas locais e tradicionais.

Em um primeiro trecho selecionado, o autor aborda a questão da globalização nas diferentes culturas e sua preocupação com a questão do emprego e a manutenção da cultura tradicional. Segundo Sen:

O mundo contemporâneo é dominado pelo Ocidente e, embora a autoridade imperial dos antigos governantes do mundo tenha declinado, o domínio ocidental permanece tão forte como antes – sob alguns aspectos, mais forte do que nunca, especialmente nos aspectos culturais. O sol nunca se põe no império da Coca-Cola e da MTV. A ameaça às culturas nativas no mundo globalizante de hoje e, em grande medida, inescapável. A solução que não está disponível é a de deter a globalização do comércio e das economias, pois é difícil resistir às forças do intercâmbio econômico e da divisão do trabalho em um mundo competitivo impulsionado pela grande revolução tecnológica que confere à tecnologia moderna uma vantagem economicamente competitiva. Isso é um problema, porém não só um problema, já que as trocas e o comércio globais podem gerar – como predisse Adam Smith – maior prosperidade econômica para cada país. Mas pode haver perdedores tanto quanto ganhadores, mesmo se os resultados líquidos agregados forem ascendentes e não descendentes. No contexto das disparidades econômicas, a resposta apropriada tem de incluir esforços conjuntos para tornar a forma da globalização menos destrutiva para o emprego e o modo de vida tradicional e para ocasionar uma transição gradual. A fim de suavizar o processo de transição, é preciso que haja também oportunidades para um novo preparo profissional e a aquisição de novas qualificações (para pessoas que, de outro modo, seriam alijadas do mercado de trabalho), juntamente com a provisão de redes de segurança social (na forma de seguridade social e outras disposições de apoio) para aqueles que têm seus interesses prejudicados – ao menos no curto prazo – pelas mudanças globalizantes (SEN, 2010, p. 289-290).

No trecho Sen afirma que o mundo é dominado culturalmente pelo Ocidente. Eu diria que o mundo é dominado pelo capital. Apesar de abordar a questão como “domínio”, o autor não parece estar preocupado com suas consequências, visto que coloca a questão como “inescapável”, quando poderia ter usado expressões como “pode ser combatida” em alusão a alguma contrariedade.

Ao mencionar que “o sol nunca se põe no império da Coca-Cola e da MTV”, Sen poderia ter citado a *indústria cultural* de Horkheimer e Adorno, conceito no qual os autores denunciam, de forma pioneira, o funcionamento dos meios de comunicação de massa e a indústria do entretenimento como um sistema que não só assegurou a sobrevivência do capitalismo como continua exercendo função essencial em sua preservação, reprodução e renovação (HORKHEIMER e ADORNO, 1985). Mesmo sem a conotação do termo “globalização” como utilizamos hoje, já havia preocupação com essas questões da expansão silenciosa do capitalismo sem o uso de armas convencionais.

Ainda de acordo com o trecho, Sen afirma não ser possível deter a globalização e que as culturas nativas não teriam como escapar desse processo, visto que seria “difícil resistir a competição que está em curso pelo intercâmbio econômico e divisão do trabalho no mundo globalizado”. Não se percebe no argumento do autor alguma contrariedade ao processo em curso, além disso, cabe ressaltar que o processo de globalização não ocorre “naturalmente” como colocado na abordagem de Sen. Pelo contrário, foi e é pensado e articulado como forma de potencializar as forças hegemônicas no mundo sob todos os aspectos (econômico, político, militar, social e cultural).

Como disse Santos (2010, p. 143), “sem dúvida o mercado vai impondo, com maior ou menor força, aqui e ali, elementos mais ou menos maciços da cultura de massa, indispensável, como ela é, ao reino do mercado, e a expansão paralela das formas de globalização econômica, financeira, técnica e cultural”. A ênfase positiva dada por Sen ao processo, ao mencionar que, apesar de ser um problema, pode gerar mais prosperidade econômica para os países, faz com que, recorrendo mais uma vez a Santos (2010), a globalização seja vista como “fábula”, ou seja, como a maravilha como nos fazem crer. Contudo, essa globalização como fábula, é fantasiosa e alienante e, diferente da abordagem conciliatória de Sen de que “há tantos perdedores quanto vencedores”, eu diria que há muito mais perdedores, a diferença é que “os

perdedores” são os de baixo, os que estão submetidos às forças dominantes e, portanto, não estabelecem peso no processo ora em curso.

Ainda referente ao primeiro trecho, Sen deixa aflorar seu lado utilitarista ao mencionar que “a fim de suavizar o processo de transição [para a globalização], é preciso que haja também oportunidades para um novo preparo profissional e a aquisição de novas qualificações”. Ou seja, na abordagem do autor, como as pessoas não têm escolha, é necessário que busquem qualificação para não ficarem “de fora” desse processo. Mesmo o fato de o autor mencionar “preocupação” ao propor que deve haver “provisão de redes de segurança social (na forma de seguridade social e outras disposições de apoio) para aqueles que têm seus interesses prejudicados – ao menos no curto prazo – pelas mudanças globalizantes” se trata de uma preocupação temporária, visto que enfatiza serem medidas de curto prazo. Ora, dada a velocidade do processo de globalização, medidas de curto prazo, sem mudanças estruturais, pouco contribuiria para reduzir o abismo gerado pela globalização. Essas medidas paliativas de Sen em nada muda a perspectiva estrutural do pensamento hegemônico dominante, ou seja, é apenas uma maneira sutil de abordar a ampliação da desigualdade sem necessariamente dizer é que se trata de desigualdade.

Diante do exposto no primeiro trecho, é possível enquadrá-lo ao eixo 1 (alienação-emancipação) ao revelar o ocultamento do autor ao abordar a globalização como processo inevitável, sem possibilidade de escolhas e sem alternativas, naturalizando algo que foi construído para ampliar a dominação capitalista (alienação).

Em um segundo trecho selecionado, Sen reforça a abordagem sobre a importância de cada cultura, contudo reitera sua perspectiva de integração cultural.

Meu intuito aqui não é, de modo algum, negar a importância única de cada cultura, e sim defender a necessidade de um certo refinamento na compreensão das influências entre culturas e da nossa capacidade básica para desfrutar os produtos de outras culturas e outras terras. Não devemos perder nosso poder de compreender uns aos outros e de apreciar produtos culturais de diferentes países na defesa apaixonada da conservação e da pureza. (SEN, 2010, p. 294).

Do trecho acima é possível destacar que ao mencionar a “necessidade de um certo refinamento na compreensão das influências entre culturas e da nossa capacidade básica para desfrutar os produtos de outras culturas e outras terras”, o autor induz à armadilha do que Gramsci conceituou de hegemonia cultural. Sob o pretexto de que possamos “desfrutar produtos de outras culturas”, o autor critica o que chamou de “defesa apaixonada da conservação e da pureza [cultural]”. A abordagem

gramsciana de hegemonia cultural, de acordo com Dantas (2015), se trata de um conjunto de ideias dominantes de uma determinada conjuntura social, política, cultural e econômica, isto é, o conjunto das funções de domínio e direção exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade.

Conforme Alves (2010), Gramsci entende que é muito comum um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática. Ademais, ele ressalta que esta concepção do mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior é desprovida de consciência crítica e coerência. Dessa adoção acrítica de uma concepção do mundo de outro grupo social, resulta um contraste entre o pensar e o agir e a coexistência de duas concepções do mundo, que se manifestam nas palavras e na ação efetiva. Desse modo, o problema de toda concepção do mundo que se transformou em um movimento cultural, produzindo uma atividade prática, é justamente conservar a unidade ideológica de todo bloco social.

A ideia aqui não trata da discussão de classe social diretamente, mas de como a ação da hegemonia cultural – a partir do pretexto de integração cultural, como se cada cultura estipulasse os limites que a outra poderia transpor – conduz ao fortalecimento e reprodução do capitalismo. Nesse sentido, Sen utiliza o artifício de induzir uma perspectiva de unificação hegemônica, travestida de integração.

Ainda na análise do segundo trecho, é possível revelar que ao mesmo tempo que Sen afirma compreender a importância única das culturas, critica a ideia do que denomina de “defesa apaixonada da conservação e da pureza” aos que defendem a manutenção de certo afastamento. Ou seja, essa suposta abordagem de “equilíbrio” do autor reforça sua posição favorável à homogeneização cultural.

Diante do exposto no trecho, é possível enquadrá-lo no eixo 3 (particular-universal) sob o contexto de homogeneização cultural travestida de integração cultural.

Em um terceiro e último trecho selecionado no capítulo, Sen reitera sua perspectiva de reconhecimento da diversidade cultural, contudo critica algumas análises consideradas superficiais sobre o tema.

Reconhecer a diversidade encontrada em diferentes culturas é muito importante no mundo contemporâneo. Nossa compreensão da presença da

diversidade tende a ser um tanto prejudicada por um constante bombardeio de generalizações excessivamente simplificadas sobre a “civilização ocidental”, os “valores asiáticos”, as “culturas africanas” etc. Muitas dessas interpretações da história e da civilização não só são intelectualmente superficiais, como também agravam as tendências divisoras do mundo em que vivemos (SEN, 2010, p. 296).

O trecho acima tem sentido de continuação com o segundo trecho selecionado. No segundo trecho, Sen critica a falta de integração entre as culturas, neste terceiro trecho, o autor confunde diversidade cultural com divisão cultural.

Sob o pretexto de que deve haver maior “integração cultural”, o autor coloca a “culpa” por isso não ocorrer “pelas generalizações simplificadas e superficiais” que tendem a agravar a divisão cultural no mundo. A concepção de “generalizações simplificadas” do autor deve ser relativizada, pois pode ser entendida, por exemplo, simplesmente como um mecanismo de defesa por parte de determinadas culturas de quererem valorizar questões identitárias e não se submeter ao processo de globalização cultural imposto pelo capital.

A ideia de que as diferenças culturais estão se diluindo ou simplesmente organizando de um modo novo os conflitos internacionais, se choca também com a noção que, reconhecendo a importância da diversidade cultural, identifica nos efeitos da globalização ameaças e oportunidades que não podem ser desprezadas. A globalização ao tentar unificar os mercados e, conseqüentemente padronizar hábitos de consumo, acelerando a sua massificação em escala mundial, ameaça as diferenças culturais entre os povos e amplia o risco de uniformização cultural, o que poderia comprometer as identidades culturais. (BAYARDO e LACARRIEU, 1998); (TOMLINSON, 1999).

Isto é, a diversidade, seja ela em qualquer âmbito, é fundamental no mundo em que vivemos e deve ser sempre defendida. Salienta-se, inclusive, conforme Alvarez (2008), que a maior parte das sociedades contemporâneas é multicultural, multiétnica ou mestiças o que significa uma enorme variedade de identidades simbólicas e expressivas.

Contudo, é preciso que se fique atento aos supostos “incentivos” à diversidade cultural sob o pretexto subjacente de unificação cultural. Quando Sen utiliza expressões como “intelectualmente superficiais” aos que se colocam a favor de uma suposta divisão cultural, é possível revelar, mais uma vez, tentativa de busca por uma “integração” com um véu de universalização quando tudo indica se tratar de padronização de costumes e culturas.

Diante da análise do trecho é possível posicioná-lo junto ao eixo 3 (particular-universal) a partir da ideia de unificação e padronização cultural (particular).

A partir do que foi analisado ao longo desse capítulo, é possível posicionar os argumentos do autor no eixo 1 (alienação-emancipação) ao revelar o ocultamento ao abordar a globalização como processo inevitável, sem possibilidade de escolhas e sem alternativas, naturalizando algo que foi construído para ampliar a dominação capitalista (alienação). Também junto ao eixo 3 (particular-universal) sob o contexto de homogeneização cultural travestida de integração cultural ao induzir a necessidade de um certo refinamento na compreensão das influências entre culturas e da nossa capacidade básica para desfrutar os produtos de outras culturas. E, novamente, ao eixo 3 (particular-universal) a partir dos supostos “incentivos” à diversidade cultural sob o pretexto subjacente de unificação cultural, quando tenta utilizar a aparência de universalização para padronizar costumes e culturas (particular).

5.11. Cap. 11: Escolha social e comportamento individual

Neste capítulo, Sen aborda fundamentalmente a questão dos valores dos indivíduos na composição dos comportamentos individuais. Para tanto, dialoga com questões de ética no capitalismo, valores sociais, dentre outras questões ligadas as escolhas sociais do indivíduo.

Em um primeiro trecho selecionado, o autor dialoga com a temática do consenso e preferências com base na discussão social. Nesse contexto, Sen afirma que:

[...] a política de consenso social requer não apenas a ação com base em preferências individuais dadas, mas também a sensibilidade das decisões sociais para o desenvolvimento de preferências e normas individuais. Nesse contexto, é preciso atribuir particular importância ao papel da discussão e das interações públicas na emergência de valores e comprometimentos comuns. Nossas ideias sobre o que é justo e o que não é podem ser influenciadas pelos argumentos apresentados para discussão pública, e tendemos a reagir às opiniões uns dos outros às vezes com um comprometimento ou até mesmo um trato, e outras vezes com inflexibilidade e obstinação implacáveis. [...] É importante, ainda, reconhecer que as disposições sociais surgidas do consenso e as políticas públicas adequadas não requerem que haja uma “ordenação social” única que contenha um ranking completo de todas as possibilidades sociais alternativas. Concordâncias parciais ainda distinguem opções aceitáveis (e eliminam as inaceitáveis), e uma solução viável pode basear-se na aceitação contingente de medidas específicas, sem exigir a unanimidade social completa (SEN, 2010, p. 304).

No trecho acima, Sen argumenta sobre a questão da construção de um consenso social com base nas preferências e normas individuais, atribuindo “particular

importância ao papel da discussão e das interações públicas na emergência de valores e comprometimentos comuns”. Para o autor nossas ideias podem ser influenciadas pelos argumentos apresentados em discussões públicas. A partir dessa perspectiva, suscitamos questionar: quem influencia esses argumentos que são apresentados? Quais são os principais mecanismos formadores de opinião? Não é o fato de que supostamente os argumentos passaram por discussão pública, que não podem ser tendenciosos a algum grupo específico e que atendam a um bem comum. Ora, em sociedades capitalistas, nas quais poder público e privado se é ingênuo pensar que discussões públicas irão proporcionar um “consenso social”. A fragilidade de pensar que essas discussões não são manipuladas, podem gerar uma falsa sensação de que o processo foi democrático ou mesmo ratificar decisões que foram pensadas para defender interesses particulares como sendo de interesse universal. Nessa perspectiva, é possível recorrer a um argumento de Chauí. Conforme a autora:

[...] a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer (CHAUÍ, 2008, p. 108).

Ou seja, é possível depreender que, sob a lógica da autora, a ideologia tenta impor um “manual” a ser seguido, visando apagar as diferenças internas da sociedade. Portanto, com base nos argumentos propostos nessa primeira análise, é possível enquadrá-la no eixo 1 (alienação-emancipação) a partir da ideia subjacente de manipulação em prol de um consenso social que não necessariamente irá atender aos interesses comuns.

Ainda em relação ao primeiro trecho selecionado, Sen aborda que “concordâncias parciais são aceitáveis”, sobretudo para medidas específicas e que não é necessário haver uma “unanimidade completa” no tocante as “possibilidades sociais alternativas”. Seria óbvio pensar que “unanimidade completa” não existe e, na verdade, o termo é até redundante. Questões linguísticas à parte, quando Sen argumenta que “concordâncias parciais” podem ser aceitáveis em “questões específicas”, remetem a ideia de imposição. Isto é, remete à perspectiva de que quando não houver o “consenso que interessa”, que ocorra então pela “imposição que interessa”, geralmente atendendo aos interesses de grupos dominantes. Nesse contexto, é possível enquadrar a ideia de consenso ao eixo 2 (consenso-conflito) a partir da perspectiva de consenso imposto.

Corroborando a perspectiva de imposição argumentada no final do parágrafo acima, em outro trecho selecionado, ao abordar questões de ética de mercado, Sen defende a utilização da Máfia em situações específicas.

[...] quando os critérios da ética de mercado ainda não estão estabelecidos e os sentimentos de confiança nos negócios ainda não se desenvolveram a contento, pode ser difícil sustentar os contratos. Em tais circunstâncias, uma organização externa pode preencher a lacuna e fornecer um serviço socialmente valorizado na forma de imposição pela violência. Uma organização como a máfia pode desempenhar um papel funcional nesse contexto. [...] Embora a Máfia seja uma organização execrável, precisamos compreender a base econômica de sua influência, suplementando-se o reconhecimento do poder das armas de fogo e bombas com a compreensão de algumas atividades econômicas que fazem da Máfia uma parte funcionalmente relevante da economia. Essa atração funcional cessaria à medida que e quando as influências combinadas da imposição legal de contratos e da conformidade do comportamento relacionado à confiança mútua e a códigos normativos tornassem totalmente supérfluo o papel da Máfia nessa área (SEN, 2010, p. 321).

No trecho acima Sen argumenta que organizações com as Máfias podem preencher lacunas e “fornecer um serviço valorizado” quando os “critérios de ética de mercado ainda não estão bem estabelecidos”. Argumenta ainda, que “embora seja uma organização execrável”, a Máfia possui uma “funcionalidade relevante na economia”. Por fim estabelece que quando os critérios éticos forem estabelecidos, o “papel da Máfia se torna supérfluo”.

Ao analisar os aspectos principais destacados no parágrafo anterior, é possível revelar que o argumento de Sen possui fortes traços do pensamento utilitarista, quando analogamente se remete a máxima de que “os fins justificam os meios” ao defender a funcionalidade da Máfia. Ainda – não se sabe se de forma ingênua ou não – Sen afirma que quando os “serviços” da Máfia não forem mais necessários, esses [serviços] serão supérfluos. É necessário ressaltar que organizações como as Máfias (termo genérico usado pelo autor, mas que poderia ser grupos paramilitares ou mesmo milícias como conhecemos no Brasil) não são os tipos de organização que são descartadas ao bel-prazer quando não são mais “úteis”. Esse tipo de organização geralmente se infiltra na política e nas instituições mesmo quando não são necessariamente “convidadas”, quiçá quando são requisitadas, como no caso exemplificado pelo autor. As Máfias existem praticamente em todos os tipos de países, mas são sobretudo influentes nos países em que a democracia é mais frágil ou a estrutura (política, econômica e social) é mais desorganizada.

O fato de Sen naturalizar o uso de Máfias como sendo um instrumento para auxiliar a ética do mercado, evidencia posicionamento ideológico conservador e

impositivo, enquadrando no eixo 2 (consenso-conflito), além do eixo 1 (alienação-emancipação) pela perspectiva de naturalização, remetendo a ideia de que a utilização dos serviços das Máfias são “normais”.

Em um terceiro e último trecho selecionado no capítulo, Sen argumenta, acerca da perspectiva dos valores, devendo haver um equilíbrio entre o “bom” e o “mau” sentimentalismo.

Todo sistema econômico impõe algumas exigências de ética de comportamento, e o capitalismo não é exceção. E os valores realmente têm uma influência muito abrangente sobre o comportamento dos indivíduos. Ao salientar o possível papel dos valores e das normas no comportamento individual, não é minha intenção afirmar que a maioria das pessoas é movida mais por seu senso de justiça do que por suas preocupações prudenciais e materiais. Longe disso. Ao fazer previsões de comportamento – sobre trabalho pessoal, negócios privados ou serviços públicos –, é importante evitar o erro de supor que as pessoas são particularmente virtuosas e desesperadamente ávidas por serem justas. Em verdade, muitos esforços de planejamento bem-intencionados do passado malograram porque confiaram demais na conduta individual altruísta. Ao reconhecer o papel de valores mais amplos, não podemos deixar de notar a atuação substancial do egoísmo inteligente, bem como da cupidez e da ganância flagrantes. É uma questão de equilibrar nossas suposições de comportamento. Não devemos cair no “nobre sentimentalismo” de supor que todos são acentuadamente virtuosos e fiéis aos valores. Também não devemos substituir essa suposição irreal pela suposição oposta, igualmente irreal – a que poderíamos chamar de “vil sentimentalismo”. Essa segunda hipótese, que alguns economistas parecem preferir, consiste na ideia de que não somos em nenhuma medida influenciados por valores (apenas por considerações grosseiras de vantagem pessoal) (SEN, 2010, p. 335).

Nesse último trecho selecionado, Sen argumenta, acerca do debate em relação ao comportamento dos indivíduos na sociedade, evidenciando a influência dos valores na formação desse comportamento. Em qualquer sociedade há “indivíduos bons” e “indivíduos ruins”, sob o aspecto do comportamento. Pessoas com perfil altruísta, proativo e, ao mesmo tempo, pessoas que não possuem essas características. Não se trata de “equilibrar” o comportamento das pessoas, visto que existem mecanismos jurídico nas democracias que já fazem isso. Contudo, vale salientar que o próprio capitalismo aguça o chamado “vil sentimentalismo” queira o autor ou não. As características do sistema (concorrência, monopólios, propriedade privada, lucro, além da mais-valia etc.) produzem involuntariamente (ou não) pessoas egoístas. Contudo, a questão a se pensar se dá, mais uma vez, sobre a perspectiva dos valores, que por se tratar de algo constantemente mutável e fluido, sobretudo na atualidade, acaba por ser submetido a influências de toda ordem.

Por exemplo, nas sociedades capitalistas que, cada vez mais, os valores são associados a questões de consumismo (e é do próprio interesse sistema que isso

ocorra), o argumento do autor passa a ser fantasioso, pois apesar de pregar um equilíbrio nos valores, esse equilíbrio dificilmente ocorrerá nesse tipo de economia de mercado defendida por Sen.

Nessa perspectiva de valores relacionados ao consumismo, recorreremos ao conceito marxiano de fetichismo da mercadoria em que, de acordo com Marx (1996), caracteriza-se pelo fato das mercadorias, dentro do sistema capitalista, ocultarem as relações sociais de exploração do trabalho, é como se essas mercadorias tivessem “vida própria” e, conseqüentemente, um valor de troca que não se explica pelas relações de trabalho. Ou seja, a partir do momento em que as pessoas naturalizam as mercadorias e o consumismo – principalmente no mundo globalizado atual em que os produtos são produzidos em diversos países de forma tão segmentada – não compreendendo questões sociais ligadas ao trabalho e aos valores, os indivíduos se tornam cada vez mais alienados acerca de questões tão caras como as relações sociais de produção.

Ou seja, utilizando o fetichismo de Marx como referência e pensando o momento histórico de Sen ou o momento histórico atual, a discussão transcende a ideia de se ter pessoas altruístas ou egoístas. A questão é mais ampla, em virtude de a sociedade estar cada vez mais dissociada da sua materialidade, da relação com a produção, é como se a discussão entre altruísmo e egoísmo perdesse o sentido. A ideia de equilíbrio de Sen remete na verdade uma neutralidade na sociedade que oculta o que lhe é importante.

A partir das questões expostas no argumento do terceiro trecho é possível enquadrá-lo no eixo 1 (alienação-emancipação) sob o aspecto de manipulação pela busca por um equilíbrio nos comportamentos e valores dos indivíduos, mas que não condizem com a perspectiva da realidade vivenciada.

Diante do que foi analisado ao longo do capítulo é possível evidenciar posicionamento ideológico do autor referente ao eixo 1 (alienação-emancipação) a partir da ideia subjacente de manipulação em prol de um consenso social que não necessariamente irá atender aos interesses comuns. Ainda no eixo 1 (alienação-emancipação), pela perspectiva de naturalização, remetendo a ideia de que a utilização dos serviços das Máfias seria uma prática “normal”. Finalizando o eixo 1 (alienação-emancipação) sob o aspecto de manipulação pela busca por um equilíbrio nos comportamentos e valores dos indivíduos, mas que não condizem com a perspectiva da realidade vivenciada. Já em relação ao eixo 2 (consenso-conflito) sob

a perspectiva de consenso imposto, a partir da abordagem de que quando não houver o “consenso que interessa”, que ocorra então pela “imposição que interessa”, geralmente atendendo aos interesses de grupos dominantes, como no exemplo do autor em relação ao uso das Máfias.

5.12. Cap. 12: Liberdade individual como um comprometimento social

No último capítulo do seu livro, Sen evidencia a questão da liberdade individual como pré-requisito para o desenvolvimento, tendo essa liberdade que vir a partir de um comprometimento social.

Em um primeiro trecho selecionado, Sen argumenta acerca do debate da responsabilidade individual e a dependência por terceiros.

Uma pessoa não deveria ser inteiramente responsável por aquilo que lhe acontece? Por que outros deveriam ser responsáveis por influenciar a vida dessa pessoa? Essa ideia, em uma ou outra forma, parece estar na mente de muitos comentaristas políticos, e a concepção do esforço pessoal encaixa-se bem no espírito da época presente. Indo além, há quem afirme que depender de terceiros não só é eticamente problemático, como também derrotista do ponto de vista prático, pois enfraquece a iniciativa e os esforços individuais, e até mesmo o respeito próprio. Quem melhor do que o próprio indivíduo há de zelar por seus interesses e problemas? As considerações que dão força a essa linha de raciocínio podem realmente ser muito importantes. Uma divisão de responsabilidades que ponha o fardo de cuidar do interesse de uma pessoa sobre os ombros de outra pode acarretar a perda de vários aspectos importantes como motivação, envolvimento e autoconhecimento que a própria pessoa pode estar em posição única de possuir. Qualquer afirmação de responsabilidade social que substitua a responsabilidade individual só pode ser, em graus variados, contraproducente. Não existe substituto para a responsabilidade individual (SEN, 2010, p. 340).

Com base no trecho acima, é possível evidenciar que o autor, de certa maneira, coloca todo o “peso” da possibilidade de crescimento e desenvolvimento de uma pessoa, pura e exclusivamente através dos seus “esforços”. A pergunta enfática que inicia o trecho “uma pessoa não deveria ser inteiramente responsável por aquilo que lhe acontece?” deve fazer o leitor se sentir a pior pessoa do mundo caso isso não lhe aconteça. Difícil pensar que uma pessoa busque deliberadamente – pelo menos em sua larga maioria – ser dependente de outra pessoa ou mesmo do assistencialismo estatal. Inclusive, esse termo “dependente” tem sentido amplo e, independente do significado específico, seu uso carrega, geralmente, tom pejorativo.

É possível desvelar na abordagem de Sen que todos deveriam ser “super-humanos”, responsáveis por seus destinos, sem que nada tenha condições de abalar o seu desenvolvimento. É possível revelar ainda – a partir da perspectiva de “quem

melhor do que o próprio indivíduo há de zelar por seus interesses e problemas?” – a ideia de competitividade no sentido mais darwinista do “salve-se quem for mais preparado”, onde quem não for “responsável” não merece ocupar lugar algum na sociedade, visto que o autor finaliza o trecho afirmando que “não existe substituto para a responsabilidade individual”, no qual os indivíduos não têm outra opção a não ser buscar incessantemente serem “responsáveis”.

É possível relacionarmos a ideia de Sen no trecho, ao conceito de homem unidimensional de Marcuse (1973), no qual o autor se refere principalmente ao modo de vida condizente com o capitalismo vigente e se expande de forma consensual e com grande tendência totalizante pelo tecido social. Ou seja, na perspectiva de Marcuse de um lado, esse "homem" faz avançar os pressupostos do mercado pelo território econômico, social, político, cultural, científico, tecnológico etc. e de outro, avança ainda pelo território subjetivo, notadamente pela produção do desejo inconsciente. Relacionando com a abordagem de Sen, essa responsabilidade individual “contagiaria” a sociedade tornando a sociedade homogeneizada pela ótica dos “indivíduos responsáveis” a serviço do capital.

É possível, a partir da análise do trecho, enquadrar as ideias propostas por Sen, no eixo 1 (alienação-emanipação), sob a ótica do indivíduo super-humano (ideal, responsável e comprometido) que em qualquer situação real é inalcançável.

Em um segundo trecho selecionado, Sen advoga acerca da defesa na concentração do foco na sua perspectiva de liberdade.

Que diferença pode fazer uma concentração focal na liberdade? As diferenças emergem por duas razões muito distintas, relacionadas respectivamente ao “aspecto do processo” e ao “aspecto da oportunidade” da liberdade. Primeiro, como liberdade diz respeito aos processos de tomada de decisão e às oportunidades de obter resultados considerados valiosos, não podemos restringir a esfera de nosso interesse **apenas** aos resultados na forma da promoção de produção ou renda elevada ou de geração de consumo elevado (ou outras variáveis às quais se relaciona o conceito de crescimento econômico). Não podemos conceber processos como a participação em decisões políticas e escolha social como sendo – na melhor das hipóteses – alguns dos meios de desenvolvimento (mediante, digamos, sua contribuição para o crescimento econômico); esses processos têm de ser entendidos como sendo, em si, partes constitutivas dos fins do desenvolvimento. A segunda razão para a diferença entre “desenvolvimento como liberdade” e as perspectivas mais convencionais sobre desenvolvimento relaciona-se a contrastes dentro do próprio aspecto da oportunidade, em vez de estar associada ao aspecto do processo. Ao desenvolver a concepção do desenvolvimento como liberdade, precisamos examinar – em adição às liberdades envolvidas nos processos políticos, sociais e econômicos – em que grau as pessoas têm a oportunidade de obter resultados que elas valorizam e que têm razão de valorizar. Os níveis de renda real desfrutados pelas pessoas são importantes porque lhes dão

oportunidades correspondentes de adquirir bens e serviços e de usufruir padrões de vida proporcionados por essas aquisições. Porém, como demonstraram algumas das investigações empíricas já apresentadas neste livro, os níveis de renda podem com frequência ser aferidores inadequados para aspectos importantes como a liberdade para viver uma vida longa ou o potencial para escapar da morbidez evitável, a oportunidade de ter um emprego que valha a pena ou de viver em comunidades pacíficas e isentas de criminalidade. Essas variáveis não aferidas pela renda indicam oportunidades que uma pessoa tem excelentes razões para valorizar e que não estão estritamente ligadas à prosperidade econômica (SEN, 2010, p. 348-349).

No trecho acima, Sen aborda duas questões - sendo elas o “processo” e a “oportunidade” – que considera fundamentais para sua perspectiva de liberdade. O autor entende que “processo” deve ser considerado parte constitutiva da liberdade e não apenas um meio para se chegar a ela. Esse raciocínio de liberdade como “processo” – que o autor inicia no capítulo 2 do seu livro – remete a perspectiva de desenvolvimento, envolvendo o crescimento econômico (aumento da renda e do consumo), juntamente com as “decisões políticas” e “escolhas sociais” constituindo em igualdade de condições a liberdade. Contudo, o que o autor não explicita é que, dentro da perspectiva de uma sociedade voltada à economia de mercado (que é a defendida por Sen), as decisões políticas e escolhas sociais convergem para promover o aumento da renda e do consumo e não o contrário. Ou seja, ao ratificar o aumento da renda e do consumo juntamente com a máscara de “escolha social” é como se quisesse demonstrar que esse processo seria orgânico e inerente a sociedade. Além do mais, dentro um sistema capitalista prático, as relações de produção e consumo escondem grande parte do processo exploratório da mão-de-obra (por exemplo). Dessa forma, o que importa de fato, não é se irá haver mais “escolhas sociais” dentro do processo de liberdade, mas se essas escolhas se convertem em autonomia e emancipação, o que, dentro da perspectiva de Sen, isso não parece que irá ocorrer.

Já a liberdade como “oportunidade” para Sen, envolve o “grau de oportunidade que as pessoas têm de obter resultados que valorizam ou têm razão de valorizar” (viver uma vida longa ou o potencial para escapar da morbidez evitável, a oportunidade de ter um emprego que valha a pena ou de viver em comunidades pacíficas e isentas de criminalidade). Todas essas questões mencionadas pelo autor são de suma importância para as pessoas e quanto mais variáveis estiverem disponíveis para tomadas de decisão e o planejamento de políticas públicas, melhor para a sociedade. Contudo, ao aprofundar o entendimento sobre a essência de toda

essa “vida boa de se viver”, algumas questões ficam “nebulosas” acerca do argumento do autor.

Uma primeira questão a se tratar é de que, sem dúvida, todos querem ter uma vida longa e saudável. Mas será que é para trabalhar mais anos na velhice? Com as sucessivas reformas previdenciárias que vem ocorrendo no mundo, visando, dentre outras questões, a precarização das relações de trabalho e o aumento do tempo de serviço, sob justificativas, muitas vezes, de que a economia do país está em bancarrota, mas sem que os dados que comprovem essa informação sejam de fato conclusivos.

Uma segunda questão é, ter um “emprego que valha a pena” sob o aspecto da realização profissional e pelo lado financeiro é uma realidade praticamente inexistente no mundo inteiro em termos percentuais, mesmo em se tratando de indivíduos mais qualificados nos países mais ricos. Nas sociedades capitalistas, sobretudo em momentos de crise (que são frequentes), pensar na perspectiva do emprego ideal é praticamente um devaneio.

Terceiro, viver em “comunidades pacíficas e isentas de criminalidade”, é sem dúvida um desejo de todos. No entanto, “inexistência” de criminalidade ou mesmo baixos índices de violência e criminalidade, só ocorrem, geralmente, em cidades de pequeno porte com baixo dinamismo econômico e distante dos grandes centros urbanos ou mesmo nos condomínios de luxo fechados com sua segurança particular. Além disso, vale ressaltar, quando há reduções significativas nos níveis de criminalidade (estatisticamente falando) esses índices vêm, muitas vezes, acompanhados por limpeza social em comunidades periféricas, deslocamento de comunidades entre municípios, dentre outros.

Ou seja, é possível mesmo como mais variáveis inseridas na análise da “liberdade” que estas ainda camuflam a real situação dos indivíduos. Além do mais, o que o autor remete ser liberdade na prática, funciona muitas vezes mais como instrumentos de auxílio à produção capitalista do que ganho social real em qualidade de vida e desenvolvimento para as pessoas. Isto é, as “liberdades” podem vir a ser instrumentos de manipulação para o fortalecimento do capitalismo com algum ganho social suscitando à população um “verniz” de emancipação quando se trata, em muitos casos, de manutenção da servidão.

Diante do exposto no argumento acima, é possível evidenciar traços de posicionamento ideológico ligado ao eixo 1 (alienação-emancipação) sob a

perspectiva de ocultamento em relação ao entendimento de liberdade substantiva abordado no trecho.

Em um terceiro e último trecho selecionado, o autor finaliza o pensamento do capítulo e, de certa forma do livro, ao remeter suas impressões sobre o contexto da liberdade.

A liberdade não pode produzir uma visão do desenvolvimento que se traduza prontamente em alguma fórmula simples de acumulação de capital, abertura de mercados, planejamento econômico eficiente (embora cada uma dessas características específicas se insira no quadro mais amplo). O princípio organizador que monta todas as peças em um todo integrado é a abrangente preocupação com o processo do aumento das liberdades individuais e o comprometimento social de ajudar para que isso se concretize. Essa unidade é importante, mas ao mesmo tempo não podemos perder de vista o fato de que a liberdade é um conceito inerentemente multiforme, que envolve – como foi profusamente exposto – considerações sobre processos e oportunidades substantivas (SEN, 2010, p. 357).

No terceiro trecho selecionado, Sen resume seu pensamento acerca de liberdade, enfatizando que essa condição é “multiforme” e que para que se concretize deve envolver “processos e oportunidades substantivas”. Como já citado no argumento anterior acerca do segundo trecho selecionado, a compreensão de processos e oportunidades substantivas, soa bem aos ouvidos, principalmente quando se ancora em uma perspectiva “moderada” (como se o autor quisesse retirar o que é bom do capitalismo e o que é bom do socialismo) e fazer algo “diferente”. Apesar disso, não se pode negar que haja, algumas perspectivas que suscitam ao ganho social, como a ampliação da autonomia feminina, preocupações em relação à educação e saúde básica, além do combate a ocorrência de fomes coletivas.

A perspectiva de Sen, busca na prática, atrair grupos de pensamentos diversos em prol do seu modelo proposto e que, diante de tudo que foi abordado ao longo da análise dos capítulos do livro, o autor mantém sua postura inteiramente ligada ao capitalismo de mercado, com todas as contradições as quais são inerentes ao sistema, ou seja, não se vê indícios de tentativa de mudança estrutural no sistema capitalista, seja o do final do século 20 ou mesmo o de hoje.

Desta feita, é possível enquadrar o trecho no eixo 1 (alienação-emancipação) a partir da perspectiva de ocultamento, ao colocar sua ideia de liberdade substantiva dissociada de todas as contradições capitalistas, quando é impossível separá-la.

Diante de todos os apontamentos realizados no capítulo é possível posicionar os argumentos do autor no eixo 1 (alienação-emancipação), sob a ótica do

indivíduo super-humano (ideal e inalcançável); também em relação ao ocultamento no sentido que as liberdades podem vir a ser instrumentos de manipulação para o fortalecimento do capitalismo com algum ganho social suscitando à população um “verniz” de emancipação quando se trata, em muitos casos, de manutenção da dependência; além da perspectiva de ocultamento, ao colocar sua ideia de liberdade substantiva dissociada de todas as contradições capitalistas, quando é impossível separá-la.

Ao longo da aplicação do método proposto nessa tese – o posicionamento ideológico a partir de eixos dialéticos – em relação ao livro Desenvolvimento como liberdade do economista Amartya Sen, nos deparamos com diversas abordagens nas quais foram possíveis realizar uma análise e enquadrar o respectivo argumento do autor nos diversos eixos. A seguir, na conclusão desta pesquisa, iremos consolidar os principais pontos que nortearam o pensamento do autor e que são fundamentais para entender a base que foi utilizada na construção do IDH.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos nossas considerações finais, é preciso resgatar que a proposta desta tese foi tratar das dimensões ideológicas no IDH a partir de uma avaliação do livro de Amartya Sen, *Desenvolvimento como Liberdade*. O objetivo principal foi avaliar os posicionamentos ideológicos que estavam nas entrelinhas daquela obra e, conseqüentemente do IDH. E para que esse objetivo fosse atingido formulamos estratégias metodológicas. Identificamos três eixos dialéticos: alienação-emancipação, consenso-conflito e particular-universal, os quais foram concebidos com caráter multidimensional e aberto, sendo passíveis de receber contribuições e adaptações.

O binômio alienação-emancipação enfatiza esse par dialético, visto que o entendimento de alienação pressupõe ocultamento, mascaramento, inversão, dentre outros. Já a emancipação, pressupõe autonomia, diversidade, reconhecimento, dentre outros.

Já o binômio consenso-conflito enfatiza esse par dialético, em virtude de consenso pressupor acomodação, imposição, visão conservadora, dentre outros. Por sua vez, o conflito pressupõe ruptura, mudança, visão progressista.

Por fim, o binômio particular-universal enfatiza esse par dialético, pois por particular é entendido o interesse individual ou de um pequeno grupo, a concentração de poder, dentre outros. Por outro lado, universal pressupõe a defesa dos interesses universais, a igualdade na diferença, dentre outros.

Vale lembrar, como já explicado na construção dos eixos, que os termos vinculados a cada binômio dialético não podem ser entendidos simplesmente pelas palavras em si, visto que uma mesma palavra pode pressupor sentidos diversos, dependendo do contexto. É por isso que a construção foi realizada a partir das contribuições dos autores nas referências sobre ideologia e ratificadas em conceitos de política e filosofia, a partir dos dicionários técnicos.

Diante dessas marcações, norteou-se como entendimento por parte do autor desta pesquisa, que a ideologia pressupõe sentido de dominação. Visto que tem por finalidade estabelecer a hegemonia de determinado grupo no poder – político, econômico, militar, cultural etc. – a partir de mecanismos como os acima elencados nos eixos. Não há como deixar de associá-la aos aspectos que necessitam, mesmo sem garantia, serem combatidos e superados.

A aplicação dos eixos se deu, com o uso da técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin, especificamente a análise temática, a partir do recorte de segundo temas imutáveis, padrões de comportamento e juízos, além de atitudes de comportamentos valorizados e desvalorizados.

De forma geral, o livro de Sen é claramente escrito com o intuito de buscar, na perspectiva do sistema econômico liberal – a partir do utilitarismo de Jeremy Bentham e John Stuart Mill, do libertarismo de Robert Nozick e da teoria da justiça de John Rawls – meios para solução de problemas sociais, contudo, direciona o seu leitor a aceitação dos seus argumentos, argumentos esses, que remetem a alguma adaptação no sistema capitalista, mas não por sua transformação estrutural.

Visando facilitar o entendimento e a consolidação das conclusões, consideraremos separá-las pelos eixos. Diante desse contexto, podemos revelar as seguintes conclusões:

a) Acerca do eixo 1 (alienação-emancipação):

Considerando a idealização da liberdade por parte de Sen, como se todos os indivíduos pudessem atingi-la, revelamos, o ocultamento e o mascaramento em relação a sua abordagem, visto que em uma sociedade desigual, como a que se vive na maioria dos países, a partir desse sistema capitalista predatório, a noção de autonomia deve, obrigatoriamente, ser relativizada, pois envolve aspectos estruturais.

Revelamos também argumentos carregados de seletividade por parte Sen, por exemplo, ao criticar em diversos momentos a falta de liberdade política na China, mas não criticar as ditaduras que ocorreram na América Latina na segunda metade do século 20, tampouco criticar o imperialismo inglês na Índia, nem o imperialismo japonês na Era Meiji, mas, por outro lado, enfatizou os “feitos” econômicos desses países.

Revelamos a tentativa de Sen de distanciar a sua perspectiva de desenvolvimento à de crescimento econômico, a partir do ocultamento em relação a real importância das rendas na obtenção das capacidades, enfatizando que as capacidades conduziram a um maior poder de auferir renda, e não o inverso.

Considerando a “romantização” de Sen ao afirmar que as trocas comerciais são livres e definidas com base na satisfação mútua do comprador e do vendedor, revelamos o ocultamento do autor em relação, primeiramente, ao fato de uma pessoa ser livre (legalmente falando) não garante que fará parte desse mercado de forma plena. Além disso, oculta principalmente, as assimetrias que ocorrem nas trocas

comerciais reais (protecionismo, subsídios, exploração de força de trabalho, dentre outras), que sequer são mencionadas pelo autor. Ou seja, o autor romantiza um mecanismo de mercado justo, o que definitivamente não existe na maioria das trocas comerciais.

Considerando que Sen afirma que para se eliminar a fome no mundo é necessário a combinação entre poder econômico e liberdades substantivas, que por sua vez seriam adquiridas pelo que o autor denomina por intitamentos (cesta de ativos). E, para a maciça população mundial, o único intitamento é a sua força de trabalho. Para Sen, bastaria “potencializar” sua cesta de ativos para que as pessoas pudessem atingir sua “liberdade”. Diante dessa perspectiva, revelamos que, ao ocultar a assimetria em relação ao ativo “força de trabalho” pelo mecanismo de mercado – em virtude dos constantes ataques às legislações trabalhistas ao redor do mundo, com flexibilização de mão-de-obra, perda de direitos, aumento no tempo de serviço, além da manutenção de larga mão-de-obra ociosa, em virtude do desemprego estrutural e questões conjunturais nos países, além de ser parte da estratégia do próprio sistema capitalista manter seu exército de reserva – mantenha-se a sensação de que a pobreza e o desemprego devem ser naturalizados.

Considerando ainda, em relação a fome coletiva, Sen aborda a África subsaariana como exemplo de que a falta de crescimento econômico e de transparência contribuem, em grande medida, para as fomes coletivas na região, citando genericamente, como justificativas para essa situação, as guerras e conflitos constantes, além dos regimes políticos autoritários. Contudo, revelamos o total ocultamento do autor – e que é fundamental para se explicar o atraso e a dificuldade que vive o continente – em relação ao processo neocolonial em que o continente africano foi submetido. Pilhagem de riquezas minerais, povos dizimados, etnias embaralhadas sem levar em consideração a cultura dos povos, regionalização de fronteiras sem critério étnico-cultural, dentre outras questões, são as principais causas do atraso no continente. Isto é, a ganância imperialista do capital, no qual o mais-valor e o poder acima de tudo, é a principal âncora da África subsaariana.

Considerando a naturalização de Sen ao afirmar que, da mesma maneira que o capitalismo é inevitável, ele considera a globalização, por ser a atual fase do capitalismo, também inevitável. Sen afirma não ser possível deter a globalização e que as culturas nativas não teriam como escapar desse processo, visto que seria difícil resistir a competição que está em curso pelo intercâmbio econômico e divisão do

trabalho no mundo globalizado. Revelamos que o argumento de naturalização de Sen, oculta que esse processo foi e é pensado e articulado como forma de potencializar as forças hegemônicas no mundo sob todos os aspectos (econômico, político, militar, social e cultural) pelos grupos dominantes.

Considerando que Sen argumenta que organizações com as Máfias podem preencher lacunas e fornecer um serviço valorizado quando os critérios de ética de mercado ainda não estão bem estabelecidos. E, que, embora sejam organizações execráveis, as Máfias possuem uma funcionalidade relevante na economia. Por fim, estabelece que quando os critérios éticos fossem estabelecidos, o papel da Máfia se torna supérfluo. Revelamos a contradição da perspectiva de Sen, na qual “os fins justificam os meios”, isto é, para que a “ética” no mecanismo de mercado seja implantada, não importa que os meios não sejam “éticos”. Ou seja, a naturalização do uso das Máfias, soa como se esse instrumento fosse inerente à sociedade e como se essas instituições chegassem e saíssem sem cobrar seu “bônus”.

b) Acerca do eixo 2 (consenso-conflito):

Considerando diversas situações de “consenso” por parte de Sen no livro, como por exemplo, ao citar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre como sendo algo realizado em “comum acordo” entre trabalhadores, agora livres e empregadores, revelamos que esse “acordo”, esse “consenso”, ocorreu de fato unilateralmente, visto que os trabalhadores, recém libertados, praticamente todos analfabetos, sem qualificação, não teriam condições de negociar livremente sua força de trabalho.

c) Acerca do eixo 3 (particular-universal):

Considerando a perspectiva de meritocracia de Sen sendo usada como se fosse universal, revelamos o uso desse artifício para legitimar situações particulares como se fossem possíveis serem alcançadas por toda a população, bastaria que os indivíduos adquirissem sua capacidade para se desenvolver.

Considerando o posicionamento conservador e elitista de Sen, quando se mostrou contrário às políticas de transferência de renda permanentes, considerando apenas políticas localizadas como viáveis para a redução da desigualdade, desconsiderando a eficácia imediata dessas políticas no que se refere à redução da vulnerabilidade, à movimentação do comércio local e podendo funcionar, combinadas a outras ações, para a redução significativa das desigualdades, revelamos a

abordagem de manutenção de grupos dominantes no poder, sem grandes preocupações com a perspectiva social.

d) Acerca da combinação de eixos:

Revelamos também argumentos do autor que puderam ser enquadrados em mais de um eixo. Por exemplo, considerando que a ideia de liberdade de Sen está atrelada a ideia de desenvolvimento do sistema capitalista, que esse seria o único a possibilitar a “satisfação dos desejos”, a possibilitar a “liberdade”, ao mesmo tempo as pessoas eram manipuladas a achar que aquele era o único caminho e que aqueles interesses eram os interesses de toda a população, quando na verdade eram os interesses de grupos dominantes. Ou seja, nesse argumento revelamos o posicionamento de Sen no eixo alienação e no eixo particular.

Considerando a perspectiva de manipulação de Sen ao afirmar que dificilmente uma pessoa razoável seria crítica ao mecanismo de mercado em si, revelamos a tentativa de estabelecer um consenso forjado, no qual se porventura houvesse problemas nas transações comerciais, seria por incapacidade do operador e não pelo sistema em si. Ou seja, há uma combinação entre o eixo alienação e o eixo consenso.

Considerando que Sen afirma que a resposta do governo ao sofrimento intenso do povo frequentemente depende da pressão exercida sobre esse governo, e é nisso que os direitos políticos podem fazer a diferença, soa bem aos ouvidos. Mas, revelamos que na prática, as pressões aos governos só incomodam, se quem estiver tendo seus interesses prejudicados sejam grupos dominantes ou se a situação do país estiver na iminência de uma convulsão social. Quando não, há a formação de um consenso manipulado, articulado, sobretudo pelos monopólios de mídia para manter uma sensação de coesão. Ou seja, há nesse caso uma combinação entre o eixo consenso e o eixo alienação.

Considerando que o autor aborda não só a questão do bem-estar feminino, mas principalmente, dando ênfase à condição de agente das mulheres, promovendo transformações na sociedade e sendo protagonistas, citando como exemplos a abordagem emancipatória no tocante à fecundidade, principalmente sobre a importância da decisão da mulher nesse processo, isto é, abordando a questão do papel ativo das mulheres, não sendo apenas receptoras passivas. Também, quando o autor aborda a ideia das mulheres como agentes de mudança e transformação social, por rechaçar mecanismos de esterilização feminina, não se acomodando às

práticas que ocorriam de forma velada em muitos países, mas também de forma legal em outros, revelamos a perspectiva de ruptura. Ou seja, nessa situação, há a combinação do eixo emancipação com o eixo conflito.

Considerando que Sen justifica que deve haver maior integração cultural, colocando a “culpa” por isso não ocorrer nas generalizações simplificadas e superficiais que tendem a agravar a divisão cultural no mundo. Revelamos que essa perspectiva de “integração cultural”, mascara, com véu de universalização, a tentativa de busca pela padronização de costumes e culturas. Ou seja, revelamos o posicionamento no eixo alienação e no eixo particular.

Por fim, considerando que o autor resume a “liberdade substantiva” como “processo” e como “oportunidade”. O “processo” devendo ser considerado parte constitutiva da liberdade e não apenas um meio para se chegar a ela. E a “oportunidade” envolvendo o grau de oportunidade que as pessoas têm de obter resultados que valorizam ou têm razão de valorizar (viver uma vida longa ou o potencial para escapar da morbidez evitável, possibilidade de ter educação, a oportunidade de ter um emprego que valha a pena ou de viver em comunidades pacíficas e isentas de criminalidade). Revelamos que, mesmo como mais variáveis inseridas na análise da “liberdade”, estas ainda podem camuflar a real situação dos indivíduos. Além do mais, o que o autor remete ser liberdade na prática, funciona muitas vezes, mais como instrumentos de auxílio à produção capitalista do que ganho social real em qualidade de vida e desenvolvimento para as pessoas. Isto é, as “liberdades” tendem a ser instrumentos de manipulação para o fortalecimento do mecanismo de mercado com algum ganho social, suscitando à população um “verniz” de emancipação quando se trata, na maioria das situações, de manutenção da servidão.

Portanto, constatou-se que a ideologia revelada em diversas abordagens do autor no livro, ratificadas (intencionalmente ou não) pela credibilidade de um grande teórico do desenvolvimento, serve de combustível, ainda hoje, para a manutenção, reprodução e fortalecimento do sistema capitalista, que vai impondo com o véu da democracia liberal suas contradições e assimetrias nas sociedades.

Após todas essas considerações acerca da aplicação do método proposto nesta tese, os eixos de posicionamento ideológico se mostraram eficientes com o subsídio das técnicas de análise temática (análise de conteúdo), conseguindo identificar diversos posicionamentos ideológicos por parte do autor ao longo de todo

o livro, com destaque para o eixo 1 (alienação-emancipação) que domina os posicionamentos sob o lado da alienação.

O método mostrou-se também passível de ter seus eixos divididos em gradações, em níveis de posicionamento ideológicos, além da possibilidade de se abordar outros eixos e maior quantidade de eixos. Ainda se observou a possibilidade de se criar indicadores ideológicos, a fim de se marcar estatisticamente esses posicionamentos, podendo assim, culminar em um tipo de índice de posicionamento ideológico.

Poderia ter sido utilizada ainda, a estratégia de se aprofundar em um único par dialético, ou seja, em um único eixo. Dessa forma, teríamos que nos aprofundar ainda mais no referencial teórico de ideologia, bem como modificar a estratégia de conceituação dos termos dos eixos, buscando além de definições técnicas em dicionários específicos, definições de diversos autores que porventura utilizaram os termos com sentidos diferentes. A partir dessas definições, poderíamos realizar comparações entre os autores e posteriormente, comparar com as inspirações teóricas específicas na formação do autor do objeto empírico escolhido. Também poderia haver – no caso de se utilizar mais de um objeto empírico – comparações entre as ideologias dos autores dos objetos empíricos diferentes sobre a mesma temática.

Além do exposto, cabe destacar que o método construído nesta tese, poderia também se deter a projetos de impacto locais, como análises sobre recortes empíricos mais específicos sob o aspecto geográfico, como um bairro ou uma cidade, por exemplo. No entanto, optamos por nos deter a fenômenos de abrangência muito maior – visto que o IDH como indicador de desenvolvimento, possui suas derivações no IDHM, e outros tantos indicadores publicados no Relatório de Desenvolvimento Humano – pois acreditamos que essa contribuição pode ser mais bem aproveitada no tocante ao pensamento na formulação das diversas políticas públicas.

Contudo, essas questões ficam de inspiração para desdobramentos futuros em novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABREU, C. Amartya Sen: o autor e algumas das suas obras. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 9, p. 205-207, junho 2012.
- ADORNO, T. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2009.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Universal Presença / Martins Fontes, 1970.
- ALVAREZ, M. L. O. A questão da diversidade cultural no processo de integração latinoamericana: o grande desafio do século XXI. **Humanidades**, Brasília, 2008.
- ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, SP, p. 71-96, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>>. Acesso em: 10 outubro 2020.
- ATLAS. Atlas Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 12 dezembro 2018.
- BARCELLOS, C. Os indicadores da pobreza e a pobreza dos indicadores: uma abordagem geográfica das desigualdades sociais em saúde. In: BARCELLOS, C. (. **A Geografia e o contexto dos problemas de saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2008. p. 107-139.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BARROS, R. P. D.; CARVALHO, M. D.; FRANCO, S. **Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**. IPEA. Rio de Janeiro. 2003. (ISSN 1415-4765).
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2008.
- BAYARDO, R.; LACARRIEU, M. **Globalización e identidad cultural**. Buenos Aires: Ciccus, 1998.
- BESEN, G. R. **Coleta seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade**. São Paulo. 2011.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11ª. ed. Brasília: UNB, v. 1, 1998.

- BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. **Educar**, Curitiba, PR, 1996. n. 12, 153-165.
- BRITO FILHO, J. C. M. D.; BRITO, L. A. G. D. S. M. D. O desenvolvimento sustentável no liberalismo de princípios e no libertarismo. In: DIAS, J. C.; BRITO FILHO, J. C. M. D.; ARAÚJO, J. H. M. **Direito e desenvolvimento na Amazônia**. 1ª. ed. Florianópolis, SC: Qualis, v. 2, 2020.
- CADETE, S. A. L. **A comparação de duas metodologias de métodos multicritério de análise de decisão num contexto de opções públicas**. Lisboa. 2011.
- CARLOMAGNO, M. C.; ROCHA, L. C. D. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, PR, v. 7, N.1, p. 173-188, 2016.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia?** 2ª. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2008.
- CHAUÍ, M. Comunicação e democracia. **Paulus: Revista de comunicação da FAPCOM**, São Paulo, SP, v. 1 n.2, março 2017.
- COSTA, M. D. S. **Um índice de mobilidade urbana sustentável**. São Carlos. 2008.
- COUTINHO, C. N. Gramsci: Vida e obra. **Gramsci e o Brasil**, 1999. Disponível em: <<https://www.acesa.com/gramsci/?page=vida>>. Acesso em: 14 novembro 2020.
- CR, C. D. R. **The Club of Rome**, 2020. Disponível em: <<https://clubofrome.org/about-us/>>. Acesso em: 20 agosto 2020.
- CROCCO, F. L. T. Georg Lukács e a reificação: teoria da constituição da realidade social. **Kinesis**, 1, n.2, outubro 2009. 49-63.
- DANTAS, C. Capítulo I. In: FREYRE, G.; REGO, J. L. D. **Diálogos do senhor da casa-grande com o menino do engenho**. Campina Grande, PB: Eduepb, 2015. p. 27-51.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. 4ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2013.
- DEMARCO, D. J. **Educação e desenvolvimento: o Índice Paulista de Responsabilidade Social nos municípios do noroeste paulista**. São Paulo. 2007.
- DESTUTT DE TRACY, A. L. C. **Elements d'ideologie**. Paris: Vrin, 1970.
- EAGLETON, T. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FERREIRA, B.; RAPOSO, R. Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento: um roteiro crítico. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, 2017. p. 113 - 144.

- FOFANO, D. K.; RECH, H. L. Ideologia e Educação na perspectiva de Louis Althusser. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, MG, v. 37 n. 1, 2021.
- FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, São Paulo, SP, v. 24, n. 4, p. 483-486, outubro-dezembro 2004.
- FURTADO, C. **Criatividade e dependência**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRESPLAN, J. **Marx: uma introdução**. 1ª (Kindle). ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2021.
- HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Tradução de Artur Morão. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1968.
- HEYWOOD, A. **Ideologias Políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, v. 1, 2010.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1985.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1985.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 16 julho 2021.
- IL. **Instituto Lukács**, 2012. Disponível em: <<https://www.institutolukacs.com.br/quem>>. Acesso em: 16 junho 2020.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Índice de Vulnerabilidade Social**, 2019. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>>. Acesso em: 12 novembro 2019.
- JACOBS, J. **A Natureza das Economias**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.
- JAEGGI, R. Repensando a ideologia. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, RS, v. 8, n. 1, p. 137-165, jan-abr 2008.
- JANNUZZI, P. D. M. **Indicadores Sociais no Brasil**. 4ª ed. ed. Campinas: Alínea, 2009.

- JÚNIOR, P. A. V.; NEVES, T. L. T. F. O desenvolvimento humano e sustentável na ótica do PNUD: desafios para a prática do ideal. **Conjuntura Austral: journal of the global south**, Março 2019. 96-112.
- KHANNA, N. Measuring environmental quality: an index of pollution. **Ecological Economics**, novembro 2000. 191-202.
- KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002.
- LACERDA, N. O campo do Planejamento Urbano e Regional: da multidisciplinaridade à transnacionalidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, PE, v. 15, n.1, p. 77-93, maio 2013.
- LENCIONI, S. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **Confins Revista Franco-Brasileira de Geografia**, v. 14, 2012.
- LOUREIRO, I. Herbert Marcuse - anticapitalismo e emancipação. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, SP, v. 28 (2), p. 7-20, 2005.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. 1ª. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2003.
- MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre o princípio da população**. Sintra, Portugal: Europa-América, 1999.
- MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Globo, v. 4, 1952.
- MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional**. Tradução de Giasone Rebuá. 4ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1973.
- MARINHO, P. A. S. G. H. S. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. **Revista de Estudios Sociales**, Colômbia, p. 80-90, abril 2016.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. 2ª. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 1ª. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.
- MASTRODI, J. Desenvolvimento como Liberdade: liberdade de quem? **Intellectus**, Campinas, SP, v. 14, p. 5-16, jan-mar 2011. ISSN 1679-8902.
- MEDEIROS, A. Ideologia - uma abordagem conceitual. **Sabedoria Política**, 2011. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/ci%C3%A2ncia-politica/ideologia/>>. Acesso em: 22 maio 2020.
- MEDEIROS, A. Escola de Frankfurt. **Sabedoria Política**, 2014. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-contempor%C3%A2nea/escola-de-frankfurt/>>. Acesso em: 02 julho 2020.

- MENDONÇA, L. J. V. P. D. Políticas sociais e luta de classes: uma crítica a Amartya Sen. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, RS, v. 11, n.1, p. 65-73, jan-jul 2012.
- MILONE, P. C. E. A. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: VASCONCELLOS, M. A. S. (). **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 606.
- MITCHELL, G. Problems and fundamentals of sustainable development indicators. **Sustainable Development**, Sidney, v. 4, n. 1, 1996. 1-11.
- MONTE-MÓR, R. L. D. M. O tema do desenvolvimento no contexto da Anpur: uma reflexão crítica preliminar. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, maio 2013. 107-124.
- MORAES, O. B. D. **Método de análise de dados para avaliação de áreas urbanas recuperadas: uma abordagem utilizando a lógica Fuzzy**. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 302. 2008.
- MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. **World Development**, p. 1-19, 1998.
- MPOG, M. D. P. O. E. G. **Uso e Construção de Indicadores no Plano Plurianual**. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília, DF. 2007.
- MUELLER, C.; TORRES, M.; MORAIS, M. **Referencial básico para a construção de um sistema de indicadores urbanos**. Brasília: IPEA, 1997.
- NEVES, B. D.; SERENATO, M. W. Os princípios de justiça de Rawls e as críticas à teoria de justiça. **Complexitas - Revista de Filosofia Temática**, Belém, PA, v. 3, n.2, p. 66-84, jul-dez 2018.
- NOBRE, M. **A teoria crítica**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2004.
- OCDE, O. F. E. C. A. D. **Organization for Economic Cooperation and Development: core set of indicators for environmental performance reviews; A sunthesis report by the group on the state of the environment**. Paris. 1993.
- OLIVEIRA, G. B. D. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, v. 5, n. 2, mai/ago 2002. 37-48.
- OLIVEIRA, M. A. D.; ALMEIDA, P. O. D. Entre a ideologia e a utopia: a dialética da imaginação em Mannheim. **Revice - Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 101 - 125, jan - jul 2017.
- PARTIDÁRIO, M. D. R. **Indicadores de Qualidade de Ambiente Urbano**. Lisboa: [s.n.], v. Colecção Estudos 4, 2000. 155 p.

PEIXOTO, L. A. D. S. Marcuse: cultura, ideologia e emancipação no capitalismo tardio. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, RJ, v. 11, n. 1, p. 156-180, jan-abr 2011.

PNUD, B. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **PNUD**, 2019. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>>. Acesso em: 25 setembro 2019.

PNUD; IPEA; FJP. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. 2ª. ed. Brasília: PNUD Brasil, 2013.

PNUD-ONU. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2019. Além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD-ONU. New York, NY, p. 362. 2019.

PORTO, P. E. **Karl Mannheim na Infopédia**, 2020. Disponível em: <[https://www.infopedia.pt/\\$karl-mannheim](https://www.infopedia.pt/$karl-mannheim)>. Acesso em: 20 junho 2020.

PRABHU, R. . C. C. J. P. . D. R. G. Guidelines for developing, testing and selecting criteria and indicators for sustainable forest management. **Toolbox Series**, Indonésia, n. 1, 1999.

RANIERI, J. Sobre o conceito de ideologia. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, SP, p. 7-36, 2003.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ROCHEFORT, M. **O desafio urbano nos países do sul**. Tradução de Maria Adélia Aparecida de Souza. Campinas: Territorial, 2008.

RODRIGUES, Z. M. R. **Sistema de indicadores e desigualdade socioambiental intraurbana de São Luís-MA**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2010.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável, bioindustrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3ª ed. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.

SANTOS, E. L. et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, SC, jul 2012.

- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2010.
- SEDUMA. **Secretaría de Desarrollo Urbano y Medio Ambiente.**, 2019. Disponível em: <<http://www.seduma.yucatan.gob.mx/desarrollo-urbano/index.php>>. Acesso em: 19 março 2018.
- SELL, C. E. **Introdução à sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Kindle. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SICHE, R. et al. Índices versus Indicadores. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, SP, v. X, n. 2, p. 137-148, jul-dez, 2007.
- SIEBENEICHLER, F. B. Jürgen Habermas: uma teoria da comunicação humana. **LOGEION Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, p. 8-26, 2018.
- SILVA, J.; PERNA, F. **Turismo e Ambiente – indicadores de integração II**. Lisboa: Direcção Geral do Ambiente, 1999. 68 p.
- SILVEIRA, D. C. Teoria da Justiça de John Rawls: entre o liberalismo e o comunitarismo. **Trans/Form/Ação**, Marília, SP, v. 30 n. 1, p. 169-190, 2007.
- SIQUEIRA, N. S.; VICTOR, M. B. L. Em busca de uma alternativa para o utilitarismo: recursos ou capacidades? **Revista Thesis Juris**, São Paulo, SP, v. 9, n.1, p. 185-207, jan/jun 2020.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, v. I, 1996.
- SOUSA FILHO, A. Ideologia e Transgressão. **Psicologia Política**, Porto Alegre, RS, v. 11, n. 22, p. 207-224, jul-dez 2011.
- SOUZA, M. L. D. Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um “conceito”-problema. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano III, nº05, jul/dez 1998.
- STIGLITZ, J. E. **O grande abismo: sociedades desiguais e o que podemos fazer sobre isso**. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2016.
- THEIS, I. M. **Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas**. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2008.
- THEIS, I. M.; ALBUQUERQUE, A. B. **Desenvolvimento urbano, pobreza e meio ambiente: estudo de uma experiência de reciclagem de resíduos sólidos urbanos em Lages, SC**. Caxias do Sul, RS. 2003.

TOMLINSON, J. **Globalization and culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

TRZESNIAK, P. Indicadores quantitativos: reflexões que antecedem seu estabelecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. v. 27, n.2, p. 159-164, mai/ago 1998.

UN, U. N. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. United Nations - Sustainable Development. New York. 1987.

VASCONCELLOS, M. A. S. D.; GARCIA, M. E. **Fundamentos da Economia**. 5ª Ed. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VEIGA, J. E. D. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 226 p.

WONG, C. **Indicators for urban and regional planning. The interplay of policy and methods**. London: Routledge, 2006.

ZIZEK, S. (.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996.

ANEXOS

ANEXO A

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)

Detalhamento das dimensões

DIMENSÃO SAÚDE (LONGEVIDADE)

Vida longa e saudável. No IDHM, essa dimensão é medida pela esperança de vida ao nascer.

O que compõe o IDHM Longevidade?

O IDHM Longevidade considera a esperança de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que as pessoas dos municípios viveriam a partir do nascimento, mantidos os padrões de mortalidade observados em cada período.

O que mede esse indicador?

A esperança de vida ao nascer pode ser considerada como indicador de longevidade, pois sintetiza, em um único número, o nível e a estrutura de mortalidade de uma população.

Por que este indicador?

A esperança de vida ao nascer sintetiza as condições sociais, de saúde e de salubridade do município ao considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias daquela localidade. Todas as causas de morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto doenças quanto causas externas, tais como violência e acidentes.

Como é calculado este indicador?

Os indicadores propostos para o bloco demográfico do Atlas 2013 – incluindo a esperança de vida ao nascer – não podem ser obtidos diretamente das informações dos Censos Demográficos, recorrendo-se, então, a técnicas indiretas para sua obtenção. Foram utilizados os métodos desenvolvidos por William Brass (1968), tanto na técnica de Mortalidade Infanto-juvenil para os indicadores de longevidade e mortalidade, como na técnica para o cálculo da estimativa da taxa de fecundidade total.

Entretanto, deve-se destacar que as técnicas empregadas necessitaram de algumas adaptações para serem aplicadas em níveis espaciais com baixos volumes populacionais, como em muitos municípios ou áreas intramunicipais. Essa adaptação foi feita pelo Professor José Alberto Magno de Carvalho, do Centro de

Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além disso, essa metodologia, para ser aplicada, necessita de uma função de mortalidade padrão. O ideal seria que fosse conhecido o padrão de mortalidade da população em questão. Quando este não é conhecido, lança-se mão de tábuas-modelo de mortalidade ou de uma tábua de mortalidade de uma determinada população cujo padrão de mortalidade é considerado semelhante ao da população em estudo.

No caso específico do cálculo para os municípios brasileiros, foram utilizadas, como padrão, tábuas geradas para níveis de agregação de seus respectivos estados. Para os anos de 1991 e 2000, tomaram-se como padrão de mortalidade tábuas desenvolvidas pelo próprio CEDEPLAR para os estados brasileiros, tendo como fonte o Censo Demográfico de 1991 e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD), da década de 90. Para o ano de 2010, adotaram-se também tábuas estimadas pelo CEDEPLAR, mas que já incorporam, em seus cálculos, resultados do Censo Demográfico de 2010.

Limitações:

A principal limitação para o uso deste indicador decorre do fato de não serem conhecidos os padrões de mortalidade dos municípios que, para tanto, deveriam dispor de estatísticas vitais fidedignas. Essa lacuna foi preenchida adotando-se para cada município o padrão de mortalidade de seu estado, determinado pelas Tabelas de Sobrevivência, desenvolvidas pelo CEDEPLAR/UFMG, para cada uma das Unidades da Federação. Reconhece-se que esse é um pressuposto não trivial. As mesmas disparidades apontadas pelas tabelas de sobrevivência em termos estaduais devem ocorrer dentro de cada estado, pois as desigualdades inter-regionais existentes no país se reproduzem também no nível estadual.

Peso das variáveis:

Apenas uma variável com peso 1 no cômputo geral do índice.

Comparação e ajustes a partir do IDH Global:

O IDHM Longevidade considera o mesmo indicador que o IDH Global.

Fonte da informação:

Censo Demográfico do IBGE. Desde 1970, as tabulações dos Censos Demográficos permitem a utilização da técnica de Brass de estimação, ao fornecer as informações necessárias para o cálculo dos indicadores de fecundidade - nascidos

vivos durante os doze meses anteriores à data do Censo (fecundidade corrente) e total de nascidos vivos (fecundidade retrospectiva ou parturição) – e de mortalidade – total de filhos nascidos vivos e total de filhos na data do Censo –, por faixa etária das mulheres.

Indicadores de suporte à análise do IDHM Longevidade:

Dois blocos de indicadores do Atlas Brasil 2013 podem ser utilizados como proxy para a avaliação das condições de saúde. O primeiro bloco, composto de indicadores de longevidade e mortalidade, inclui a taxa de mortalidade infantil, as probabilidades de morte até 5, 40 e 60 anos de idade e a esperança de vida ao nascer. O segundo bloco é composto pela taxa de fecundidade total. A taxa de mortalidade infantil é um dos indicadores mais significativos pois traduz o impacto das condições socioeconômicas da área geográfica de referência do recém-nascido.

Quanto mais desenvolvida for uma região, mais a mortalidade infantil se relaciona a causas endógenas, determinadas pelos riscos de mortalidade neonatal (primeiros 28 dias de vida). Nas regiões menos desenvolvidas, além das causas endógenas, acrescentam-se, de forma determinante, as causas exógenas, entre elas a desnutrição e as doenças infecciosas e respiratórias. As probabilidades de morte espelham privações em distintas etapas da vida, em que diferentes causas atuam negativamente.

O comportamento da taxa de fecundidade total vincula-se às transformações vivenciadas pela população brasileira na chamada “transição demográfica”, na qual a rápida queda dos níveis de fecundidade determinou o volume populacional e a nova configuração nacional em termos de estrutura etária.

Como é o cálculo do IDHM Longevidade?

O processo utilizado para transformar o indicador esperança de vida ao nascer, cuja unidade é “anos de vida”, em Índice de Longevidade, foi o da escolha de parâmetros máximos e mínimos que normalizassem o indicador através da fórmula:

$$I = (\text{valor observado} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}).$$

Foram adotados os mesmos valores máximo e mínimo adotados pelo IDHM em suas edições anteriores:

Máximo: 85 anos

Mínimo: 25 anos

Assim, se um município tem uma esperança de vida ao nascer de 70 anos, seu IDHM-Longevidade será:

$$(70 - 25) / (85 - 25) = 45 / 60 = \text{IDHM Longevidade} = 0,750.$$

DIMENSÃO EDUCAÇÃO

Acesso a conhecimento. No IDHM, essa dimensão é medida pela escolaridade da população adulta e pelo fluxo escolar da população jovem.

O que compõe o IDHM Educação?

O IDHM Educação é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem.

O que medem esses indicadores?

A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo.

O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

Por que estes indicadores?

A escolaridade da população adulta reflete o funcionamento do sistema educacional em períodos passados e considera que a população adulta brasileira, dado o contexto histórico nacional, deveria ter completado, ao menos, o ensino fundamental em sua passagem pelo sistema educacional.

O fluxo escolar da população jovem acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação – entrada no sistema educacional, finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental e conclusão do ensino fundamental e do ensino médio. Esta composição envia uma mensagem importante: de que as crianças, ao menos a partir dos 5 anos de idade, precisam já estar na escola; que as crianças de 12 anos precisam estar nos anos finais do ensino fundamental; que os jovens de 16 anos precisam ter concluído o ensino fundamental; e que os jovens de 19 anos precisam ter concluído o ensino médio. A expansão dessas faixas etárias no cálculo do indicador se dá por questões amostrais e estatísticas.

Como são calculados estes indicadores?

Os indicadores são obtidos a partir das respostas ao questionário da amostra do Censo Demográfico.

Limitações:

A medida da educação da população jovem não inclui toda a população em idade escolar e frequentando a escola, captando apenas determinados momentos da passagem da população jovem pelo sistema educacional. Também inclui, por questões amostrais e estatísticas, faixas etárias ampliadas daquela faixa etária ideal: 12 anos nos anos finais do fundamental, 16 anos com ensino fundamental completo, e 19 anos com ensino médio completo. A medida da educação da população adulta limita a avaliação do desempenho desta população àqueles que completaram o ensino fundamental, não incluindo os que tiveram alguma passagem pelo sistema educacional sem completar ciclos. Também pressupõe apenas ensino fundamental como teto para o acesso a conhecimento pela população adulta.

Peso das variáveis:

Escolaridade da população adulta – Peso 1

Fluxo escolar da população jovem – Peso 2

Comparação e ajustes a partir do IDH Global:

Assim como o IDH Global, o IDHM Educação é composto por um indicador que fornece informação sobre a situação educacional da população adulta, e um referente à população em idade escolar. Entretanto, as variáveis são outras.

No caso da população adulta, não há no Censo Demográfico de 2010 a informação da média de anos de estudo de pessoas de 25 anos ou mais para o nível municipal, tal como é medido no IDH Global. Assim, foi feita uma adaptação da variável, adotando-se a proporção desta que concluiu o ensino fundamental.

No caso da população jovem, a metodologia aplicada pelo IDH Global a partir de 2010 – a expectativa de vida escolar – é uma medida de retenção das crianças na escola, independentemente da repetência, o que não se aplica para o caso brasileiro, já que o desafio atual da educação no país é a qualidade e fluxo escolar, mais que a entrada e permanência no sistema. Também inclui educação superior, o que não se aplica aos municípios brasileiros.

Fonte da informação:

Censo Demográfico do IBGE

Indicadores de suporte à análise do IDHM Educação:

Além dos 5 indicadores que compõem o IDHM Educação, o Atlas 2013 apresenta inúmeros outros que permitem uma visão mais completa e detalhada da situação do município nesta dimensão, abordando, para faixas etárias diferenciadas,

os temas analfabetismo, grau de escolaridade (fundamental completo, médio completo, superior completo) e frequência escolar (frequência bruta, líquida, atraso escolar). O Atlas 2013 também apresenta a variável Anos Esperados de Estudo, que é uma adaptação metodológica da métrica usada no IDH Global, mas considerando 12 anos como máximo de anos de estudos da educação formal e ajustando estes valores para repetência.

Como é o cálculo do IDHM Educação?

Considerando-se que as taxas de frequência e de conclusão variam entre 0% e 100% e que os valores mínimo e máximo escolhidos são também 0% e 100%, para “convertê-las” em um índice variando de 0 a 1, basta dividir a taxa por 100.

Assim, se um município tem:

- 65% de sua população adulta (18 anos ou mais) com ensino fundamental completo
- 85% de crianças de 5 a 6 anos na escola
- 80% de crianças de 11 a 13 nos anos finais do ensino fundamental
- 70% de crianças de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo
- 50% de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo

Seu índice de escolaridade da população adulta será 0,650.

Seu índice de fluxo escolar da população jovem será a média aritmética dos subíndices referentes aos 4 indicadores, com peso igual = $(0,850 + 0,800 + 0,700 + 0,500) / 4 = 0,712$

Seu IDHM Educação será a média geométrica desses dois índices, com peso 1 para o índice de escolaridade e peso 2 para o índice de fluxo = $(0,650 * 0,712 * 0,712)^{1/3} = 0,691$

DIMENSÃO RENDA

Padrão de vida. No IDHM, essa dimensão é medida pela renda mensal per capita.

O que compõe o IDHM Renda?

O IDHM Renda considera a renda municipal per capita, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado município, expressa em reais de 1º de agosto de 2010.

O que mede o indicador?

A renda per capita mede a capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte dos habitantes do município.

Por que este indicador?

Esse é um indicador da capacidade dos habitantes do município de garantir um padrão de vida capaz de assegurar suas necessidades básicas, como água, alimento e moradia.

Como é calculado o indicador?

Os valores são obtidos das respostas ao questionário da amostra do Censo Demográfico. O indicador corresponde à razão entre o somatório de todos os rendimentos de todos os indivíduos residentes no município, recebidos no mês anterior à data do Censo, e o número total desses indivíduos. Os valores dos rendimentos apurados a partir do Censo Demográfico de 1991 e 2000, em cruzeiros de 1º de setembro de 1991 e em reais de 1º de agosto de 2000, foram convertidos em reais constantes de 1º de agosto de 2010 (data de referência do Censo de 2010). Para isso, foi utilizada a série do Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC) do IBGE (convertida em uma série centrada no primeiro dia de cada mês), mas, considerando-se que essa série subestimou em 22,25% a inflação em julho/1994, aplicou-se, a partir dessa data, um fator corretor de 1,2225.

Limitações:

A grande limitação desse indicador é não considerar a desigualdade de renda entre os habitantes do município. Assim, um município pode apresentar uma elevada renda per capita, mas, ao mesmo tempo, pode ter uma grande parcela de sua população vivendo na pobreza.

Peso das variáveis:

Apenas uma variável com peso 1 no cômputo geral do índice.

Comparação e ajustes a partir do IDH Global:

O Produto Interno Bruto (PIB) é o valor agregado na produção de todos os bens e serviços ao longo de um ano dentro de determinada fronteira. O PIB per capita é a divisão desse valor pela população do país e foi o indicador usado pelo PNUD, mundialmente, para o cálculo do IDH dos países até 2010. Em 2010, esse indicador foi substituído pela RNB (Renda Nacional Bruta) per capita.

Na avaliação da renda dos habitantes de um município, o uso do PIB per capita torna-se inadequado, pois nem toda a renda gerada pela produção dentro da

área do município é apropriada pela população residente (e vice-versa). Por outro lado, não há estatísticas municipais para a RNB per capita. A alternativa adotada é o cálculo da renda municipal per capita, auferida a partir do Censo Demográfico.

Fonte da informação:

Censo Demográfico do IBGE

Indicadores de suporte à análise do IDHM-Renda:

Além da renda per capita municipal, o Atlas inclui, como suporte à análise dessa dimensão, diversos indicadores de desigualdade de renda (renda per capita por quinto da população, razão entre a renda per capita dos 10% e dos 20% mais ricos e a renda per capita dos 40% mais pobres, índices de Gini e de Theil) e de pobreza (considerando 3 linhas de pobreza - R\$70, R\$140 e R\$255). Para o cálculo desses indicadores, adota-se a renda domiciliar per capita, tomando-se como pressuposto que, em um mesmo domicílio, todas as pessoas têm o mesmo rendimento.

Como é o cálculo do IDHM Renda?

Para o cálculo do IDHM Renda, aplica-se a fórmula:

$$\text{IDHM-R} = \frac{[\ln(\text{renda per capita municipal}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]}{[\ln(\text{valor máximo de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]}$$

A aplicação do logaritmo na fórmula aproxima os maiores valores de renda per capita dos menores e, com isso, reduz a desigualdade de renda existente. Mas esse procedimento considera que, à medida que a renda per capita eleva-se, o retorno desse acréscimo de renda, em termos de desenvolvimento humano, diminui.

Máximo: R\$ 4.033,00 - corresponde ao valor da menor renda per capita entre os 10% mais ricos residentes na UF com maior renda média do país no período analisado, o Distrito Federal.

Mínimo: R\$ 8,00 - corresponde a aproximadamente US\$ 100 PPC, limite adotado para o cálculo do IDH global.

Para um município com renda municipal per capita de R\$ 827,35, o cálculo ficaria assim:

$$\text{IDHM-R} = (\ln 827,35 - \ln 8,00) / (\ln 4033,00 - \ln 8,00) \Rightarrow \text{IDHM-R} = 0,745.$$

ANEXO B

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS)

Detalhamento das dimensões

IVS – DIMENSÃO INFRAESTRUTURA URBANA

Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados:

Razão entre o número de pessoas que vivem em domicílios cujo abastecimento de água não provém de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica, e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo:

Razão entre a população que vive em domicílios sem coleta de lixo e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicado por 100. Estão incluídas as situações em que a coleta de lixo é realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes, localizados em área urbana.

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho:

Razão entre o número de pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais de idade, que vivem em domicílios vulneráveis à pobreza (com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010) e que gastam mais de uma hora em deslocamento até o local de trabalho, e o total de pessoas ocupadas nessa faixa etária que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e que retornam diariamente do trabalho, multiplicado por 100.

IVS – DIMENSÃO CAPITAL HUMANO

Taxa de mortalidade até um ano de idade:

Número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida, em cada mil crianças nascidas vivas.

Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola:

Razão entre o número de crianças de 0 a 5 anos de idade que não frequentam creche ou escola, e o total de crianças nesta faixa etária (multiplicada por 100).

Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola:

Razão entre o número de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola, e o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100).

Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos:

Razão entre o número de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos, e o total de mulheres nesta faixa etária (multiplicada por 100).

Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família:

Razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio, que não tem o ensino fundamental completo e têm pelo menos um filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio, e o número total de mulheres chefes de família (multiplicada por 100). São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade:

Razão entre a população de 15 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples, e o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100).

Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo:

Razão entre o número de crianças de até 14 anos que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo, e a população total nesta faixa etária residente em domicílios particulares permanentes (multiplicada por 100).

Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar por capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária:

Razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis à pobreza, e a população total nesta faixa etária (multiplicada por 100). Definem-se como vulneráveis à pobreza as pessoas que moram em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo de agosto de 2010. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

IVS – DIMENSÃO RENDA E TRABALHO

Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010):

Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$255,00 mensais (em reais de agosto de 2010), equivalente a meio salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade:

Percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data do censo, mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa.

Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal:

Razão entre as pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo, em ocupação informal, e a população total nesta faixa etária, multiplicada por 100. Ocupação informal implica que trabalham, mas não são: empregados com carteira assinada, militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos ou empregadores e trabalhadores por conta própria com contribuição a instituto de previdência oficial.

Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (2010) e dependentes de idosos:

Razão entre as pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e nos quais a renda de moradores com 65 anos ou mais de idade (idosos) corresponde a mais da metade do total da renda domicilia, e a população total residente em domicílios particulares permanentes (multiplicada por 100).

Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade:

Razão das pessoas de 10 a 14 anos de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do censo entre o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100). Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.

ANEXO C

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano
Esperança de vida ao nascer
Mortalidade até 1 ano de idade
Mortalidade até 5 anos de idade
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos
Percentual de mulheres de 10 a 14 anos com filhos
Percentual de mulheres de 15 a 17 anos com filhos
Percentual 4 a 5 anos na escola
Percentual 5 a 6 anos na escola
Percentual 7 a 14 anos na escola
Percentual 10 a 14 anos na escola
Percentual 7 a 14 anos analfabetas
Percentual 7 a 14 anos com mais de 1 ano de atraso escolar
Percentual 7 a 14 anos que estão frequentando o curso fundamental
Percentual 7 a 14 anos com acesso ao curso fundamental
Percentual 10 a 14 anos analfabetas
Percentual 10 a 14 anos com mais de 1 ano de atraso escolar
Percentual 10 a 14 anos com menos de 4 anos de estudo
Percentual 15 a 17 anos na escola
Percentual 15 a 17 anos analfabetas
Percentual 15 a 17 anos com menos de 4 anos de estudo
Percentual 15 a 17 anos com menos de 8 anos de estudo
Percentual 15 a 17 anos que estão frequentando o 2º grau
Percentual 15 a 17 anos com acesso ao 2º grau
Percentual 18 a 24 anos analfabetas
Percentual 18 a 24 anos com menos de 4 anos de estudo
Percentual 18 a 24 anos com menos de 8 anos de estudo
Percentual 18 a 24 anos com menos de 12 anos de estudo
Percentual 18 a 24 anos que estão frequentando o curso superior

Percentual 18 a 24 anos com acesso ao curso superior
Percentual 15 ou mais analfabetas
Percentual 15 ou mais com menos de 4 anos de estudo
Média dos anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade
Percentual 25 ou mais analfabetas
Percentual 25 ou mais com menos de 4 anos de estudo
Percentual 25 ou mais com menos de 8 anos de estudo
Percentual 25 ou mais com menos de 12 anos de estudo
Percentual 25 ou mais frequentando o curso superior
Percentual 25 ou mais com acesso ao curso superior
Percentual de pessoas que frequentam o fundamental em relação à população de 7 a 14 anos
Percentual de pessoas que frequentam o 2º grau em relação à população de 15 a 17 anos
Percentual de pessoas que frequentam o ensino superior em relação à população de 18 a 22 anos
Renda per capita
Percentual da renda proveniente de transferência governamental
Percentual da renda proveniente de renda de trabalho
Percentual com mais de 50% da renda proveniente de transferência governamental
Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 20% mais pobres da população
Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 40% mais pobres da população
Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 60% mais pobres da população
Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 80% mais pobres da população
Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 20% mais ricos da população
Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 10% mais ricos da população

Renda domiciliar per capita média do 1º quinto mais pobre
Renda domiciliar per capita média do 2º quinto mais pobre
Renda domiciliar per capita média do 3º quinto mais pobre
Renda domiciliar per capita média do 4º quinto mais pobre
Renda domiciliar per capita média do quinto mais rico
Renda domiciliar per capita média do décimo mais rico
Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres
Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 40% mais pobres
Índice de Gini
Índice de L de Theil
Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de R\$37,75
Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de R\$75,50
Percentual de crianças em domicílios com renda domiciliar per capita abaixo de R\$37,75
Percentual de crianças em domicílios com renda domiciliar per capita abaixo de R\$37,75
Intensidade da pobreza: linha de R\$37,75
Intensidade da pobreza: linha de R\$75,50
Percentual de pessoas com 65 anos ou mais morando sozinhas
Percentual de pessoas que vivem em famílias com razão de dependência maior que 75%
Percentual de mulheres chefes de família, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos
Percentual de crianças do sexo feminino entre 10 e 14 anos com filhos
Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos
Percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham
Percentual de crianças de 4 a 5 anos fora da escola
Percentual de crianças de 5 a 6 anos fora da escola
Percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola
Percentual de crianças de 10 a 14 anos fora da escola

Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola
Percentual de enfermeiros residentes com curso superior
Número de médicos residentes por mil habitantes
Percentual de professores do fundamental residentes com curso superior
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada
Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e TV
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com telefone
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com carro
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com pelo menos 3 dos bens anteriores
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com computador
Percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório
Percentual de pessoas que vivem em domicílios e terreno próprios e quitados
População total
População rural
População urbana
População até 1 ano de idade
População de 1 a 3 anos de idade
População de 4 anos de idade
População de 5 anos de idade
População de 6 anos de idade
População de 7 a 9 anos de idade

População de 10 a 14 anos de idade
População de 15 a 17 anos de idade
População de 18 a 22 anos de idade
População de 23 a 24 anos de idade
População de 15 anos de idade ou mais
População de 25 anos de idade ou mais
População de 65 anos de idade ou mais
População total exceto residentes em domicílios coletivos
População total exceto residentes em domicílios coletivos e com renda nula
Mulheres de 10 a 14 anos de idade
Mulheres de 15 a 17 anos de idade
Mulheres de 15 anos de idade ou mais
Mulheres de 25 anos de idade ou mais
Pessoas em domicílios particulares exceto domésticas, pensionistas e com renda
Índice de desenvolvimento humano municipal
Índice de desenvolvimento humano municipal-Renda
Índice de desenvolvimento humano municipal-Longevidade
Índice de desenvolvimento humano municipal-Educação
Taxa bruta de frequência à escola
Taxa de alfabetização

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2000), organizado pelo

autor

ANEXO D

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA (IDF)

Detalhamento das dimensões

DIMENSÃO AUSÊNCIA DE VULNERABILIDADE

A vulnerabilidade de uma família representa o volume adicional de recursos que ela requer para satisfazer suas necessidades básicas, em relação ao que seria requerido por uma família-padrão. A presença, por exemplo, de gestantes, crianças, adolescentes, jovens e idosos aumenta a vulnerabilidade das famílias, porque aumenta o volume de recursos necessários para a satisfação de suas necessidades básicas. Entre as seis dimensões consideradas, a ausência de vulnerabilidade é a única que não representa nem meios, nem fins.

Com base nas informações da PNAD, é possível diferenciar entre cinco componentes da ausência de vulnerabilidade de uma família:

- Fecundidade. Trata-se de necessidades especiais nutricionais e em atendimento médico que surgem devido à presença de crianças em período de aleitamento.
- Atenção e cuidados com crianças, adolescentes e jovens. Famílias com a presença desses grupos incorrem em despesas adicionais relacionadas à transmissão de regras e hábitos de convivência, cuidados cotidianos (zelar pela segurança, alimentação etc.), além de apresentar necessidades específicas de educação e atendimento médico²⁵.
- Atenção e cuidados especiais com idosos. Famílias com a presença desses grupos incorrem em despesas adicionais relacionadas a cuidados cotidianos (zelar pela segurança, alimentação etc.) e necessidades especiais em atendimento médico.
- Razão de dependência econômica. Quando o número de crianças ou idosos é proporcionalmente elevado em relação ao número de adultos, a família passa a ocupar uma posição desvantajosa, pois muitos dependem da renda de poucos.

²⁵ A incidência de doenças características da infância, por exemplo, aumenta os custos dessas famílias.

- Presença da mãe. Crianças que estejam sendo criadas por terceiros têm maior probabilidade de estar desprotegidas e, com isso, podem trabalhar em atividades penosas, ficar fora da escola ou doentes sem atendimento médico adequado, entre outros problemas.

Com o propósito de representar esses componentes da ausência de vulnerabilidade das famílias, utilizamos os indicadores a seguir:

INDICADORES DE AUSÊNCIA DE VULNERABILIDADE DAS FAMÍLIAS	
Fecundidade	V1. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano
	V2. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	V3. Ausência de criança
	V4. Ausência de criança ou adolescente
	V5. Ausência de criança, adolescente ou jovem
Atenção e cuidados especiais com idosos	V6. Ausência de idoso
Dependência econômica	V7. Presença de cônjuge
	V8. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa
Presença da mãe	V9. Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido
	V10. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe

Note-se que, segundo a forma como os indicadores V1-V2 foram construídos, a presença de mulheres que tiveram filho no último ano é levada em consideração duas vezes. Analogamente, da forma como V3-V5 foram construídos, a presença de crianças é levada em consideração três vezes, ao passo que a presença de jovens, apenas uma. Essa forma de construção, aqui denominada “indicadores em cascata”, permite, numa avaliação do grau de ausência vulnerabilidade das famílias, dar um peso três vezes maior às crianças do que aos jovens, mesmo quando cada indicador recebe igual peso.

DIMENSÃO ACESSO AO CONHECIMENTO

Dentre todos os meios de que uma família pode dispor para satisfazer suas necessidades, o acesso ao conhecimento, certamente, se encontra entre os mais importantes. Com base nas informações da PNAD, é possível construir indicadores para apenas três componentes dessa dimensão: o analfabetismo, a escolaridade

formal e a qualificação profissional. No que diz respeito à qualificação profissional, não é possível obter indicadores diretos, embora um indicador indireto possa ser construído a partir da informação sobre a ocupação exercida. Com vistas a medir o analfabetismo, o nível educacional e o grau de qualificação da família, utilizamos os indicadores a seguir.

INDICADORES DE ACESSO AO CONHECIMENTO	
Analfabetismo	C1. Ausência de adulto analfabeto
	C2. Ausência de adulto analfabeto funcional
Escolaridade	C3. Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo
	C4. Presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo
	C5. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior
Qualificação profissional	C6. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta

Dois aspectos da seleção desses indicadores merecem destaque. O primeiro deles diz respeito ao uso repetido de indicadores em cascata. Por exemplo, uma vez que todo analfabeto é também um analfabeto funcional, ambos os indicadores (C1 e C2) captam a presença de um analfabeto na família. Assim, o analfabetismo recebe, implicitamente, um peso duas vezes maior do que o analfabetismo funcional. De forma similar em C3-C5, a educação superior recebe um peso três vezes maior do que a educação fundamental, uma vez que toda a família contendo pelo menos uma pessoa com alguma educação superior também apresenta pelo menos uma pessoa com educação fundamental e média completas.

O segundo aspecto está relacionado ao fato de que, ao contrário das características estritamente domiciliares, tais como o acesso a esgotamento sanitário adequado, em que ter (presença) ou não ter (ausência) são as únicas possibilidades, para os indicadores derivados das características individuais, como o analfabetismo, existem várias formas de uma família ter ou não a característica. Uma possibilidade seria a família não ter nenhuma pessoa analfabeta (ausência de analfabetos). Uma outra opção seria não ter todos os membros analfabetos (presença de ao menos uma pessoa alfabetizada). Note-se que os indicadores de analfabetismo (C1 e C2) são do primeiro tipo, ao passo que os indicadores de escolaridade (C3-C5) e qualificação (C6) são do segundo tipo.

DIMENSÃO ACESSO AO TRABALHO

Dotar as famílias de meios sem garantir que elas possam efetivamente utilizá-los para a satisfação de suas necessidades não é uma política eficaz. Assim, tão importante quanto garantir que as famílias tenham acesso aos meios que necessitam é dar-lhes a oportunidade de usá-los. Por exemplo, a importância de dar a uma pessoa os conhecimentos necessários para que ela desempenhe uma determinada função será dramaticamente reduzida, caso ela não venha a ter a oportunidade de realizá-la.

O acesso ao trabalho representa a oportunidade, que uma pessoa tem, de utilizar sua capacidade produtiva. Trata-se de um dos casos mais típicos de oportunidade para a utilização de meios.

O acesso ao trabalho tem vários componentes, e, entre eles, podemos destacar: a) disponibilidade de trabalho; b) qualidade; e c) produtividade dos postos de trabalho disponíveis.

Com base na PNAD, é possível construir uma variedade de indicadores do acesso, da qualidade e da produtividade dos postos de trabalho. Os indicadores selecionados são apresentados a seguir.

INDICADORES DE ACESSO AO TRABALHO	
Disponibilidade de trabalho	T1. Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupada
	T2. Presença de pelo menos um trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual
Qualidade do posto de trabalho	T3. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal
	T4. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não-agrícola
Remuneração	T5. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo
	T6. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos

Note-se, mais uma vez, o efeito cascata nos indicadores T5-T6, tendo em vista que a presença de ao menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos implica a presença de ao menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo.

DIMENSÃO DISPONIBILIDADE DE RECURSOS

Na medida em que a grande maioria das necessidades básicas de uma família pode ser satisfeita através de bens e serviços adquiridos no mercado, a renda familiar per capita passa a ser um recurso fundamental. Embora a origem dos recursos não seja relevante para a satisfação das necessidades de uma família, a sustentabilidade e o grau de independência dela dependem da parcela que é gerada autonomamente e da parcela que é recebida como transferências de outras famílias ou do governo. Com base na PNAD, uma variedade de indicadores sobre a disponibilidade de recursos de uma família pode ser obtida.

INDICADORES DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	
Extrema pobreza	R1. Renda familiar per capita superior à linha de extrema pobreza
Pobreza	R2. Renda familiar per capita superior à linha de pobreza
Capacidade de geração de renda	R3. Maior parte da renda familiar não advém de transferência

Note-se, novamente, a utilização do efeito cascata para dar maior peso à extrema pobreza. Nesse caso, se R2 é verdadeiro, então R1 também o é.

DIMENSÃO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Uma das principais metas de qualquer sociedade é garantir sempre, a cada criança, oportunidades para seu pleno desenvolvimento. Devido à informação disponível na PNAD, é possível captar quatro componentes do desenvolvimento infantil: a) proteção contra o trabalho precoce; b) acesso à escola; c) progresso escolar; e d) mortalidade infantil. Com o objetivo de representar esses componentes do desenvolvimento infantil, utilizamos os indicadores a seguir.

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	
Trabalho precoce	D1. Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando
	D2. Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando
Acesso à escola	D3. Ausência de criança até 6 anos fora da escola
	D4. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola
	D5. Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola
Progresso escolar	D6. Ausência de criança de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso
	D7. Ausência de adolescente de 10 a 14 anos analfabeto
	D8. Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto
Mortalidade infantil	D9. Ausência de mãe cujo filho tenha morrido
	D10. Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido
	D11. Ausência de mãe com filho nascido morto

Observe-se o uso do efeito cascata em D1-D2 para dar maior peso ao trabalho de crianças menores de 14 anos que ao de adolescentes entre 14 e 16 anos. Usa-se também o mesmo expediente em D4-D5, para dar maior peso à frequência escolar de adolescentes de 7 a 14 anos que à de jovens entre 15 e 17 anos.

DIMENSÃO CONDIÇÕES HABITACIONAIS

As condições habitacionais representam uma das principais dimensões das condições de vida de uma família, devido a sua íntima relação com as condições de saúde. Em virtude da informação disponível na PNAD, podemos avaliar diversos dos seus componentes: a) propriedade do imóvel; b) déficit habitacional; c) abrigabilidade²⁶; d) acesso adequado à água; e) acesso adequado a esgotamento sanitário; f) acesso à coleta de lixo; g) acesso à eletricidade; e h) acesso a bens duráveis. No entanto, não há informações sobre alguns componentes importantes das condições habitacionais, tais como a falta de segurança, a separação das funções entre os cômodos disponíveis, a natureza do entorno e a distância à escola e ao centro de saúde mais próximos.

Assim, para medir esses oito componentes das condições habitacionais que podem ser avaliados a partir das informações da PNAD, utilizamos os seguintes indicadores.

²⁶ A palavra abrigabilidade utilizada pelos autores, denota o sentido de abrigo, resguardo, proteção, defesa, dentre outras palavras nesse mesmo viés. No entanto, essa flexão é desconhecida nos dicionários de língua portuguesa.

Vale atentar, mais uma vez, para o uso do efeito cascata em H1-H2, conferindo maior peso à condição de domicílio próprio.

INDICADORES DE CONDIÇÕES HABITACIONAIS	
Propriedade	H1. Domicílio próprio
	H2. Domicílio próprio ou cedido
Déficit habitacional	H3. Densidade de até 2 moradores por dormitório
Abrigabilidade	H4. Material de construção permanente
Acesso a abastecimento de água	H5. Acesso adequado a água
Acesso a saneamento	H6. Esgotamento sanitário adequado
Acesso à coleta de lixo	H7. Lixo é coletado
Acesso à energia elétrica	H8. Acesso a eletricidade
Acesso a bens duráveis	H9. Acesso a fogão e geladeira
	H10. Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio
	H11. Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio e telefone
	H12. Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio, telefone e computador